

LANGUAGE RICH EUROPE

TENDÊNCIAS NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS
PARA O MULTILINGUISMO NA EUROPA

ORGANIZADORES: Guus Extra e Kutlay Yağmur



Com o apoio de:



Programa de Aprendizagem ao
Longo da Vida

Projeto financiado com o apoio da Comissão Europeia.
A informação contida nesta publicação (comunicação) vincula
exclusivamente o autor, não sendo a Comissão responsável pela
utilização que dela possa ser feita.

LANGUAGE RICH EUROPE

TENDÊNCIAS NAS POLÍTICAS E PRÁTICAS
PARA O MULTILINGUISMO NA EUROPA

ORGANIZADORES: Guus Extra e Kutlay Yağmur



Com o apoio de:



DG Educação e Cultura
Programa de Aprendizagem ao
Longo da Vida

Projeto financiado com o apoio da Comissão Europeia.
A informação contida nesta publicação (comunicação) vincula
exclusivamente o autor, não sendo a Comissão responsável pela
utilização que dela possa ser feita.

Publicado por Cambridge University Press, para o British Council. Novembro de 2012.

© Language Rich Europe, British Council.

É permitida a cópia, o download (www.language-rich.eu) ou a impressão do conteúdo do Language Rich Europe para uso particular e a utilização de excertos do Language Rich Europe em documentos, apresentações, blogues, sítios Web e materiais de ensino, desde que com a devida referência à publicação Language Rich Europe como fonte e ao British Council como detentor dos direitos de autor. Para questões relacionadas com os direitos de utilização pública ou comercial bem como de tradução, utilizar o seguinte endereço eletrónico: info@language-rich.eu.

As ideias e opiniões manifestadas na presente publicação são da responsabilidade dos autores. A Comissão Europeia não é responsável por estas ideias ou opiniões nem por qualquer utilização que se faça das mesmas.

Impresso e encadernado em Itália por Rotolito Lombarda SpA.

9781107616110

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	2	PARTE 3: PERFIS NACIONAIS E REGIONAIS	82
INTRODUÇÃO		INTRODUÇÃO	
<i>Martin Hope</i>	5	<i>Guus Extra, Martin Hope e Kutlay Yağmur</i>	82
PRINCIPAIS CONCLUSÕES E DISCUSSÃO		1. <i>Áustria Tanja Nagel, Anke Schad, Barbara Semmler e Michael Wimmer</i>	90
<i>Guus Extra e Kutlay Yağmur</i>	7	2. <i>Bósnia Herzegovina Jasmin Džindo and Selma Žerić</i>	98
PARTE 1: PARA A FORMULAÇÃO DE INDICADORES EUROPEUS DE POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGÜÍSTICAS		3. <i>Bulgária Dr. Gueorgui Jetchev</i>	104
<i>Guus Extra e Kutlay Yağmur</i>	13	4. <i>Dinamarca Sabine Kirchmeier-Andersen</i>	111
1.1 Atores europeus na promoção do multilinguismo e do plurilinguismo.....	14	5. <i>Estónia Kersti Sõstar</i>	118
1.2 A fórmula trilingue e o plurilinguismo.....	20	6. <i>França Louis-Jean Calvet</i>	126
1.3 Variedades de língua exploradas no projeto.....	21	7. <i>Alemanha Ingrid Gogolin, Joana Duarte e Patrick Grommes</i>	133
1.4 Domínios de língua incluídos no inquérito.....	23	8. <i>Grécia Sara Hannam e Evagelia Papathanasiou</i>	139
1.5 Recolha de dados primários e a fórmula trimunicipal.....	24	9. <i>Hungria Dr. Csilla Bartha</i>	145
1.6 Metodologia de investigação.....	27	10. <i>Itália Monica Barni</i>	153
PARTE 2: ANÁLISE TRANSNACIONAL DOS RESULTADOS DO LANGUAGE RICH EUROPE		11. <i>Lituânia Irena Smetonienė e Julija Moskvina</i>	161
<i>Kutlay Yağmur, Guus Extra e Marlies Swinkels</i>	30	12. <i>Países Baixos</i>	169
2.1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais.....	31	12.1 <i>Países Baixos em geral Saskia Benedictus-van den Berg</i>	169
2.2 Línguas na educação pré-escolar.....	36	12.2 <i>Frísia Saskia Benedictus-van den Berg</i>	176
2.3 Línguas na primeira etapa do ensino básico.....	40	13. <i>Polónia Liliana Szczuka-Dorna</i>	180
2.4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário.....	48	14. <i>Portugal Prof. J. Lachlan Mackenzie</i>	188
2.5 Perspetivas transversais sobre o ensino pré-(básico) e secundário.....	58	15. <i>Roménia Alexandru Cernat, Anca Nedelcu, Stefan Colibaba, Călin Rus, Ruxandra Popovici</i>	195
2.6 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior.....	60	16. <i>Espanha</i>	203
2.7 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa.....	64	16.1 <i>Madrid, Valência, Sevilha Prof. Marta Genís</i>	203
2.8 Línguas nos serviços e espaços públicos.....	69	16.2 <i>Catalunha Vila i Moreno, F. Xavier</i>	210
2.9 Línguas nas empresas.....	72	16.3 <i>País Basco Iván Igartua</i>	217
2.10 Perspetivas transversais sobre os perfis multilingues obtidos para além do domínio da educação.....	77	17. <i>Suíça Raphael Berthele, Bernhard Lindt-Bangerter, Susanne Obermayer</i>	224
2.11 Principais conclusões e discussão.....	XXX	17.1 <i>Cantão de Zurique</i>	XXX
Bibliografia dos Capítulos I e II.....	78	17.2 <i>Cantão de Genebra</i>	XXX
Anexo.....	XXX	17.3 <i>Cantão de Ticino</i>	XXX
Glossário.....	80	18. <i>Ucrânia Dr. Lyubov Naydonova</i>	234
		19. <i>Reino Unido</i>	241
		19.1 <i>Inglaterra Teresa Tinsley e Philip Harding-Esch</i>	241
		19.2 <i>País de Gales Hywel Jones</i>	250
		19.3 <i>Escócia Teresa Tinsley e Philip Harding-Esch</i>	257
		19.4 <i>Irlanda do Norte Teresa Tinsley e Philip Harding-Esch</i>	264

AGRADECIMENTOS

Equipa de coordenação do Language Rich Europe

Aneta Quraishy, gestora do projeto, British Council
Christiane Keilig, coordenadora de comunicações, British Council
David Sorrentino, gestor de comunicações, British Council
Eilidh MacDonald, coordenadora de projeto, British Council
Martin Hope, diretor do projeto Language Rich Europe, (2009-agosto de 2012), British Council
Nadine Ott, ex-gestora do projeto, British Council
Simon Ingram-Hill, diretor do projeto Language Rich Europe (a partir de setembro de 2012), British Council
Guus Extra, Cátedra de Línguas e Minorias, Universidade de Tilburgo
Karin Berkhout, secretária do Babylon, Universidade de Tilburgo
Kutlay Yağmur, professor associado de multilinguismo, Universidade de Tilburgo
Marlies Swinkels, Departamento de Estudos Culturais, Universidade de Tilburgo

Membros do grupo diretor do Language Rich Europe

Aneta Quraishy, gestora de projeto, Language Rich Europe
Guus Extra, Cátedra de Línguas e Minorias, Universidade de Tilburgo
Joe Sheils, antigo chefe do departamento de Educação e Política de língua, Conselho da Europa
Juan Pedro de Basterrechea, diretor de vendas e angariações, Instituto Cervantes
Liliana Szczuka-Dorna, presidente do Departamento de Línguas Modernas, Poznan University of Technology
Mário Filipe, vice-presidente, Instituto Camões
Martin Hope, diretor das delegações do Benelux e da UE, British Council (até agosto de 2012)
Simon Ingram-Hill, diretor da delegação da Hungria, British Council (a partir de setembro de 2012)
Tony Jones, assessor principal, English Language Innovation, British Council
Thomas Huddleston, analista de políticas, Migration Policy Group
Ulla-Alexandra Mattl, coordenadora, EUNIC em Bruxelas
Wolf von Siebert, gestão de projetos, Language and Integration, Goethe Institute
Xavier North, delegado-geral da língua francesa e das línguas de França, Delegação-geral da língua francesa e das línguas de França

Consórcio de parceiros

Esta primeira edição do *LRE – Tendências e políticas para o multilinguismo na Europa* foi produzida graças à longa e empenhada colaboração do nosso consórcio de parceiros, aos quais estamos extremamente gratos pela sua energia e pelo seu empenho:

Alemanha: Universidade de Hamburgo, LIMA – Gestão da Diversidade Linguística em Áreas Urbanas e Instituto Goethe

Áustria: EDUCULT, Denken und Handeln im Kulturbereich

Bélgica: Grupo de Políticas de Migração, EUNIC em Bruxelas, Instituto Cultural Dinamarquês e Universiteit Gent/ Universidade de Gent (Steunpunt Diversiteit en Leren/ Centro Diretor para a Diversidade e Aprendizagem)

Bósnia Herzegovina: Universidade de Sarajevo, Faculdade de Filosofia

Bulgária: Universidade de Sófia, Faculdade de Filologia Clássica e Moderna

Dinamarca: Conselho de Língua Dinamarquesa

Espanha: Instituto Cervantes, Universidad Nebrija, Departamento de Cultura, Universidade de Barcelona

Estónia: Centro Nacional de Exames e Qualificações

França: Observatoire Européen du Plurilinguisme

Grécia: Centro de Investigação do Sudeste Europeu

Hungria: Instituto de Investigação em Linguística, Centro de Investigação sobre o Multilinguismo

Itália: Università per Stranieri di Siena, LEND

Lituânia: Centro de Investigação Social da Lituânia, Instituto de Investigação Social e do Trabalho

Países Baixos: Universidade de Tilburgo – Babylon, Centro de Estudos da Sociedade Multicultural

Polónia: Instituto para a Qualidade na Educação

Portugal: Instituto Camões, ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional

Reino Unido: The Languages Company, Welsh Language Board e CILT, National Centre for Languages – CILT (levou a cabo a investigação inicial)

Roménia: Centre Education 2000+, Fundação EuroEd

Suíça: Universidade de Friburgo, Instituto de Multilinguismo

Ucrânia: Instituto de Psicologia Social e Política

Parceiros Associados

Conselho da Europa, Estrasburgo
Centro Europeu de Línguas Modernas, Graz

Gostaríamos também de agradecer à nossa equipa de colegas do British Council nos seguintes países pela sua valiosa colaboração e assistência:

Alemanha: Michael Croasdale

Áustria: Martin Gilbert

Bélgica: Julia Kofler, Kirsi Suutarinen

Bósnia Herzegovina: Samir Avdibegovic e Alisa Mulalic

Bulgária: Tzvetanka Panova

Dinamarca: Dorte Friis e Brid Conneely

Espanha: Raquel Fernandez Montes

Espanha (Catalunha): Isabella Petith

Estónia: Ursula Roosmaa

França: Marianne Garcia

Grécia: Alison Weedall

Hungria: Viktoria Vas e Agota Biro

Itália: Susan Costantini

Lituânia: Vilma Bačkiūtė

Países Baixos: Manon de Ruijter,
Aleksandra Parcinska e Canan Marasligil

Polónia: Alicja Dudziak

Portugal: Fátima Dias

Reino Unido: Tony Jones

Reino Unido (País de Gales): Simon Ford

Roménia: Ruxandra Popovici

Suíça: Caroline Morrissey e Simon Brimblecombe

Ucrânia: Irina Sukhinina e Elena Gorsheniova

Por fim, estendemos o nosso sentido agradecimento às redes de especialistas e de responsáveis pela revisão pelos pares e pela contribuição para os perfis nacionais, que partilharam o seu profundo conhecimento para produzir os dados em que este relatório se baseia. Os seus nomes são apresentados abaixo.

Áustria

Anke Schad, EDUCULT

Michael Wimmer, EDUCULT

Waldemar Martyniuk, Conselho da Europa, ECML

Bélgica

Piet Van Avermaet, Universidade de Gent

Rebecca Marx, Instituto Cultural Dinamarquês

Bósnia Herzegovina

Ivo Komsic, Universidade de Sarajevo, Faculdade de Filosofia

Jasmin Dzindo, Universidade de Sarajevo, Faculdade de Filosofia

Bulgária

Galina Sokolova, Universidade de Sófia

Gueorgui Jetchev, Universidade de Sófia

Dinamarca

Sabine Kirchmeier-Andersen, Conselho de Língua Dinamarquesa

Revisão de pares

Prof. Anne Holmen, Departamento de inglês, Estudos Germânicos e Românicos, Universidade de Copenhaga

Estónia

Kersti Sostar, Centro de Exames e Qualificações Nacionais

França

Christos Clairis, Observatório Europeu do Plurilinguismo

Christian Tremblay, Observatório Europeu do Plurilinguismo

Claire Extramiana, Delegação geral da língua francesa e das línguas de França

Claude Truchot, Universidade de Estrasburgo

François Monnanteuil, Ministério da Educação

José Carlos Herreras, Observatório Europeu do Plurilinguismo

Louis Jean Calvet, Universidade da Provença

Michel Lefranc, Ministério da Educação

Valérie Drake, Ministério dos Negócios Estrangeiros

Xavier North, Delegação geral da língua francesa e das línguas de França

Alemanha

Barbara Thiel, Instituto Goethe
Emel Özcep, Universidade de Hamburgo, LIMA
Heike Uhlig, Instituto Goethe
Ingrid Gogolin, Universidade de Hamburgo, LIMA
Joana Duarte, Universidade de Hamburgo, LIMA
Patrick Grommes, Universidade de Hamburgo, LIMA
Rolf C. Peter, Instituto Goethe
Uwe Mohr, Instituto Goethe
Wolf von Siebert, Instituto Goethe

Grécia

Evangelia Papatthanasiou, Centro de Investigação do Sudeste Europeu
Nikos Zaharis, Centro de Investigação do Sudeste Europeu
Sara Hannam, Oxford Brookes University
Zoi Tatsioka, Centro de Investigação do Sudeste Europeu

Hungria

Csilla Bartha, Academia Húngara de Ciências, Centro de Investigação do Multilinguismo
Noemi Nagy, Academia Húngara de Ciências, Centro de Investigação do Multilinguismo

Itália

Monica Barni, Università per Stranieri di Siena
Silvia Minardi, Iend – lingua e nuova didattica

Lituânia

Boguslavas Gruševskis, Centro de Investigação Social da Lituânia
Irena Smetonienė, Comissão Estatal sobre a Língua Lituana
Julija Moskvina, Centro de Investigação Social da Lituânia

Países Baixos

Cor van der Meer, Fryske Akademy
Saskia Benediktus, Fryske Akademy

Portugal

Cristina Faustino, Instituto Camões
Fabiola Santos, ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional
Lachlan Mackenzie, ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional
Lis Gonçalves, ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional
Maria Helena Mira Mateus, ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional
Nuno Carvalho, ILTEC – Instituto de Linguística Teórica e Computacional
Ricardo Salomão, Universidade Aberta

Roménia

Anca Colibaba, Fundação EuroEd
Anca Nedelcu, Centre Education 2000+
Monica Dvorski, Centre Education 2000+
Monica Vlad, Fundação EuroEd Călin Rus, Instituto Intercultural de Timisoara
Stefan Colibaba, Fundação EuroEd

Espanha

Ivan Igartua, Departamento de Cultura
Marta Genís, Universidad Nebrija
Xavier Vila, Universidade de Barcelona

Suíça

Bernhard Lindt, Universidade de Friburgo, Instituto de Multilinguismo
Prof. Raphael Berthele, Universidade de Friburgo, Instituto de Multilinguismo
Susanne Obermayer, Universidade de Friburgo, Instituto de Multilinguismo

Ucrânia

Lyubov Naydonova, Instituto de Psicologia Social e Política

Reino Unido

Dr. Elidir King, Languages Company
Hywel Jones, Welsh Language Commissioner
Meirion Prys Jones, Welsh Language Board
Nick Byrne, Language Centre at the London School of Economics and Political Science
Phillip Harding-Esch, Languages Company
Teresa Tinsley, Alcantara Communications

Revisão de pares:

Prof. Mike Kelly, Universidade de Southampton
Wales: Prof. Colin Williams, Universidade de Cardiff

INTRODUÇÃO

Martin Hope, diretor do projeto Language Rich Europe (2009-agosto de 2012)

O British Council, enquanto organização internacional de relações culturais do Reino Unido, está empenhado em construir relações de longa duração e confiança entre pessoas do Reino Unido e de outros países. O *Language Rich Europe (LRE)*, um projeto que estamos a desenvolver em conjunto com a EUNIC, rede de institutos culturais nacionais da União Europeia, encontra-se no centro da nossa missão de relações culturais. Através do LRE, pretendemos promover maior cooperação na Europa entre os decisores políticos e os executores no desenvolvimento de boas políticas e práticas para o multilinguismo. Estas políticas assegurarão que as línguas e o intercâmbio cultural continuarão a ser promovidos e encorajados na escola, na universidade e na sociedade em geral. Acreditamos que esta promoção é essencial para que os europeus de todas as idades desenvolvam uma perspetiva internacional mais alargada, e para que a Europa como um todo seja capaz de se colocar em posição de estabelecer relações comerciais com os poderes emergentes no mundo no século XXI.

Desde a sua fundação, em 1934, o British Council ajuda os aprendentes de inglês de todo o mundo a comunicar mais eficazmente com pessoas de outros países e a reforçar as suas perspetivas de emprego por meio de cursos presenciais e, mais recentemente, através da Internet. Trabalhamos também em parceria com ministérios e autoridades regionais de educação para apoiar os professores de inglês no seu desenvolvimento profissional. O que é menos amplamente conhecido é o forte apoio que damos para melhorar a aprendizagem de línguas estrangeiras no Reino Unido, através do nosso programa de Assistentes de Língua Estrangeira, do desenvolvimento de manuais de língua estrangeira para as escolas do Reino Unido e da promoção de parcerias escolares com professores e alunos de outros países. Em 2011/2012, recebemos no Reino Unido mais de 2500 assistentes de língua provenientes de países falantes de francês, alemão e espanhol, bem como da Itália, da China, do Japão, de Oman e da Rússia. Estes assistentes auxiliam os nossos próprios professores de língua estrangeira nas escolas de ensino básico e secundário e ajudam a enriquecer o conteúdo cultural das salas de aula do Reino Unido.

O LRE é parte da nossa missão como organização que se dedica ao apoio ao diálogo intercultural e à diversidade na Europa, uma diversidade que se manifesta na grande variedade e riqueza de línguas que observamos à nossa volta, onde quer que vivamos. Marcamos a conclusão da primeira fase do projeto com esta publicação, na qual apresentamos as conclusões da pesquisa de base com vista a investigar políticas e práticas linguísticas atuais nos países parceiros e a verificar quão «linguisticamente ricos» são. Fomos ambiciosos na investigação e procurámos explorar um conjunto variado de tipos de língua: línguas estrangeiras, línguas regionais ou minoritárias, línguas imigrantes e línguas nacionais. No que respeita a estas últimas, estamos sobretudo a observar as formas como as nossas instituições apoiam a aprendizagem da língua nacional por parte de recém-chegados, algo muito importante quer em termos de ensino quer em termos de empregabilidade.

A nossa investigação centrou-se, como é óbvio, no setor da educação, que é onde as línguas são habitualmente ensinadas

e aprendidas, mas pretendemos também explorar outros domínios além da educação e conhecer as políticas e práticas linguísticas nos meios de comunicação social, nos serviços e espaços públicos e nas empresas. Acreditamos que um ambiente linguístico rico fora da escola é tão importante na construção da apreciação e do conhecimento de outras línguas e culturas como a própria instrução formal. Boas políticas linguísticas podem tornar as cidades mais acolhedoras quer para os visitantes quer para os cidadãos, boas práticas linguísticas nas empresas podem dar-lhes uma vantagem competitiva, um conjunto variado de línguas na televisão e na rádio criará maior tolerância e abertura em qualquer sociedade.

Os objetivos globais do *Language Rich Europe*, projeto financiado pela Comissão Europeia, são:

- facilitar o intercâmbio de boas práticas na promoção do diálogo intercultural e da inclusão social através do ensino e da aprendizagem de línguas;
- promover a cooperação europeia no desenvolvimento de políticas e práticas linguísticas em vários setores educativos e na sociedade em geral;
- sensibilizar para as recomendações de promoção da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística na Europa emanadas pela UE e pelo Conselho da Europa.

A primeira etapa da investigação, relatada neste livro, oferece uma plataforma para a criação de redes e parcerias entre decisores políticos e executores na Europa. O nosso objetivo é criar uma rede de 1200 pessoas oriundas da comunidade pré-escolar, do setor do ensino formal, das universidades e dos colégios, do mundo empresarial, dos serviços públicos municipais, dos meios de comunicação social e das associações de imigrantes. Acreditamos que só se todos estes grupos trabalharem em conjunto poderemos construir sociedades verdadeiramente ricas do ponto de vista linguístico nas quais compreendemos a importância das línguas para a coesão e para o bem-estar das nossas comunidades e sociedades, assim como para a nossa prosperidade.

O trabalho que desenvolvemos até agora não teria sido possível sem o nosso consórcio de parceiros e investigadores, cujo empenho e paciência gostaria de agradecer. A equipa de Guus Extra, Kutlay Yağmur e Marlies Swinkels, apoiada por Karin Berkhout, no Babylon Centre for Studies of the Multicultural Society, da Universidade de Tilburgo, merece uma referência especial pela conclusão da enorme tarefa que constituiu a conceção do estudo, a recolha de todos os dados e a apresentação das conclusões na presente publicação.

Espero que o leitor considere estas conclusões preliminares da investigação estimulantes e que as mesmas contribuam para o debate sobre a utilidade das línguas no seu país. Temos, de facto, uma Europa linguisticamente rica e o desafio que enfrentamos é o de encontrar a forma de tirarmos o maior proveito dessa riqueza para benefício de todos.



The Council of Europe (CoE)

O projeto Language Rich Europe optou por partir dos resultados da longa tradição e do vasto trabalho do Conselho da Europa na área da política linguística nos seus 47 estados membros.

O Conselho aceitou o convite dos líderes do projeto, o British Council, em parceria com a EUNIC, para se associar ao desenvolvimento inicial e à fase piloto do projeto, em particular no que respeita à utilização dos instrumentos relativos às suas políticas.

O Conselho da Europa constitui-se como um fórum pan-europeu para partilha de conhecimento e experiência com base em valores comuns e no respeito pela diversidade de contextos. Nesse espírito, o Conselho da Europa apoia os objetivos gerais deste projeto: o intercâmbio de boas práticas na promoção do diálogo intercultural e da inclusão social, a promoção de cooperação europeia no desenvolvimento de políticas e práticas linguísticas e a sensibilização para os valores e princípios orientadores da Europa. É intenção do Conselho da Europa aproveitar os resultados do projeto LRE análise sobre a forma como o impacto dos instrumentos e ações políticas pode ser reforçado na promoção da diversidade linguística e da educação plurilingue e intercultural.

O Conselho da Europa deseja expressar o seu agradecimento pelo trabalho dos autores e líderes do projeto, reconhecendo o desafio substancial que é a tentativa de mapear uma realidade extremamente complexa em mais de vinte contextos diferentes. Espera-se que a consulta deste documento preliminar possa proporcionar um *feedback* importante para a próxima etapa de aperfeiçoamento.

Embora tenha oferecido orientação sobre as políticas e ações que desenvolve, o Conselho da Europa não poderá aceitar a responsabilidade pelo conteúdo do presente relatório ou dos documentos com ele relacionados, em forma impressa ou eletrónica, os quais são da exclusiva responsabilidade dos autores.

Para informação atualizada sobre as convenções, as recomendações, os instrumentos e as atividades de cooperação intergovernamental do Conselho da Europa, aconselha-se ao leitor a consulta do sítio Web da instituição.

DG II – Direção Geral de Democracia

Direção de Cidadania e Participação Democrática –
Departamento de Educação

Unidade de Política Linguística

www.coe.int/lang

Plataforma de recursos e referências para a educação plurilingue e intercultural

Centro Europeu de Línguas Modernas

www.ecml.at

Principais conclusões e discussão

Apesar de a comparação das políticas e práticas para o multi/plurilinguismo em diferentes contextos nacionais e regionais envolver um conjunto de desafios que é preciso ultrapassar, os dados comparativos apresentados neste estudo constituem-se como uma fonte rica de conhecimento transnacional. Colocando de parte o grau de reconhecimento do multi/plurilinguismo, existem políticas e práticas multi/plurilingues nos 24 países/regiões inquiridos, sendo seguidas muitas recomendações da União Europeia (UE) e do Conselho da Europa (CdE). Com base nas conclusões comparativas transnacionais aqui apresentadas e na informação contextual fornecida pelos nossos investigadores nos perfis dos países, na parte 3 deste estudo esperamos que os decisores, os executores e os especialistas que trabalham neste campo tenham a possibilidade de identificar boas práticas, que poderão posteriormente servir de base para desenvolvimento e troca de conhecimentos. Abaixo, resumimos as principais conclusões relativas a cada um dos domínios linguísticos inquiridos.

Línguas em documentos e bases de dados oficiais

- Existe legislação sobre línguas nacionais e R/M em quase todos os países/regiões, sobre línguas estrangeiras em 14 países/regiões e sobre línguas imigrantes em apenas seis países/regiões.
- Existem documentos de políticas oficiais sobre a promoção de línguas nacionais e estrangeiras em quase todos os países/regiões, de línguas R/M em 18 países/regiões e de línguas imigrantes em apenas quatro países/regiões.
- A *Carta europeia de línguas regionais ou minoritárias* (CELRM) foi ratificada pelo Parlamento em 11 dos 18 países inquiridos, e assinada pelo Governo na França e na Itália. Na Bulgária, na Estónia, na Grécia, na Lituânia e em Portugal, a CELRM não foi ratificada nem assinada.
- Os números mais elevados em termos de oferta oficial de línguas R/M encontram-se nos países do sudeste e do centro da Europa. Na Europa ocidental, a Itália e a França são as exceções claras a esta regra geral, uma vez que contam com uma oferta alargada de línguas. Os conceitos de línguas «regionais» ou «minoritárias» não são especificados na CELRM, mas as línguas imigrantes são explicitamente excluídas da mesma. Nos países da Europa ocidental, as línguas imigrantes aparecem muitas vezes mais proeminentemente do que as línguas R/M, mas são menos reconhecidas, protegidas e/ou promovidas.
- A maioria dos países/regiões conhece os mecanismos de recolha oficial de dados linguísticos e uma grande parte deles tem em conta três tipos de línguas: línguas nacionais, línguas R/M e línguas imigrantes. Cinco dos 24 países/regiões não possuem quaisquer mecanismos de recolha de dados linguísticos: Bósnia Herzegovina, Dinamarca, Grécia e Países Baixos. Portugal só recolhe dados sobre a língua nacional.

- Existe ainda variação no que respeita às principais perguntas sobre línguas colocadas através dos mecanismos nacionais/regionais oficiais de recolha de dados. Mais de metade dos países/regiões inquiridos colocam uma pergunta sobre a língua falada em casa, ao passo que outros colocam perguntas sobre a língua principal e/ou a língua materna.

Línguas na educação pré-escolar

- Muitos documentos da UE e do CdE sublinham a importância da aprendizagem precoce de línguas. No nível pré-escolar, 14 dos 24 países/regiões inquiridos oferecem apoio adicional na língua nacional financiado pelo estado para todas as crianças. Os Países Baixos e a Ucrânia são os países que dedicam mais tempo a este apoio.
- Neste nível, existe oferta de línguas estrangeiras em sete países/regiões – Bósnia Herzegovina, País Basco, Bulgária, Catalunha, Estónia, Espanha e Ucrânia —, embora possa ser financiada em parte ou na totalidade pelos pais/encarregados de educação. O inglês, o francês e o alemão são as línguas mais comumente disponibilizadas.
- Existe oferta de línguas R/M em 17 países/regiões, sendo sobretudo financiada pelo estado/região. Em alguns países existem requisitos mínimos quanto à dimensão dos grupos. A Áustria, a Hungria, a Itália, a Roménia e a Ucrânia são os países com maior variedade de oferta.
- A oferta de línguas imigrantes na educação pré-primária ainda não é muito comum. No entanto, apesar das dificuldades no que se refere à identificação adequada de professores e de materiais de aprendizagem, existem três países (Dinamarca, Espanha e Suíça) que de facto disponibilizam apoio a crianças muito jovens para a manutenção e o desenvolvimento das suas línguas e culturas de origem. Na Dinamarca, os custos destes programas são cobertos por fundos nacionais, regionais e locais, ao passo que na Espanha e na Suíça os custos são cobertos por fundos relacionados com o país de origem através de acordos bilaterais.
- O único país que oferece aprendizagem precoce de todos os tipos de línguas analisados é a Espanha.

Línguas na primeira etapa do ensino básico

- De acordo com a UE e o CdE, todas as jovens crianças europeias deveriam aprender duas línguas além da(s) língua(s) nacional(is) do país em que residem. Na primeira etapa do ensino básico, todos os países disponibilizam apoio adicional a recém-chegados para a aprendizagem da língua nacional, exceto a Itália e a Ucrânia.
- Com a exceção do País de Gales, todos os países/regiões contam com oferta de línguas estrangeiras na primeira etapa do ensino básico. Na Dinamarca e na Grécia são obrigatórias duas línguas estrangeiras, ao passo que em 18 países/regiões é obrigatória apenas uma. Na Inglaterra, Irlanda do Norte e Escócia, as línguas estrangeiras são opcionais.
- As línguas estrangeiras são ensinadas a partir do primeiro ano do ensino básico em 12 dos países inquiridos, a partir de meados da primeira etapa do ensino básico em sete, e a partir da fase final desta etapa apenas nos Países Baixos, na Escócia e na Suíça.

- Inglês, francês e alemão destacam-se como as línguas estrangeiras cujo ensino é mais comum. Em muitos casos, uma destas línguas é uma disciplina obrigatória para todos os alunos. Italiano, russo e espanhol são outras línguas disponibilizadas como língua estrangeira obrigatória ou opcional.
- A *Aprendizagem integrada de línguas e conteúdos* (AILC) por meio de línguas estrangeiras é uma prática alargada apenas na Espanha; esta abordagem é também utilizada em outros 13 países/regiões, embora de forma não sistemática.
- Sete países/regiões afirmam utilizar o *Quadro europeu comum de referência para as línguas* (QECR) de forma explícita na aprendizagem de língua estrangeira, embora possa haver outros que baseiam as suas normas nacionais nos princípios e abordagens ali definidos. Os níveis A1/A2 são as metas para aprendizagem de língua estrangeira nesta faixa etária.
- Existe oferta de línguas R/M em 22 países, sendo Dinamarca e Estónia as exceções. Em 20 países/regiões, as aulas de línguas R/M e as aulas de outras disciplinas ensinadas por meio de línguas R/M estão abertas a todos os alunos, independentemente do seu contexto linguístico; na Bulgária e na Grécia estas aulas dirigem-se apenas aos falantes nativos destas línguas. A oferta é variada em alguns países: a Áustria, a Bulgária, a Hungria, a Itália, a Lituânia, a Roménia e a Ucrânia disponibilizam quatro ou mais línguas R/M como disciplinas ou, na maior parte dos casos, como meio de instrução. Doze países/regiões relatam a existência generalizada da AILC, e seis afirmam que esta abordagem é utilizada a nível local.
- Apenas cinco países/regiões afirmam contar com oferta de línguas imigrantes na primeira etapa do ensino básico. Trata-se da Áustria, da Dinamarca, da França, da Espanha e da Suíça (no cantão de Zurique). Na França e na Suíça, as aulas em línguas imigrantes estão abertas a todos os alunos, ao passo que na Áustria, Dinamarca e Espanha estão reservadas a falantes nativos dessas línguas. A Espanha e a Suíça têm uma oferta de aulas parcialmente em horário escolar, ao passo que em outros países estas aulas são disponibilizadas no âmbito das atividades extracurriculares. A aprendizagem em línguas imigrantes não está ligada a qualquer tipo de padrões nacionais, regionais ou definidos na escola, embora o desenvolvimento das competências linguísticas seja monitorizado em todos os países menos na Áustria. As aulas em línguas imigrantes são totalmente financiadas pelo estado na Áustria e na Dinamarca, ao passo que na França, na Espanha e na Suíça são sobretudo financiadas pelo país de origem.
- Na primeira etapa do ensino básico existem professores de língua qualificados para ensinar línguas estrangeiras nos países/regiões inquiridos de acordo com a seguinte distribuição: 16 de 24 na língua nacional, 17 de 22 em línguas R/M, 14 de 23 em línguas estrangeiras e dois de cinco em línguas imigrantes. Na Áustria, na Inglaterra, na França, na Itália, nos Países Baixos, na Irlanda do Norte, na Escócia e na Suíça, as línguas estrangeiras são ensinadas por professores com qualificações gerais. A formação inicial e contínua é generalizada na maioria dos países/regiões, salvo no que respeita às línguas imigrantes.
- Uma área em que existe claramente espaço para desenvolvimento é a da mobilidade dos professores: nove dos 24 países/regiões relatam não possuir qualquer tipo de apoio nesta área, e apenas a Catalunha relata contar com programas estruturados de mobilidade de professores. Deveria ser feito um esforço maior para incentivar os professores de língua a passar mais tempo no país da língua que estão a ensinar de forma a adquirirem um maior nível de competências linguísticas e culturais.
- Um conjunto de países está a tomar medidas ativas para aumentar a oferta de professores de língua. Bulgária, Dinamarca, Inglaterra, Frísia, Hungria, Lituânia e Ucrânia estão a recrutar professores adicionais de língua estrangeira. Nenhum dos países/regiões inquiridos está a recrutar ativamente professores de línguas imigrantes.

Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

- É disponibilizado apoio adicional na língua nacional a recém-chegados antes ou no decorrer do ensino geral em 21 países/regiões. Dinamarca, Itália e Ucrânia relatam não oferecer este apoio.
- Como esperado, todos os países/regiões inquiridos contam com oferta de línguas estrangeiras quer na segunda etapa do ensino básico quer no ensino secundário. Notam-se, porém, diferenças significativas no que respeita ao número de línguas obrigatórias disponibilizadas, ao leque de línguas, à monitorização das competências linguísticas, à utilização da AILC e à utilização do QEQR para avaliar o nível alcançado.
- Os únicos países/regiões que têm duas línguas obrigatórias na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário são a Áustria, a Estónia, a França, a Polónia, Portugal e a Roménia e a Suíça.
- Como esperado, as metas de aprendizagem em línguas estrangeiras definidas em linha com o QEQR estão muito mais bem estabelecidas nas escolas do ensino secundário do que nas escolas da segunda etapa do ensino básico, com 13 dos países/regiões participantes a afirmarem explicitamente o nível a ser atingido. O nível B2 parece ser o nível de proficiência mais comum para a primeira língua estrangeira, e o nível B1 para a segunda.
- Dezanove países disponibilizam línguas R/M no âmbito da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário. Os países/regiões que não disponibilizam ensino em línguas R/M são a Dinamarca, a Inglaterra, a Estónia, a Grécia e a Polónia.
- Dezoito países/regiões monitorizam as competências linguísticas adquiridas através de testes nacionais regionais ou definidos nas escolas, e só a Itália relata não efetuar monitorização. Com a exceção da Áustria e do País de Gales, todos os países/regiões definem metas relativamente ao nível a ser atingido. Todos os países/regiões disponibilizam as línguas gratuitamente a todos os alunos.
- Poucos países disponibilizam ensino em línguas imigrantes de forma sistemática (três na educação pré-escolar e cinco na primeira etapa do ensino básico), sendo que, na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário, oito dos 24 países/regiões responderam positivamente. Trata-se da Áustria, da Dinamarca, da Inglaterra, da Estónia, da França, dos Países Baixos, da Escócia e da Suíça.

- Existe financiamento total para o ensino de línguas imigrantes na Áustria, na Dinamarca, na Inglaterra, nos Países Baixos e na Escócia. Na França e na Suíça o financiamento é disponibilizado pelos países de origem dos alunos imigrantes e, na Estónia, os pais cobrem os custos. Os únicos países/regiões que oferecem ensino em línguas imigrantes tanto no ensino básico como no ensino secundário são a Áustria, a Dinamarca, a França e a Suíça.
 - As línguas estrangeiras mais habitualmente disponibilizadas são o inglês, o alemão e o francês, embora sejam também disponibilizadas outras línguas europeias, como o espanhol e o italiano. Algumas línguas imigrantes, como o árabe, o croata, o polaco, o russo e o turco são disponibilizadas como línguas estrangeiras opcionais, e o árabe e o turco têm um firme estatuto como disciplinas de exame nas escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário na França e nos Países Baixos. O russo é amplamente disponibilizado em países da Europa de leste quer como língua regional/minoritária (R/M) quer como língua estrangeira.
 - Tal como na primeira etapa do ensino básico, a AILC encontra-se disseminada no ensino de línguas R/M, mas não no que se refere às línguas estrangeiras, sendo que apenas a França relata uma prática alargada e 14 outros países/regiões relatam exemplos localizados.
 - Os professores de língua estrangeira têm boas qualificações. Apenas na Estónia e na Irlanda existem professores de ensino geral a ensinar línguas estrangeiras.
 - Existe um apoio um pouco mais estruturado para a mobilidade na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário do que na primeira etapa do ensino básico. Áustria e Catalunha declaram que os professores passam um semestre no estrangeiro como parte do seu desenvolvimento inicial ou contínuo. Existem outros 17 países/regiões que incentivam e apoiam a mobilidade dos professores financeiramente, quedando-se a Estónia, a França, a Itália, Portugal e a Roménia como países em que existe menor probabilidade de que os professores passem tempo no país da língua alvo.
 - De acordo com as recomendações da UE e do CdE, os professores de língua estrangeira são obrigados a possuir um nível mínimo de proficiência na língua estrangeira, que é avaliada tendo em conta os níveis do QECR em oito países/regiões. O nível mais habitualmente exigido é o C1, embora na França e no País Basco se considere o nível B2 adequado.
 - Existe escassez de professores de língua em alguns países/regiões e estão a ser adotadas medidas especiais para recrutar profissionais com as qualificações adequadas e para incentivar as pessoas a obterem qualificações de ensino de línguas. Os países/regiões mais ativos no recrutamento de professores são a Escócia, o País Basco, a Inglaterra, a Roménia e a Suíça. Todos estes países estão a recrutar professores em pelo menos três ou quatro categorias de línguas.
- ### Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior
- Foram recolhidos dados novos/primários dos 69 maiores centros de *Ensino e Formação Profissional* (EFP) nas 67 cidades participantes no projeto: a língua nacional é muito bem apoiada, com 30 das 69 instituições inquiridas a disponibilizarem uma grande variedade de programas de apoio na língua nacional, de competências de comunicação básicas a competências avançadas. Um total de 24 instituições oferece uma pequena quantidade de programas, ao passo que 15 das instituições inquiridas não disponibilizam apoio.
 - Um total de 62 das 69 instituições inquiridas possui oferta de línguas estrangeiras, sendo que 15 declaram que ensinam mais de quatro línguas, 22 contam com oferta de três ou quatro línguas e 25 de uma ou duas línguas. Em 41 instituições verifica-se oferta de uma grande variedade de programas, de competências linguísticas básicas a avançadas, ao passo que em 18 existe apenas oferta de programas de competências linguísticas básicas. Em 26 países, os programas são construídos em consonância com o QECR.
 - Vinte e cinco instituições oferecem línguas R/M, sendo que 13 cobrem os custos na totalidade. Os países/regiões que oferecem cursos em línguas R/M nas três instituições de EFP inquiridas são o País Basco, a Catalunha, a Hungria, a Irlanda do Norte e o País de Gales. Só existe oferta de línguas imigrantes em quatro das instituições inquiridas – uma em cada um dos seguintes países: Áustria, Inglaterra, Itália e País de Gales.
 - Como esperado, o inglês, o francês, o alemão e o espanhol são as línguas estrangeiras que se destacam, existindo alguma oferta de russo como língua R/M em alguns países/regiões e como língua estrangeira noutros. Verifica-se também a oferta do árabe em algumas instituições de EFP. A principal oferta em termos de línguas R/M acontece em países em que existe mais de uma língua oficial.
 - Foram recolhidos dados novos/primários em 65 universidades gerais/públicas. Como seria de esperar, todas as universidades europeias visadas nas cidades de amostra fornecem instrução na língua nacional, uma vez que na maior parte dos casos se trata da língua principal da sua população de estudantes e também da língua oficial do estado. No entanto, na maioria das instituições inquiridas também podem ser utilizadas outras línguas.
 - A mobilidade internacional dos alunos e dos professores, bem como o desejo de atrair um corpo de alunos global e diversificado, parece estar a tornar o inglês a segunda língua de muitas universidades europeias e muitos manuais estão também a ser escritos em inglês.
 - Um número muito elevado de universidades disponibiliza cursos de língua a estudantes de áreas não linguísticas, tal como recomendam as instituições europeias. A oferta é ampla, com 31 instituições (quase metade) a darem aos alunos a possibilidade de escolha de mais de quatro línguas. Apenas oito universidades da nossa amostra não dão aos estudantes das áreas não linguísticas a oportunidade de aprender outras línguas. A real adesão dos alunos a estes cursos é uma matéria que está para além do âmbito da nossa pesquisa.

- Quase todas as universidades se esforçam por atrair alunos internacionais. Metade das universidades relata também desenvolver esforços conscientes para atrair alunos oriundos de um contexto de imigração.
- A mobilidade dos alunos é apoiada financeiramente pelas universidades europeias, mas apenas dez das universidades inquiridas fazem com que os programas de mobilidade sejam obrigatórios para os alunos de línguas.

Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

- Para conhecer a diversidade de línguas nos meios de comunicação social, pedimos aos nossos investigadores para registarem as línguas disponibilizadas durante uma semana na rádio e na televisão nacional de acordo com os jornais mais vendidos nas cidades inquiridas. A maior parte dos países participantes disponibiliza algumas emissões de rádio e de televisão em outras línguas além da língua nacional. A Catalunha oferece emissões televisivas numa grande variedade de línguas estrangeiras, R/M e imigrantes. A Hungria e a Itália disponibilizam emissões de rádio em mais de dez línguas.
- No que respeita à dobragem e à legendagem, as conclusões do LRE são comparáveis a estudos anteriores, com cerca de metade dos países/regiões a utilizar regularmente práticas de dobragem, ao passo que a outra metade utiliza legendagem. Os países/regiões que fazem dobragem quer na televisão quer no cinema são a Áustria, a Catalunha, a Hungria, a Itália, a Irlanda do Norte, a Polónia, a Espanha e a Suíça. Os países/regiões em que se faz legendagem quer na televisão quer no cinema são a Bósnia, a Dinamarca, a Inglaterra, a Estónia, a Frísia, a Grécia, Portugal, a Roménia, a Escócia, a Suíça, e o País de Gales. Os outros países têm uma abordagem híbrida, sendo os programas legendados num meio e dobrados no outro.
- No que diz respeito à disponibilidade de jornais nos maiores quiosques e estações de comboios nas cidades inquiridas em cada país/região, todos os investigadores foram a estes quiosques e estações de comboio e listaram os jornais disponíveis em diferentes línguas, seguindo a metodologia de «linguistic landscaping» para obter um retrato instantâneo num dado lugar e momento. Em geral, os jornais em inglês foram os mais comuns, seguidos dos jornais em alemão, francês, russo e italiano. Os jornais árabes e turcos também obtiveram posição de destaque.
- O reconhecimento das línguas gestuais e a disponibilidade das mesmas em eventos mediáticos importantes foram também alvo de pesquisa. A línguas gestuais são oficialmente reconhecidas/promovidas em todos os países/regiões, com exceção do País Basco, da Dinamarca, da Grécia, da Itália e da Polónia. Os surdos podem utilizar sempre as línguas gestuais em interações oficiais com as autoridades em metade dos países/regiões inquiridos. Existem sempre condições para a legendagem em eventos mediáticos importantes na Estónia e regularmente em outros nove países/regiões. No entanto, os investigadores da Polónia e da Roménia declaram que estas condições não estão disponíveis nos seus países.

Línguas nos serviços e espaços públicos

- Procurámos conhecer as políticas e estratégias linguísticas a nível municipal, bem como saber o número de línguas em que os serviços públicos são disponibilizados. Além disso, os representantes das cidades declararam quais eram as línguas de facto disponíveis na comunicação escrita nos serviços de educação, emergências, saúde, serviços legais, de transportes, de imigração e de turismo, bem como nos programas de teatro.
- Foi inquirido um total de 63 cidades, sendo que os critérios básicos se centraram em escolher em cada país/região a capital, a segunda maior cidade e uma cidade/vila com a presença de uma língua regional. De acordo com os relatos dos investigadores, as cidades fornecem serviços em 140 línguas além da língua nacional.
- Cerca de um terço das cidades inquiridas possui um estratégia institucionalizada para a promoção do multilinguismo e metade das cidades inquiridas relata que a oferta de serviços multilingues é muito comum. Só dez das 63 cidades inquiridas não fornecem serviços multilingues. Vinte e três cidades fazem da inclusão de línguas nas descrições de funções dos seus funcionários uma prática alargada, e 18 fornecem formação em línguas aos seus funcionários de forma generalizada. As cinco cidades que oferecem a gama de serviços mais alargada em mais línguas são, por ordem, Viena, Barcelona, Londres, Milão e Cracóvia.
- A maior oferta multilingue encontra-se nos serviços de turismo, de imigração e integração, jurídicos (comunicação oral) e de transporte (comunicação escrita). Os serviços de saúde são também frequentemente disponibilizados em algumas línguas. Os níveis mais baixos de serviços multilingues encontram-se no setor cultural (teatro) e no dos debates políticos/tomadas de decisão. Os serviços de educação também não surgem num posição tão alta como poderia esperar-se, dado o grande número de estudantes (e país) a frequentar escolas na Europa que não é fluente na língua oficial do país/região em que é educado.
- Dezassete cidades disponibilizam serviços em mais do que quatro línguas, ao passo que 23 os disponibilizam em três a quatro línguas. As cidades que declaram disponibilizar mais serviços em mais línguas são, em termos de comunicação oral, Londres, Aberdeen, Glasgow, Madrid, Valência, Zurique, Milão, Belfast, Barcelona e Lugano.
- A número de cidades que, por ordem, respondeu positivamente em relação aos serviços de comunicação escrita foi menor; só seis declararam que a maioria dos serviços é oferecida em mais de quatro línguas e 27 em três ou quatro línguas. Isto poderá indicar que é colocada menor ênfase na oferta de documentos em várias línguas do que na oferta de interpretação e mediação oral no momento.
- Além da língua nacional, o inglês é a língua mais amplamente disponibilizada em serviços orais e escritos em todas as cidades inquiridas, seguido do alemão, do russo, do francês e do espanhol. O chinês e o árabe também surgem como altamente prioritários, sendo disponibilizados em várias cidades. O galês, o catalão e o basco são amplamente utilizados nos serviços públicos das respetivas regiões. Os resultados referentes às línguas mais frequentes nos serviços públicos são muito semelhantes aos obtidos para as línguas nos jornais.

- Podemos inferir que existem três tipos de grupos alvo para os serviços de comunicação oral e escrita nos serviços e espaços públicos: a) serviços destinados a viajantes internacionais, pessoas de negócios e turistas; b) grupos imigrantes; c) falantes e leitores de línguas R/M.
- Na maioria dos sítios Web das cidades, o inglês é a língua principal, juntamente com a língua nacional. O alemão e o francês também são muito comuns na nossa amostra de cidades. Algumas segundas maiores cidades têm mais sítios Web multilíngues do que a capital no mesmo contexto nacional. Por exemplo, Roma disponibiliza informação apenas em italiano e em inglês, e a Milão industrial disponibiliza informação em oito línguas diferentes além do italiano. O mesmo fenómeno pode ser observado na Polónia em relação a Cracóvia e Varsóvia. Na cidades regionais inquiridas, o inglês é uma vez mais a língua mais comum nos sítios Web das cidades juntamente com as línguas nacionais.
- É relatada a oferta alargada de formação linguística em inglês comercial em 27% das empresas inquiridas, com 14% a disponibilizarem apoio na língua nacional para falantes não nativos e 12% em outras línguas. Uma percentagem relativamente pequena das empresas conta com esquemas de recompensa ou promoção e 11% declaram que estes esquemas existem de forma alargada para o inglês comercial e apenas 5% para a língua nacional e outras línguas. O número de empresas que estabelecem parcerias com o setor da educação para desenvolver as competências linguísticas dos seus funcionários parece ser modesto, sendo que um quarto o faz regular ou ocasionalmente para o inglês, 17% para a língua nacional para falantes não nativos e 14% para o desenvolvimento de outras línguas.
- Nos setores inquiridos um pouco menos de metade das empresas utiliza amplamente o inglês comercial além da língua nacional em comunicações externas e cerca de 30% utilizam outras línguas nos seus sítios Web.
- O alemão, o russo, o francês e o espanhol destacam-se como as línguas mais habitualmente utilizadas pelas empresas inquiridas, o que reflete o forte mercado interno na Europa. A alta frequência do catalão, do basco e do galego reflete a importância destas línguas nas regiões da Espanha e a alta frequência do galês reflete o valor que lhe é conferido no País de Gales. O chinês, o japonês, o árabe e o turco são valorizados por algumas empresas na Europa, embora talvez fosse de esperar uma maior prioridade em relação a estas línguas.

Línguas nas empresas

- O LRE desenvolveu um inquérito para conhecer as estratégias linguísticas das empresas, descobrir se consideram ou não prioritárias as competências linguísticas e se apoiam a formação linguística dos seus funcionários, bem como para estabelecer o nível de multilinguismo no seio das empresas e a gama de línguas utilizadas na comunicação com os clientes e nos materiais de promoção. Os critérios utilizados na investigação estão divididos em três categorias: estratégias linguísticas gerais das empresas, estratégias linguísticas internas, e estratégias linguísticas externas.
- Foram recolhidos dados de um total de 484 empresas sediadas em cidades de todos os países/regiões e previamente selecionadas. Foram observados quatro setores empresariais (bancos, hotéis, empresas de construção e supermercados). Em geral, embora o número de hotéis que participaram tenha sido relativamente alto em comparação com os outros setores, houve um bom equilíbrio de setores.
- No que respeita às estratégias linguísticas gerais, um quarto das empresas nestes setores tem uma estratégia linguística em vigor, e mais de metade tem em conta as línguas aquando do recrutamento de funcionários. Um quarto das empresas incentiva regularmente a mobilidade dos funcionários para a aprendizagem de línguas e desenvolvimento da consciência intercultural. No entanto, 70% das empresas não mantêm um registo das competências linguísticas dos funcionários e muito poucas tiram proveito dos programas da UE para a aprendizagem de línguas.

Discussão

Os resultados comparativos apresentados acima mostram algumas tendências interessantes nas políticas e práticas para o multi/plurilinguismo no contexto europeu. Enquanto alguns países/regiões têm políticas altamente desenvolvidas em domínios específicos, outros precisam de desenvolvê-las mais se pretendem aproximar-se das recomendações europeias e criar sociedades linguisticamente mais ricas. De todos os *domínios linguísticos* alvo de pesquisa, é no ensino básico e secundário que estão a ser envidados mais esforços para promover o multi/plurilinguismo. No entanto, na aprendizagem precoce de língua, e nos setores do ensino pós-secundário e superior, dos meios de comunicação, dos serviços públicos e das empresas, as conclusões da investigação do LRE sugerem que é preciso que o compromisso oficialmente declarado dos países/regiões europeus em relação ao apoio do multi/plurilinguismo se consubstancie em planos de ação e práticas a nível local e institucional.

De todas as *variedades linguísticas* não nacionais alvo de pesquisa, as línguas imigrantes são as menos reconhecidas, protegidas e/ou promovidas, apesar de todas as ações de afirmação a nível europeu. Uma maior atenção às outras línguas além da língua nacional permitiria que as cidades e as empresas europeias se tornassem mais inclusivas no contexto de crescente mobilidade e migração na Europa.

Acreditamos que os resultados que apresentamos neste documento vão para além do estado atual do nosso conhecimento acerca de políticas e práticas linguísticas na Europa tendo em conta quatro perspetivas diferentes: (i) o elevado número de países e regiões participantes, (ii) o espectro de variedades linguísticas escolhidas na constelação de línguas da Europa, (iii) a gama de domínios linguísticos escolhidos na educação, noutros setores, e (iv) a publicação e disseminação dos resultados deste estudo em 23 línguas para além do inglês. O escopo e a magnitude da inquérito do LRE, que teve como resultado uma enorme base de dados sobre um conjunto de políticas e práticas linguísticas no setor da educação e em outros setores, pode ser expresso numa fórmula de um total de 260 perguntas colocadas a 24 países/regiões, o que perfaz 6240 respostas classificadas e analisadas (tirando dados parciais da Frísia apenas).

Como referido na introdução do primeiro capítulo da presente publicação, o objetivo dos indicadores propostos e desenvolvidos ao longo do projeto é o de que funcionem com uma ferramenta para ajudar à autoavaliação dos países e das regiões, tendo em conta os documentos sobre multilinguismo e plurilinguismo da UE e do CdE. Através deste processo, pretendemos sensibilizar quer a população quer os principais decisores políticos europeus, nacionais e regionais em matéria linguística, e motivar as principais partes interessadas de um conjunto variado de setores, línguas e países/regiões a agirem. Sugestões para futuros indicadores serão bem-vindas, assim como uma resposta ativa às nossas conclusões.

PARTE 1

Para a formulação de indicadores europeus de políticas e práticas linguísticas

Guus Extra e Kutlay Yağmur

Introdução

A presente publicação é parte do projeto *Language Rich Europe* (LRE), cofinanciado pela Comissão Europeia no âmbito do seu *Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida* e levado a cabo pelo British Council, uma organização internacional com sede no Reino Unido que promove oportunidades educativas e relações culturais. O projeto é gerido pelo British Council e supervisionado pelo Grupo Diretor composto por representantes de Institutos Nacionais de Cultura de países da União Europeia e das organizações parceiras.

O *Babylon, Centro de Estudos da Sociedade Multicultural* da Universidade de Tilburgo, liderou a componente de investigação do projeto, desenvolvendo uma proposta de indicadores com base em resoluções, convenções e recomendações da União Europeia (UE) e do Conselho da Europa (CdE) para analisar as políticas e práticas linguísticas em 24 países e regiões, construindo e aplicando o questionário de investigação com a rede de parceiros do projeto, processando e analisando os dados e redigindo as conclusões da recolha de dados. Os parceiros de investigação de cada país/região complementaram os dados com a sua própria análise dos resultados, consubstanciando-os com exemplos de boas práticas e iniciativas prometedoras.

Os objetivos gerais do projeto LRE são:

- facilitar o intercâmbio de boas práticas na promoção do diálogo intercultural e da inclusão social através do ensino e da aprendizagem de línguas
- promover a cooperação europeia no desenvolvimento de políticas e práticas linguísticas ao longo dos vários setores educativos e na sociedade em geral
- sensibilizar a população para as recomendações da UE e do CdE sobre a promoção da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística na Europa

O objetivo dos indicadores propostos e desenvolvidos ao longo do projeto é o de que funcionem como uma ferramenta para ajudar à autoavaliação dos países e das regiões, tendo em conta os documentos sobre multilinguismo e plurilinguismo da UE e do CdE. Através deste processo, pretendemos sensibilizar quer a população quer os principais decisores políticos europeus, nacionais e regionais em matéria linguística, e motivar os principais atores de um conjunto variado de setores, línguas e países/regiões para a ação. Sugestões para futuros indicadores serão bem acolhidas, assim como uma resposta ativa às nossas conclusões. Esperamos que os resultados aqui apresentados desencadeiem estudos de caso relevantes e investigação aprofundada sobre políticas e práticas relativas ao multilinguismo e ao plurilinguismo.

Existem limitações óbvias em relação àquilo que pode ser alcançado num inquérito deste tipo. Faremos referência a essas limitações na secção 1.6, tendo em conta questões de validação. No entanto, acreditamos que os resultados que apresentamos neste documento ultrapassam o estado atual do nosso conhecimento acerca de políticas e práticas linguísticas na Europa tendo em conta três perspetivas diferentes:

- o elevado número de países e regiões participantes – 24
- o espectro de variedades linguísticas escolhidas na constelação de línguas da Europa – temos em consideração as línguas estrangeiras, regionais ou minoritárias, imigrantes e nacionais, esta última com um enfoque particular no apoio a recém-chegados
- a gama de domínios linguísticos escolhidos na educação e noutros setores, incluindo empresas, serviços e espaços públicos municipais e comunicação social
- a publicação e divulgação dos resultados do estudo em 23 línguas

As secções 1.1 e 1.2 disponibilizam informação sobre o contexto em que os atores europeus promovem o multilinguismo e o plurilinguismo, assim como sobre a chamada fórmula trilingue. As secções 1.3 e 1.4 incidem sobre as variedades e os domínios de língua explorados no projeto. A secção 1.5 centra-se na recolha de dados e na abordagem trimunicipal. A metodologia de pesquisa utilizada neste projeto é abordada na última secção, 1.6.

1.1 Atores europeus na promoção do multilinguismo e do plurilinguismo

A diversidade linguística é uma característica elementar da identidade da Europa, e quer as instituições da UE, sediadas em Bruxelas, quer o CdE, sediado em Estrasburgo, têm promovido ativamente a aprendizagem de línguas e o multilinguismo/plurilinguismo. As principais agências responsáveis pelo estabelecimento de políticas de cada uma destas instituições são a Unidade de Políticas de Multilinguismo, no âmbito da Direção Geral de Educação e da Cultura da Comissão Europeia, e a Unidade de Política Linguística da Direção de Educação do Conselho da Europa. O trabalho realizado por estas agências sustenta importantes resoluções, cartas e convenções produzidas pelos respetivos órgãos. Baetens Beardsmore (2008) dá-nos uma panorâmica clara sobre as atividades de promoção linguística da UE e do CdE no passado.

Um pesquisa de publicações multilingues em <http://europa.eu> gera documentos chave numa série de línguas organizados de acordo com cinco temas: documentos sobre políticas da UE, brochuras informativas, relatórios, estudos e inquéritos. No sítio Web do CdE, www.coe.int/lang, são disponibilizadas publicações nos domínios do desenvolvimento de políticas, instrumentos e normas, línguas na educação escolar, migrantes, relatórios de conferências e estudos selecionados.

O Conselho da Europa distingue entre plurilinguismo – competência do falante (capacidade de utilizar mais do que uma língua) – e multilinguismo – presença de várias línguas numa dada área geográfica. A UE utiliza multilinguismo para ambos os casos (fazendo, por vezes, a especificação «multilinguismo individual»). Ao longo do presente documento são usados ambos os conceitos: multilinguismo e plurilinguismo.

A União Europeia

No seio da União Europeia, a política linguística é da responsabilidade individual de cada membro. As instituições da EU desempenham um papel secundário neste campo, baseado no «princípio da subsidiariedade». O seu papel é fomentar a cooperação entre os estados membros e promover a dimensão europeia nas políticas linguísticas nacionais. Desde há alguns anos, o multilinguismo é uma área chave para os três órgãos que constituem a UE: o *Conselho da União Europeia*, a *Comissão Europeia* (CE) e o *Parlamento Europeu*.

As políticas linguísticas da UE têm como objetivo proteger a diversidade linguística e promover o conhecimento de línguas, não só por razões de identidade cultural e integração social, mas também porque os cidadãos multilingues estão mais bem colocados para tirar proveito das oportunidades educativas, profissionais e económicas criadas por uma Europa integrada. A política de multilinguismo é orientada pelo objetivo definido pelo Conselho da UE em 2002 em Barcelona de melhorar o domínio de competências básicas, em particular, ensinando duas línguas estrangeiras a partir de uma idade muito precoce. Por sua vez, este objetivo tinha por base o seminal *Livro Branco sobre a Educação e a Formação* de 1995, que advogava que todas as pessoas deveriam aprender duas línguas europeias. Além disso, Barcelona apela para o estabelecimento de um indicador de competência linguística.

Em 2003, a CE comprometeu-se a levar a cabo 45 novas ações para encorajar as autoridades nacionais, regionais e locais a trabalharem para uma «uma mudança significativa na promoção da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística». A primeira Comunicação de sempre da CE sobre o Multilinguismo, *Um novo quadro estratégico para o multilinguismo*, foi adotada em 2005 e complementou o seu plano de ação *Promover a aprendizagem de línguas e a diversidade linguística*. A Comunicação da CE (2005) definiu três objetivos básicos para a política da UE sobre multilinguismo:

1. assegurar que os cidadãos têm acesso a legislação, procedimentos e informação da UE na sua própria língua
2. salientar o importantíssimo papel que as línguas e o multilinguismo desempenham na economia europeia, e encontrar formas de desenvolver este papel
3. incentivar os cidadãos a aprenderem e a falarem mais línguas, de forma a melhorarem a compreensão mútua e a comunicação

A importância do multilinguismo no seio da CE foi sublinhada pela nomeação de um Comissário Europeu especial, Leonard Orban, para gerir o portefólio pela primeira vez no início de 2007, embora, com remodelação realizada por Durão Barroso em 2009, o multilinguismo se tenha tornado parte da área de atuação do Comissário da Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude. Sob a direção do comissário Leonard Orban, a CE produziu a sua Comunicação de 2008 *Multilinguismo, uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum*, que estabeleceu a política linguística como um tema transversal que contribui para todas as outras políticas da UE. A Comunicação definiu o que era preciso fazer para tornar a diversidade linguística uma mais-valia para a solidariedade e a prosperidade. Os dois principais objetivos da política de multilinguismo eram:

- sensibilizar a opinião pública para o valor e as oportunidades oferecidas pela diversidade linguística na UE e incentivar a eliminação das barreiras ao diálogo intercultural
- conceder a todos os cidadãos oportunidades efetivas de aprenderem a comunicar em duas línguas, além da sua língua materna.

Os estados membros foram convidados a oferecer uma ampla variedade de línguas de forma mais efetiva no seu sistema de ensino dos primeiros anos de escolaridade até ao ensino de adultos e a valorizar e continuar a desenvolver competências linguísticas adquiridas fora do sistema de ensino formal. Além disso, a CE afirmou a sua determinação em fazer uso estratégico de programas e iniciativas pertinentes da UE para colocar o multilinguismo «mais próximo do cidadão».

O Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão (2008), que acompanhava o supramencionada Comunicação da CE, apresenta uma boa panorâmica das atividades de apoio ao multilinguismo existentes na UE. A Comunicação da CE (2008) foi bem recebida e corroborada por resoluções quer do Conselho da UE (2008) quer do Parlamento Europeu (2009), que destacavam a importância da aprendizagem ao longo da vida, da competitividade, da mobilidade e da empregabilidade. Em 2011, a CE apresentou um novo relatório sobre os progressos alcançados desde 2008 e fez um inventário completo das ações da UE neste campo. Ao mesmo tempo olhou para o futuro, para o *Quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação* (EF 2020), no qual a aprendizagem de línguas é identificada como prioridade, sendo a comunicação em línguas estrangeiras uma de oito competências chave para melhorar a qualidade e a eficiência da educação e da formação. Também incluídas como competências essenciais encontram-se a comunicação em língua materna, e a mediação e compreensão intercultural.

O relatório salienta que as competências linguísticas são cruciais para a iniciativa *Agenda para novas competências e empregos*, uma vez que melhoram a empregabilidade. São também um pré-requisito para a mobilidade e, logo, para a implementação da nova iniciativa emblemática da instituição *Juventude em movimento*. De forma mais geral, as competências linguísticas têm o potencial de incentivar e facilitar o exercício do direito dos cidadãos da UE à livre movimentação e residência no território dos estados membros e de estimular o exercício transfronteiriço por parte dos cidadãos de uma ampla variedade de direitos que lhes são conferidos pela legislação da UE.

No âmbito dos inquéritos do Eurydice e do Eurobarómetro, são recolhidos dados estatísticos chave sobre a aprendizagem e o ensino de línguas. Para os domínios do ensino básico e do ensino secundário do Questionário do LRE, assumem grande importância os relatórios *Números-Chave do Ensino das Línguas nas Escolas da Europa* (Eurydice 2008, versão atualizada do relatório de 2005) e *Integração Escolar das Crianças Imigrantes na Europa* (Eurydice 2009), assim como dois relatórios do Eurobarómetro sobre competências linguísticas dos cidadãos europeus e as suas atitudes relativamente às línguas europeias (Eurobarómetros de 2001 e 2006). O supramencionado relatório à CE de Strubell et al. (2007) contém também dados sobre as matrículas em aulas de língua no ensino básico e secundário nos países da UE; além disso, o relatório apresenta uma análise de resultados e tendências transnacionais, sendo concluído com um conjunto de recomendações.

Numa próxima versão do Questionário do LRE poderão ser obtidos dados numéricos específicos sobre aprendentes de língua e exames escolares, bem como sobre tipos de competências linguísticas. Iremos explorar as oportunidades de sinergia entre a recolha de dados do atual projeto do LRE, do *European language monitor* (ELM) e do *Inquérito europeu sobre competências linguísticas* (IECL), respetivamente (ver os sítios Web dos dois projetos para conhecer os trabalhos em curso). O enfoque do projeto ELM incide sobre as línguas oficiais de estado; conta com uma secção especial sobre instrução em línguas oficiais de estado e utilização das mesmas vs. inglês no nível universitário. O enfoque primordial do projeto IECL recai na competência dos

alunos em inglês, francês, alemão, italiano e espanhol como primeira e segunda língua estrangeira no último ano da segunda etapa do ensino básico ou no segundo ano do ensino secundário, dependendo do contexto educativo em questão. O primeiro relatório do IECL foi recentemente disponibilizado pela CE (2012) e contém dados de quase 54 000 alunos inscritos em 14 países participantes. Foram concebidos, padronizados e aplicados testes de leitura, compreensão oral e escrita em cada uma das cinco línguas referidas, construídos independentemente dos currículos e tendo em conta os níveis definidos no QECR. Os resultados do IECL revelam um baixo nível geral de competências tanto na primeira como na segunda língua estrangeira testada. Além disso, os resultados variam enormemente entre países, línguas escolhidas e competências linguísticas avaliadas.

O principal programa de financiamento de apoio ao multilinguismo da CE para 2007-2013 é o *Programa de aprendizagem ao longo da vida* (PALV), que reúne as várias iniciativas europeias de formação e educação com um orçamento de quase sete mil milhões de euros para o septénio. O PALV, sucessor do programa Sócrates, que decorreu entre 1994 e 2006, é composto de quatro subprogramas, cada um dos quais dedicado a um setor educativo específico: *Comenius* (escolas), *Erasmus* (ensino superior), *Leonardo da Vinci* (ensino e formação profissional) e *Grundtvig* (ensino para adultos). Existe um programa transversal que complementa estes quatro subprogramas, incluindo a chamada *Atividade Chave* (AC) sobre línguas. Por fim, o programa *Jean Monnet* estimula o ensino, a reflexão e o debate sobre o processo de integração europeia nas instituições de ensino superior de todo o mundo.

Um dos objetivos específicos do PALV é a promoção da aprendizagem de línguas e da diversidade linguística. No âmbito das diferentes partes do programa, podem ser apresentadas propostas para cofinanciamento de projetos, redes e outras atividades linguísticas (por exemplo, ligadas à mobilidade de alunos, professores e trabalhadores). Todas as línguas – oficiais, nacionais, regionais, minoritárias e migrantes – são elegíveis no âmbito deste programa. O programa *Language Rich Europe* é cofinanciado pelo Programa AC2 (Redes multilaterais).

O Conselho da Europa (CdE)

Fundado a 5 de maio de 1949, o Conselho da Europa é uma organização intergovernamental composta por 47 estados membros, incluindo os 27 Estados da União Europeia.

A missão do Conselho da Europa é promover os direitos humanos, a democracia parlamentar e a regra da lei. Estes valores fundamentais subjazem às suas ações em todas as áreas, incluindo a de política linguística, que se baseia em três dimensões distintas mas complementares do trabalho da Organização: *convenções, recomendações e instrumentos técnicos*.

A *Convenção cultural europeia* incentiva os estados a apoiar o estudo das línguas, da história e da civilização dos outros. A *Carta social europeia* assegura o direito dos trabalhadores migrantes e das suas famílias a aprender a(s) língua(s) do estado de acolhimento e apoia o ensino da língua materna dos trabalhadores migrantes aos seus filhos.

As *convenções* do Conselho da Europa estão diretamente relacionadas com as normas europeias para a promoção e a salvaguarda da diversidade linguística e dos direitos linguísticos – a *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* e a *Convenção quadro para a proteção das minorias nacionais* respetivamente. A Carta é um instrumento cultural concebido para proteger e promover as línguas regionais ou minoritárias enquanto aspeto ameaçado do património cultural europeu. Inclui medidas específicas para apoiar a utilização deste tipo de línguas na educação e nos meios de comunicação social, e para permitir a sua utilização em contextos judiciais e administrativos, bem como na vida económica e social e nas atividades culturais. A *Convenção quadro* especifica as condições necessárias para que as pessoas pertencentes a minorias nacionais mantenham e desenvolvam a sua cultura e preservem os elementos essenciais da sua identidade, nomeadamente a religião, a língua, as tradições e a herança cultural.

Os estados que ratificaram estas *convenções* são supervisionados no que respeita ao cumprimento dos compromissos que assumiram.

As *recomendações* do Conselho da Europa são documentos de referência para as autoridades nacionais sobre princípios orientadores e medidas de implementação relacionadas, mas não são juridicamente vinculativas. Entre as mais relevantes para os fins do presente projeto, contam-se as seguintes:

- *Recomendação n.º R (98) 6 do Comité de Ministros sobre línguas modernas* (Conselho da Europa, 1998), que salienta a importância da comunicação intercultural e do plurilinguismo como objetivos fundamentais das políticas a implementar e que propõe medidas concretas para cada sector educativo e para a formação inicial e contínua dos professores. O Anexo desta recomendação indica, de forma muito completa para cada sector educativo, formas através das quais o plurilinguismo pode ser estabelecido como um objetivo transversal de um conceito de educação linguística em todos os estados membros do Conselho da Europa.
- *Recomendação 1383 (1998) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre diversificação linguística*, que afirma que «a diversidade linguística na Europa é um ativo cultural precioso que deve ser preservado e protegido»¹ pelo que «deveria haver maior variedade no ensino de línguas modernas nos estados membros do Conselho da Europa, o que deveria ter como resultado a aquisição não só do inglês mas também de outras línguas europeias e mundiais por parte dos cidadãos europeus, juntamente com o domínio da sua própria língua nacional ou, em alguns casos, regional»²;
- *Recomendação 1539 (2001) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa sobre o Ano Europeu das Línguas*, que apela aos Estado Membros para que «mantenham e continuem a desenvolver as iniciativas de política linguística do Conselho da Europa para a promoção do plurilinguismo, da diversidade cultural e do entendimento entre povos e nações» e para que «incentivem todos os europeus a adquirirem alguma capacidade de comunicar em várias línguas, por exemplo, promovendo abordagens novas e diversificadas adaptadas a necessidades individuais...»³;
- *Recomendação Rec (2005) 3 do Comité de Ministros sobre o ensino de línguas vizinhas em regiões fronteiriças*, que incita os governos dos estados membros «a aplicar os princípios da educação plurilingue, concretamente estabelecendo condições que permitam que as instituições de todos os níveis de ensino nas regiões fronteiriças salvaguardem ou, se necessário, iniciem o ensino e a utilização das línguas dos países vizinhos, juntamente com o ensino das culturas desses países, que estão intimamente ligadas ao ensino de língua»⁴;
- *Recomendação 1740 (2006) da Assembleia Parlamentar sobre o lugar da língua materna na educação escolar*, que incentiva os jovens europeus a aprenderem a sua língua materna (ou língua principal) quando a mesma não for a língua oficial do país, ao mesmo tempo que salienta que têm o dever de aprender a língua oficial do país de que são cidadãos;
- *Recomendação n.º R (2008) 7 do Comité de Ministros sobre a utilização do QECR e a promoção do plurilinguismo*, que define princípios e medidas gerais a ser implementadas pelas autoridades responsáveis pela educação linguística a nível nacional, regional e local, bem como medidas específicas dirigidas ao estabelecimento de políticas, ao desenvolvimento de currículos e manuais, à formação de professores e à avaliação.

Aquilo que podemos considerar *instrumentos «técnicos»* no campo da educação linguística são normalmente ferramentas de referência, sempre não-normativas, que os decisores e executores políticos poderão consultar e adaptar tendo em conta o seu contexto e as suas necessidades educativas. Entre estes instrumentos contam-se o amplamente usado *Quadro europeu comum de referência para as línguas* (QECR), o *Portefólio europeu de línguas* (PEL), guias de políticas, e um conjunto variado de outras ferramentas práticas desenvolvidas através dos programas da Unidade de Política Linguística em Estrasburgo e do Centro Europeu de Línguas Modernas em Graz.

¹ Tradução nossa do documento original inglês: «Europe's linguistic diversity is a precious cultural asset that must be preserved and protected», *Recommendation 1383 (1998) of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe on Linguistic Diversification*.

² Tradução nossa do documento original inglês: «there should therefore be more variety in modern language teaching in the Council of Europe member states; this should result in the acquisition not only of English but also of other European and world languages by all European citizens, in parallel with the mastery of their own national and, where appropriate, regional language», *Recommendation 1383 (1998) of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe on Linguistic Diversification*.

³ Tradução nossa do documento original inglês: «maintain and develop further the Council of Europe's language policy initiatives for promoting plurilingualism, cultural diversity and understanding among peoples and nations' and to 'encourage all Europeans to acquire a certain ability to communicate in several languages, for example by promoting diversified novel approaches adapted to individual needs...», *Recommendation 1539 (2001) of the Parliamentary Assembly of the Council of Europe on the European Year of Languages*.

⁴ Tradução nossa do documento original inglês: «to apply the principles of plurilingual education, in particular by establishing conditions that enable teaching institutions in border regions at all levels to safeguard or, if need be, introduce the teaching and use of the languages of their neighbouring countries, together with the teaching of these countries' cultures, which are closely bound up with language teaching», *Recommendation Rec (2005)3 of the Committee of Ministers on teaching neighbouring languages in border regions*.

O *Quadro europeu comum de referência para as línguas* (2001) foi concebido para promover a educação plurilingue e para ser adaptado aos contextos específicos de utilização. O QECR constitui-se como uma base comum para o desenvolvimento e a comparação de currículos, manuais, cursos e exames de língua segunda/estrangeira numa perspetiva dinâmica de aprendizagem plurilingue ao longo da vida. Desenvolvido através de um processo de investigação científica e consulta alargada, o QECR é uma ferramenta prática que estabelece metas claras a serem alcançadas nas sucessivas etapas da aprendizagem e que permite avaliar os resultados de forma internacionalmente comparável. Constitui-se ainda como uma base para o reconhecimento mútuo de qualificações linguísticas, facilitando assim a mobilidade educativa e profissional. É cada vez mais utilizado na reforma de currículos nacionais e por consórcios internacionais para a comparação de certificados de língua, na Europa e no resto do mundo, e encontra-se disponível em mais de 35 versões de diferentes línguas.

O *Portefólio europeu de línguas* (2001) é um documento pessoal no qual quem está a aprender ou aprendeu uma qualquer língua – quer na escola que fora dela – pode fazer registos e refletir sobre a aprendizagem de língua e as suas experiências culturais. É propriedade do aprendiz. No *Portefólio*, são valorizadas todas as competências, independentemente do nível das mesmas ou de terem sido adquiridas dentro ou fora da educação formal. Está ligado ao *Quadro europeu comum de referência para as línguas*.

O *Guia para o desenvolvimento de políticas de educação linguística na Europa* (2007) é um instrumento analítico que pode servir de documento de referência para a formulação ou reorganização planeada de políticas de ensino de línguas que visem a promoção do plurilinguismo e da diversificação, de forma que as decisões se inter-relacionadas coerentemente. O Guia apresenta uma conceção do plurilinguismo enquanto competência única, que – potencialmente – abarca várias línguas, normalmente com diferentes níveis de competência; «uma competência comunicativa para a qual contribui todo o conhecimento e experiência linguística e na qual as línguas se inter-relacionam e interagem».

Os instrumentos de políticas acima mencionados foram desenvolvidos pela Divisão de Política Linguística (agora Unidade de Política Linguística), que lançou recentemente uma *Plataforma de Recursos e Referências para a Educação Plurilingue e Intercultural* (www.coe.int/lang). Este sítio alarga o escopo em consideração, levando-o além do domínio das línguas modernas estrangeiras de forma a incluir línguas clássicas, línguas de migrantes e, o que é importante, línguas de escolarização. Trata-se de línguas como o alemão na Alemanha, o sueco na Suécia, etc. – ensinadas como disciplinas escolares e utilizadas como meio de instrução para outras disciplinas escolares (tendo em conta o papel fundamental da língua na construção do conhecimento em todas as disciplinas). A *Plataforma* constitui-se como um recurso aberto e dinâmico, com um sistema de definições, pontos de referência, descrições e descritores, estudos e boas práticas, que os estados membros são convidados a consultar e a utilizar para ajudar às suas políticas de promoção de igualdade de acesso à educação de qualidade, tendo em conta as suas necessidades, os seus recursos e a sua cultura educativa.

A acompanhar a Plataforma encontra-se o *Guia para o desenvolvimento e a implementação dos currículos de educação plurilingue e intercultural* que está atualmente a ser testado através de projetos-piloto em diferentes setores da educação formal. O Guia tem como objetivo facilitar uma implementação melhorada dos valores e princípios da educação plurilingue e intercultural no ensino de todas as línguas – estrangeiras, regionais ou minoritárias, clássicas e línguas de escolarização. Dá-nos um quadro geral das questões e dos princípios envolvidos na conceção e/ou no melhoramento dos currículos, bem como de abordagens pedagógicas e didáticas que abrem caminho a uma consecução mais plena do objetivo geral da educação plurilingue e intercultural.

No trabalho do Conselho da Europa, competência plurilingue e intercultural é a capacidade de utilizar um repertório plural de recursos linguísticos e culturais para satisfazer necessidades de comunicação ou interagir com pessoas oriundas de outras realidades ou contextos, enriquecendo assim esse repertório. A educação plurilingue e intercultural tem em conta o repertório de línguas, e as culturas relacionadas com essas línguas, que os aprendentes individuais adquiriram, quer tenham reconhecimento formal ou não – línguas de escolarização (como disciplina e meio de instrução), línguas regionais/minoritárias, línguas modernas, estrangeiras e clássicas e línguas imigrantes. O conselho da Europa promove uma abordagem holística capaz de desenvolver uma sinergia crescente entre línguas, maior coordenação entre professores e exploração das competências «transversais» dos aprendentes.

O trabalho do CdE sobre a educação linguística é coordenado pela Unidade de Política Linguística (UPL) em Estrasburgo e pelo Centro Europeu de Línguas Modernas (CELM) em Graz.

A UPL leva a efeito programas de cooperação intergovernamental no âmbito do Programa do Comité Diretor para Políticas e Práticas Educativas (CDPPE).

A UPL desempenha um papel pioneiro na cooperação internacional em termos de educação linguística desde 1957, funcionando como catalisador para a inovação e proporcionando um fórum pan-europeu único para a definição de políticas prioritárias de todos os estados membros. Os resultados dos programas da UPL levaram a um conjunto de recomendações e resoluções do Comité de Ministros e da Assembleia Parlamentar do CdE, que fornecem apoio político para os seus instrumentos e iniciativas de política educativa. Com base nestas recomendações e resoluções, a UPL organizou o *Ano Europeu da Línguas 2001* com a Comissão Europeia, cujos objetivos continuam a ser promovidos todos os anos no *Dia Europeu das Línguas* (www.coe.int/edl).

A UPL fornece ainda assistência especializada aos estados membros na realização de análises às políticas de educação linguística e tem estado envolvida no desenvolvimento de políticas para a educação de minorias. O seu trabalho mais recente centra-se sobretudo nas línguas de escolarização (incluindo as necessidades dos alunos desfavorecidos) no contexto mais amplo da educação plurilingue e intercultural, e nas políticas linguísticas relacionadas com a integração de migrantes adultos.

Os programas da Unidade de Política Linguística são complementados pelos programas do Centro Europeu de Línguas Modernas (CELM), um Acordo Parcial Alargado do Conselho da Europa estabelecido em Graz (Áustria) em 1994. Um total de 31 estados subscrevem atualmente o Acordo Parcial.⁵

O CELM tem como missão promover abordagens inovadoras e disseminar boas práticas na aprendizagem e no ensino de línguas. O Centro desenvolve projetos de quatro anos no âmbito de programas de médio prazo organizados em cooperação com especialistas europeus no campo da educação linguística. Os resultados do trabalho realizado nestes projetos são pacotes de formação prática, linhas de orientação e sítios Web interativos, tais como o *Portefólio europeu para alunos professores de línguas* (EPOSTL) traduzido para 13 línguas e adotado em muitos programas de formação de professores na Europa (<http://epostl.ecml.at>) e o *Quadro de referência para abordagens pluralistas relativamente às línguas e culturas*, que mostram como apoiar o desenvolvimento de competências plurilingues e interculturais dos aprendentes em sala de aula (<http://carap.ecml.at>). Diversas ferramentas desenvolvidas no CELM dizem respeito à utilização prática do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QECR) e do *Portefólio Europeu de Línguas* (PEL) e visam satisfazer as necessidades de profissionais de língua que trabalham em contextos multilingues. Todas as publicações da CELM estão disponíveis gratuitamente no sítio Web do Centro (www.ecml.at).

Na conceção do questionário para o inquérito do LRE, partimos das resoluções, convenções, recomendações e comunicações essenciais da UE e do CdE que contribuíram para o desenvolvimento de políticas e práticas para o multi/plurilinguismo. A Tabela 1 apresenta uma síntese dos documentos consultados. Um resumo dos pontos chave incluídos em cada documento e o próprio questionário podem ser encontrados no sítio Web do LRE. Chamamos a atenção para a diferença entre Conselho da UE (chefes de estado e governo) e Conselho da Europa.

⁵ Albânia, Andorra, Arménia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Chipre, República Checa, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Letónia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Montenegro, Países Baixos, Noruega, Polónia, Roménia, República Eslovaca, Eslovénia, Espanha, Suécia, Suíça, «a antiga República Jugoslava da Macedónia».

Tabela 1. Resumo geral dos documentos da UE e do CdE utilizados para a elaboração do Questionário do LRE

Documentos da União Europeia	Documentos do Conselho da Europa
<p>Resoluções/Conclusões do Conselho</p> <ul style="list-style-type: none"> - Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho sobre o Dia Europeu das Línguas 2001 (2000) - Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Barcelona (2002) - Conclusões sobre o multilinguismo (maio de 2008) - Resolução sobre uma estratégia europeia a favor do multilinguismo (novembro de 2008) - Conclusões sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação EF 2020 (2009) - Conclusões sobre competências linguísticas para reforçar a mobilidade (2011) 	<p>Convenções</p> <ul style="list-style-type: none"> - Convenção Cultural Europeia (1954) - Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (CELRM) (1992) - Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais (1995)
<p>Resoluções do Parlamento Europeu</p> <ul style="list-style-type: none"> - Resolução sobre a promoção da diversidade linguística e a aprendizagem de línguas (2001) - Resolução sobre as línguas europeias regionais e de menor difusão (2003) - Resolução sobre o multilinguismo, uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum (2009) 	<p>Recomendações do Comité de Ministros</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recomendação n.º R (82) 18 sobre línguas modernas (1982) - Recomendação n.º R (98) 6 sobre línguas modernas (1998) - Recomendação CM/Rec (2008) 7 sobre a utilização do QECR e a promoção do plurilinguismo
<p>Comunicações da Comissão Europeia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comunicação de 2005: um novo quadro estratégico para o multilinguismo - Comunicação 2008: multilinguismo, uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum - Livro Verde 2008: migração e mobilidade: desafios e oportunidades para os sistemas educativos da UE 	<p>Recomendações da Assembleia Parlamentar</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recomendação 1383 (1998) consagrada à diversidade linguística - Recomendação 1539 (2001) relativa ao Ano Europeu das Línguas 2001 - Recomendação 1598 (2003) relativa à proteção das Línguas Gestuais nos Estados Membros do Conselho da Europa - Recomendação 1740 (2006) sobre o lugar da língua materna na educação escolar
<p>Relatórios Externos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatório final do grupo de alto nível sobre o multilinguismo (2007) - As línguas são a alma do negócio: as línguas facilitam o funcionamento das empresas. Fórum das empresas para o multilinguismo (2008) 	<p>Relatórios Externos</p> <ul style="list-style-type: none"> - From linguistic diversity to plurilingual education: Guide for the development of language education policies in Europe,¹ Beacco and Byram (2007) - Guide for the development and implementation of curricula for plurilingual and intercultural education,² Beacco <i>et al.</i> (2010) <p>Ferramentas para o ensino e a aprendizagem</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quadro Europeu Comum de referência para as Línguas (QECR) (2001) - Portefólio Europeu de Línguas (PEL) (2001) - Um quadro de referência para as abordagens plurilinguísticas face às línguas e às culturas (FREPA) (2012): http://carap.ecml.at - European Portfolio for Student Teachers of English (2007): http://epostl2.ecml.at

1.2 A fórmula trilingue e o plurilinguismo

A promoção do multilinguismo em termos de trilinguismo não foi apenas advogada pela UE. A UNESCO adotou o termo «educação multilingue» em 1999 (*Resolução da Conferência Geral 12*) em referência à utilização de pelo menos três línguas na educação, ou seja, a língua materna, uma língua regional ou nacional e uma língua internacional. Já nos anos 50 do século XX, o governo indiano tinha avançado com o esboço de uma política de educação multilingue, que incluía instrução na língua materna, na língua regional (ou estadual), em hindi como a língua da comunicação geral e numa das línguas clássicas (sânscrito, páli, árabe, ou persa). Revista em 1961, a proposta recebeu a designação de *fórmula das três línguas* (FTL), e incluiu instrução na língua regional, em áreas em que o hindi era falado e em áreas em que não era, e em inglês ou noutra língua europeia.

A CE (1995) no chamado *Livro Branco* optou pelo trilinguismo como objetivo das políticas linguísticas para todos os cidadãos europeus. Além da «língua materna», cada cidadão deveria aprender pelo menos duas «línguas comunitárias». Este objetivo recebeu o apoio do Conselho da UE (2002) em Barcelona. Nesta altura o conceito de «língua materna» era usado para referir as línguas oficiais dos Estados Membros e ignorava o facto de, para muitos habitantes da Europa, «língua materna» e «língua oficial do estado» não coincidirem (Extra e Gorter 2008: 44). Ao mesmo tempo, o conceito de «línguas comunitárias» era usado para referir as línguas oficiais de dois outros Estados Membros da UE. Em documentos posteriores da CE, foi feita referência a uma língua estrangeira com grande prestígio internacional (o inglês não foi alvo de referência deliberada) e uma chamada «língua vizinha». Este último conceito estava ligado a países vizinhos e nunca aos nossos reais vizinhos do lado. Mais recentemente a perspetiva da CE nesta área desenvolveu-se e o parágrafo 4.1 da Comunicação do CE (2008) intitula-se «Valorizar todas as línguas»:

No contexto atual de crescente mobilidade e migração, o domínio da língua nacional é fundamental para uma boa integração e uma participação ativa na sociedade. Consequentemente, os falantes não nativos tendem a incluir a língua do país de acolhimento na sua combinação «língua materna mais duas línguas».

Além disso, existem recursos linguísticos na nossa sociedade que ainda não foram explorados: é importante valorizar melhor as diferentes línguas maternas e as outras línguas faladas em casa, localmente ou em zonas próximas. Por exemplo, as crianças que têm outra língua materna – seja da UE ou de um país terceiro – representam um desafio para as escolas, na medida em que a língua de instrução constitui uma segunda língua, mas também podem incentivar os seus colegas a aprender línguas diferentes e a conhecer outras culturas.

Tendo em vista uma maior interação entre as comunidades, o Grupo Consultivo da Comissão para o Multilinguismo e o Diálogo Intercultural (2008) desenvolveu o conceito de «língua adotiva pessoal», que mereceria uma reflexão aprofundada.

Embora não especificasse explicitamente o número de línguas a aprender, o Conselho da Europa desempenhou um papel pioneiro na promoção da aprendizagem de línguas e no desenvolvimento do plurilinguismo a partir da infância, e salientou de forma consistente a necessidade de valorizar todas as línguas. Além disso, propôs uma interessante perspetiva ao avançar com a ideia de competências variáveis e parciais.

Partindo da Resolução de 1969 sobre um programa intensificado de ensino de línguas modernas para a Europa e da Recomendação 814 (1977), em 1982 o CdE elaborou a Recomendação 82 (18) que exortava os Estados Membros a assegurarem que, tanto quanto fosse possível, todas as estratos das suas populações tivessem acesso a meios efetivos de adquirir conhecimento das línguas de outros Estados Membros (ou de outras comunidades dentro do seu próprio país) e a estimularem o ensino de pelo menos uma língua europeia além da língua nacional, ou da língua veicular da área em questão, a alunos com dez anos ou mais ou a partir do momento em que iniciam a segunda etapa do ensino básico. A Recomendação apelava ainda aos países para que disponibilizassem os meios para a aprendizagem de «tantas línguas quanto possível». O CdE teve ainda em conta nesta recomendação as necessidades dos trabalhadores migrantes, apelando a meios adequados para os mesmos:

to acquire sufficient knowledge of the language of the host community for them to play an active part in the working, political and social life of that community, and in particular to enable the children of migrants to acquire a proper education and to prepare them for the transition from full-time education to work to develop their mother tongues both as educational and cultural instruments and in order to maintain and improve their links with their culture of origin³

Na principal recomendação que se seguiu do Comité de Ministros, 98(6), o CdE exortou os europeus a atingirem um grau de competência comunicativa num conjunto de línguas e apelou aos Estados Membros para que alcançassem esta meta através da diversificação das línguas oferecidas e da definição de objetivos adequados a cada língua, incluindo cursos modulares e cursos destinados ao desenvolvimento de competências parciais.

A mais recente recomendação do Conselho da Europa aos estados membros é a CM/Rec (2008) 7E sobre a utilização do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) e a promoção do multilinguismo.

³«adquirirem conhecimento suficiente da língua da comunidade de acolhimento de forma a participarem ativamente na vida profissional, política e social dessa comunidade, e em particular para permitir que os filhos de pessoas migrantes adquiram uma educação adequada, preparando-os para a transição da educação a tempo inteiro para o trabalho de desenvolvimento das suas línguas maternas quer como instrumentos educativos e culturais quer de forma a manter e reforçar as relações com a sua cultura de origem» (tradução nossa).

Para um resumo e uma análise completa das políticas da UE sobre multilinguismo, consultar Cullen *et al.* (2008), que afirma que existe ainda uma relutância ou resistência significativa em relação à aprendizagem de uma língua adicional – além da aprendizagem do inglês. Esta perspectiva é apoiada pelos dados de 2009 do Eurostat que revelam um acentuado aumento na aprendizagem de inglês, mas não de outras línguas. Segundo Cullen, apenas um em cada cinco europeus pode ser descrito como um aprendente ativo de uma língua adicional e as competências linguísticas estão distribuídas de forma geográfica e culturalmente desigual. A maioria das atividades destinadas à promoção do multilinguismo tem lugar no setor da educação formal, em particular no domínio do ensino secundário. As principais conclusões de Cullen *et al.* (2008:iii-iv) a respeito do contexto político e das políticas de promoção do multilinguismo na UE são as seguintes:

- O multilinguismo e a diversidade linguística são agendas políticas por vezes em conflito. Tem-se verificado a tendência para que a aprendizagem de línguas seja influenciada por prioridades mais «duras», como a competitividade económica e a mobilidade no mercado de trabalho; e a diversidade linguística por questões mais «suaves», como sejam a inclusão e os direitos humanos. Em termos de ações concretas tem sido dada uma prioridade maior às políticas multilingues do que às políticas de diversidade linguística.
- A ação do Parlamento Europeu reflete um esforço consistente e persistente para manter a proteção às línguas minoritárias e o apoio à diversidade linguística. Desde o fim dos anos setenta, o Parlamento Europeu emitiu uma série de comunicações e resoluções de apelo à Comissão no sentido de que esta tome medidas de concretização de ações de promoção do uso de línguas minoritárias e de revisão de toda a legislação ou das práticas da Comunidade que discriminem as línguas minoritárias. No entanto, um problema significativo é que nenhuma desta iniciativas vincula os Estados Membros.

Atitudes dos cidadãos da UE em relação ao multilinguismo/plurilinguismo

Um dos Barómetros Europeus periódicos da CE, o Barómetro Especial 243 (2006), oferece um levantamento transversal de opinião pública sobre questões relacionadas com o multilinguismo. É analisado o apoio a alguns dos princípios que subjazem à política de multilinguismo da Comissão, bem como as percepções dos inquiridos sobre a situação nos seus países ou regiões e o seu apoio a políticas multilingues a nível nacional. Foram apresentadas aos inquiridos cinco afirmações que ilustram alguns dos princípios chave que sustentam as políticas destinadas a promover o multilinguismo na Europa. Todas as afirmações recebem o apoio da maioria dos europeus mas em graus diferentes, como a Tabela 2 demonstra claramente.

Tabela 2. Atitudes em relação ao multilinguismo na Europa (Fonte: Relatório do Eurobarómetro Especial)

Afirmações	Tende a concordar	Tende a discordar	Não sabe
1. Todas as pessoas da UE deveriam ser capazes de falar uma língua adicional.	84%	12%	4%
2. Todas as línguas faladas na UE deveriam ter igual tratamento.	72%	21%	7%
3. Todas as pessoas da UE deveriam ser capazes de falar uma língua comum.	70%	25%	5%
4. As instituições europeias deveriam adotar uma única língua para comunicar com os cidadãos europeus.	55%	40%	5%
5. Todas as pessoas da UE deveriam ser capazes de falar duas línguas adicionais.	50%	44%	6%

Os resultados do inquérito mostram que, apesar de a grande maioria dos cidadãos da UE considerar que aprender uma língua adicional é exequível, apenas 50% pensam que duas línguas é uma meta realista. Existe uma forte noção de que as línguas deveriam ser tratadas equitativamente, mas também a igualmente forte ideia de que todos deveríamos ser capazes de falar uma língua comum. As opiniões dividem-se quando se pergunta se as instituições europeias deveriam adotar uma língua para comunicação com os cidadãos.

O projeto LRE apresenta informação interessante sobre até que ponto é que os princípios de Barcelona estão a ser seguidos nos sistemas de educação dos países ou regiões inquiridos, bem como dados sobre a forma como todas as línguas – nacionais, estrangeiras, imigrantes e regionais ou minoritárias estão a ser valorizadas quer dentro quer fora da escola.

1.3 Variedades de língua exploradas no projeto

O projeto LRE pretende mostrar a riqueza de línguas presentes na sociedade europeia e até que ponto todas estas línguas são incluídas nas políticas e práticas multilingues. O repto que nos propusemos foi o de distinguir os tipos de língua e categorizá-los adequadamente.

Na sua Comunicação de 2008, a CE faz referência às muitas línguas «nacionais, regionais, minoritárias e migrantes» faladas na Europa e que «acrescenta[m] uma faceta à nossa herança cultural comum» e também às «línguas estrangeiras», termo usado para referir sobretudo as línguas europeias e não europeias com abrangência mundial.

É altamente reconhecida a importância da aprendizagem adequada da língua nacional de forma a ser-se bem sucedido na vida em sociedade. A aprendizagem de línguas estrangeiras é também comum na Europa. Os tipos de línguas que têm sido menos realçados são as línguas regionais/minoritárias e as línguas imigrantes, mas o seu valor nos Estados Membros europeus já foi reconhecido e apoiado quer pelo CdE quer pela UE, que salientaram que ambos os tipos de língua têm de ser apoiados, uma vez que são meios importantes de comunicação intragrupo e parte da identidade pessoal, cultural e social de muitos cidadãos da EU.

Na Recomendação 98(6), o CdE tinha já apelado aos Estados Membros para que assegurassem que as disposições da *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias* e da *Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais* eram tidas em conta como indicadores de parâmetros desejáveis para políticas sobre línguas e culturas regionais minoritárias. Apelou também à igualdade de respeito entre todas as línguas e aos países que continuassem a «promover o bilinguismo em áreas ou bairros imigrantes e a apoiar os imigrantes na aprendizagem da língua da área de residência».

O relatório do Grupo de Alto Nível sobre o Multilinguismo (2007) refere ainda que é necessário usar o potencial dos imigrantes como uma fonte de conhecimento linguístico e como uma boa oportunidade para as empresas lucrarem com as suas capacidades culturais e linguísticas, acedendo a mercados nos países de origem dos imigrantes.

Muitas vezes, os migrantes são vistos unicamente como um problema – as crianças migrantes revelam um desempenho insuficiente na escola e os migrantes adultos possuem apenas um conhecimento mínimo da língua do país de acolhimento. Um aspecto frequentemente negligenciado é o facto de os migrantes constituírem um valioso recurso linguístico. Ao valorizar as línguas migrantes no nosso meio, ajudaremos provavelmente a motivar os migrantes para aprenderem a língua da comunidade de acolhimento e, certamente, outras línguas, e permitiremos que se tornem mediadores competentes entre culturas diferentes.

Muito frequentemente, os jovens que pertencem às segunda e terceira gerações de migrantes possuem boas competências orais nas línguas de origem e da comunidade a que pertencem, mas não sabem ler nem escrever essas línguas. Muitos deles estão altamente motivados para a literacia nestas línguas. Os estabelecimentos de ensino e ligados à educação de adultos deveriam empenhar-se no sentido de oferecer oportunidades especiais de aprendizagem a estes grupos-alvo. Este investimento daria frutos, já que estas pessoas poderiam ajudar a estabelecer contactos económicos com os seus países de origem e poderiam ser chamados a desempenhar um papel activo nos programas de diálogo intercultural e de integração dirigidos aos imigrantes recém-chegados.

Neste contexto, a constelação de línguas (ver Extra e Gorter 2008: 3-60) a serem abordadas no questionário LRE irão incluir línguas, nacionais, estrangeiras, regionais/minoritárias e imigrantes. Estamos conscientes das diferentes conotações nos países europeus relativamente às referências aos povos (e às suas línguas)

com um mais curto ou mais longo período de residência num país a afetar essas mesmas conotações (ver Extra e Gorter 2008: 10 para a nomenclatura neste campo).

No contexto do projeto LRE, iremos pois explorar e usar os tipos de línguas referidos acima com as seguintes definições (ver também Glossário e Anexo da Parte I):

- *Línguas nacionais*: línguas oficiais do estado-nação.
- *Línguas estrangeiras*: línguas que não são aprendidas ou usadas em casa, mas aprendidas e ensinadas na escola ou usadas como línguas de comunicação mais alargada em setores não educativos.
- *Línguas regionais ou minoritárias*: línguas que são tradicionalmente usadas num dado território de um estado pelos cidadãos nacionais desse estado que formam um grupo numericamente mais pequeno do que o resto da população do estado.
- *Línguas imigrantes*: línguas faladas por imigrantes e pelos seus descendentes no país de residência, que têm origem num número alargado de (antigos) países.

Para perspetivas semelhantes, ver McPake e Tinsley (2007). Neste contexto, pretendemos tornar claro que temos consciência da inclusão deliberada das línguas imigrantes como parte do repertório europeu de línguas, ao passo que não é feita qualquer referência às línguas gestuais nesta primeira fase de recolha de dados sobre políticas e práticas multilingues devido à carga de trabalho exigida. Nas sociedades ocidentais em que há migração significativa, ou nas línguas minoritárias dentro de um estado-nação individual, há surdos que são, na verdade, minorias dentro de minorias. Dada a hegemonia oralista, a maioria destes surdos foi cortada não só da cultura das massas, mas também das suas próprias culturas «nativas», numa espécie de dupla opressão (Schermer 2011). Há uma diferença significativa entre as comunidades surdas e as das outras línguas minoritárias. As línguas gestuais, só de forma muito limitada, são passadas de geração em geração. A principal razão para que isso aconteça consiste no facto de mais de 95% dos surdos terem pais ouvintes para os quais a língua gestual não é a língua nativa. A maioria dos surdos aprendeu a sua língua gestual através dos seus pares surdos, de adultos surdos que não pertencem à sua família e/ou de pais que aprenderam a língua gestual como língua segunda.

O Parlamento Europeu aprovou por unanimidade uma resolução sobre Línguas Gestuais no dia 17 de Junho de 1988. A resolução pretendia que todos os países membros reconhecessem as suas línguas gestuais como línguas oficiais dos surdos. Até agora, essa resolução teve um efeito limitado. Em 2003, as línguas gestuais foram reconhecidas pelo Conselho da Europa como línguas minoritárias na Carta europeia das Línguas Regionais e Europeias. Na primeira fase de recolha de dados, incluiremos a referência a língua(s) gestuai(s) nos domínios Línguas em documentos e bases de dados oficiais e Línguas nos meios audiovisuais e na imprensa dos Questionários do LRE.

A distinção apresentada acima entre línguas «regionais» e línguas «migrantes» é amplamente usada e compreendida em toda a Europa continental, ao passo que a sugestiva referência a línguas «comunitárias», apoiada a partir das bases e comum no Reino Unido, pode referir-se a línguas nacionais, regionais e/ou imigrantes. Além disso, em documentos da UE, o conceito de línguas «comunitárias» refere-se habitualmente às línguas nacionais dos países da União Europeia e é, nesse sentido, quase «território

ocupado» pelo menos no que respeita ao jargão da UE. Um último argumento em favor do termo línguas «imigrantes» é o seu uso alargado no sítio Web da *Ethnologue Languages of the World*, uma importante fonte de informação de diferentes países sobre este tema.

No âmbito do presente projeto, consideraremos as línguas regionais/minoritárias como «reconhecidas oficialmente» no caso de esse reconhecimento advir do estado-nação em consideração. Além disso, esse reconhecimento pode também advir da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias do Conselho da Europa, que entrou em vigor em Março de 1998. A Carta funciona como uma referência europeia para a comparação de medidas legais e de serviços dos estados membros no domínio das políticas nesta área (Nic Craith 2003), e tem como meta a proteção e a promoção «das línguas regionais históricas da Europa». Os conceitos de línguas «regionais» e «minoritárias» não estão explicitados na Carta («Os estados decidem a definição») e as línguas imigrantes estão explicitamente excluídas. Os estados podem escolher livremente quais as línguas regionais/minoritárias a incluir. Além disso, o grau de proteção não está definido, pelo que cada estado pode optar por políticas mais ou menos rígidas. Os resultados são uma grande variedade de leis em todos os Estados Membros da UE (Grin 2003).

Temos consciência das discussões acerca da designação dos tipos de língua, e daremos conta desta discussão mais detidamente no final da publicação. Temos também presente que existe um conjunto de fatores que fazem com que o estabelecimento de definições claras entre os tipos de língua propostos seja virtualmente impossível. Em primeiro lugar, no seio de diferentes Estados Membros da UE, muitas línguas regionais/minoritárias e imigrantes têm um maior número de falantes do que muitas línguas oficiais do estado. Além disso, línguas regionais/minoritárias e línguas imigrantes num Estado Membro podem ser línguas oficiais noutro país, por exemplo o alemão na Dinamarca ou o russo na Ucrânia. Deve também recordar-se que muitas, se não a maioria, das línguas imigrantes em estados-nação europeus provêm de países não europeus. É o contexto de migração, e de minorização em particular, que torna ambígua a distinção que propomos entre línguas regionais/minoritárias e imigrantes. No entanto, não encontramos uma alternativa mais transparente. Na nossa opinião, a distinção proposta, se não conseguir mais, irá pelo menos levar a uma tomada de consciência da opinião pública e pode, em última instância, levar a uma abordagem inclusiva na conceptualização europeia de línguas minoritárias.

1.4 Domínios de língua incluídos no inquérito

O inquérito do projeto LRE inclui oito domínios de língua. Como primeiro domínio, incluímos um metadomínio que observa a disponibilidade de documentos e bases de dados nacionais/regionais sobre diversidade linguística. Dado o papel chave que a aprendizagem de línguas tem na educação, quatro domínios centram-se nas principais fases da educação financiada pelo estado, da pré-escola à universidade. Além disso, são tidos em conta três domínios cruciais fora da educação, de forma a perceber níveis de serviços multilingues na sociedade e nas empresas. Ao todo, os oito domínios do questionário são cobertos por um total de 260 perguntas, distribuídas por estes domínios tal como se demonstra na Tabela 3. Todas as perguntas dos domínios de língua 2 a 8 são baseadas nos documentos europeus referidos na Secção 1.1.

Tabela 3. Distribuição das perguntas pelos domínios de língua

N.º	Domínios	N.º de perguntas
1	Línguas em documentos e bases de dados oficiais	15
2	Línguas na educação pré-escolar	34
3	Línguas na primeira etapa do ensino básico	58
4	Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário	60
5	Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior	30
6	Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa	14
7	Línguas nos serviços e espaços públicos	31
8	Línguas nas empresas	18
Total de perguntas		260

O domínio 1 procura conhecer a disponibilidade de documentos e bases de dados nacionais ou regionais sobre diversidade linguística em cada um dos países ou regiões participantes. A disponibilidade de tais documentos e bases de dados poderá contribuir substancialmente para a sensibilização para o multilinguismo num dado país e servir de base para políticas de educação linguística. A divisão deste domínio em documentos e bases de dados oficiais está intimamente relacionada com a distinção comum nos estudos sobre planeamento linguístico entre planeamento de estatuto e planeamento de corpus. No nosso caso, a secção dos documentos refere-se aos esforços levados a cabo para regular o uso e a função de diferentes línguas numa dada sociedade e o secção das bases de dados refere-se aos esforços levados a cabo para *mapear* a distribuição e a validade do espectro de línguas numa dada sociedade.

Os domínios 2 a 4 do inquérito centram-se na educação pública para aprendentes não adultos. As definições de cada um destes domínios são fornecidas no Glossário da Parte I desta publicação, incluindo a distinção comum entre segunda etapa do ensino básico e ensino secundário, que pode ter que ver com diferenças de *idade e/ou* diferenças relacionadas com o *tipo de escolaridade*. Em cada um destes domínios, é abordada a organização do ensino de línguas, além das qualificações e da formação de professores, para cada um dos quatro tipos de língua. A distinção essencial entre organização e professores é amplamente utilizada no contexto europeu (ver, por exemplo, Eurydice 2008). As respostas a estas secções baseiam-se em dados disponíveis publicamente e em fontes oficiais.

Dada a substancial diversificação do ensino pós-secundário a nível nacional e transnacional, o Domínio 5 centra-se no ensino básico (profissional) e superior (universitário). Por isso, este domínio dá azo a dados altamente binários e complementares no que respeita ao ensino pós-secundário. Os Domínios 6-8 abrangem domínios cruciais fora e além da educação.

As respostas aos domínios 5 a 8 baseiam-se em dados recolhidos e relatados em contextos urbanos de três cidades por país ou região (ver Secção 1.5 para mais pormenores). O domínio 5 explora a oferta de línguas numa pequena amostra de instituições de ensino pós-secundário (profissional) e superior (universidade). O domínio 6 centra-se no espectro de línguas oferecidas nos meios de comunicação audiovisual e na imprensa. O domínio 7 concentra-se em línguas nos serviços e espaços públicos em termos de estratégias linguísticas institucionalizadas, serviços de comunicação oral e serviços de comunicação escrita. O enfoque do domínio 8, línguas nas empresas, recai nas estratégias linguísticas das empresas, nas práticas específicas de gestão linguística e na promoção das competências linguísticas dos funcionários. Em cada país/região, procurámos recolher uma amostra de 24 empresas.

1.5 Recolha de dados primários e a fórmula trimunicipal

Tal como referimos acima, as respostas aos domínios 1-4 do inquérito do LRE tiveram por base *dados oficiais/secundários* e refletem políticas e práticas comuns a nível nacional. Os domínios 5-8, por sua vez, baseiam-se em dados recolhidos/primários. A recolha destes dados primários teve lugar em três cidades em cada país tendo em conta as seguintes considerações:

- O multilinguismo é mais predominante em ambientes urbanos, uma vez que as pessoas recém-chegadas tendem a concentrar-se nestes ambientes para procurar trabalho
- As cidades reforçam as dinâmicas nacionais na resposta à diversidade linguística
- As grandes instituições de ensino pós-secundário e superior encontram-se nas cidades (domínio 5)
- A imprensa internacional, os cinemas e as estações de televisão estão mais habitualmente presentes nas cidades (domínio 6);
- Como consequência, os administradores das cidades e os planeadores urbanos têm de criar políticas locais sobre o multilinguismo (domínio 7);
- A sede de muitas empresas está localizada nas cidades (domínio 8).

A escolha das cidades foi semelhante para os países 1-14 da Tabela 4. Nestes países, o enfoque incidiu nas duas cidades com maior número de habitantes mais uma cidade onde a língua regional/minoritária é falada com o mais alto estatuto, vitalidade e/ou número de falantes no país. Os países 15-18, constituíram um desafio uma vez que não encaixam no modelo mencionado.

O país 15, Bósnia Herzegovina, tem três línguas nacionais: bósnio, croata e sérvio. As cidades escolhidas para recolha de dados primários foram Sarajevo, onde é sobretudo utilizado o bósnio, Banja-Luka, onde é sobretudo utilizado o sérvio e Mostar, onde são sobretudo utilizados o bósnio e o croata.

O país 16, Suíça, é composto por 26 cantões e possui também três línguas oficiais: alemão, francês e italiano. A pesquisa do LRE, em todos os domínios, teve lugar numa amostra de três cantões, um falante de alemão (Zurique), um falante de francês (Genebra) e um falante de italiano (Ticino). Os dados para os domínios 2-4 foram agregados nas tabelas apresentadas nesta publicação, mas os domínios 5-8 são apresentados a nível municipal.

O país 17, Espanha, é composto por 17 comunidades autónomas e duas cidades autónomas. Para os domínios 2-4, a pesquisa do projeto LRE foi levada a cabo num total de cinco comunidades autónomas – Madrid, Sevilha, Valência – e duas «nacionalidades históricas» – País Basco e Catalunha. Foram criados três perfis: um perfil combinado para Madrid, Sevilha e Valência, chamado Espanha; e dois perfis separados para o País Basco e a Catalunha. O País Basco possui duas línguas oficiais: basco e espanhol. A Catalunha tem três: catalão, espanhol e aragonês. As cidades escolhidas para investigação primária foram:

- para a Espanha: Sevilha e Valência
- para a Catalunha: Barcelona, Tarragona, L'Hospitalet
- para o País Basco: Bilbao, San Sebastián, Vitoria-Gasteiz

O país 18, Reino Unido, é composto por quatro países que têm governos e sistemas educativos separados. No que respeita aos domínios educativos (2-4), foram recolhidos dados sobre políticas e práticas comuns em cada país/região. No que se refere aos domínios 5-8, as cidades do País de Gales e da Escócia foram escolhidas com base no número de habitantes. Na Inglaterra, além de Londres, foi escolhida a cidade de Sheffield por razões práticas. Não foi ainda possível fazer investigação noutra cidade, mas esperamos que esses dados estejam disponíveis em breve. Quanto à Irlanda do Norte, até ao momento foi possível incluir apenas Belfast no inquérito.

A escolha das três cidades e das línguas regionais/minoritárias alvo de enfoque foi decidida antecipadamente em colaboração com as equipas nacionais participantes com base em estatísticas municipais para as primeiras duas cidades e estatísticas sobre línguas/grupos regionais/minoritários para a terceira cidade. A Tabela 4 dá-nos uma visão geral das cidades inquiridas por país.

Tabela 4. Abordagem trimunicipal para todos os países/regiões participantes

N.º	Países de tipo A	Maior cidade	Segunda/terceira maior cidade	Cidade adicional	Língua regional/minoritária dominante na cidade adicional
1	Áustria	Viena	Graz	Klagenfurt	esloveno
2	Bulgária	Sófia	Plovdiv	Shumen	turco
3	Dinamarca	Copenhaga	Aarhus	Aabenraa	alemão
4	Estónia	Tallinn	Tartu	Narva	russo
5	França	Paris	Marselha	Corte	corsa
6	Grécia	Atenas	Salónica	Xanthi	turco
7	Hungria	Budapeste	Debrecen	Pécs	alemão
8	Itália	Roma	Milão	Trieste	esloveno
9	Lituânia	Vilnius	Kaunas	Klaipeda	russo
10	Países Baixos	Amsterdão	Roterdão	Leeuwarden*	frísio
11	Polónia	Varsóvia	Cracóvia	Gdansk	cassubiano
12	Portugal	Lisboa	Porto	Miranda do Douro*	mirandês
13	Roménia	Bucareste	Iasi	Cluj	húngaro
14	Ucrânia	Kiev	Kharkiv	Lviv	russo
N.º	Países de tipo B	Maior cidade	Cidade na região 2	Cidade na região 3	Línguas oficiais
15	Bósnia Herzegovina	Sarajevo	Banja-Luka	Mostar	Bósnio/croata/sérvio
16	Suíça	Zurique	Genebra	Lugano	Alemão/francês/italiano
17	Espanha: Madrid, Valência, Sevilha Catalunha País Basco	Madrid Barcelona Bilbao	Valência Tarragona San Sebastián	Sevilha L'Hospitalet Vitoria-Gasteiz	Espanhol Catalão Basco
17	Reino Unido: Inglaterra País de Gales Escócia Irlanda do Norte	Londres Cardiff Glasgow Belfast	Sheffield Swansea Edimburgo –	– Newport Aberdeen –	Inglês Galês/inglês Gaélico/scots/inglês Irlandês/ulster scots/ inglês

*Ausência de universidade que leva à ausência de dados relacionados com a universidade.

Os *perfis nacionais ou regionais* baseiam-se na recolha de dados primários das 23+22+22=67 cidades referidas na Tabela 4. Como se pode inferir da Tabela 4, as línguas regionais/minoritárias mais dominantes nas cidades adicionais escolhidas têm o estatuto de língua nacional em países adjacentes. O enfoque da recolha de dados primários para os campos 5-8 de cada um dos 24 países/regiões participantes é resumido abaixo:

- No domínio de língua 5, o enfoque recai na oferta de línguas em diferentes tipos de educação para adultos disponibilizados pelo estado. São abrangidos dois setores complementares: a oferta de línguas no ensino profissional para (jovens) adultos com idade igual ou superior a 16 anos e a oferta de línguas na educação académica/universitária.
- No domínio de língua 6, o enfoque incide na disponibilidade de línguas nos meios audiovisuais, incluindo emissões da rádio e televisão públicas, nos maiores cinemas e na imprensa nas maiores estações de comboio e quiosques das cidades inquiridas.
- No domínio de língua 7, o enfoque recai na oferta de línguas em serviços e espaços públicos das cidades, mais especificamente em estratégias linguísticas institucionais, serviços de comunicação oral e serviços de informação escrita à escala municipal (camarária) nas cidades inquiridas.
- No domínio de língua 8, o enfoque recai em quatro setores empresariais diferentes – supermercados, empresas de construção, hotéis e bancos. Solicitou-se aos investigadores que recolhessem amostras distribuídas tão equilibradamente quanto possível em empresas multinacionais/internacionais (M/I), nacionais (N), e regionais ou locais (R/L). Na prática, esta pretensão revelou-se difícil de concretizar em todos os países.

Na tabela 5, apresenta-se um resumo geral dos domínios e grupos-alvo para a recolha de dados primários por cidade (3x).

Tabela 5. Domínios e grupos-alvo para recolha de dados por cidade

N.º	Domínio de língua	Grupo-alvo por cidade (3x)
5	Línguas no ensino profissional e universitário	<ul style="list-style-type: none"> - Maior instituição de ensino e formação profissional (EFP) com oferta de línguas - Maior universidade pública
6	Línguas na comunicação social	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de línguas nos programas de rádio e televisão tal como se descreve no jornal mais vendido - Disponibilização de línguas na imprensa na maior estação de comboios e no maior quiosque da cidade - Utilização de legendas ou dobragem em filmes de línguas diferentes da língua nacional - Oferta de língua gestual
7	Línguas nos serviços e espaços públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias linguísticas institucionalizadas, serviços de comunicação oral e serviços de informação escrita a nível municipal central
8	Línguas nas empresas	<ul style="list-style-type: none"> - Supermercados, empresas de construção, hotéis e bancos pequenos/médios e multinacionais/internacionais de grande dimensão

1.6 Metodologia de investigação

Diferentes tipos de investigação

Podem ser escolhidas várias metodologias de investigação para fazer pesquisa sobre políticas e práticas linguísticas numa dada sociedade. De acordo com os seus interesses de pesquisa, os investigadores podem adotar uma perspetiva microssociolinguística ou macrossociolinguística para documentar políticas e práticas relevantes (Fishman e Garcia 2010). Se a pesquisa se limitar a estudos de caso com poucos informantes, os investigadores optam sobretudo por abordagens de observação etnográfica e analítico-discursivas. A etnografia linguística (Heller 2007) é uma metodologia comum para investigar como e em que língua as pessoas interagem umas com as outras. Os etnógrafos da língua tentam compreender como é que as pessoas fazem uso dos recursos linguísticos que têm ao seu dispor para interagir com outros indivíduos.

No entanto, os métodos etnográficos nem sempre são ideais na investigação de políticas e práticas linguísticas a nível social. O projeto LRE incide sobretudo sobre o multilinguismo social e, em particular, em políticas e práticas institucionais que promovem (ou limitam) o multilinguismo. A metodologia adotada para o projeto LRE foi, pois, a da recolha de *dados por meio de um inquérito* sobre políticas e práticas linguísticas comuns num conjunto variado de domínios linguísticos em determinados contextos nacionais ou regionais ao longo da Europa.

O questionário para o inquérito foi elaborado com base no estudo dos principais documentos sobre políticas e práticas linguísticas da UE e do CdE descritos acima, dos quais foram recolhidas as recomendações mais importantes. Contudo, uma vez que as políticas e práticas linguísticas ao longo da Europa são um fenómeno complexo, não é possível identificar todas as variáveis relevantes, operacionalizá-las e transformá-las em ideias mensuráveis.

Construção do questionário

No que respeita à construção do questionário, foram seguidos os seguintes pré-requisitos para a elaboração das perguntas:

- cada pergunta deveria dar azo a dados classificáveis
- os dados classificáveis deveria ser ponderados, levando a uma diferenciação das políticas e práticas relatadas
- perguntas sim/não, em que uma das duas respostas levaria previsivelmente a resultados de 100% deveriam ser evitadas
- as perguntas deveriam ser suficientemente robustas para permitirem repetição de medições ao longo dos tempos

Habitualmente, cada pergunta tinha três opções de resposta e os investigadores tinham de seleccionar a opção que fosse mais próxima da realidade em termos de política e prática comum no seu país/região. A pontuação mais elevada para cada pergunta correspondia à política ou prática que está mais em consonância com as recomendações da UE ou do CdE. Os resultados transnacionais de cada país/região são apresentados na Parte 2 desta publicação. Na Parte III é apresentada uma panorâmica dos perfis nacionais e regionais.

Validade

Do ponto de vista da validade, as nossas preocupações em relação ao questionário geral foram as seguintes:

Validade interna

- O Questionário do LRE é suficientemente *abrangente* no que respeita à conceptualização e escopo, adequando-se assim aos seus objetivos?
- O Questionário do LRE é suficientemente *explícito* e *transparente* na sua formulação?
- O Questionário do LRE é suficientemente *prático* como ferramenta para a recolha de dados em termos de inteligibilidade e carga de trabalho administrativa?

Validade externa

- O Questionário do LRE é suficientemente *válido* na sua relação com as referências europeias que orientam a pontuação?

Comparabilidade transnacional dos dados

- O Questionário do LRE é suficientemente *justo* na representação dos quatro tipos de língua chave que são tidos em conta: línguas nacionais, estrangeiras, regionais/minoritárias e imigrantes?
- O Questionário do LRE baseia-se em *perguntas equitativas* nos diferentes países/regiões?
- O Questionário do LRE baseia-se em *procedimentos de pontuação equitativos* nos diferentes países/regiões?

Acreditamos que o questionário, embora precise de ser depurado e desenvolvido pela rede e partes interessadas estabelecidas, tenta ir ao encontro dos critérios acima delineados. Constitui já um bom conjunto de indicadores provisórios e um quadro geral para apoiar os países e as regiões a fazerem uma autoavaliação tendo em conta os documentos sobre políticas e práticas da UE e do CdE, para sensibilizar os decisores europeus, nacionais e regionais sobre questões de língua a nível público e político global, e para incentivar as principais partes interessadas de um conjunto variado de setores, línguas e países à tomada de ação.

Acreditamos ainda que a nossa proposta de indicadores permitirá aos utilizadores situar as suas políticas em relação às de outros países ou regiões e, conseqüentemente, partilhar informação de forma transparente e identificar boas práticas. Esperamos que os indicadores possam também contribuir para novas políticas destinadas a contextos específicos. Note-se que os indicadores não pretendem ser instrumentos para levar a cabo análises aprofundadas de políticas ou práticas multilingues de grande escala. No entanto, os resultados da investigação poderão dar azo a estudos de caso altamente relevantes que poderão gerar perspetivas e dados complementares, decorrentes das perspetivas globais dos indicadores.

Abordagens complementares

Nem todos os domínios abrangidos pelo projeto LRE se prestam à mesma metodologia de pesquisa, pelo que foi adotada uma abordagem complementar para os domínios de língua 1-8 (ver Tabela 3). A parte do Questionário do LRE para a qual existem políticas e documentos nacionais ou regionais oficiais é baseada em *dados oficiais/secundários* (domínios de língua e 1-4). Nos casos em que estes dados não existem (ensino pós-secundário e superior, comunicação social, serviços e espaços públicos, empresas), os resultados baseiam-se em *dados recolhidos/primários* (domínios de língua 5-8).

Os dados que nos propomos obter não pretendem ser representativos de um país/região ou suficientemente significativos para fazer generalizações, mas sim o ponto de partida para indicadores iniciais de políticas e práticas sobre multilinguismo e plurilinguismo em domínios que foram menos explorados nos documentos da CE e menos tratados pela investigação. Dada a metodologia combinada que adotámos, decidimos não apresentar pontuações gerais por domínio de língua nem fornecer uma pontuação cumulativa geral ou índice por país/região.

Embora, como referimos acima, a base de dados recolhida/primária não possa ser utilizada para fazer generalizações, é certamente uma base de dados transnacional para pesquisas futuras. Acreditamos que a combinação da análise de dados secundários para os domínios de língua 1-4 com a análise/recolha dos dados primários para os domínios 5-8 é um elemento inovador e pioneiro do projeto.

Processo

O procedimento abaixo resume os passos dados para conceber e testar o Questionário do LRE, bem como para recolher e processar os dados:

- 2010 – As questões iniciais e as propostas de pontuação de todas as opções de escolha múltipla foram desenvolvidas pela Universidade de Tilburg, o British Council e o Migration Policy Group em Bruxelas. O domínio empresarial foi desenvolvido pelo CILT em Londres, utilizando o inquérito ELAN (2006) como ponto de partida, e mais tarde depurado pela equipa de investigação francesa. A equipa de línguas da Metropolitan Police e outros prestadores de serviços públicos de Londres forneceram aconselhamento para o domínio dedicado aos serviços públicos.
- A versão provisória do Questionário foi pré-testada em três estudos piloto na Polónia, Na Espanha e na região da Catalunha no início de 2011. Os estudos piloto tinham como objetivo testar o conteúdo do Questionário do LRE e validá-lo tendo em conta a variação nas políticas e práticas linguísticas quer *entre* países quer *no seio* cada país.
- Com base nas conclusões dos estudos piloto, o Questionário do LRE, o Manual de Campo para os investigadores e os procedimentos de pontuação foram adaptados e, em seguida, examinados pelo Grupo Diretor do LRE e especialistas externos. O Questionário final do LRE foi enviado no outono de 2011 para todas as equipas nacionais e regionais para recolha de dados.
- Foram criadas versões diferentes do questionário para a Bósnia Herzegovina, a Espanha, a Suíça e o Reino Unido (ver Tabela 4).
- Foi enviado aos investigadores um Manual de Campo explicando o contexto do projeto e a forma como deveria ser levada a cabo a recolha de dados. Além disso, foi realizada uma reunião presencial de dois dias para discutir a metodologia e houve trocas de mensagens de correio eletrónico e contactos por telefone com cada equipa de investigação.
- Depois de as equipas nacionais e regionais terem fornecido as respostas a todas as questões, todos os dados obtidos foram avaliados pelos pares de forma independente para garantir uma interpretação consistente e revista dos mesmos.
- Em seguida, todos os dados avaliados pelos pares foram processados, analisados e avaliados pela equipa do LRE da Universidade de Tilburgo.
- Durante este processo, tornou-se evidente que algumas perguntas tinham sido interpretadas de forma diferente por diferentes investigadores, ao passo que outras não tinham sido compreendidas na totalidade. O processo de clarificação destas perguntas, de padronização de respostas, e de consensualização de interpretações foi terminado no início de 2012. Decidiu-se que algumas perguntas não seriam pontuadas devido à impossibilidade de recolha de dados. Revelou-se impossível recolher dados sobre coleções de livros em línguas além da língua nacional em bibliotecas públicas de alguns países. As perguntas sobre as línguas necessárias para estudos de licenciatura ou pós-graduação revelaram-se ambíguas e não foram pontuadas.
- Os resultados de cada país/região foram reenviados a todos os investigadores, tendo assim surgido uma nova oportunidade de feedback. De início, os resultados foram apresentados globalmente por domínio, mas, em seguida, decidiu-se apresentá-los com um nível mais detalhado, pergunta a pergunta, de forma a revelar as políticas e práticas dos países/regiões mais pormenorizadamente.

Resultados

Os resultados apresentados neste livro têm por base o primeiro inquérito transnacional alargado sobre políticas e práticas multilingues na Europa e provêm de relatórios revistos e avaliados por pares sobre um conjunto total de 260 perguntas. Nem todas as respostas deram azo a resultados passíveis de processamento e análise previsível. É o que acontece, por exemplo, com algumas das perguntas sobre línguas na comunicação social.

Os perfis nacionais ou regionais apresentados na Parte III do presente estudo são os resultados do processo descrito acima, e as perspetivas transnacionais e trans-setoriais na Parte II. A descrição de cada país ou região tem por base um *perfil qualitativo e quantitativo*. Os textos e as tabelas relacionam-se diretamente com as perguntas feitas no Questionário do LRE e são acompanhados de *comentários* através dos quais os investigadores de cada país/região explicam os resultados, os colocam em contexto, apontam as principais conclusões e destacam novas e interessantes iniciativas e boas práticas. O objetivo foi oferecer os dois tipos de informação de forma contextualmente equilibrada e inter-relacionada.

Inevitavelmente não é possível incluir todas as variedades possíveis numa investigação como esta. Não obstante, pensamos que, embora possa haver algumas lacunas, cobrimos muito terreno e identificámos a maioria das questões gerais em termos de políticas e práticas linguísticas. É importante realçar que, no âmbito dos domínios de educação escolhidos, o enfoque do inquérito do LRE recai na oferta de línguas, não nas necessidades de língua em termos da participação efetiva dos alunos, nem na proficiência linguística em termos da efetiva obtenção de conhecimento linguístico. Estas duas últimas metas estavam para além do âmbito desta primeira ronda de recolha de dados.

A presente publicação tem dois Anexos. O primeiro Anexo é constituído pela Versão A do Questionário do LRE e pode ser encontrado no sítio Web do LRE. A Versão B é uma versão adaptada de A que foi utilizada nos países da amostra do LRE onde existe mais do que uma língua nacional. O segundo Anexo é um Glossário que apresenta definições dos termos mais importantes utilizados nesta publicação. Ao longo das três Partes, todas as referências a línguas são baseadas num cuidadoso escrutínio do sítio Web *Ethnologue: Languages of the World*, uma muito valiosa e amplamente utilizada fonte de informação sobre este tema.

PARTE 2

Análise transnacional dos resultados do *Language Rich Europe*

Kutlay Yağmur, Guus Extra e Marlies Swinkels

Introdução

No presente capítulo, as perspetivas transnacionais são apresentadas tendo em conta o grau de alinhamento das políticas e práticas linguísticas nacionais/regionais dos 24 países/regiões com as referências europeias. São apresentadas tabelas transnacionais sobre oito domínios linguísticos, incluindo um metadomínio, para revelar os resultados em termos de educação, serviços públicos, meios de comunicação social e empresas. Apresentam-se ainda dados transversais de diferentes domínios para que o leitor possa compreender melhor a difusão e distribuição das línguas no contexto europeu.

Na secção 2.1, é apresentada a informação relatada acerca das línguas em documentos e bases de dados oficiais nos países/regiões participantes. Na secção 2.2, o enfoque recai nas línguas na educação pré-escolar, mais precisamente na disponibilização de línguas nacionais, estrangeiras, regionais/minoritárias (R/M) e imigrantes. A secção 2.3 apresenta perspetivas comparativas sobre as línguas na primeira etapa do ensino básico, tendo em conta dois temas – organização e os professores –, mais uma vez abrangendo os quatro tipos de línguas. O mesmo acontece em relação à segunda etapa do ensino básico e ao ensino secundário na secção 2.4. A secção 2.5 exhibe três tipos de dados sobre o ensino (pré-)básico e secundário numa perspetiva transversal. A secção 2.6 centra-se nas línguas no ensino pós-secundário e superior. A secção 2.7 apresenta os resultados da nossa pesquisa sobre línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa, ao passo que a secção 2.8 incide sobre as línguas nos serviços e espaços públicos. A secção 2.9 apresenta perspetivas comparativas sobre as línguas nas empresas em todos os países/regiões participantes. A secção 2.10 apresenta perspetivas transversais sobre a distribuição de línguas nos domínios da imprensa, dos serviços e espaços públicos e das empresas tomados como um todo. Os principais resultados e conclusões decorrentes das secções acima mencionadas são apresentados no início do livro depois da introdução, como é prática comum em projetos de investigação da UE.

A Alemanha é um estado federal altamente descentralizado, em particular nos domínios da educação e da assistência sociocultural. Não foi possível recolher os dados do LRE na Alemanha de forma consistente, dada a forte diversidade e divergência existente entre as políticas e práticas linguísticas, quer no seio de cada um dos três Bundesländer e de cada uma das três cidades em que o estudo se centrou, quer entre os Bundesländer e as cidades. Nos domínios linguísticos escolhidos do projeto LRE, as políticas e práticas linguísticas são da responsabilidade dos municípios ou até das escolas a nível regional ou local. Dadas estas autonomias, é praticamente impossível relatar políticas e práticas “comuns” no contexto alemão. Por estas razões, a base de dados da Alemanha não foi incorporada na análise transnacional apresentada na Parte II deste estudo.

2.1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

Na primeira parte do inquérito do LRE, verificámos se existiam documentos e bases de dados oficiais sobre línguas nos países/regiões inquiridos. Acreditamos que a existência de documentos oficiais de apoio à diversidade linguística e a construção de bases de dados indicando as línguas faladas irão reforçar a consciência do multilinguismo em qualquer contexto nacional ou regional, bem como conduzir a melhores políticas educativas. Com base nos dados do LRE, e também através da consulta do registo oficial do Conselho da Europa (CdE) – a CELRM – temos a possibilidade de fazer o mapeamento das políticas e práticas relacionadas nesta área.

A Tabela 1 dá resposta a duas grandes questões sobre legislação linguística e documentos oficiais de política linguística nos 24 países/regiões inquiridos, de acordo com os relatórios dos nossos investigadores. Existe legislação sobre línguas nacionais e regionais e minoritárias (R/M) em quase todos os países/regiões, sobre línguas estrangeiras em 14 países/regiões, e sobre línguas imigrantes em apenas seis países/regiões. Existem documentos oficiais de política linguística dedicados às línguas nacionais e estrangeiras disponíveis em quase todos os países/regiões, às línguas R/M em 18 países/regiões e às línguas imigrantes em apenas quatro países/regiões.

Tabela 1. Legislação linguística e documentos oficiais de política linguística nos 24 países/regiões inquiridos

País/Região	Existe legislação nacional ou regional/federal que contenha artigos sobre línguas?				Existem documentos oficiais de política linguística destinados à promoção do ensino e da aprendizagem de línguas no seu país ou na sua região?			
	Nac.	Estr.	R/M	Imig.	Nac.	Estr.	R/M	Imig.
Áustria	√		√		√		√	
País Basco	√		√		√	√	√	
Bósnia Herzegovina	√		√		√	√	√	
Bulgária	√	√	√	√	√	√	√	
Catalunha	√		√		√	√	√	√
Dinamarca	√	√	√	√	√			
Inglaterra			√		√	√	√	
Estónia	√	√		√	√	√		
França	√	√	√		√	√	√	√
Frísia	√	√	√		√	√	√	
Grécia	√				√	√		
Hungria	√	√	√		√	√	√	
Itália			√		√	√	√	
Lituânia	√	√	√		√	√	√	
Países Baixos	√	√	√		√	√	√	
Irlanda do Norte	√	√	√		√	√	√	
Polónia	√		√					
Portugal	√		√		√	√		
Roménia	√	√	√		√	√	√	
Escócia	√	√	√	√	√	√	√	
Espanha (3 comuni.)	√	√	√	√	√	√	√	√
Suíça	√		√		√	√	√	√
Ucrânia	√	√	√		√	√	√	
País de Gales	√	√	√			√	√	

Como referimos na secção 1.1, um dos principais documentos de apoio à diversidade linguística na Europa é a *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* (CELRM do CdE). A Carta é uma convenção concebida para, por um lado, proteger e promover as línguas R/M como um aspeto ameaçado do património cultural da Europa e, por outro, permitir que os falantes de uma língua R/M a utilizem na vida privada e pública. Em primeiro lugar, e acima de tudo, a Carta define os principais objetivos e princípios que os estados se comprometem a aplicar a todas as línguas R/M existentes no seu território nacional. Em segundo lugar, a Carta contém um conjunto de medidas concretas concebidas para facilitar e incentivar a utilização de línguas R/M específicas na vida pública. Neste âmbito inserem-se as línguas tradicionalmente utilizadas dentro do território de determinado estado, mas não as línguas relacionadas com movimentos migratórios recentes ou dialetos da língua oficial. Os objetivos da Carta são assegurar que, tanto quanto é razoavelmente possível,

as línguas R/M sejam utilizadas no ensino e nos meios de comunicação e permitir e incentivar a sua utilização em contextos legais e administrativos, na vida económica e social, em atividades culturais e em trocas transfronteiriças.

A Carta foi *ratificada pelo Parlamento* de 11 dos 18 países/regiões inquiridos, embora não o tenha sido pela Bulgária, Estónia, França, Grécia, Itália, Lituânia e Portugal. A Carta foi *assinada pelo Governo* mas não ratificada pelo Parlamento na França e na Itália. Uma razão para a não ratificação é o facto de em alguns países a ratificação entrar em conflito com a constituição nacional. A Tabela 2 mostra quais são as línguas reconhecidas, protegidas e/ou promovidas em cada país nos documentos nacionais ou através dos documentos nacionais e da CELRM. Para mais informações, consultar o sítio Web do CdE sobre a Carta, que é periodicamente atualizado.

Tabela 2. Reconhecimento, proteção e/ou promoção oficial das línguas R/M em 18 países

EM MAIÚSCULAS: apenas por documentos oficiais do país

Em itálico: por documentos oficiais do país e pela CELRM

i>

País	Línguas R/M reconhecidas, protegidas e/ou promovidas por documentos oficiais/legislação do país ou na CELRM
Áustria	<i>Croata (em Burgenland), checo (em Viena), húngaro (em Burgenland e em Viena), Romani (em Burgenland), eslovaco (em Viena), esloveno (na Caríntia e na Estíria)</i>
Bósnia Herzegovina	<i>Albanês, checo, alemão, húngaro, italiano, línguas judias (língua iídiche e língua ladina), macedónio, montenegrino, polaco, ROMANI, ruteno, servo-croata, eslovaco, esloveno, turco, ucraniano</i>
Bulgária	ARMÉNIO, HEBREU, ROMANI, TURCO
Dinamarca	<i>Alemão (ESQUIMÓ-ALEÚTE E FAROENSE PROTEGIDAS PELAS LEIS DE AUTONOMIA)</i>
Estónia	A NOVA LEI DAS LÍNGUAS (2011) CONSIDERA IMPORTANTE PROTEGER TODAS AS LÍNGUAS REGIONAIS ESTONIANAS
França	BASCO, BRETÃO, CATALÃO, CORSA, ALEMÃO DIALETOS DAS REGIÕES DA ALSÁCIA E MOSELLE (ALSACIANO E MUSELÊS), FLAMENGO OCIDENTAL, FRANCO-PROVENÇAL, LANGUE D'OÏL («LÍNGUAS DO NORTE»: FRANCCOMTOIS, WALLON, CHAMPENOIS, PICARD, NORMAND, GALLO, POITEVIN-SAINTONGEAIS, LORRAIN, BOURGUIGNON-MORVANDIAU), OCCITANO («LÍNGUAS DO SUL»: GASCON, LANGUEDOCIEN, PROVENÇAL, AUVERGNAT, LIMOUSIN, VIVARO-ALPIN), PARLERS LIGURIENS (DO VALE DE ROYA NOS ALPES-MARITIMES E BONIFACIO NA CÔRSEGA). ALÉM DISSO AS 41 LÍNGUAS DE TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS INCLUÍDAS NA LISTA OFICIAL DE LÍNGUAS FALADAS POR POPULAÇÕES IMIGRANTES: ÁRABE DIALETAL, ARMÉNIO OCIDENTAL, BERBERE, JUDEU-ESPANHOL E ROMANI.
Grécia	Línguas promovidas, mas não especificadas
Hungria	<i>Arménio, búlgaro, grego, polaco, ruteno, ucraniano, croata, alemão, romani/ boyash, romeno, sérvio, eslovaco, esloveno</i>
Itália	ALBANÊS, CATALÃO, CROATA, FRANCO-PROVENÇAL, FRANCÊS, FRIULANO, ALEMÃO, GREGO, LADINO, OCCITANO, SARDO, ESLOVENO
Lituânia	BIELORRUSSO, HEBREU, POLACO, RUSSO
Países Baixos	<i>Limburguês, baixo-saxão, romani, iídiche: protegidas e reconhecidas. Frísio: promovida</i>
Polónia	<i>Arménio, bielorrusso, checo, alemão, hebreu, karaim, cassúbio, lemko, lituano, romani, russo, eslovaco, tártaro, ucraniano, iídiche</i>
Portugal	MIRANDÊS
Roménia	<i>Albanês, arménio, búlgaro, croata, checo, alemão, grego, húngaro, italiano, macedónio, polaco, romani, russo, ruteno, sérvio, eslovaco, tártaro, turco, ucraniano, iídiche</i>
Espanha	<i>Basco, catalão, galego, valenciano, árabe, aranês occitano, asturiano/bable, línguas berberes, caló, fablas aragonesas, português, romani</i>
Suíça	<i>Italiano a nível federal e nos cantões de Grisons e Ticino, romanche, francês no cantão de Berna, alemão em Bosco-Gurin e Ederswil e nos cantões de Friburgo e Valias, walsler, ieniche, iídiche</i>
Reino Unido	<i>Cornualhês na Inglaterra, irlandês e Ulster-Scots na Irlanda do Norte, gaélico-escocês e Scots na Escócia, galês no País de Gales</i>
Ucrânia	<i>Bielorrusso, búlgaro, tártaro da Crimeia, gagauz, alemão, grego, húngaro, moldavo, polaco, romeno, russo, eslovaco, iídiche</i>

O reconhecimento e/ou a proteção das línguas pela CELRM não implica necessariamente a promoção das línguas no ensino. A Tabela 3 mostra as línguas oficialmente disponibilizadas por cada país no ensino nacional ou regional, de acordo com documentos nacionais oficiais ou com a CELRM.

Tabela 3. Línguas R/M oficialmente disponibilizadas no ensino à escala nacional ou regional em 18 países

EM VERSALETES: disponibilização no ensino referida apenas em documentos oficiais do país

Em itálico: disponibilização no ensino referida em documentos oficiais do país e na CELRM

País	Línguas R/M oficialmente ensinadas no ensino nacional ou regional	N Total
Áustria	<i>Burgenland: croata, húngaro, romani; esloveno na Caríntia</i>	4
Bósnia Herzegovina	<i>Albanês, checo, alemão, húngaro, italiano, línguas judias (íidiche e ladino), macedónio, montenegrino, polaco, romani, romeno, ruteno, eslovaco, esloveno, turco, ucraniano</i>	17
Bulgária	ARMÉNIO, HEBREU, ROMANI, TURCO	4
Dinamarca	<i>Alemão</i>	1
Inglaterra	CORNUALHÊS (<i>ver também Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales para o Reino Unido</i>)	1
Estónia	LÍNGUA VÕRU	1
França	BRETÃO, BASCO, CATALÃO, CORSA, CRIOLO, LÍNGUA GESTUAL FRANCESA, GALO, OCCITANO, LÍNGUAS REGIONAIS DA ALSÁCIA, LÍNGUAS REGIONAIS DO DEPARTAMENTO DE MOSELLE TAITIANO E LÍNGUAS MELANÉSIAS (AJIE, DREHU, MENGONE, PAICI) são disponibilizadas na França Ultramarina.	10 + 5
Grécia	–	–
Hungria	<i>Croata, alemão, ROMANI/BOYASH, romeno, sérvio, eslovaco, esloveno</i>	8
Itália	ALBANÊS, CATALÃO, CROATA, FRANCO-PROVENÇAL, FRANCÊS, FRIULANO, ALEMÃO, GREGO, LADINO, OCCITANO, SARDO, ESLOVENO	12
Lituânia	BIELORRUSSO, HEBREU, POLACO, RUSSO	4
Países Baixos	<i>Frísio apenas na Frísia</i>	1
Polónia	<i>Arménio, bielorrusso, alemão, hebreu, cassúbio, lemko, lituano, russo, eslovaco, ucraniano, checo, karaim, romani, tártaro, íidiche</i>	15
Portugal	MIRANDÊS na região de Miranda do Douro	1
Roménia	<i>Búlgaro, croata, checo, alemão, grego, húngaro, italiano, polaco, romani, russo, sérvio, eslovaco, tártaro, turco, ucraniano</i>	15
Espanha	<i>Aranês-occitano, basco, catalão, galego, valenciano</i>	4
Suíça	<i>Italiano, romanche</i>	2
Reino Unido	<i>Cornualhês, irlandês, gaélico escocês, galês</i>	4
Ucrânia	<i>Bielorrusso, búlgaro, tártaro da Crimeia, gagauz, alemão, grego, húngaro, moldavo, polaco, romeno, russo, eslovaco, íidiche</i>	13

Como se pode observar na Tabela 3, existe uma variação significativa no número de línguas oficialmente disponibilizadas no ensino. Em geral, os números mais altos de línguas R/M disponibilizadas oficialmente na educação encontram-se no sudeste e centro da Europa. Na Europa ocidental a Itália e a França são as exceções mais claras a esta regra geral. Os conceitos de língua «regional» ou «minoritária» não são especificados na CELRM, mas as línguas imigrantes são explicitamente excluídas da Carta (Extra e Gorter 2008:31). Nos países da Europa ocidental, as línguas imigrantes têm frequentemente uma aparência mais proeminente do que as línguas R/M, mas são menos reconhecidas, protegidas e/ou promovidas. A Grécia é o único país participante no LRE em que não existe nenhuma R/M língua especificamente reconhecida ou ensinada, embora, na verdade, o turco seja disponibilizado para crianças falantes de turco em escolas básicas na região da Trácia. Por outro lado, nem todas as línguas oficialmente disponibilizadas de acordo com os documentos o são de facto na escolas, e a informação acerca das línguas realmente ensinadas na altura da recolha de dados e de acordo com os relatórios dos nossos investigadores é apresentada nas secções 2.3-2.5.

Quer na Europa quer fora da Europa, existe variação nos tipos de bases de dados para a definição e identificação de grupos populacionais em sociedades multiculturais. Estas bases de dados podem incluir informação decorrente de um conjunto variado de questões linguísticas simples ou múltiplas. No contexto europeu, Poulain (2008) distingue entre censos nacionais, registos administrativos e inquéritos estatísticos. Os censos realizam-se em intervalos fixos (habitualmente de cinco ou dez anos) e dão origem a bases de dados nacionais. Os registos administrativos são habitualmente construídos quer a nível municipal quer central e atualizados todos os anos ou até mensalmente (por exemplo, nos Países Baixos). Os inquéritos estatísticos podem ser levados a cabo em intervalos regulares entre subconjuntos particulares de grupos populacionais. Estes três tipos de recolha de dados podem realizar-se em várias combinações. A Tabela 4 faz um resumo das políticas e práticas nos 24 países/regiões participantes.

Tabela 4: Mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais/regionais sobre línguas nacionais, línguas R/M, e línguas imigrantes em 24 países/regiões

País/ região	Mecanismos de recolha oficial de dados nacionais e regionais sobre línguas nacionais, línguas R/M e línguas imigrantes.
Áustria	–
País Basco	Dados de Censos e de inquéritos sobre línguas nacionais e R/M
Bósnia Herzeg.	–
Bulgária	Dados dos Censos sobre línguas nacionais, R/M imigrantes
Catalunha	Dados de registos municipais, dados de censos e dados de inquéritos sobre línguas nacionais e R/M
Dinamarca	–
Inglaterra	Dados de registos municipais, dados de censos e dados de inquéritos sobre línguas nacionais, R/M e imigrantes
Estónia	Dados dos Censos sobre línguas nacionais, R/M e imigrantes
França	Dados de Censos e de inquéritos sobre línguas nacionais e R/M
Frísia	Dados de inquéritos sobre línguas nacionais e R/M
Grécia	–
Hungria	Dados dos Censos sobre línguas nacionais e R/M
Itália	Dados de inquéritos sobre línguas nacionais e R/M
Lituânia	Dados dos Censos sobre línguas nacionais, R/M imigrantes
Países Baixos	–
Irlanda do Norte	Dados dos Censos sobre línguas nacionais, R/M imigrantes
Polónia	Dados dos Censos sobre línguas nacionais, R/M imigrantes
Portugal	Dados dos Censos sobre línguas nacionais apenas
Roménia	Dados dos Censos sobre línguas nacionais, R/M imigrantes
Escócia	Dados dos Censos sobre línguas nacionais, R/M imigrantes
Espanha	Dados dos Censos e de inquéritos sobre línguas nacionais, R/M imigrantes
Suíça	Dados de registos municipais e dados dos Censos sobre línguas nacionais, R/M imigrantes
Ucrânia	Dados de Censos e de inquéritos sobre línguas nacionais e R/M
País de Gales	Dados de Censos e de inquéritos sobre línguas nacionais e R/M e imigrantes

Na tabela 4, podemos verificar que a maioria dos países/regiões está familiarizada com os mecanismos de recolha de dados linguísticos e a maior parte dos mesmos dirigem-se a três tipos de línguas: línguas nacionais, línguas R/M e línguas imigrantes. Cinco dos 24 países/regiões não têm qualquer mecanismo de recolha de dados linguísticos: Áustria, Bósnia Herzegovina (apesar das suas muitas línguas R/M no ensino, como referido na Tabela 2), Dinamarca, Grécia e Países Baixos. Portugal recolhe apenas dados sobre a língua nacional.

A Tabela 5 apresenta a(s) principal(is) pergunta(s) sobre língua(s) colocada(s) em pesquisas de grande escala ou nacionais sobre a população. Existe variação no que respeita à(s) grande(s) questão(ões) linguística(s) colocada(s). Extra (2010) refere-se à validade das questões de grande escala ou nacionais sobre a língua materna, a principal língua falada e a língua falada em casa. Com base na experiência internacional, em particular nos contextos não europeus de domínio do inglês, como a Austrália, o Canadá e os EUA, Extra defende que a pergunta acerca da língua materna tem a mais baixa validade empírica e a pergunta

sobre a língua falada em casa, a mais alta. A Europa parece concordar com esta abordagem, e mais de metade dos países/regiões inquiridos coloca a pergunta sobre a língua falada em casa. As questões linguísticas colocadas na Suíça são as mais notáveis, em particular a primeira: *Qual é a língua em que pensa e que conhece melhor?* Uma última nota: outras perguntas sobre competências linguísticas são colocadas apenas em 11 dos 24 países/regiões, ou seja, perguntas do tipo sim/não como *É capaz de...?* e/ou de escala, como *Até que ponto é capaz de...?*

Em suma, existe grande variação ao longo dos países/regiões da Europa em termos de disponibilidade de bases de dados oficiais e de mecanismos de recolha de dados. A partir de uma perspetiva europeia, existe espaço para maior desenvolvimento e troca de conhecimentos neste domínio de forma a continuar a sensibilizar a população para o multilinguismo, a obter dados baseados em evidências para o planeamento linguístico e a disponibilização de ensino e a levar a cabo uma investigação comparativa na Europa.

Tabela 5. Perguntas sobre língua em mecanismos oficiais de recolha de dados

País/região	Principal(is) pergunta(s) linguística(s) colocada(s)	Pergunta(s) colocada(s) sobre competência(s) linguística(s) (X) produção oral/compreensão oral/ leitura /escrita
Áustria	Língua falada em casa	–
País Basco	Língua falada em casa + Língua principal + Língua materna	É capaz de X? Até que ponto é capaz de X?
Bósnia Herzegovina	–	–
Bulgária	Língua materna	–
Catalunha	Língua falada em casa + Língua principal + Língua materna	É capaz de X? Até que ponto é capaz de X?
Dinamarca	–	–
Inglaterra	Língua falada em casa + Língua principal + Língua materna	É capaz de X? Até que ponto é capaz de X?
Estónia	Língua materna	Até que ponto é capaz de X?
França	Língua falada em casa + Língua principal + Língua materna	É capaz de X?
Frísia	Língua falada em casa + Língua materna	É capaz de X? Até que ponto é capaz de X?
Grécia	–	–
Hungria	Língua falada em casa + Língua materna	É capaz de X?
Itália	Língua falada em casa	–
Lituânia	Língua materna	–
Países Baixos	–	–
Irlanda do Norte	Língua principal	É capaz de X? Até que ponto é capaz de X?
Polónia	Língua falada em casa	–
Portugal	Língua materna	–
Roménia	Língua materna	–
Escócia	Língua falada em casa + Língua principal + Língua materna	É capaz de X?
Espanha	Língua falada em casa	É capaz de X? Até que ponto é capaz de X?
Suíça	Língua em que pensa e que conhece melhor + Língua falada em casa + Língua na escola/trabalho	–
Ucrânia	Língua materna	–
País de Gales	Língua falada em casa + Língua principal	É capaz de X? Até que ponto é capaz de X?

2.2 Línguas na educação pré-escolar

Muitos documentos da UE e do CdE referidos na secção 1.1 sublinham a importância da aprendizagem precoce de línguas, pelo que incluímos uma secção sobre línguas na educação pré-escolar no nosso inquérito. A *Resolução do Conselho da UE* de 1997 defende o ensino precoce de línguas da União Europeia e as *Conclusões do Conselho da UE* de 2002 e 2008 destacam a promoção do multilinguismo desde uma idade muito precoce. O *Livro verde sobre migração e mobilidade* (2009) da Comissão Europeia (CE) enfatiza a importância vital de as crianças oriundas de um contexto de imigração aprenderem a língua de acolhimento tão cedo quanto possível ao mesmo tempo que mantêm a língua e cultura do país de origem.

O CdE é também claro no que respeita a crianças oriundas de um contexto migrante, recomendando que, para facilitar a sua integração, os Estados Membros deveriam munir-las das competências adequadas em língua nacional no nível pré-escolar (*Comité de Ministros e Assembleia Parlamentar, Recomendação 2008*).

O *Guide for the development and implementation of curricula for plurilingual and intercultural education* (Beacco et al. 2010: 45) dá-nos um bom resumo do que é necessário:

As spaces for discovery and socialisation, pre-primary schools represent a basic stage in plurilingual and intercultural education, particularly for children from underprivileged and migrant backgrounds, whose language practices at home may conflict with the varieties and norms selected and fostered by schools. To that extent, and since the issue here is the right to quality language (and general) education, one of the first desiderata is that schooling of this kind for very young children be guaranteed and provided in optimum conditions for all the groups concerned – both permanently resident natives and recently arrived immigrant families.¹

Do ponto de vista das línguas R/M, a CELRM (1992) refere a importância da educação pré-escolar em línguas R/M: «os Estados-Membros deverão garantir uma educação pré-escolar nas línguas regionais ou minoritárias em causa pelo menos para as famílias que a solicitarem (Parte III, Artigo 8 – Ensino, Parágrafo 1).

A mais recente publicação sobre Aprendizagem Precoce de Línguas é o manual de políticas da CE de 2011 *Language Learning at pre-primary level: making it efficient and sustainable*. O manual foi produzido por um grupo de 28 especialistas nacionais e apresenta os pontos fortes da aprendizagem precoce de línguas em cada país assim como exemplos de boas práticas.

Esta secção apresentará uma panorâmica sobre a aprendizagem precoce de línguas em instituições pré-escolares dos países/regiões que participaram no nosso inquérito. É necessário notar que a educação pré-escolar pública não é disponibilizada em todos os países/regiões. Na nossa análise, pretendemos destacar os países/regiões que estão mais intimamente alinhados com as recomendações da UE de forma a sensibilizar e criar oportunidades para a troca de conhecimento. Identificamos também os desafios levantados pela nossa investigação em termos de educação linguística pré-escolar.

Apoio adicional para as línguas nacionais na educação pré-escolar

Colocámos aos nossos investigadores questões sobre o nível de apoio adicional na língua nacional no nível pré-escolar, centrando-nos:

- nos grupos alvo de tal apoio
- no número de anos durante os quais é disponibilizado
- no número de dias por semana em que é disponibilizado
- nos requisitos em termos de dimensão do grupo para formar a turma
- na fonte de financiamento.

Um total de 15 dos 24 países/regiões inquiridos fornece apoio adicional na língua nacional no nível pré-escolar. São eles a Áustria, a Bulgária, a Dinamarca, a Escócia, a Espanha, a Frísia, a Inglaterra, a Irlanda do Norte, a Lituânia, o País Basco, os Países Baixos, a Roménia, a Suíça, a Ucrânia e o País de Gales. Os resultados referentes a estes países são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6. Apoio adicional para a língua nacional na educação pré-escolar 15 países/regiões

Critérios	respostas	N	respostas	N	respostas	N
Grupos alvo	Todos	14	Apenas crianças imigrantes	1		
Duração do apoio	>2 anos	1	1 ano	5	<1 ano	0
Dias por semana	>1 dia	3	½-1 dia	10	<1/2 dia	2
Requisitos quanto à dimensão dos grupos	Nenhum	13	5-10	2	>10	0
Disponibilidade de financiamento público	Total	14	Parcial	1		

¹ «Enquanto espaços de descoberta e socialização, as escolas pré-primárias representam uma etapa básica da educação plurilingue e intercultural, especialmente para crianças oriundas de contextos desfavorecidos e migrantes, cujas práticas linguísticas em casa podem entrar em conflito com as variedades e normas selecionadas e promovidas pelas escolas. Nessa medida, e uma vez que o importante neste caso é o direito a uma educação linguística (e geral) de qualidade, um dos primeiros desideratos é que a escolarização deste tipo seja assegurada e disponibilizada em ótimas condições a todos os grupos em questão – quer aos residentes nativos permanentes quer as famílias imigrantes recém-chegadas. »

Note-se que o apoio incondicional para a língua nacional na educação pré-escolar é assegurado a todas as crianças em 14 dos 15 países/regiões, sendo que a Suíça apenas o assegura a crianças imigrantes. Os três países/regiões que dedicam mais tempo por semana ao apoio adicional de língua nacional são os Países Baixos, a Frísia e a Ucrânia. Dez dos países inquiridos disponibilizam dois ou mais anos de apoio, ao passo que cinco – Bulgária, Dinamarca, Países Baixos, Escócia e Suíça – disponibilizam um ano. Em 14 países/regiões, este apoio é disponibilizado pelo estado, ao passo que na Suíça os pais/ encarregados de educação pagam parte dos custos.

Oferta de língua estrangeira na educação pré-escolar

No que respeita à oferta de língua estrangeira nas escolas pré-primárias, questionámos os nossos investigadores sobre:

- as línguas que são ensinadas
- o tempo dedicado à formação em língua estrangeira por semana
- o número de anos em que é ensinada
- requisitos quanto à dimensão dos grupos
- fontes de financiamento

É preciso salientar que a investigação não teve em conta o ensino de língua estrangeira no setor privado, onde pode ser oferecido de forma mais alargada. Em geral, sete dos 24 países declaram que o ensino de língua estrangeira é disponibilizado em instituições públicas de educação pré-escolar. Os resultados são apresentados na Tabela 7 abaixo.

Tabela 7. Oferta de língua estrangeira na educação pré-escolar em 7 países/regiões (P/R)

Critérios	Respostas	N.	Respostas	N.	Respostas	N.
Grupos alvo	Todos	7	Restrito	0		
Duração	>2 anos	6	1 ano	0	<1 ano	1
Dias por semana	>1 dia	1	½-1 dia	6	<1/2 dia	0
Requisitos quanto à dimensão dos grupos	Nenhum	6	5-10	0	>10	1
Disponibilidade de financiamento público	Total	2	Parcial	3	Os pais pagam os custos	2

Os sete países/regiões que disponibilizam línguas estrangeiras neste nível são a Bósnia Herzegovina, o País Basco, a Bulgária, a Catalunha, a Estónia, a Espanha e a Ucrânia. O País Basco disponibiliza mais do que um dia de línguas estrangeiras por semana e os outros países/regiões disponibilizam entre meio dia e um dia. As línguas disponibilizadas por cada país/região são apresentadas na Tabela 8. A Bulgária disponibiliza o leque de línguas mais alargado, embora os cursos sejam financiados pelos pais/encarregados de educação. As línguas mais comumente disponibilizadas são o inglês, o francês e o alemão.

Tabela 8. Oferta de língua estrangeira na educação pré-escolar em sete países/regiões

País/região	Línguas estrangeiras disponibilizadas
Bósnia Herzegovina	Inglês, francês, alemão
País Basco	Inglês
Bulgária	Inglês, francês, alemão, italiano, russo, espanhol
Catalunha	Inglês
Estónia	Inglês, alemão, francês, russo
Espanha (Madrid, Valência, Sevilha)	Inglês nas Comunidades de Madrid e Valência Inglês, francês e alemão na Andaluzia
Ucrânia	Inglês, francês, alemão

A conclusão geral que se pode retirar deste resumo é que é necessário mais desenvolvimento e apoio nacional/institucional em alguns países para permitir que as línguas estrangeiras estejam presentes desde uma idade precoce. No entanto, o relatório de 2011 da CE e o manual de políticas sobre Aprendizagem Precoce de Línguas sugerem que existe muito mais atividade a decorrer do que somos capazes de demonstrar aqui, e deverão ser consultados para uma análise mais aprofundada.

Oferta de línguas R/M na educação pré-escolar

No que se refere às línguas R/M, colocámos aos nossos investigadores o mesmo conjunto de perguntas que tínhamos colocado para as línguas estrangeiras e as respostas são apresentadas na Tabela 9, tendo 17 países declarado possuir oferta destas línguas.

Tabela 9. Oferta de línguas R/M na educação pré-escolar

Critérios	Respostas	N. P/R	Respostas	N. P/R	Respostas	N. P/R
Grupos alvo	Todos	14	Restrito	1	Não especificado	2
Duração	>2 anos	15	1 ano	2	<1 ano	0
Dias por semana	>1 dia	12	½-1 dia	3	<1/2 dia	2
Requisitos quanto à dimensão dos grupos	Nenhum	13	5-10	2	>10	2
Disponibilidade de financiamento público	Total	15	Parcial	2	Os pais pagam os custos	0

Como se pode observar na tabela, 15 dos 17 países/regiões disponibilizam línguas R/M durante mais de dois anos, e 13 não têm quaisquer requisitos quanto ao tamanho dos grupos, embora na Irlanda do Norte e na Ucrânia, seja necessário um mínimo de 10 crianças para formar uma turma. Em 15 dos países/regiões os cursos são financiados pelo estado, tendo a Catalunha e a Inglaterra declarado que os pais/encarregados de educação pagam parte dos custos. Os países em que não são disponibilizadas línguas R/M na educação pré-escolar são a Bósnia Herzegovina, a Bulgária, a Estónia, a França, a Grécia, a Polónia e a Suíça.

A Tabela 10 dá-nos uma panorâmica das línguas que 17 países/regiões declaram ser ensinadas nas instituições pré-escolares públicas.

Tabela 10. Oferta de línguas R/M na educação pré-escolar em 17 países/regiões

País/região	Línguas R/M disponibilizadas
Áustria	Croata de Burgenland, checo, húngaro, italiano em Tirol, eslovaco, esloveno
País Basco	Basco
Catalunha	Catalão em toda a região, aranês occitano (em Vale de Arão), Catalão
Dinamarca	Alemão
Inglaterra	Cornualhês
Frísia	Frísio
Hungria	Búlgaro, croata, alemão, grego, romani/boyash, romeno, ruteno, sérvio, eslovaco, esloveno
Itália	Albanês, croata, franco-provençal, francês, friulano, francês, alemão, grego, ladino, occitano, franco-provençal, sardo, esloveno
Lituânia	Bielorrusso, hebreu, polaco, russo
Países Baixos	Frísio (na Frísia)
Irlanda do Norte	Irlandês
Portugal	Mirandês
Roménia	Búlgaro, croata, checo, alemão, grego, húngaro, polaco, sérvio, eslovaco, turco, ucraniano
Escócia	Gaélico escocês
Espanha (Madrid, Valência, Sevilha)	Valenciano
Ucrânia	Tártaro da Crimeia, alemão, húngaro, moldavo, polaco, romeno, russo
Pais de Gales	Galês

De acordo com os relatórios dos nossos investigadores, a oferta é alargada num conjunto variado de línguas R/M, com a Áustria, a Hungria, a Itália e a Roménia a disponibilizarem o leque mais alargado.

Oferta de línguas imigrantes na educação pré-escolar

Com base nos dados do LRE, aparentemente a oferta de línguas imigrantes na educação pré-escolar ainda não é muito comum. No entanto, apesar das dificuldades que implica identificar professores e materiais de aprendizagem adequados, três países disponibilizam apoio em línguas imigrantes a crianças muito jovens: a Dinamarca, a Espanha e a Suíça. O Cantão de Zurique tem uma oferta notável de não menos de 17 línguas. Não existe oferta deste ensino em qualquer outro país/região. As línguas disponibilizadas são apresentadas na Tabela 11.

Tabela 11. Oferta de línguas imigrantes na educação pré-escolar em 3 países/regiões

País/região	Línguas disponibilizadas
Dinamarca	Albanês, árabe, bósnio, islandês, somali, tâmul, turco, urdu/punjabi
Espanha (Madrid, Valência, Sevilha)	Árabe (marroquino), português, romeno
Suíça Cantão de Zurique	Albanês, árabe, bósnio, búlgaro, chinês, croata, finlandês, francês, grego, húngaro, italiano, coreano, português, russo, esloveno, espanhol (América Latina), turco
Suíça Cantão de Genebra	Albanês, árabe, italiano, português, espanhol, turco

Para promover a integração linguística das crianças imigrantes, nos jardins de infância da Suíça, os programas de apoio linguístico são fornecidos na língua falada em casa. De acordo com o *Plano estratégico para a cidadania e integração 2007-2010*, na Espanha, é disponibilizado um conjunto de línguas imigrantes nos jardins de infância para a manutenção e o desenvolvimento das línguas e culturas de origem. Na Dinamarca, todos os custos destes programas são cobertos por fundos nacionais, regionais e locais, ao passo que na Espanha e na Suíça os custos são cobertos por fundos relacionados com o país de origem através de acordos bilaterais.

2.3 Línguas na primeira etapa do ensino básico

As *Conclusões do Conselho da UE (2002)* sublinharam a importância da adoção de medidas capazes de dar aos alunos a oportunidade de aprenderem a partir de uma idade precoce duas ou, quando apropriado, mais línguas além das suas línguas maternas e para assegurar que a oferta de línguas é tão variada quanto possível. Enfatizam também a importância de assegurar que os programas linguísticos promovem uma atitude positiva em relação a outras culturas.

A integração de falantes nativos deveria ser levada a efeito através de medidas para melhorar o seu conhecimento da(s) língua(s) nacional(is) de instrução, respeitando, ao mesmo tempo, as línguas e culturas do seu país de origem. Alvo de destaque foi ainda a formação e a mobilidade dos professores, assim como a padronização da competência linguística por meio do *Quadro Comum Europeu de Referência para as Línguas (QECR)*, desenvolvido pelo CdE. As *Conclusões do Conselho da UE (2008)* reiteraram as mesmas mensagens, acrescentando uma perspectiva de aprendizagem ao longo da vida e a atualização das competências linguísticas para todos através de meios

formais, informais e não formais. Uma vez mais, as conclusões apelavam a uma maior variedade de escolha de línguas ensinadas e à avaliação dos alunos com base em ferramentas reconhecidas. Foi sublinhada a importância da formação de professores e dos intercâmbios entre os mesmos, e pela primeira vez recomendado o apoio ao ensino de disciplinas por meio de outras línguas (AILC). As *Conclusões do Conselho da UE (2011)* salientam uma vez mais a importância do ensino de qualidade de línguas, da avaliação de desempenho, da formação e mobilidade dos professores, da AILC, do alargamento da variedade de línguas, do reforço do ensino da língua nacional, bem como da procura de soluções para que os imigrantes mantenham e desenvolvam as suas línguas de origem.

O CdE apoia também fortemente a diversidade linguística e a educação intercultural na primeira etapa do ensino básico e fornece ferramentas concretas para o desenvolvimento de políticas e para utilização em sala de aula. A CELRM salienta a necessidade de oferecer ensino nas e das línguas R/M relevantes por solicitação dos pais/encarregados de educação e sem prejuízo do ensino da língua nacional. O QECR constitui-se como uma base comum para os programas de línguas, as linhas de orientação curriculares, os exames e os manuais em toda a Europa, reforçando a transparência dos cursos, programas e qualificações e promovendo assim a cooperação internacional no campo das línguas modernas. A *Recomendação 98 (6)* incitou os Estados Membros a levarem a cabo políticas que promovam o plurilinguismo generalizado e a incentivarem a utilização de línguas estrangeiras no ensino de disciplinas não linguísticas. Tal como a UE, o CdE estimulou também o desenvolvimento de relações e intercâmbios entre instituições e pessoas em todos os níveis de ensino de outros países. No que respeita ao lugar da língua falada em casa no currículo, a *Recomendação 1740 (2006) do CdE* sobre a posição da língua materna no ensino escolar sublinha que é desejável o incentivo à aprendizagem da língua materna (ou língua principal) por parte dos jovens europeus, nos casos em que essa não for a língua oficial do seu país. Ao mesmo tempo, todos os jovens europeus têm o dever de aprender a(s) língua(s) oficial(is) do país de que são cidadãos. A *Recomendação do CdE* afirma mesmo que a educação bilingue é a base do sucesso e que o bilinguismo e o plurilinguismo são mais-valias.

Dada a diversidade linguística das crianças em muitas escolas europeias, nem sempre é fácil organizar a instrução em línguas para elas na sua língua materna. Não obstante, como referiram Extra e Yağmur (2004: 99-105), na verdade é possível atingir estes objetivos quando existe vontade para tal. As políticas e práticas pioneiras e amplamente conhecidas da Victorian School of Languages (VSL) em Melbourne, Austrália, constituem uma excelente «boa prática» que pode também ser adotada no contexto europeu. Um progresso significativo no que respeita à *direcionalidade e oferta* da aprendizagem de uma língua adicional é o principal ponto de referência da VSL, que disponibiliza o ensino de uma língua adicional juntamente com o inglês a *todos os alunos* (que, por sua vez, o solicitam) do ensino básico e secundário, incluindo aos que têm o inglês como primeira língua. Atualmente a VSL conta com uma oferta de mais de 60 línguas que poderão ser adotadas pessoalmente em escolas públicas gerais e nas chamadas escolas étnicas (depois do horário escolar), dependendo da procura.

No inquérito do LRE colocámos questões baseadas nas recomendações e diretrizes supramencionadas respeitantes a línguas nacionais, R/M, estrangeiras e imigrantes.

Apoio para as línguas nacionais na primeira etapa do ensino básico.

A Tabela 12 apresenta uma panorâmica da organização do apoio adicional em língua nacional nas escolas da primeira etapa do ensino básico:

- até que ponto existe um currículo coerente e explícito
- o grau de apoio linguístico para recém-chegados
- testes de diagnóstico à entrada de recém-chegados
- monitorização das competências linguísticas

Tabela 12. Apoio adicional em língua nacional na primeira etapa do ensino básico em 24 países/regiões

Crítérios	Respostas	N	Respostas	N	Respostas	N países
Currículo	Coerente e explícito	19	Geral	5	Nenhum	0
Apoio para recém-chegados	Total	22	Parcial	0	Nenhum	2
Testes de diagnóstico à chegada	Para todos	8	Apenas para imigrantes	7	Nenhum	9
Monitorização de competências linguísticas	Nível nacional	16	Nível escolar	8	Nenhum	0

De acordo com os relatórios dos nossos investigadores, 19 países/regiões têm um currículo nacional coerente e explícito nas escolas da primeira etapa do ensino básico, ao passo que em cinco países/regiões o mesmo é expresso em termos gerais. Salvo a Itália e a Ucrânia, todos os países/regiões disponibilizam apoio adicional para a aprendizagem da língua nacional por parte dos recém-chegados. Os testes de diagnóstico são uma área em que existem diferentes abordagens, o que pode suscitar maior atenção por parte dos decisores. Oito países/regiões – Áustria, Bulgária, Dinamarca, Escócia, Inglaterra, Irlanda do Norte, Lituânia e País de Gales – utilizam testes de diagnóstico linguístico para todas as crianças no início do ensino básico, sete testam apenas crianças imigrantes e nove países/regiões relatam não realizar testes de diagnóstico à entrada dos alunos. A monitorização regular das competências linguísticas é outra área em que as políticas diferem, com 16 países/regiões a utilizarem testes nacionais e oito a trabalharem ao nível da escola. Em geral, a Bulgária, a Dinamarca, a Lituânia e a Escócia foram os países que mostraram consonância total com os critérios do LRE sobre apoio adicional em língua nacional mencionados acima, ao passo que a Itália, a Polónia e a Ucrânia eram os que mostravam menos alinhamento com os mesmos.

Aprendizagem de língua estrangeira na primeira etapa do ensino básico

No que respeita às línguas estrangeiras, colocámos aos nossos investigadores perguntas sobre:

- os grupos alvo
- o número de línguas estrangeiras obrigatórias
- até que ponto existe um currículo coerente e explícito
- a difusão da AILC
- quando começa o ensino em língua estrangeira
- horário escolar, durante ou depois do dia de aulas
- requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo
- monitorização das competências linguísticas
- níveis a ser alcançados e consonância com o QECR
- se há financiamento público disponível

Dos 24 países/regiões, 23 disponibilizam línguas estrangeiras na primeira etapa do ensino básico, sendo o País de Gales a exceção. Os resultados destes 23 países/regiões são exibidos na Tabela 13:

Tabela 13. Organização do ensino de língua estrangeira em escolas da primeira etapa do ensino básico em 23 países/regiões

Crítérios	Respostas	N	Respostas	N	Respostas	N países
Número de línguas estrangeiras obrigatórias	Duas	2	Uma	18	Opcional apenas	3
Currículo	Coerente e explícito	20	Geral	3	Sem diretrizes	0
Língua usada como meio de instrução (AILC)	Disseminada	1	Localizada	13	Inexistente	9
Grupos alvo	Todos	23	Restrito	0		
Início do ensino de língua	A partir do primeiro ano	12	A partir do meio da primeira etapa do EB	7	No fim da primeira etapa do EB	4
Horário	Em horário escolar	21	Parcialmente em horário escolar	1	Fora do horário escolar	1
Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Nenhum	21	5-10 alunos	1	>10 alunos	1
Monitorização das competências linguísticas	Nível nacional padronizado	10	Nível definido na escola	13	Ausente	0
Nível a ser atingido	Ligado ao QECR	7	Nacional ou definido na escola	13	Nenhum	3
Disponibilidade de financiamento público	Total	23	Parcial	0		

A nossa pesquisa mostra que as línguas estrangeiras são habitualmente disponibilizadas em todos os países/regiões inquiridos, com a exceção do País de Gales. Dois países, a Grécia e a Dinamarca, têm duas línguas estrangeiras obrigatórias, ao passo que 18 têm uma. Na Inglaterra, Irlanda do Norte e Escócia, as línguas estrangeiras são opcionais. Existe um currículo coerente e explícito em 20 países/regiões, ao passo que na Frísia, na Itália e nos Países Baixos o mesmo é expresso em termos gerais. A na Espanha é o único país que declara a existência disseminada da AILC, sendo que em 12 países/regiões esta abordagem está a ser utilizada, mas de forma não sistemática. As línguas estrangeiras são ensinadas a partir do primeiro ano do ensino básico em 12 dos 24 países/regiões, a partir do meio em sete, e no último ano da primeira etapa do

ensino básico na Frísia, na Holanda, na Escócia e na Suíça. As competências linguísticas são monitorizadas por meio da utilização de instrumentos padronizados em dez dos países/regiões, e a nível local em 12. Só na Áustria não existe monitorização de competências. Embora muitos países se baseiem indubitavelmente no QECR para desenvolver o seu currículo, só sete declaram usar este instrumento de forma explícita e sistemática para avaliar o nível linguístico a ser alcançado. Trata-se de Bulgária, Estónia, França, Roménia, Escócia, Espanha e Suíça.

A Tabela 14 mostra as línguas estrangeiras disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico, obrigatórias e opcionais, tal como relatado pelos nossos investigadores.

Tabela 14. Oferta de língua estrangeira na primeira etapa do ensino básico em 23 países/regiões

País/região	Línguas estrangeiras disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico
Áustria	Croata, checo, inglês, francês, húngaro, italiano, eslovaco, esloveno (umas destas línguas é obrigatória)
País Basco	Inglês: obrigatório
Bósnia Herzegovina	Inglês ou alemão: obrigatório; francês, italiano, árabe: opcional
Bulgária	Inglês, francês, alemão, italiano, espanhol, russo: uma destas línguas é obrigatória
Catalunha	Inglês: obrigatório
Dinamarca	Inglês, e francês ou alemão: obrigatório; espanhol e alemão ou francês: opcional
Inglaterra	Francês, alemão, espanhol, muito raramente chinês, italiano, japonês: opcional
Estónia	Inglês, francês, alemão, russo: uma língua é obrigatória, as restantes opcionais
França	Inglês, alemão, muito menos outras línguas como o árabe, chinês, italiano, português, russo, espanhol: uma destas línguas é obrigatória
Frísia	Inglês: obrigatório; francês, alemão, espanhol: opcional
Grécia	Inglês e francês ou alemão: obrigatório
Hungria	Inglês, francês, alemão, italiano, russo: uma destas línguas é obrigatória
Itália	Inglês: obrigatório
Lituânia	Inglês, francês, alemão: uma destas línguas é obrigatória
Países Baixos	Inglês: obrigatório; francês, alemão, espanhol: opcional
Irlanda do Norte	Espanhol, francês: opcional
Polónia	Inglês, alemão, francês: uma destas línguas é obrigatória
Portugal	Inglês, francês: uma destas línguas é obrigatória
Roménia	Inglês, francês, alemão, italiano, russo, espanhol, russo: uma destas línguas é obrigatória
Escócia	Chinês, francês, alemão, italiano, espanhol: uma destas línguas é obrigatória
Espanha (Madrid, Valência, Sevilha)	Inglês, francês, alemão: uma destas línguas é obrigatória
Suíça	No cantão de Zurique: inglês e francês: obrigatórias No cantão de Genebra: alemão, obrigatório No cantão de Ticino: francês, obrigatório
Ucrânia	Inglês, francês, alemão, espanhol: uma destas línguas é obrigatória

O inglês, o francês e o alemão sobressaem como as línguas estrangeiras mais comumente ensinadas. Em muitos casos, uma destas línguas é uma disciplina obrigatória para todos os alunos. O italiano, o russo e o espanhol são outras línguas disponibilizadas quer como língua estrangeira obrigatória quer como opcional. Em alguns países, o árabe, o chinês e o japonês são também disponibilizadas como línguas estrangeiras. A variedade de línguas disponibilizadas relatada nas escolas da primeira etapa do ensino básico aqui relatada é um sinal positivo para o multilinguismo na Europa, embora o retrato agora apresentado tenha de ser equacionado juntamente com os dados do Eurydice 2008 que salientam o cada vez maior domínio do inglês no ensino de língua na primeira etapa do ensino básico. http://eacea.ec.europa.eu/about/eurydice/documents/KDL2008_EN.pdf

Para facilitar o sucesso da aprendizagem de línguas, é importante desenvolver um currículo explícito e metas de aprendizagem. O QECR tornou-se uma ferramenta padrão no apoio a este processo. Trata-se de um documento que, através de ilustrativa escalas de descritores, descreve de forma exaustiva a) as competências necessárias para a comunicação, b) o conhecimento e as competências linguísticas relacionadas, e c) as situações e os domínios de comunicação. Dos países/regiões investigados, sete relatam o uso explícito do QECR na aprendizagem de língua estrangeira, embora outros possam basear os seus padrões nacionais nos seus princípios e nas suas abordagens. Os países/regiões e as metas de aprendizagem especificadas em cada um são apresentados na Tabela 15. Como esperado, A1/A2 é o nível a alcançar nesta faixa etária.

Tabela 15. Metas de aprendizagem do QECR para o ensino de língua estrangeira na primeira etapa do ensino básico em sete países/regiões

País/região	Nível de proficiência a ser atingido em línguas estrangeiras no final da primeira etapa do ensino básico
Bulgária	A1-A2
Estónia	A1-A2
França	A1
Roménia	A1
Escócia	A1
Espanha	A2 e «não especificado» em Valencia
Suíça	No cantão de Zurique: A2.1 para compreensão oral e escrita e produção oral, A1.2 para produção escrita

Aprendizagem de línguas R/M na primeira etapa do ensino básico

De acordo com a metodologia adotada para o ensino da língua estrangeira, colocámos aos nossos investigadores perguntas sobre as línguas R/M disponibilizadas no seu contexto nacional/regional, e em concreto:

- os grupos alvo
- até que ponto existe um currículo coerente e explícito
- a difusão da AILC
- quando começa o ensino de línguas R/M
- horário escolar, durante ou depois do dia de aulas
- requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo
- monitorização das competências linguísticas
- se existe algum requisito específico quanto ao nível de proficiência a ser alcançado no final da primeira etapa do ensino básico em línguas R/M
- se existe financiamento público disponível

São disponibilizadas línguas R/M em 22 dos 24 países/regiões inquiridos. Dinamarca e Estónia não declaram disponibilizar estas línguas. Os resultados para estes 22 países/regiões são apresentados na Tabela 16.

Tabela 16. Organização do ensino de línguas R/M em escolas da primeira etapa do ensino básico em 22 países/regiões

Critérios	Respostas	N	Respostas	N	Respostas	N países
Grupos alvo	Todos	20	Restrito	2		
Currículo	Coerente e explícito	16	Geral	5	Sem diretrizes	1
Língua usada como meio de instrução (AILC)	Disseminada	12	Em algumas áreas	6	Inexistente	4
Início do ensino de língua	A partir do primeiro ano	19	A partir do meio da primeira etapa do EB	3	A partir do fim da primeira etapa do EB	0
Horário	Em horário escolar	17	Parcialmente em horário escolar	4	Fora do horário escolar	1
Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Nenhum	16	5-10 alunos	3	>10 alunos	3
Monitorização das competências linguísticas	Padronizada a nível nacional	8	Definida na escola	11	Nenhuma	3
Nível a ser atingido	Normas nacionais/regionais	14	Definido na escola	3	Nenhum	5
Disponibilidade de financiamento público	Total	21	Parcial	1	Nenhum	0

As turmas e aulas de línguas R/M em outras disciplinas ensinadas por meio de línguas R/M estão abertas a todos os alunos independentemente do seu contexto linguístico em 20 países/regiões, embora na Bulgária e na Grécia se dirijam apenas a falantes nativos destas línguas. Todos os países exceto a Áustria têm linhas de orientação curriculares. A AILC está muito mais disseminada no ensino de línguas R/M dos que de línguas estrangeiras, havendo 12 países/regiões que relatam que a mesma é lugar comum e seis que afirmam que é utilizada localmente. Em 19 dos 22 países/regiões com ensino de línguas R/M, o mesmo começa cedo, no início da primeira etapa do ensino básico, sendo que apenas a França, a Polónia e a Suíça o introduzem a meio desta etapa de ensino. Em 16 países/regiões, não existem requisitos quanto à dimensão dos grupos, mas na Inglaterra,

na Hungria e na Polónia são necessários pelo menos cinco alunos para formar uma turma, ao passo que na Áustria, na Bulgária e na Irlanda do Norte são necessários dez. No que concerne à monitorização das competências linguísticas, 18 países/regiões efetuam-na utilizando instrumentos padronizados adequados à idade ou abordagens definidas nas escolas, tendo apenas, a Itália e a Frísia não relatado monitorização regular. Os níveis de aprendizagem estão ligados a padrões nacionais/regionais em 14 países/regiões, ao passo que três definem padrões ao nível das escolas e cinco – Áustria, Bósnia Herzegovina, Grécia, Itália e Irlanda do Norte não possuem metas explícitas.

A Tabela 17 mostra as línguas R/M de facto disponibilizadas de acordo com os nossos investigadores.

Tabela 17. Oferta de línguas R/M na primeira etapa do ensino básico em 22 países/regiões

País/região	Línguas R/M disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico
Áustria	Croata de Burgenland, checo, húngaro, eslovaco, esloveno, romani. (Língua Gestual Austríaca)
País Basco	Basco
Bósnia Herzegovina	Outras línguas nacionais: bósnio, croata, sérvio
Bulgária	Arménio, hebreu, romani, turco
Catalunha	Catalão em todo o território, aranês occitano em Vale de Arão
Inglaterra	Cornualhês na Cornualha
França	Basco, bretão, catalão, corsa, occitano TAITIANO E LÍNGUAS MELANÉSIAS (AJIE, DREHU, MENGONE, PAICI) são disponibilizadas na França Ultramarina.
Frísia	Frísio
Grécia	Turco
Hungria	Búlgaro, croata, alemão, grego, polaco, romani/boyash, romeno, ruteno, sérvio, eslovaco, esloveno
Itália	Albanês, catalão, croata, francês, franco-provençal, friulano, alemão, grego, ladino, occitano, sardo, esloveno
Lituânia	Bielorrusso, hebreu, polaco, russo
Países Baixos	Frísio
Irlanda do Norte	Irlandês
Polónia	Cassúbio
Portugal	Mirandês
Roménia	Búlgaro, croata, alemão, húngaro, italiano, polaco, romani, russo-lipovano, eslovaco, sérvio, turco, ucraniano
Escócia	Gaélico escocês
Espanha (Madrid, Valência, Sevilha)	Valenciano em Valência apenas
Suíça	Outras línguas nacionais: francês, alemão, italiano
Ucrânia	Bielorrusso, búlgaro, tártaro da Crimeia, gagauz, alemão, grego, húngaro, iídiche, moldavo, polaco, romeno, russo, eslovaco
País de Gales	Galês

A oferta é rica num conjunto de países/regiões, sendo que a Áustria, a Bulgária, a Hungria, a Itália, a Lituânia, a Roménia e a Ucrânia disponibilizam quatro ou mais línguas quer como disciplinas quer, na maioria dos casos, como meio de instrução.

Aprendizagem de línguas imigrantes na primeira etapa do ensino básico

Em relação às línguas imigrantes, colocámos aos nossos investigadores um conjunto de questões semelhante ao colocado acerca das línguas R/M e estrangeiras. Apenas cinco países relatam disponibilizar um número significativo de línguas imigrantes na primeira etapa do ensino básico. Trata-se da Áustria, da Dinamarca, da Espanha, da França e da Suíça (no cantão de Zurique). Os resultados relativos a estes cinco países são apresentados na Tabela 18.

Tabela 18. Organização do ensino de línguas imigrantes em escolas da primeira etapa do ensino básico (5 países)

Critérios	Respostas	N	Respostas	N	Respostas	N países
Grupos alvo	Todos	2	Apenas crianças imigrantes	3	Não especificado	0
Currículo	Coerente e explícito	2	Geral	3	Sem diretrizes	0
Língua usada como meio de instrução (AILC)	Disseminada	1	Localizada	3	Inexistente	1
Início do ensino de língua	A partir do primeiro ano	2	A partir do meio da primeira etapa do EB	1	A partir do fim da primeira etapa do EB	2
Horário	Em horário escolar	0	Parcialmente em horário escolar	2	Fora do horário escolar	3
Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Nenhum	2	5-10 alunos	1	>10 alunos	2
Monitorização das competências linguísticas	Padronizada a nível nacional	0	Definida na escola	5	Nenhuma	0
Nível a ser atingido	Normas nacionais/regionais	0	Definido na escola	0	Nenhum	5
Disponibilidade de financiamento público	Total	2	Parcial	3	Nenhum	0

Na França e na Suíça, as aulas de línguas imigrantes estão abertas a todos os alunos, ao passo que na Áustria, Dinamarca e Espanha estão reservadas a falantes nativos das línguas imigrantes. Não existem requisitos quanto à dimensão dos grupos na Suíça e na França, ao passo que na Espanha são necessários mais de cinco alunos para constituir uma turma e na Áustria e Dinamarca é necessário um grupo de dez alunos. Na Áustria e na Dinamarca, existe um currículo coerente e explícito, enquanto nos outros países o currículo é expresso em termos gerais. Na Espanha, é comum a utilização das línguas imigrantes como meio de instrução, ao passo que na Áustria, na Dinamarca e França esta prática é menos ampla e na Suíça estas línguas são apenas ensinadas como disciplina. A na Espanha e a Suíça disponibilizam aulas parcialmente em horário escolar, enquanto nos outros países são disponibilizadas como atividades extracurriculares. O aproveitamento em línguas imigrantes não está relacionado com nenhum tipo de padrões nacionais, regionais ou definidos nas escolas, embora o desenvolvimento de competências linguísticas seja monitorizado em todos os países. As aulas em línguas imigrantes são totalmente financiadas pelo estado na Áustria e na Dinamarca, ao passo que na França, na Espanha e na Suíça são sobretudo financiadas pelo país de origem.

As línguas imigrantes disponibilizadas em cada país são apresentadas na Tabela 19.

Tabela 19. Oferta de línguas imigrantes na primeira etapa do ensino básico

País/região	Línguas imigrantes disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico
Áustria	Albanês, bósnio/croata/sérvio, polaco, russo, turco
Dinamarca	A VERIFICAR
França	Árabe, chinês, italiano, português, russo, espanhol
Espanha (Madrid, Valência, Sevilha)	Árabe e português em Madrid e Valência
Suíça	Em Zurique: albanês, árabe, bósnio/croata/sérvio, búlgaro, chinês, finlandês, francês, grego, húngaro, italiano, coreano, curdo, português, turco, russo, espanhol, esloveno, sueco
	Em Genebra: albanês, árabe, italiano, português, espanhol, turco

Desenvolvimento dos professores na primeira etapa do ensino básico

Quer a UE quer o CdE sublinharam de forma consistente a importância de recrutar e formar professores de língua qualificados para ajudar ao desenvolvimento das competências linguísticas e interculturais dos alunos. Estes órgãos salientam a necessidade de os professores desenvolverem as suas próprias competências linguísticas, as competências interculturais e a consciência do e do plurilinguismo. Os esquemas de mobilidade de professores, através dos quais são incentivados a passar tempo no país da língua que estão a ensinar, foram considerados uma forma valiosa de os ajudar a alcançar estes objetivos (CE 2008:11).

No nosso inquérito do LRE, fizemos perguntas sobre:

- as qualificações dos professores
- a oferta de formação inicial e contínua
- a mobilidade dos professores de língua estrangeira
- medidas para aumentar a oferta de professores nos casos em que haja escassez

Na Tabela 20, são apresentados os resultados de todos os países/regiões para os quatro tipos de línguas. É importante ter em conta que nem todos os tipos de língua são disponibilizados em todos os países/regiões, o que explica o baixo resultado particularmente nas línguas imigrantes, que são apenas disponibilizadas em cinco países/regiões.

Tabela 20. Qualificações e desenvolvimento dos professores na primeira etapa do ensino básico em 24 países/regiões

Dimensão	Respostas	N países				Respostas	N países				Respostas	N países			
		LN	R/M	LE	LE		LN	R/M	LE	LE		LN	R/M	LE	LE
Qualificações dos professores	Professores de língua qualificados	16	17	14	2	Professores em geral qualificados	8	5	9	3	Sem qualificações específicas	0	2	1	19
Formação inicial	Específica para a disciplina	20	18	17	1	Geral	4	3	4	2	Nenhuma	0	3	3	21
Formação contínua	Específica para a disciplina	16	14	20	1	Geral	7	7	3	4	Nenhuma	1	3	1	14
Medidas para aumentar a oferta	Medidas estruturais	3	7	8	0	Campanhas de recrutamento na imprensa	1	2	2	0	Sem medidas específicas	20	15	14	24
Mobilidade dos professores	Incorporada na formação			2		Apoio financeiro informal			13		Nenhuma			9	

De acordo com as respostas ao inquérito, em dois terços dos países/regiões inquiridos são empregados no ensino de línguas professores de língua qualificados; 16 de 24 na língua nacional, 17 de 22 nas línguas R/M, 14 de 23 em línguas estrangeiras e duas de cinco em línguas imigrantes. É evidente que nos casos em que existe aprendizagem integrada de língua e de conteúdos (AILC) é menos importante que os professores sejam de facto professores de língua qualificados (embora os níveis de língua tenham de ser elevados) e, em muito contextos da primeira etapa do ensino básico, a existência de professores de língua qualificados para o ensino geral na língua nacional e nas línguas R/M seria pouco habitual. Contudo, seria certamente de esperar que os professores de língua estrangeira tivessem uma qualificação formal. No entanto, na Áustria, na Inglaterra, na França, na Frísia, na Itália, nos Países Baixos, na Irlanda do Norte, na Escócia e na Suíça, as línguas estrangeiras são ensinadas por professores com qualificações gerais.

Os programas de desenvolvimento inicial e contínuo de professores, de natureza específica ou geral, são comuns em todos os países, embora a Itália e a Irlanda do Norte relatem não possuir formação contínua para professores de língua estrangeira, e a Grécia declara não possuir formação contínua para professores da língua nacional. Na Inglaterra, os professores da língua R/M cornualhesa também não recebem formação formal. No que respeita ao ensino de língua imigrante, apenas a Áustria fornece formação inicial e contínua específica. Inevitavelmente, o inquérito não foi capaz de questionar ao pormenor a natureza dos programas de desenvolvimento, se sugere como área a desenvolver em investigações futuras.

Outra área que vai para além do âmbito do inquérito tem que ver com o facto de os professores de línguas R/M bem como os de línguas imigrantes poderem ser formalmente definidos como professores de línguas nativas se ensinarem em escolas minoritárias ou imigrantes, ou professores de língua estrangeira se ensinarem falantes não nativos da língua que frequentam a escola minoritária ou imigrante. Assim, podem escolher aderir a qualquer um dos programas de desenvolvimento para professores de línguas nativas ou estrangeiras, dependendo da sua situação de ensino.

A área em que existe claramente espaço para desenvolvimento é a da mobilidade dos professores. Nove dos 24 países/regiões relatam não ter qualquer tipo de apoio nesta área, e apenas a Catalunha e a Suíça relatam possuir programas estruturados de mobilidade de professores. Outros 13 países incentivam a mobilidade e fornecem apoio financeiro, mas é evidente que seria possível fazer mais para estimular os professores de língua a passarem mais tempo no país da língua que estão a ensinar e, ao mesmo tempo, estar em consonância com as recomendações da UE que salientam a mobilidade e o intercâmbio de professores como meios importantes para que adquiram níveis mais elevados de competência linguística e cultural.

Uma conclusão interessante é o facto de um conjunto de países/regiões estar a tomar medidas para aumentar o número de professores de língua, o que seria uma área proveitosa em termos de intercâmbio de conhecimentos. Isto quer dizer que a procura está a aumentar, ou simplesmente que o número de professores está a diminuir? No País Basco, na Dinamarca, na Estónia e na Suíça estão a ser adotadas medidas especiais para

recrutar mais professores de língua nacional. A Bulgária, a Dinamarca, a Inglaterra, a Frísia, a Hungria, a Lituânia e a Ucrânia estão a tomar medidas para promover e facilitar a contratação e a formação suplementar de professores qualificados de língua estrangeira. É possível que o reaparecimento e a promoção de muitas línguas R/M explique o facto de o País Basco, a Bósnia Herzegovina, a Dinamarca, a Irlanda do Norte, a Escócia, a Espanha e a Ucrânia estarem a adotar medidas especiais para recrutar professores de línguas R/M. No entanto, de acordo com os relatórios, nenhum dos países/regiões está ainda a recrutar professores de línguas imigrantes, que se trata certamente de uma área a desenvolver.

2.4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

Os documentos da UE e do CdE sobre o multilinguismo salientam a necessidade de os estudantes partirem da aprendizagem básica de língua realizada na primeira etapa do ensino básico quando fazem a transição para a segunda etapa do ensino básico, alargando quer o número de línguas que aprendem quer a sua capacidade nas mesmas, tendo em vista o emprego futuro e o ensino pós-secundário e superior.

De acordo com a Recomendação 98 (6) do Conselho da Europa, o objetivo de aprendizagem na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário deverá ser:

continue to raise the standard of communication which pupils are expected to achieve so that they can use the language studied to communicate effectively with other speakers of that language in everyday transactions, build social and personal relations and learn to understand and respect other people's cultures and practices.¹

As escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário deveriam disponibilizar um leque geral de línguas mais diversificado, e dar aos alunos a oportunidade de aprenderem mais do que uma língua europeia ou outra. Os níveis de aprendizagem deveriam ser monitorizados utilizando padrões europeus, incluindo o reconhecimento de competências parciais, quando adequado. Recomenda-se a utilização mais alargada da aprendizagem integrada de língua e de conteúdos (AILC). O desenvolvimento, a mobilidade dos professores, a criação de redes internacionais e a cooperação entre países para estabelecer projetos conjuntos são também considerados ingredientes importantes para o sucesso. A nossa investigação foi estruturada de forma a ter em conta muitos, mas não todos, os aspetos supramencionados.

É evidente que é mais difícil comparar a segunda etapa do ensino básico e o ensino secundário dos diferentes países do que a primeira etapa do ensino básico: existe um leque de escolas especializadas para escolher, as escolas da segunda etapa do ensino básico e as do ensino secundário estão estruturadas de forma distinta em diferentes países (ver Glossário) e a forma como os programas de língua são planeados também varia substancialmente. Apesar destes desafios, os nossos investigadores

¹ «continuar a elevar os padrões de comunicação que se espera que os alunos alcancem de forma que possam utilizar a língua estudada para comunicar eficazmente com outros falantes dessa língua em interações quotidianas, construir relações sociais e pessoais e aprender a compreender e a respeitar culturas e práticas de outros povos»

recolheram dados sobre a organização do ensino de língua e do desenvolvimento dos professores em todos os tipos de língua dos 24 países/regiões.

Apoio para a língua nacional na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

O apoio adicional na língua adicional continua a ser importante neste nível quer para os alunos recém-chegados quer para todos os outros que têm dificuldade em compreender e em comunicar na língua nacional. Colocámos aos nossos investigadores o mesmo conjunto de perguntas da primeira etapa do ensino básico:

- até que ponto existe um currículo coerente e explícito
- o grau de apoio linguístico para recém-chegados
- testes de diagnóstico à entrada de recém-chegados
- monitorização das competências linguísticas

Os resultados são apresentados na Tabela 21.

Tabela 21. Apoio adicional em língua nacional na primeira etapa do ensino básico em 24 países/regiões

Critérios	Respostas	N	Respostas	N	Respostas	N
Currículo	Coerente e explícito	20	Geral	4	Nenhum	0
Apoio adicional para recém-chegados	Total	21	Parcial	0	Nenhum	3
Testes de diagnóstico à chegada	Para todos	9	Apenas para imigrantes	5	Nenhum	10
Monitorização de competências linguísticas	Nível nacional	15	Nível escolar	8	Nenhum	1

De acordo com os nossos investigadores, 20 países/regiões têm um currículo de língua nacional coerente e explícito, ao passo que na Frísia, na Itália, na Irlanda do Norte e nos Países Baixos o mesmo é expresso em termos gerais. Existe oferta de apoio adicional em língua nacional para os recém-chegados quer antes quer depois do ensino geral em 21 países/regiões, tendo a Dinamarca, a Itália e a Ucrânia relatado não disponibilizarem este tipo de ensino. A natureza exata do apoio concedido, e a influência que tem no sucesso académico dos alunos é uma área em que é necessária mais investigação. Tal como acontece na primeira etapa do ensino básico, um conjunto relativamente pequeno de países/regiões leva a cabo um diagnóstico de proficiência em língua nacional baseado nas necessidades que se aplica a todos os alunos à entrada da segunda etapa do ensino básico. São eles a Bósnia Herzegovina, a Catalunha, a Inglaterra, a França, a Polónia, Portugal, a Escócia, a Ucrânia e o País de Gales. Outros cinco países/regiões – Bulgária, Hungria, Lituânia, Espanha e País Basco – realizam testes de diagnóstico apenas para alunos imigrantes. A natureza dos testes e a forma como a informação é utilizada para ajudar à conceção dos programas e fornecer apoio contínuo é outra área que precisa de ser mais bem explorada. Tal como na primeira etapa do ensino básico, existe monitorização regular das competências em língua nacional, havendo 15 países que a realizam a nível nacional e oito a nível local. A Dinamarca relata não levar a efeito monitorização das competências em língua nacional na segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário.

Línguas estrangeiras na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

A Tabela 22 apresenta uma panorâmica da organização do ensino de língua estrangeira na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. Colocámos aos nossos inquiridos perguntas sobre:

- os grupos alvo
- o número de línguas estrangeiras ensinadas e se são ou não obrigatórias
- até que ponto existe um currículo coerente e explícito
- a difusão da AILC
- horário escolar, durante ou depois do dia de aulas
- requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo
- monitorização das competências linguísticas
- níveis a ser alcançados e consonância com o QECR
- o nível de financiamento público disponível

Tabela 22. Organização do ensino de língua estrangeira em escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário em 24 países/regiões

Critérios	Respostas	N	Respostas	N	Respostas	N
Número de línguas estrangeiras obrigatórias (segunda etapa do ensino básico)	Duas	14	Uma	10	Nenhuma	0
Número de línguas estrangeiras obrigatórias (ensino secundário)	Duas	9	Uma	10	Nenhuma	5
Currículo	Coerente e explícito	20	Geral	4	Sem diretrizes	0
Língua usada como meio de instrução (AILC)	Disseminada	1	Localizada	14	Inexistente	9
Grupos alvo	Todos	24	Restrito	0		0
Horário	Em horário escolar	23	Parcialmente em horário escolar	1	Fora da escola	0
Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Nenhum	19	5-10 alunos	5	>10 alunos	0
Monitorização das competências linguísticas	Nível nacional padronizado	11	Nível definido na escola	13	Ausente	0
Nível a ser atingido	Ligado ao QECR	13	Nacional ou definido na escola	7	Nenhum	4
Disponibilidade de financiamento público	Total	24	Parcial	0		0

Como esperado, todos os países/regiões inquiridos disponibilizam línguas estrangeiras na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. No entanto, notam-se diferenças significativas no número de línguas obrigatórias disponibilizadas, na variedade de línguas, na monitorização das competências linguísticas, na utilização da AILC e na medida em que o QECR é utilizado para avaliar o nível atingido.

Vinte países/regiões declaram possuir um currículo coerente e explícito e apenas os Países Baixos, a Irlanda do Norte, a França e a Itália afirmam que é expresso em termos gerais. Na primeira etapa do ensino básico, um país – Espanha – relatou a existência disseminada de AILC, e na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário é a França que reclama esta honra, com 14 países/regiões a relatarem iniciativas localizadas e nove a não relatarem a existência de qualquer exemplo de AILC. Existe um estudo sobre a AILC em todos os tipos de língua na secção 2.5. Em geral, não existem requisitos quantos à dimensão dos grupos no ensino de língua estrangeira, embora a Bulgária, a Dinamarca, a Grécia, a Lituânia e a Roménia declarem que é necessário um mínimo de cinco alunos para iniciar alguns cursos opcionais em línguas menos amplamente usadas. Onze países/regiões monitorizam as competências linguísticas a nível nacional, 13 ao nível da escola.

A Tabela 23 mostra em que medida os países/regiões disponibilizam línguas obrigatórias na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário.

Um total de 14 países/regiões tem o ensino obrigatório de duas línguas estrangeiras na segunda etapa do ensino básico, mas o número reduz-se a nove no ensino secundário, uma vez que a Dinamarca, a Frísia, a Itália, a Lituânia, os Países Baixos e a Ucrânia baixam o requisito de duas para uma língua estrangeira e a Grécia de duas para nenhuma. A Hungria e a Suíça aumentam os requisitos de uma para duas. Os únicos países/regiões que tornam duas línguas obrigatórias na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário são a Áustria, a Estónia, a França, a Polónia, Portugal, a Roménia e a Suíça. Na Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e no País de Gales é obrigatória uma língua estrangeira na segunda etapa do ensino básico mas no ensino secundário estes são os únicos países/regiões de todos os inquiridos, além da Grécia, onde não existem línguas estrangeiras obrigatórias. Na Escócia, aprender línguas é um direito tanto na segunda etapa do ensino básico como no ensino secundário, logo não tecnicamente obrigatório; embora na prática a maioria dos alunos aprenda uma língua estrangeira no ensino secundário.

Tabela 23. Número de línguas obrigatórias nas escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário em 24 países/regiões

Número de línguas obrigatórias	Duas línguas obrigatórias	Uma língua obrigatória	Nenhuma língua obrigatória
Segunda etapa do ensino básico	Áustria, Dinamarca, Estónia, França, Frísia, Grécia, Itália, Lituânia, Países Baixos, Polónia, Portugal, Roménia, Ucrânia	País Basco, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Catalunha, Inglaterra, Hungria, Irlanda do Norte, Escócia, Espanha (Madrid, Valência, Sevilha), Suíça, País de Gales	
Ensino secundário	Áustria, Bulgária, Estónia, França, Hungria, Polónia, Portugal, Roménia, Suíça	País Basco, Bósnia Herzegovina, Catalunha, Dinamarca, Frísia, Itália, Lituânia, Países Baixos, Espanha (Madrid, Valência, Sevilha), Ucrânia	Inglaterra, Grécia, Irlanda do Norte, Escócia, País de Gales

Como esperado, as metas de aprendizagem em linha com o QECR para línguas estrangeiras são muito mais bem estabelecidas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário do que na primeira etapa do ensino básico dos países/regiões participantes, sendo que treze deles afirmam explicitamente o nível a ser atingido. Os padrões são estabelecidos na Tabela 24.

O nível B2 parece ser o nível de proficiência mais comum na primeira língua estrangeira, e o nível B1 na segunda. Os resultados do estudo SurveyLang revelarão ainda este ano até que ponto esta aspiração está a ser alcançada.

Tabela 24. Metas de aprendizagem do QECR para o ensino de língua estrangeira na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário em 13 países/regiões

País/Região	Nível de proficiência a ser atingido em línguas estrangeiras no final da segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário
Áustria	B2
País Basco	B1
Bulgária	B1-B2 para a primeira FL; A1 para a segunda LE
Dinamarca	B2
Estónia	Segunda etapa do ensino básico: Primeira LE: B1 segunda LE:A2 Ensino secundário: duas línguas estrangeiras no nível B (B1 ou B2)
França	Nível B2 para a primeira língua estrangeira; nível B1 para a segunda língua estrangeira A2/B1 para a terceira língua estrangeira
Frísia	Dependendo do tipo de escola, varia entre A1 e B2 (ou C1 para as competências de leitura)
Hungria	Primeira língua estrangeira: B1 ou B2; segunda língua estrangeira: B1
Lituânia	Segunda etapa do ensino básico: 1.ª LE - B1; 2.ª LE - A2; ensino secundário: tendo em conta a aprendizagem na segunda etapa do ensino básico: B2, B1 ou A2
Países Baixos	Dependendo do tipo de escola, varia entre A1 to B2 (ou C1 para as competências de leitura)
Portugal	Os níveis variam de A.2.2 a B.1.2
Roménia	B2
Suíça	Nos cantões de Zurique e Genebra: B2.

Línguas R/M na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

No âmbito da CELRM e das obrigações nacionais, os países/ regiões estão ainda empenhados em oferecer ensino nas e através das línguas R/M. Colocámos aos investigadores um conjunto de questões semelhante ao das línguas estrangeiras:

- os grupos alvo
- até que ponto existe um currículo coerente e explícito
- a difusão da AILC
- horário escolar, durante ou depois do dia de aulas
- requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo
- monitorização das competências linguísticas
- o nível a ser alcançado
- o nível de financiamento disponível

Dezanove países/regiões disponibilizam línguas R/M na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário e os resultados são apresentados na Tabela 25.

Tabela 25. Organização do ensino de línguas R/M em escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário em 19 países/regiões

Crítérios	Respostas	N	Respostas	N	Respostas	N
Grupos alvo	Todos	18	Restrito	1		0
Currículo	Coerente e explícito	16	Geral	3	Sem diretrizes	0
Língua usada como meio de instrução (AILC)	Disseminada	10	Localizada	8	Inexistente	1
Horário	Em horário escolar	15	Parcialmente em horário escolar	3	Fora do horário escolar	1
Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Nenhum	13	5-10 alunos	1	>10 alunos	5
Monitorização das competências linguísticas	Padronizada a nível nacional	10	Definida na escola	8	Nenhuma	1
Nível a ser atingido	Normas nacionais/regionais	14	Definido na escola	3	Nenhum	2
Disponibilidade de financiamento público	Total	19	Parcial	0	Inexistente	0

Os países/regiões que não disponibilizam ensino em línguas R/M são a Dinamarca, a Inglaterra, a Estónia, a Grécia e a Polónia. Dos 19 que disponibilizam, a AILC está disseminada em dez, e presente em algumas áreas em oito, e só a França e a Bulgária relatam que estas línguas são apenas ensinadas como disciplinas. Os cursos estão abertos a todos os alunos, exceto na Bulgária, onde se destinam apenas a falantes nativos. Têm lugar durante o horário escolar, exceto na Áustria, na Bósnia Herzegovina e na Bulgária, onde os cursos são ministrados parcialmente em horário escolar e parcialmente em horário extraescolar. Não existem requisitos em termos de dimensão dos grupos em 13 países/regiões, embora na Escócia seja necessário um mínimo de cinco alunos para formar uma turma e na Áustria, na Bulgária, na França, na Irlanda do Norte e na Roménia seja necessário um mínimo de dez alunos. Dezoito países/regiões monitorizam as competências linguísticas adquiridas através de testes nacionais/regionais ou realizados pelas escolas, e apenas a Itália relata não fazer monitorização. A Áustria e o País de Gales não definem metas quanto ao nível a ser atingido, mas todos os outros países o fazem. Todos os países/regiões disponibilizam as línguas R/M de forma graciosa aos alunos.

Línguas imigrantes na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

Com o aumento da mobilidade e da migração no seio da Europa e do exterior para a Europa, o número de «línguas imigrantes» faladas nas escolas europeias aumentou de forma dramática, e, para muitas crianças, a língua de instrução na escola é a sua língua estrangeira. Os documentos europeus têm-se empenhado em salientar a importância da valorização das línguas e culturas presentes na sala de aula, tendo a Recomendação 98 (6) incitado os Estados Membros a assegurar que:

*there is parity of esteem between all the languages and cultures involved so that children in each community may have the opportunity to develop oracy and literacy in the language of their own community as well as to learn to understand and appreciate the language and culture of the other;*²

O Livro verde sobre migração e mobilidade de 2008 da CE retoma a Diretiva 77/486/CEE segundo a qual os Estados Membros deveriam:

*promote teaching of the mother tongue and culture of the country of origin, in coordination with normal education, in cooperation with the Member State of origin*³

Na investigação do LRE dispusemo-nos a explorar em que medida é que os Estados Membros estão a disponibilizar aos imigrantes e a outros a oportunidade de aprender estas línguas. Como vimos em relação à educação pré-escolar e à primeira etapa do ensino básico, poucos países/regiões disponibilizam esta escolha de forma sistemática, (três na educação pré-escolar e cinco na primeira etapa do ensino básico), tendo oito dos 24 países/regiões respondido positivamente: Áustria, Dinamarca, Inglaterra, Estónia, França, Países Baixos, Escócia e Suíça.

Na Tabela 26 apresentamos uma panorâmica das línguas imigrantes nestes países, centrando-nos nos seguintes aspetos:

- os grupos alvo
- até que ponto existe um currículo coerente e explícito
- a difusão da AILC
- horário escolar, durante ou depois do dia de aulas
- requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo
- monitorização das competências linguísticas
- o nível a ser alcançado
- o nível de financiamento disponível

² «existe uma paridade de estima entre todas as línguas e culturas envolvidas para que as crianças de cada comunidade possam ter a oportunidade de desenvolver as competências orais e a literacia na língua da sua própria comunidade, bem como aprender a compreender e a valorizar a língua e a cultura do outro»

³ «promover o ensino da língua materna e da cultura do país de origem, em coordenação com a educação geral, em cooperação com o Estado Membro de origem»

Tabela 26. Organização do ensino de línguas imigrantes em escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário em 8 países/regiões

Critérios	Respostas	N	Respostas	N	Respostas	N
Grupos alvo	Todos	4	Apenas crianças imigrantes	3	Não especificado	1
Currículo	Coerente e explícito	3	Geral	3	Sem diretrizes	2
Língua usada como meio de instrução (AILC)	Disseminada	1	Localizada	2	Inexistente	5
Horário	Em horário escolar	1	Parcialmente em horário escolar	1	Fora do horário escolar	6
Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Nenhum	4	5-10 alunos	2	>10 alunos	2
Monitorização das competências linguísticas	Padronizada a nível nacional	1	Definida na escola	5	Nenhuma	3
Nível a ser atingido	Normas nacionais/regionais	2	Definido na escola	3	Nenhum	3
Disponibilidade de financiamento público	Total	5	Parcial	2	Inexistente	1

Dos oito países que afirmam disponibilizar estas línguas, a Inglaterra, a Dinamarca, a França e os Países Baixos oferecem línguas como o turco e o árabe não só a alunos oriundos destes contextos, mas também a todos os alunos da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário como língua estrangeira, um modelo que pode ser destacado como uma boa prática a ser seguida por outros países/regiões. A França é o único país/região que disponibiliza AILC de forma generalizada, ao passo que a Áustria e a Suíça a disponibilizam em algumas áreas. Os Países Baixos oferecem línguas imigrantes como parte do currículo dentro do horário escolar, enquanto a Inglaterra e a Suíça (Zurique apenas) as disponibilizam parcialmente em horário escolar e os outros países/regiões como atividade extracurricular. Não existem requisitos mínimos em termos da dimensão dos grupos na Inglaterra, na França, na Países Baixos e na Escócia, ao passo que na Dinamarca e na Suíça é necessário um mínimo de cinco alunos para constituir uma turma e na Áustria e na Estónia um mínimo de 10. As competências linguísticas são monitorizadas através de testes nacionais padronizados na Inglaterra, através de instrumentos definidos na escola, na Áustria na Dinamarca, na França, nos Países Baixos e na Suíça, e não existe monitorização na Áustria, na Estónia e na Escócia. A Estónia e os Países Baixos são os únicos países/regiões que especificam o nível de proficiência a ser alcançado à escala nacional. Existe financiamento público total para o ensino de línguas imigrantes na Dinamarca, na Inglaterra, nos Países Baixos e na Escócia. Na França e na Suíça, é disponibilizado financiamento pelos países de origem dos alunos imigrantes e na Estónia os pais/encarregados de educação suportam os custos. Os únicos países que disponibilizam línguas imigrantes no ensino básico e secundário são a Áustria, a Dinamarca, a França e a Suíça.

Panorâmica das línguas além da língua nacional disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

Depois da primeira etapa do ensino básico, torna-se mais difícil distinguir entre a oferta de línguas estrangeiras, R/M e imigrantes, uma vez que os grupos alvo da oferta se tornam cada vez menos específicos e as *línguas além da língua nacional* (LALN) tendem a ser disponibilizadas a todos alunos, independentemente do seu contexto linguístico. Apesar destas complexidades, mantivemos a distinção inicial entre línguas estrangeiras, R/M e imigrantes que utilizámos para descrever a oferta de línguas na educação pré-escolar e na primeira etapa do ensino básico, embora reconhecendo que não se trata de categorias estanques. A Tabela 27 apresenta um resumo comparativo da oferta em línguas (sobretudo) R/M, línguas (sobretudo) estrangeiras e línguas (sobretudo) imigrantes em 24 países/regiões de acordo com os relatórios dos nossos investigadores.

Tabela 27. Resumo comparativo da oferta em línguas (sobretudo) R/M, línguas (sobretudo) estrangeiras e línguas (sobretudo) imigrantes na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (as línguas estrangeiras referidas em itálico são disponibilizadas apenas no ensino secundário) em 24 países/regiões

País/região	Línguas (sobretudo) R/M	Línguas (sobretudo) estrangeiras	Línguas (sobretudo) imigrantes
Áustria	Croata de Burgenland, checo, húngaro, romani, eslovaco, esloveno	Obrigatórias duas entre inglês, francês, italiano, espanhol	Albanês, bósnio, sérvio, croata, polaco, russo, turco
País Basco	Basco	Obrigatórias inglês, alemão Opcionais francês, alemão, italiano, russo, <i>árabe, turco</i>	–
Bósnia Herzegovina	Bósnio, croata, sérvio como outras línguas nacionais	Obrigatórias inglês, alemão Opcionais <i>árabe</i> , francês, italiano, russo, <i>turco</i>	–
Bulgária	Arménio, hebreu, romani, turco	Obrigatórias: 1-2 <i>entre croata, checo</i> , inglês, francês, alemão, italiano, <i>japonês, coreano, polaco, romeno</i> , russo, <i>sérvio, eslovaco</i> , espanhol <i>Opcionais</i> : outras do leque acima	–
Catalunha	Catalão em todo o território, aranês occitano em Vale de Arão	Obrigatórias: uma entre inglês, francês, ocasionalmente alemão e italiano Opcionais: <i>grego antigo, latim</i> e outras	–
Dinamarca	–	Obrigatórias: inglês Opcionais: <i>grego antigo, chinês</i> , francês, alemão, <i>italiano, japonês, latim, russo</i> , espanhol	Árabe, turco
Inglaterra	–	Obrigatórias: uma língua até aos 14 anos. Pode ser qualquer língua viva (com acreditação adequada); as principais línguas são o francês, o alemão, o espanhol, mas também se incluem o árabe, o italiano, o japonês, o mandarim, o polaco, o português, o russo, o turco e o urdu.	Árabe, chinês, russo, urdu
Estónia	Hebreu	Obrigatórias: duas de inglês, francês, alemão, italiano, russo	Chinês, finlandês, sueco
França	<i>Basco, bretão, catalão, corsa, occitano Alsaciano/alemão, moselês, crioulo, taitiano, línguas melanésias (Aijé, Drehu, Nengone, Paici)</i>	Obrigatórias: duas línguas de 19: inglês, português, russo, dinamarquês, neerlandês, grego, hebreu, japonês, norueguês, polaco, sueco, turco, grego antigo e latim; outras línguas, como as regionais, são opcionais	Árabe, croata, italiano, português, sérvio, espanhol e turco
Frísio	Frísio apenas na Frísia	Obrigatórias: inglês, Opcionais Ver Países Baixos	–
Grécia	–	Obrigatórias: inglês Opcionais: francês, alemão	–
Hungria	Romani/boyash	Obrigatórias: 1-2 <i>entre chinês, inglês</i> , francês, alemão, italiano, russo, espanhol, <i>latim</i>	–
Itália	Albanês, catalão, croata, franco-provençal, francês, friulano, alemão, grego, ladino, occitano, sardo, esloveno	Obrigatórias: inglês e outra língua estrangeira	–
Lituânia	Russo, polaco, hebreu, bielorrusso	Obrigatórias: uma entre inglês, francês, alemão Opcionais: outras línguas	–
Países Baixos	Frísio apenas na Frísia	Obrigatórias: inglês <i>mais outra língua no nível mais alto do ensino secundário</i> Opcionais: <i>grego antigo, chinês</i> , francês, alemão, italiano, <i>latim</i> , russo, espanhol	Árabe, turco
Irlanda do Norte	Irlandês	Obrigatórias: uma língua até aos 14 anos, habitualmente francês, alemão, espanhol	–
Polónia	–	Obrigatórias: duas entre inglês, francês, alemão, italiano, russo, espanhol	–

País/região	Línguas (sobretudo) R/M	Línguas (sobretudo) estrangeiras	Línguas (sobretudo) imigrantes
Portugal	Mirandês	Obrigatórias: duas entre inglês, francês, alemão, espanhol, <i>latim, grego antigo</i> ;	–
Roménia	Búlgaro, croata, húngaro, italiano, polaco, romani, russo-lipovano, eslovaco, sérvio, turco, ucraniano	Obrigatórias: duas entre inglês, francês, alemão, italiano, português, russo, espanhol	–
Escócia	Gaélico escocês	Obrigatórias /opcionais: uma entre francês, alemão ou espanhol, italiano e chinês	Chinês, russo, urdu
Espanha (Madrid, Valência, Sevilha)	Valenciano em Valência apenas	Obrigatórias: uma entre inglês, francês, alemão	
Suíça	francês, alemão, italiano como outras línguas nacionais	Obrigatórias: 1-2 entre inglês, grego, latim, espanhol	Em Zurique: albanês, bósnio, chinês, croata, finlandês, francês, grego, húngaro, italiano, coreano, curdo, português, russo, sérvio, esloveno, espanhol, sueco, turco Em Genebra: albanês, árabe, italiano, português, espanhol, turco
Ucrânia	Bielorrusso, búlgaro, tártaro da Crimeia, gagauz, alemão, grego, hebreu, húngaro, moldavo, polaco, romeno, russo, eslovaco	Obrigatórias: 1-2 de inglês, francês, alemão ou espanhol: dependendo da escola Opcionais: arménio, checo, coreano, turco, vietnamita: como línguas extracurriculares	–
País de Gales	Galês	Obrigatórias: uma língua até aos 14 anos, de francês, alemão, espanhol Opcionais: galês	–

As línguas estrangeiras mais habitualmente disponibilizadas são o inglês, o alemão e o francês, embora sejam também oferecidas outras línguas europeias como o espanhol e o italiano. Algumas línguas imigrantes, como o árabe, o croata, o polaco, o russo e o turco, são disponibilizadas como línguas estrangeiras opcionais, e o árabe e o turco têm um firme estatuto como disciplinas de exame em escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário da França e dos Países Baixos. A França tem a oferta do maior número de línguas, e todos os alunos podem optar de entre um leque muito variado de línguas, tais como línguas europeias modernas, línguas asiáticas populares, como o japonês e o chinês, bem como línguas R/M e línguas imigrantes. De acordo com a investigação, a Áustria e os Países Baixos disponibilizam também uma grande variedade de línguas. O russo é, como é evidente, uma língua muito disponibilizada nos países da Europa de Leste, quer como língua R/M quer como língua estrangeira. Na Inglaterra, na Irlanda do Norte, na Escócia e no na País de Gales, o francês, o alemão e o espanhol são as línguas mais habitualmente disponibilizadas, embora as línguas imigrantes sejam também disponibilizadas, por vezes no ensino geral, mas mais habitualmente no chamado ensino *complementar*.

Qualificações e desenvolvimento dos professores na primeira etapa do ensino básico

No que respeita às qualificações e ao desenvolvimento dos professores, como esperado, as escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário são mais exigentes do que as escolas da primeira etapa do ensino básico, de acordo com os relatórios dos nossos investigadores. No inquérito do LRE, colocámos questões sobre:

- as qualificações dos professores
- a oferta de formação inicial e contínua
- a mobilidade de professores de línguas estrangeiras
- nível de língua exigido
- medidas para aumentar a oferta de professores nos casos em que haja escassez

Na Tabela 28 são apresentados os resultados para os quatro tipos de línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário de todos os países/regiões. É importante ter em conta que nem todos os tipos de línguas são disponibilizados em todos os países/regiões, o que explica o baixo resultado particularmente nas línguas imigrantes, que são apenas disponibilizadas em oito países/regiões.

Tabela 28. Qualificações e desenvolvimento dos professores na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário em 24 países/regiões

Dimensão	Respostas	LN	R/M	LE	LE	Respostas	LN	R/M	LE	LE	Respostas	LN	R/M	LE	LE
Qualificações dos professores	Professores de língua qualificados	23	16	22	3	Professores em geral qualificados	1	3	2	3	Sem qualificações específicas	0	5	0	18
Formação inicial	Específica para a disciplina	22	17	22	3	Geral	2	2	2	2	Nenhuma	0	5	0	19
Formação contínua	Específica para a disciplina	19	14	20	3	Geral	5	5	4	5	Nenhuma	0	5	0	16
Nível de língua	Ligado ao QECR	4		8		Padrões nacionais/regionais	13		13		Sem padrões claros	7		4	N/A
Medidas para aumentar a oferta	Medidas estruturais	7	8	10	1	Campanhas de recrutamento na imprensa	2	0	1	1	Sem medidas específicas	15	16	13	22
Mobilidade dos professores	Incorporada na formação			6		Apoio financeiro informal			13		Nenhuma			5	

Em 23 dos 24 países/regiões, é oferecido apoio adicional em língua nacional (LN) por professores qualificados, ao passo que na Estónia é fornecido por professores com qualificações gerais. É também disponibilizada formação inicial e contínua. Os professores não nativos da língua nacional são obrigados a adquirir um certo nível de proficiência na língua nacional em 17 países/regiões, embora apenas quatro estipulem níveis explícitos do QECR – País Basco (B2), Estónia (C1), Itália (C2) e Suíça (em Zurique e Ticino) (C2). Em sete países/regiões, não é estipulado qualquer padrão.

Os professores de língua estrangeira são também bem qualificados, e apenas na Estónia e na Irlanda do Norte os professores de ensino geral ensinam línguas estrangeiras, embora a Itália e a Grécia declarem que a formação inicial é geral e não dirigida especificamente ao ensino de língua. Existe um pouco mais de apoio estruturado para a mobilidade na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário do que na primeira etapa do ensino básico, e a Áustria e a Catalunha declaram que os professores passam um semestre no estrangeiro como parte da sua formação inicial ou contínua. Existem outros 17 países/regiões que apoiam financeiramente iniciativas de mobilidade dos professores, quedando-se a Estónia, a França, a Itália, Portugal e a Roménia como países onde é menos provável que os professores passem tempo num país da língua alvo. Em consonância com as recomendações da UE e do CdE, na maior parte dos países/regiões, exige-se que os professores de línguas estrangeiras obtenham um certo nível de proficiência em língua estrangeira, o que é calculado de acordo com os níveis do QECR em oito países/regiões, como se mostra na Tabela 29.

Tabela 29. Requisitos de proficiência para professores de línguas estrangeiras na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

Países/regiões	Nível de proficiência exigido aos professores de língua estrangeira na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário
Áustria	C1
País Basco	B2
Bulgária	B2-C1
Catalunha	C1-C2
Estónia	C1
França	B2
Hungria	C1
Roménia	C1
Suíça	Cantão de Zurique: C2

O nível mais habitualmente exigido é o C1, embora o C2 seja considerado adequado na França e no País Basco, sendo a exigência mais alta na Catalunha e na Suíça (Zurique), onde se espera que os professores alcancem o nível C2.

Os professores de línguas R/M são professores de língua qualificados em todos os países/regiões exceto na Frísia, onde os cursos são ministrados por professores com qualificações gerais. A formação inicial e contínua é também disponibilizada em todos os países/regiões.

Apenas na Áustria, na Dinamarca e nos Países Baixos, as aulas em línguas imigrantes são ensinadas por professores especificamente qualificados para tal, ao passo que na Estónia, na França e na Suíça são empregados professores com qualificações gerais.

Como acontece na primeira etapa do ensino básico, num conjunto de países existe uma escassez de oferta de professores e estão a ser adotadas medidas especiais para recrutar profissionais com qualificações adequadas e para incentivar as pessoas a adquirirem qualificações de professor de língua. Os países que declaram possuir campanhas de recrutamento são apresentados na Tabela 30.

Tabela 30. Países/regiões que recrutam ativamente professores de língua nos casos em que existe escassez

Professores de LN	Professores de LE	Professores de LR/M	Professores de LI
País Basco	País Basco	País Basco	Inglaterra
Inglaterra	Bulgária	Frísia	Escócia
Estónia	Inglaterra	Irlanda do Norte	
Frísia	Frísia	Roménia	
Países Baixos	Hungria	Escócia	
Irlanda do Norte	Lituânia	Espanha	
Roménia	Países Baixos	Suíça	
Escócia	Roménia	País de Gales	
Suíça	Escócia		
	Suíça		
	País de Gales		

A Escócia é o único país/região que declara o recrutamento ativo de professores de língua em todas as categorias, ao passo que o País Basco, a Inglaterra, a Roménia, a Escócia e a Suíça estão a adotar medidas para aumentar a oferta em três ou quatro categorias de línguas.

2.5 Perspetivas transversais sobre o ensino pré-(básico) e secundário

Nesta secção, são apresentadas perspetivas transversais sobre três áreas importantes destacadas nos documentos da UE e do CdE:

- Aprendizagem integrada de línguas e conteúdos (AILC)
- Mobilidade dos professores de língua estrangeira
- Reconhecimento geral do multilinguismo e do plurilinguismo na escolas

Aprendizagem integrada de línguas e conteúdos (AILC)

A AILC consiste em colocar os alunos a aprender disciplinas como biologia ou geografia por meio de outra língua, uma abordagem imensamente incentivada como forma eficiente e eficaz de desenvolver as competências comunicativas. Já falámos brevemente sobre a utilização da AILC nas diferentes secções dedicadas ao ensino básico e secundário e na Tabela 31 apresentamos os resultados conjuntos para ambos os domínios. Colocámos aos investigadores perguntas sobre até que ponto é a AILC disseminada, localizada ou ausente nos seus países/regiões. O número total de países/regiões que disponibilizam cada tipo de língua é apresentado entre parênteses.

Tabela 31. Número de países/regiões que declaram utilizar a AILC no ensino básico e secundário (os números dizem respeito ao número de países/regiões)

País/região	Primeira etapa do ensino básico			Segunda etapa do ensino básico e ensino secundário		
	LE (23)	R/M (22)	LI (5)	LE (24)	R/M (19)	LI (8)
Disseminada	1	12	1	1	10	1
Localizada	13	6	3	14	8	2
Ausente	9	4	1	9	1	5

Como esperado, a AILC está disseminada primordialmente no ensino de línguas R/M, uma vez que estas línguas são geralmente as línguas faladas em casa pelos alunos, e, desta forma, já são capazes de comunicar fluentemente utilizando as mesmas. Nas aulas de língua estrangeira, dado que a competência comunicativa dos alunos é inferior, muito poucos países/regiões relatam uma prática disseminada: apenas a Espanha, na primeira etapa do ensino básico, e a França, na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. Não obstante, o facto de 13 países/regiões na primeira etapa do ensino básico e 14 na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário declaram haver iniciativas localizadas de AILC sugere que existem bolsas de boas práticas, e seria importante efetuar mais investigação para comparar as abordagens e explorar tópicos como o desenvolvimento dos professores e a conceção dos materiais. Dos poucos países/regiões que disponibilizam línguas imigrantes, é mais uma vez a Espanha aquele que relata disponibilizar AILC de forma disseminada na primeira etapa do ensino básico e a França na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário, o que sugere que estes países adquiriram competências especializadas sobre esta abordagem.

Mobilidade dos professores de língua estrangeira

A mobilidade dos professores é fortemente incentivada através do Programa de aprendizagem ao longo da vida (PALV) da CE, e no inquérito colocámos aos nossos investigadores questões sobre as oportunidades dadas aos professores no seu país/região para, como parte da sua formação inicial ou contínua, passarem tempo no país da língua que pretendem ensinar. Perguntámos aos investigadores se os países/regiões a) incorporam tais programas na estrutura dos programas de desenvolvimento dos professores, passando os professores pelo menos um período no país alvo, b) não incorporam esta prática, mas incentivam e financiam iniciativas individuais dos professores, ou c) não optam por nenhuma das opções anteriores. Os resultados são apresentados na Tabela 32.

Tabela 32. Panorâmica da mobilidade dos professores de língua estrangeira no ensino básico e secundário em 24 países/regiões

	Primeira etapa do ensino básico	Segunda etapa do ensino básico e ensino secundário
Programas estruturados – pelo menos um período passado no país alvo	Catalunha, Suíça	Áustria, Catalunha, Espanha, Suíça
Apoio a iniciativas individuais	Áustria, País Basco, Bósnia Herzegovina, Dinamarca, Inglaterra, Estónia, Grécia, Hungria, Lituânia, Polónia, Escócia, Espanha, Ucrânia	País Basco, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Dinamarca, Inglaterra, Frísia, Grécia, Hungria, Lituânia, Países Baixos, Irlanda do Norte, Polónia, Escócia, Ucrânia, País de Gales
Ausente	Bulgária, França, Frísia, Itália, Países Baixos, Irlanda do Norte, Portugal, Roménia, País de Gales	Estónia, França, Itália, Portugal, Roménia

A Catalunha e a Suíça são os únicos países/regiões que oferecem programas de mobilidade estruturados no nível básico e secundário, embora metade dos países inquiridos financiem iniciativas individuais dos professores em ambos os níveis. Um número surpreendentemente grande de países parece não apoiar a mobilidade em nenhum dos níveis, sendo o conhecimento das possíveis razões para tal uma área a precisar de maior investigação.

Reconhecimento geral do multilinguismo e do plurilinguismo na escolas

A organização do ensino multilingue/plurilingue e o desenvolvimento dos professores para salas de aulas linguística e culturalmente diversas são desafios cada vez mais importantes enfrentados pelo ensino público europeu. Com tantas línguas atualmente representadas em quase todas as salas de aula, os documentos da UE e do CdE salientaram a importância do reconhecimento do repertório de alunos plurilingues existente no ensino e na aprendizagem de línguas e do desenvolvimento dos professores no sentido de valorizarem e fazerem uso deste repertório na prática de sala de aula. É difícil aferir até que ponto esta realidade se verifica de facto, o que daria só por si um projeto de investigação. No entanto, para fins indicativos, pedimos aos nossos investigadores para fazerem uma estimativa da medida em que esta prática existe nos seus países/regiões. Os resultados são apresentados na Tabela 33.

Tabela 33. Reconhecimento do multi/plurilinguismo na educação pré-escolar (EPE), na primeira etapa do ensino básico (PEEB) e na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (SEEB/ES) em 24 países/regiões (números dizem respeito ao número de países/regiões)

Nível de reconhecimento	Abordagem coerente e integrada			Abordagem informal			Não tratado		
	EPE	PEEB	SEEB/ES	EPE	PEEB	SEEB/ES	EPE	PEEB	SEEB/ES
Reconhecimento do multilinguismo e do repertório plurilingue dos alunos	8	11	9	15	11	11	1	2	4
Professores formados para fazer uso do repertório plurilingue dos alunos	7	8	4	14	12	16	3	4	4

A maioria dos países/regiões declara que o multilinguismo na sociedade e os repertórios linguísticos dos alunos são reconhecidos, formal ou informalmente, em todas as fases do ensino, embora o desenvolvimento dos professores tenda a ser mais informal, particularmente na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. Os países/regiões que declaram possuir uma abordagem coerente e integrada nos três domínios educativos foram a Roménia, a Espanha e o País de Gales.

A Bósnia Herzegovina, Inglaterra, França e Escócia relatam que o nível de reconhecimento do multi/plurilinguismo é mais elevado na educação pré-escolar e na primeira etapa do ensino básico do que nas restantes fases, ao passo que, nos Países Baixos e na Suíça, o reconhecimento é maior na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário.

2.6 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Línguas no ensino pós-secundário

O ensino pós-secundário, habitualmente conhecido como *Ensino e Formação Profissional (EFP)*, é uma componente particularmente importante da Estratégia Europa 2020, e a CE tem vindo a trabalhar de forma estreita com os Estados Membros de forma a reforçar a oferta deste ensino na Europa tendo por base o *Processo de Copenhaga* acordado em 2002 pelo Conselho da Europa.

Na sua Comunicação de 2008, a CE destacou a importância da aprendizagem ao longo da vida, o papel do EFP para o futuro da Europa e a necessidade da criação de oportunidades para o estudo de línguas no seio dessas instituições. Foram disponibilizados fundos estruturais da UE para cursos de línguas especificamente criados para empregos particulares.

A Comunicação da CE de 2010, *Dar um novo impulso à cooperação europeia no domínio do ensino e da formação profissionais para apoiar a Estratégia Europa 2020*, apela a uma abordagem estratégica em relação à mobilidade no EFP e recomenda que todos os cursos incluam períodos de estudo ou formação noutros países com um enfoque muito mais forte na

aprendizagem de língua. Esta abordagem é particularmente importante para quem recebe formação para trabalhar em indústrias ou em setores como a banca, o turismo ou o comércio internacional. Da mesma forma, uma vez que a maioria das instituições de EFP oferece programas de formação a desempregados e recém-chegados, é ainda de crucial importância o apoio na língua nacional. A Recomendação 98 (6) do CdE de 1998 tinha também apelado para uma aprendizagem de língua orientada para a vertente profissional, e incitava as instituições a disponibilizarem cursos de língua que assegurassem um equilíbrio entre a componente geral e a componente profissional e que preparassem os alunos para participarem em projetos internacionais, assumirem a sua profissão e serem móveis no âmbito da mesma.

O objetivo da investigação do LRE foi o de conhecer a gama de línguas e os tipos de programas disponibilizados nas instituições de EFP na Europa. Para isso, a nossa rede de investigadores recolheu dados primários diretamente das instituições nos maiores centros de EFP (69 no total) nas 67 cidades participantes no projeto (ver Tabela 4 da Secção 1.5).

Apoio adicional para a língua nacional no EFP

Para conhecer o nível de apoio adicional disponível para a língua nacional, os nossos investigadores colocaram às instituições perguntas sobre:

- a diversidade de grupos alvo
- a variedade de programas disponibilizadas aos formandos
- até que ponto é utilizado um currículo explícito
- o apoio a competências profissionais e à melhoria das competências gerais
- os tipos de fontes de financiamento
- as oportunidades de formação no emprego
- a utilização dos instrumentos da UE

Os resultados são apresentados na Tabela 34.

Tabela 34. Apoio adicional para a língua nacional no EFP (N=69 instituições)

Dimensão	Respostas	N	Respostas	N	Respostas	N
Grupos alvo	Para todos	37	Restrito	9	Não especificado	23
Variedade de programas de apoio linguístico	Ampla variedade	30	Variedade limitada	24	Inexistente	15
Curriculo explícito	Coerente e explícito	43	Geral	8	Ausente	18
Tipos de cursos	Cursos profissionais e gerais	34	Apenas cursos gerais	13	Apenas cursos profissionais	7
Disponibilidade de financiamento público	Total	39	Parcial	10	Inexistente	19
Períodos de formação em empresas	Parte do curso	13	Opcionais	3	Inexistentes	53
Uso dos instrumentos europeus	Sim	0			Não	69

De acordo com a informação recolhida pelos nossos investigadores, 30 das 69 instituições de EFP inquiridas disponibilizam um leque variado de programas de apoio na língua nacional, que vão desde a comunicação básica até às competências avançadas, 24 instituições disponibilizam um conjunto limitado de programas e 15 não disponibilizam apoio. Bem mais de metade das instituições inquiridas tem um currículo coerente e explícito e 34 (quase metade) disponibilizam cursos profissionais e cursos gerais, havendo outras sete que só disponibilizam cursos profissionais. Em 39 instituições, o apoio adicional na língua nacional é totalmente financiado, ao passo que em outras dez o financiamento é parcial. Embora os documentos da UE recomendem a criação de oportunidades em empresas, quer para adquirir experiência de trabalho quer para desenvolver as competências linguísticas, apenas 13 das 69 instituições relatam o estabelecimento de parcerias com empresas para esse efeito. Aparentemente, nenhuma das instituições utiliza instrumentos como o Sistema de Créditos Europeu ou o Europass para definir e aplicar os resultados de aprendizagem em programas de língua nacional, pelo que assumimos que este instrumento não é conhecido pelas instituições inquiridas.

Outras línguas além da língua nacional no ensino pós-secundário

Para conhecermos a oferta de línguas estrangeiras, R/M e imigrantes, colocámos às instituições perguntas sobre:

- o número de línguas disponibilizadas
- os tipos de programas disponíveis
- até que ponto existe um currículo explícito
- a consonância com o QECR (para as línguas estrangeiras)
- a disponibilidade de financiamento estatal

Os resultados são apresentados na Tabela 35.

Tabela 35. Organização do ensino de línguas estrangeiras, R/M e imigrantes no ensino pós-secundário (N=69 instituições)

Critérios	Respostas	LE	R/M	LI	Respostas	LE	R/M	LI	Respostas	LE	R/M	LI
Numero de línguas oferecidas	> 4 línguas	15	0	1	3-4 línguas	22	3	1	1-2 línguas	25	22	2
Variedade de programas	Ampla variedade	41	17	2	Variedade limitada	18	7	2	Não especificado	10	45	65
Currículo	Coerente e explícito	50	18	1	Geral	11	5	3	Não especificado	8	46	65
Consonância com o QECR	Consonância total	26	N/A	N/A	Normas nacionais	27	N/A	N/A	Não especificado	16	N/A	N/A
Financiamento estatal disponível	Sem taxas	38	13	1	Pagamento parcial do curso	22	11	1	Pagamento total do curso	9	45	67

Em termos da organização do ensino de língua como um todo, é visível um padrão semelhante ao de outros setores educativos, nos quais as línguas nacionais e estrangeiras recebem maior apoio, seguidas das línguas R/M e, por fim, das línguas imigrantes.

Um total de 62 das 69 instituições inquiridas contam com oferta de línguas estrangeiras, com 15 a relatarem disponibilizar o ensino de mais de quatro línguas, 22 a disponibilizarem entre três e quatro línguas e 25, uma a duas línguas. Há 41 instituições que oferecem um leque alargado de programas, que vão das competências linguísticas básicas às avançadas, ao passo que 18 oferecem apenas programas de ensino para competências básicas. Um número muito elevado, 50, tem um currículo coerente e explícito e 26 têm cursos concebidos em consonância com o QECR. Em 38 instituições, os alunos não são obrigados a pagar os cursos e em outras 22 parte dos custos é coberta.

No que respeita às línguas R/M, o cenário é bem diferente: apenas 24 instituições declaram disponibilizar cursos nestas línguas, sendo que apenas 13 cobrem os custos. Os países/regiões que disponibilizam cursos em línguas R/M nas três instituições de EFP inquiridas são o País Basco, a Catalunha, a Hungria, a Irlanda do Norte e o País de Gales. A Bósnia Herzegovina e a Suíça disponibilizam cursos nas outras línguas oficiais nas três instituições inquiridas.

As línguas imigrantes são apenas disponibilizadas em quatro das instituições inquiridas, uma em cada um dos seguintes países: Áustria, Inglaterra, Itália e País de Gales.

A Tabela 36 apresenta um resumo comparativo da oferta de línguas R/M, línguas (sobretudo) estrangeiras e línguas (sobretudo) imigrantes nas 69 instituições de EFP das 67 cidades inquiridas, de acordo com os relatórios dos nossos investigadores.

Tabela 36. Resumo comparativo da oferta de línguas (sobretudo) estrangeiras, línguas R/M e línguas (sobretudo) imigrantes em instituições de EFP (três em cada país)

País/região	Línguas sobretudo R/M	Línguas (sobretudo) estrangeiras	Línguas (sobretudo) imigrantes
Áustria	–	Árabe, chinês, checo, neerlandês (apenas <i>e-learning</i>), inglês, francês, alemão, húngaro, italiano, japonês, polaco, romeno, russo, eslovaco, esloveno, espanhol	Bósnio, croata, sérvio
País Basco	Basco	Inglês, francês	–
Bósnia Herzegovina	Bósnio, sérvio, croata como outras línguas nacionais	Árabe, checo, inglês, francês, alemão, italiano, latim, persa, russo, turco	–
Bulgária	–	Croata, inglês, francês, alemão, italiano, romeno, russo, espanhol, turco	–
Catalunha	Catalão	Inglês, francês, alemão	–
Dinamarca	–	Inglês como AILC, francês, alemão, espanhol	–
Inglaterra	–	Francês, alemão, grego, italiano, japonês, português, russo, espanhol	Árabe, chinês, turco, urdu
Estónia	–	Inglês, francês, finlandês, alemão, russo	–
França	Corsa	Árabe, chinês, inglês, alemão, italiano, espanhol, russo	–
Grécia	–	Inglês	–
Hungria	Alemão	Inglês	–
Itália	Esloveno	Inglês, francês, alemão, espanhol	Árabe
Lituânia	Polaco, russo	Inglês, francês, alemão	–
Países Baixos	–	Inglês, francês, alemão, espanhol	–
Irlanda do Norte	Irlandês, Ulster Scots	Francês, alemão, grego, italiano, japonês, polaco, português, russo, espanhol	Árabe, turco, chinês
Polónia	–	Inglês, francês, alemão, russo	–
Portugal	Mirandês	Inglês, francês, alemão, espanhol	–
Roménia	Húngaro, Romani	Inglês, francês, alemão	–
Escócia	–	Francês, alemão, italiano, polaco, espanhol	–
Espanha (Madrid, Valência, Sevilha)	–	Inglês, francês	–
Suíça	Francês, Alemão, Italiano como outras línguas nacionais	Inglês, espanhol	–
Ucrânia	Russo e línguas ucranianas	Inglês, francês, alemão	–
País de Gales	Galês	Chinês, francês, alemão, grego, italiano, espanhol	Árabe

Como esperado, o inglês, o francês, o alemão e o espanhol são as línguas estrangeiras predominantes, sendo o russo por vezes disponibilizado como língua R/M em alguns países/regiões e como língua estrangeira noutros. O árabe é também disponibilizado em algumas instituições de EFP. Tal como se esperava, os casos em que existe maior oferta de línguas R/M acontecem em países em que existe mais do que uma língua oficial. É provável que o basco, o catalão, o irlandês/ulster scots e o galês sejam o meio de instrução nas instituições inquiridas e também línguas disponibilizadas como disciplina.

Línguas no ensino superior

Quer a UE quer o CdE salientam nos seus documentos a importância da diversificação linguística e do desenvolvimento de competências plurilingues em todas as fases do ensino. No nível universitário, isto é particularmente importante uma vez que se trata da última fase de ensino antes do início de uma carreira. Existe uma grande probabilidade de que as pessoas que terminam os estudos universitários venham, ao longo das suas carreiras, a viajar e a ter contactos profissionais regulares com falantes de outras línguas, pelo que é essencial que adquiram competências linguísticas que as possam ajudar nestas tarefas, bem como que adquiram os conhecimentos e as competências académicas nucleares. Algumas universidades da Europa já consideram as competências linguísticas um requisito de entrada em todos os cursos, ao passo que outras incentivam todos os alunos a despendem mais tempo por semana em cursos de língua.

A Recomendação 98 (6) do CdE apoia o desenvolvimento de relações e intercâmbios entre instituições e pessoas do ensino superior de diferentes países de forma a oferecer a todos a possibilidade de terem uma experiência autêntica da língua e da cultura dos outros. O ensino superior está também incluído no âmbito da CELRM, e o ensino em e de línguas R/M deveria ser disponibilizado aos alunos que o solicitem. No que respeita às

línguas estrangeiras, espera-se que as instituições de ensino superior utilizem o QECR como o principal documento para o desenvolvimento dos seus programas e para os fins de avaliação.

Os documentos da UE são também pródigos em recomendações sobre o aumento e a diversificação do ensino de língua no ensino superior. As Conclusões do Conselho da UE de 2011 incitavam os Estados Membros a intensificarem esforços para alcançar o objetivo de Barcelona através do reforço, da qualidade e da importância do ensino da língua no ensino geral, no EFP e no ensino superior, bem como no contexto da aprendizagem ao longo da vida. A Comunicação da CE de 2008 tinha também apelado a maior mobilidade e intercâmbio e a que as universidades ensinassem línguas a todos os alunos independentemente da área escolhida.

À luz do que referimos acima, pedimos aos nossos investigadores que entrevistassem representantes de três universidades gerais/públicas em cada umas das cidades alvo e colocassem questões sobre:

- as línguas de instrução
- as línguas em que são apresentados os sítios Web
- os grupos alvo para o apoio adicional na língua nacional
- as línguas disponibilizadas para alunos de áreas não linguísticas
- em que medida é o QECR utilizado para orientar o desenvolvimento dos programas e a avaliação
- o recrutamento de alunos não nacionais
- a mobilidade dos estudantes de língua
- a mobilidade dos alunos das áreas não linguísticas

Conseguimos recolher dados em 65 universidades gerais/públicas e os resultados são apresentados na Tabela 37.

Tabela 37. Práticas de multilinguismo nas 65 universidades gerais/públicas inquiridas

Dimensão	N países/regiões	N países/regiões	N países/regiões
Língua de instrução	23 nacional, estrangeira, RM	31 nacional e estrangeira	11 apenas nacional
Língua do sítio Web	17 nacional, estrangeira, RM	38 nacional e estrangeira	10 apenas nacional
Grupos alvo para apoio adicional em LN	24 todos os alunos	38 apenas falantes não nativos	3 não disponibilizado
Números de línguas disponibilizadas a alunos de áreas não linguísticas	31 >4	10 3- 4	14 1- 2
Nível a ser atingido pelos alunos de língua	34 ligado ao QECR	22 nacional/definido pela instituição	9 nenhum
Recrutamento de alunos não nacionais	33 internacionais e imigrantes	31 internacionais apenas	1 só falantes nativos
Mobilidade dos estudantes de língua	10 obrigatória	51 opcional	4 sem oferta
Mobilidade dos alunos de áreas não linguísticas	1 obrigatória	60 opcional	4 sem oferta

Como era de esperar, todas as universidades europeias questionadas nas nossas cidades de amostra ministram a instrução na língua nacional, uma vez que na maioria dos casos é a língua principal das suas populações de estudantes e também a língua oficial do estado. No entanto, na maioria das instituições inquiridas também podem ser utilizadas outras línguas. A análise das línguas utilizadas como meio de instrução, e o retrato exato da forma como a língua de instrução está a mudar nas universidades europeias devido à globalização da economia e da investigação académica, é uma área que precisa de maior investigação futura. Aparentemente, a mobilidade internacional das pessoas e dos trabalhadores e o desejo de atrair um corpo de alunos global e diversificado estão a tornar o inglês a segunda língua de muitas universidades europeias e muitos manuais estão também a ser escritos em inglês.

O facto de 55 dos 65 sítios Web das universidades inquiridas serem multilingues e de haver apenas dez universidades que disponibilizam informação apenas na língua nacional é também um sinal positivo para o futuro. É uma indicação de que a maioria das universidades europeias das grandes cidades está a desenvolver esforços significativos para promover a diversidade e atrair um corpo de alunos diversificado. O inquérito do LRE não obteve a informação exata sobre as línguas em que são apresentados os sítios Web, o que é uma área para investigação futura.

No que respeita ao apoio adicional na língua nacional, importante mesmo neste nível para dar a todos alunos a oportunidade de atingirem um bom grau de conhecimento, 24 das 65 universidades inquiridas disponibilizam apoio a todos os alunos, e 38 apenas a falantes não nativos, o que resulta num bom nível de oferta geral.

Um número muito alto de universidades disponibiliza cursos de língua a estudantes de áreas não linguísticas, tal como recomendam as instituições europeias. A oferta é ampla, com 31 instituições (quase metade) a dar aos alunos a possibilidade de escolha de mais de quatro línguas. Apenas oito universidades da nossa amostra não dão aos estudantes das áreas não linguísticas a oportunidade de aprender outras línguas. Sinal positivo é o facto de o QECR ser utilizado para a conceção dos programas e para ajudar à avaliação em mais de metade das universidades inquiridas. Como é evidente, a adesão a cursos de língua por parte dos alunos de licenciatura e de pós-graduação é uma questão diferente, que está para além do âmbito da nossa pesquisa.

Dada a forte competição pela angariação de talentos e de financiamento adicional entre as universidades europeias, não surpreende que todas as universidades exceto uma se esforcem particularmente por atrair estudantes internacionais. Contudo, é interessante notar que metade das universidades afirma também que desenvolve esforços para atrair alunos oriundos de contextos de imigração. A forma como o fazem seria um excelente tema para investigação futura.

A mobilidade dos alunos é apoiada financeiramente pelas universidades europeias, mas apenas dez das universidades inquiridas tornam os programas de mobilidade obrigatórios para todos os alunos de língua, sendo que a grande maioria apenas a «incentivem». Como seria de esperar, a mobilidade é opcional e não obrigatória para os alunos das áreas não linguísticas em todas as universidades menos numa. A Comissão Europeia publica estatísticas sobre a mobilidade dos alunos no âmbito do programa Erasmus, e estes dados deveriam ser consultados para se perceber o real número de alunos de cada país que passam tempo noutro país como parte dos seus estudos http://ec.europa.eu/education/erasmus/statistics_en.htm.

2.7 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Os documentos da UE e do CdE são claros a respeito do que reconhecem como boas políticas para o multilinguismo em meios de comunicação audiovisuais e na imprensa. A Comunicação da CE de 2008 salientou a necessidade de ajudar as pessoas que não falam muitas línguas através dos meios de comunicação social, das novas tecnologias e da tradução:

os meios de comunicação podem ser uma importante fonte de aprendizagem informal das línguas, ao proporcionar uma educação pelo entretenimento e o acesso aos filmes legendados.

Nesta comunicação, os Estados Membros foram convidados a apoiar a legendagem e a circulação de obras culturais. A Resolução do Parlamento Europeu de 2009 incentivou também a utilização de legendas nos programas de televisão. O Grupo de Alto Nível sobre o Multilinguismo (2007) dedicou uma secção do seu relatório a esta área, sublinhando a importância dos meios de comunicação social na formação das atitudes das pessoas em relação a outras línguas e culturas e incentivando a que se passe da dobragem para a legendagem:

As empresas de televisão que normalmente utilizam a dobragem deveriam ser incentivadas a utilizar também as legendas, além da dobragem tradicional, deixando os telespectadores fazer a sua escolha.

Na perspetiva das línguas R/M, o Artigo 11 da CELRM centra-se nos meios de comunicação, especificando que os signatários deverão assegurar a criação de estações de rádio e de televisão em línguas R/M e incentivando a produção e a distribuição de programas de televisão e de rádio, bem como de jornais, nessas línguas. Estipula ainda que deveria haver a liberdade para a receção direta de emissões de rádio e de televisão de países vizinhos numa língua utilizada em formato idêntico ou semelhante ao da língua R/M.

Na investigação do LRE, pretendemos refletir as recomendações e diretrizes acima mencionadas, pelo que pedimos aos investigadores que recolhessem dados das cidades alvo em cada contexto nacional ou regional. Foram incluídas as seguintes variáveis:

- a variedade de línguas na rádio e na televisão
- as práticas de legendagem no cinema e na televisão
- a receção de línguas R/M fora da região de origem
- a oferta disponível para línguas gestuais
- a diversidade de línguas nas quais existem jornais disponíveis nos maiores quiosques e nas maiores estações de comboios

Para recolher dados sobre o leque de línguas na rádio e na televisão, pedimos aos nossos investigadores que registassem os programas de rádio e de televisão listados nos jornais mais vendidos das cidades inquiridas. Este método tem por base o princípio de «linguistic landscaping». Tendo consciência das limitações desta pesquisa, o objetivo era apresentar uma imagem instantânea referente a um dado momento e lugar da real situação retratada em diferentes jornais no que respeita aos programas de televisão e rádio. Com base nos relatórios dos nossos investigadores, torna-se claro que existem programas multilíngues de rádio e televisão em vários países. Os nossos investigadores registaram programas apenas na língua nacional na televisão e na rádio, tal como listados nos jornais, da Bósnia Herzegovina, Grécia e Polónia. A maior parte dos países participantes ofereciam programas em inglês, alemão e francês quer na televisão quer na rádio. A seguir à língua nacional, o inglês é a língua mais comum na televisão na Áustria, no País Basco, na Catalunha, na Dinamarca, na Estónia, na Itália, nos Países Baixos/Frísia, em Portugal, na Espanha, na Suíça e na Ucrânia. Existem programas de televisão em alemão na Catalunha, na Dinamarca, na Estónia, na França, na Hungria, nos Países Baixos/Frísia e na Roménia. O francês é listado na Catalunha, na Dinamarca, na Inglaterra e na Estónia. Em diversos países é listada uma grande variedade de programas de televisão em línguas R/M; por exemplo, a Bulgária oferece programas de televisão em arménio, hebreu, romani e turco. A França, a Hungria e a Roménia apresentam tendências semelhantes relativamente às línguas R/M. Em alguns países e regiões como a Catalunha, a Inglaterra, os Países Baixos e a Suíça são listados também programas de televisão em línguas imigrantes. No que se refere aos programas de rádio, o padrão é semelhante aos dos programas de televisão. Enquanto a oferta de programas de rádio é muito maior do que de programas de televisão na Bulgária, França, Hungria, Itália e Lituânia; é muito menor na Catalunha, na Estónia e nos Países Baixos.

A Bósnia Herzegovina, a Dinamarca, a Estónia, a Lituânia, Portugal, a Suíça e o País de Gales declaram que as emissões de televisão e de rádio em línguas R/M podem ser sempre recebidas em outros países/regiões, ao passo que a França e a Catalunha declaram que tal nunca acontece. Os investigadores dos restantes países afirmaram que os programas de línguas R/M podem por vezes ser recebidos além-fronteiras. As razões que subjazem a estas conclusões merecem maior investigação.

De acordo com investigação levada a efeito pelo Media Consulting Group (2007) e em linha com reiteradas recomendações da UE, a legendagem está a tornar-se mais disseminada nos países europeus. No entanto, as práticas de dobragem e de locução são ainda comuns. Os países estão habitualmente divididos em dois grandes grupos (países que fazem dobragem e países que fazem legendagem), embora a situação real na Europa seja bastante mais complexa. As conclusões do LRE apresentadas na Tabela 38 são idênticas às de estudos mais antigos: cerca de metade dos países/regiões utilizam regularmente práticas de dobragem, ao passo que a outra metade utiliza legendagem.

Tabela 38. Legendagem vs. dobragem na televisão e no cinema

País/região	Produções televisivas		Produções cinematográficas	
	Habitualmente dobradas	Habitualmente legendadas	Habitualmente dobradas	Habitualmente legendadas
Áustria	√		√	
País Basco	√		√	
Bósnia Herzegovina		√		√
Bulgária	√			√
Catalunha	√		√	
Dinamarca		√		√
Inglaterra		√		√
Estónia		√		√
França	√			√
Frísia		√		√
Grécia		√		√
Hungria	√		√	
Itália	√		√	
Lituânia	√			√
Países Baixos		√		√
Irlanda do Norte	√		√	
Polónia	√		√	
Portugal		√		√
Roménia		√		√
Escocês		√		√
Espanha	√		√	
Suíça	√		√	
Ucrânia		√	√	
País de Gales		√		√

Os países/regiões que fazem dobragem quer na televisão quer no cinema são a Áustria, a Catalunha, a Hungria, a Itália, a Irlanda do Norte, a Polónia, a Espanha e a Suíça. Os países/regiões em que se faz legendagem quer na televisão quer no cinema são a Bósnia Herzegovina, a Dinamarca, a Inglaterra, a Estónia, a Frísia, a Grécia, a Irlanda do Norte, Portugal, a Roménia, a Escócia, Suíça e o País de Gales. Os outros países/regiões têm uma abordagem híbrida, sendo os programas legendados num meio e dobrados no outro.

No que diz respeito à disponibilidade de jornais nos maiores quiosques e estações de comboios nas cidades inquiridas em cada país/região, todos os investigadores foram a estes quiosques e estações de comboio e listaram os jornais disponíveis em diferentes línguas, seguindo uma vez mais a metodologia de «linguistic landscaping» para obter um retrato instantâneo num dado lugar e momento.

Na Tabela 39, são apresentadas as 20 línguas mais encontradas em outros jornais além dos jornais nacionais na língua nacional.

Tabela 39. Espectro multilingue dos jornais a nível municipal (Top 20 de línguas de jornais diferentes fora do país ou da região de referência)

Línguas de jornais	Total de jornais diferentes
1. Inglês	408
2. Alemão	270
3. Francês	181
4. Russo	162
5. Italiano	127
6. Árabe	77
7. Turco	54
8. Espanhol	51
9. Neerlandês	46
10. Albanês	40
11. Sérvio	36
12. Chinês	27
13. Croata	23
14. Búlgaro	12
15. Japonês	11
16. Polaco	10
17. Grego	8
18. Bósnio	7
19. Húngaro	7
20. Sueco	6

Em geral, o inglês surge em primeiro lugar, seguido do alemão e, a grande distância, o francês, o russo e o italiano. Podemos inferir que existem basicamente três tipos de público alvo para estes jornais: a) jornais destinados a viajantes internacionais, pessoas de negócios e turistas, como é o caso dos jornais em inglês, alemão, francês e japonês; b) jornais destinados a grupos imigrantes em várias cidades europeias, como é o caso dos jornais em árabe, em turco, em albanês ou em chinês; c) jornais destinados a leitores de línguas R/M como o basco e o catalão. Obviamente, estas diferenças não são estanques.

A outra área que observámos na secção audiovisual foi em medida a língua gestual é disponibilizada em programas de televisão em eventos mediáticos importantes. Na sua recomendação de 2003 sobre a proteção de línguas gestuais nos Estados Membros a Assembleia Parlamentar do CdE assinalou que as línguas gestuais são um traço da riqueza cultural da Europa, que estas línguas são meios naturais de comunicação para os surdos, e que é necessário o reconhecimento oficial das línguas gestuais. Apontou ainda que os programas de televisão em línguas gestuais ou com legendagem reforçariam o processo de integração da comunidade surda na sociedade geral.

Na Tabela 40 apresentamos as respostas dadas pelos nossos investigadores não apenas à questão sobre língua gestual na televisão, mas também às outras questões colocadas sobre a língua gestual no projeto LRE: em que medida existem documentos com políticas linguísticas oficiais em que as línguas gestuais são oficialmente reconhecidas ou promovidas num país/região, e também em que medida poderão os surdos utilizar as línguas gestuais em interações oficiais com as autoridades em serviços públicos. A Tabela 42 apresenta uma panorâmica da oferta de língua gestual, de acordo com os relatos dos investigadores.

Tabela 40. Oferta de língua gestual em 24 países/regiões

País/região	Língua gestual é oficialmente reconhecida ou promovida	Os surdos podem usar a língua gestual em interações oficiais com as autoridades	A língua gestual é disponibilizada em eventos mediáticos importantes
Áustria	–	Sempre	Às vezes
País Basco	–	–	Às vezes
Bósnia Herzegovina	Sim	Sempre	Às vezes
Bulgária	Sim	Apenas em alguns casos	Regularmente
Catalunha	Sim	Sempre	Às vezes
Dinamarca	–	Sempre	Regularmente
Inglaterra	Sim	–	Regularmente
Estónia	Sim	Apenas em alguns casos	Sempre
França	Sim	Sempre	Regularmente
Frísia	–	Apenas em alguns casos	Às vezes
Grécia	–	–	Às vezes
Hungria	Sim	Sempre	Às vezes
Itália	–	–	–
Lituânia	Sim	Sempre	Às vezes
Países Baixos	Sim	Apenas em alguns casos	Às vezes
Irlanda do Norte	Sim	Apenas em alguns casos	Regularmente
Polónia	–	–	–
Portugal	Sim	Sempre	Regularmente
Roménia	Sim	Sempre	–
Escócia	Sim	Apenas em alguns casos	Regularmente
Espanha (Madrid, Valência, Sevilha)	Sim	Sempre	Regularmente
Suíça	Sim	Sempre	Regularmente
Ucrânia	Sim	Sempre	Às vezes
País de Gales	Sim	Apenas em alguns casos	Às vezes

As línguas gestuais são oficialmente reconhecidas/promovidas em todos os países/regiões, com a exceção do País Basco, da Dinamarca, da Grécia, da Itália e da Polónia. Em metade dos países/regiões inquiridos, os surdos podem utilizar sempre as línguas gestuais em interações oficiais com as autoridades. Existem condições para a oferta de língua gestual em eventos mediáticos importantes sempre disponíveis na Estónia e regularmente disponíveis noutros nove países/regiões. Os investigadores afirmam que na Itália, na Polónia e na Roménia estas condições não estão disponíveis. Em geral, os níveis de consciencialização a respeito das línguas gestuais parecem estar a aumentar na Europa, o que é de crucial importância para as comunidades surdas.

2.8 Línguas nos serviços e espaços públicos

A Comunicação da CE (2008) é um dos vários documentos da UE que sublinham a importância de existirem serviços públicos multilingues disponíveis para os cidadãos e visitantes que não falam a língua local:

Para facilitar o acesso aos serviços e assegurar uma integração sem dificuldades, algumas comunidades disponibilizam a informação básica e necessária em línguas diferentes e recorrem a pessoas multilingues para agir como mediadores e intérpretes entre as diferentes culturas. Em particular, as áreas metropolitanas e as estâncias turísticas na Europa adquiriram uma experiência considerável em termos de resposta às necessidades dos estrangeiros que não falam a língua local. A Comissão atribui grande importância a esta questão e apoiará a divulgação de boas práticas nesta área.

A CELRM abrange também os serviços públicos, mas mais na perspetiva do cidadão. O Artigo 9 centra-se nos procedimentos legais, assegurando que tanto os procedimentos criminais como os civis podem ser conduzidos em línguas R/M através da utilização de intérpretes e tradutores sem custos adicionais para a pessoa em questão e permitindo que os cidadãos entreguem documentos legais nestas línguas. O Artigo 10 diz respeito às autoridades administrativas e aos serviços públicos, e declara que, nos casos em que o número de residentes o justifique, os funcionários públicos deverão falar línguas R/M e os textos deverão ser disponibilizados nessas línguas. Deverá também ser possível a utilização das línguas R/M em debates com as autoridades locais e regionais. É importante que na elaboração desta disposição não se excluam as línguas oficiais do estado.

Os documentos da CE d do CdE, ao mesmo tempo que incentivam as cidades e as autoridades públicas a serem mais multilingues, incitam-nas também a oferecer oportunidades para os cidadãos aprenderem a língua local a baixo custo.

O enfoque da nossa pesquisa recai nos serviços e espaços públicos a nível municipal (camarário), ou seja, ao nível municipal central, e não a nível documental de diferentes bairros. Fazemos uso das recomendações da Rede Eurocidades, composta por grandes cidades europeias, e de recomendações recentes de uma cidade pioneira neste domínio, a cidade de Sheffield no Reino Unido. A *Sheffield City Languages Strategy* (Estratégia Linguística da Cidade de Sheffield) foi publicada em 2004 e pretendia estabelecer uma relação entre a aprendizagem de língua e os planos mais amplos de inclusão da cidade. Em 2008, Sheffield tornou-se a primeira cidade da Europa a ver as suas políticas linguísticas serem destacadas pelo Conselho da Europa, que fornece assistência especializada com uma autoavaliação de políticas por países, regiões ou cidades. Reynolds (2008) elaborou um relatório sobre a promoção do multilinguismo na educação e noutras áreas, incluindo nas empresas.

Na investigação do LRE, o objetivo foi conhecer as estratégias e políticas linguísticas a nível municipal. Para isso, tivemos em conta as seguintes dimensões:

- em que medida tem a cidade uma estratégia institucionalizada de promoção do multilinguismo
- os serviços e documentos são ou não fornecidos em outras línguas além da língua nacional
- presença de outras línguas na Internet
- utilização de intérpretes e tradutores em serviços públicos
- as línguas incluídas nas descrições de funções de funcionários e a oferta de formação em línguas para os mesmos
- o recrutamento de falantes de outras línguas e a manutenção de registos das competências linguísticas dos funcionários
- o reconhecimento das competências plurilingues dos funcionários

Solicitámos ainda aos representantes das cidades que referissem o número de línguas para as quais as políticas acima são adotadas. Além disso, verificámos quais as línguas realmente disponibilizadas pelas cidades em *serviços de comunicação oral e escrita* nos serviços educativos, serviços de emergência, serviços de saúde, serviços sociais, serviços legais, serviços de transportes, serviços de imigração e serviços de turismo, bem como em programas de teatro.

Os dados do LRE foram recolhidos através de uma combinação de questionário, entrevista e pesquisa documental, tendo a maior parte desta informação sido disponibilizada pelos representantes das autoridades municipais. Inevitavelmente, dada a natureza do questionário, é impossível perceber os pormenores. Não obstante, estes dados são úteis como conclusões indicativas para futura discussão e exploração.

Foi inquirido um total de 64 cidades. A lista completa das cidades e dos critérios de seleção é apresentada no capítulo introdutório, sendo que a fórmula básica foi a de que em cada país/região foi escolhida a capital, a segunda maior cidade e uma cidade/vila com a presença de uma língua regional. Os dados relatados no que respeita às estratégias e às políticas linguísticas a nível institucional são apresentados na Tabela 43.

Tabela 41. Estratégias e políticas linguísticas em 64 cidades participantes

Dimensão	Prática alargada	Prática ocasional	Prática inexistente
Estratégia institucionalizada de promoção do multilinguismo	20	25	19
Serviços multilingues	30	24	10
Existência de sítio Web em outras línguas	27	18	19
Relatórios municipais anuais em outras línguas	15	10	39
Uso de intérpretes e tradutores	35	24	5
Competências linguísticas nas descrições de funções dos funcionários	23	27	13
Formação em línguas disponibilizadas aos funcionários	18	24	22
Recrutamento de falantes de outras línguas	11	30	23
Registo das competências linguísticas dos funcionários	17	9	37

De acordo os relatos dos investigadores, as cidades fornecem serviços em 140 línguas além da língua nacional. Mais informação sobre que línguas são disponibilizadas pode ser encontrada na Tabela 46.

Verifica-se, assim, a emergência de um quadro geral em que cerca de metade das cidades inquiridas relata que a oferta de serviços multilingues é muito comum, ao passo que um terço possui um estratégia institucionalizada para a promoção do multilinguismo. Só dez das 64 cidades inquiridas não fornecem serviços multilingues. Um total de 27 cidades possui serviços Web completos em outras línguas, ao passo que 18 relatam que esta prática existe, mas apenas parcialmente. A utilização de intérpretes e tradutores é uma importante fonte de informação para falantes não nativos de línguas locais. Estes serviços são amplamente fornecidos em 35 cidades e parcialmente em 24, com apenas cinco cidades a relatarem não possuir oferta neste campo. Mais de um terço das cidades, 23, faz da inclusão de línguas nas descrições de funções dos seus funcionários uma prática alargada, e 27 relatam que esta prática existe, mas é ocasional. Dezoito cidades oferecem formação exaustiva de língua para os funcionários e 24 relatam que tal acontece ocasionalmente. Apenas em 11 cidades se verifica a prática alargada de recrutamento de falantes de outras línguas. Um pouco menos de um terço das cidades costuma manter registos das competências linguísticas dos funcionários, ao passo que mais de metade não possui tais práticas.

Além de perguntarem aos representantes até que ponto as políticas de multilinguismo são praticadas, os investigadores do LRE colocaram ainda questões sobre o número de línguas para as quais estas políticas são implementadas. A Tabela 42 apresenta a distribuição das cidades tendo ambos os elementos em consideração.

Tabela 42. Políticas de multilinguismo e número de línguas disponibilizadas em 64 cidades participantes

Sem políticas em vigor	1 cidade
Políticas pouco desenvolvidas num número muito limitado de línguas	6 cidades
Políticas parcialmente desenvolvidas em algumas línguas	21 cidades
Políticas desenvolvidas em várias línguas	31 cidades
Políticas bem desenvolvidas em muitas línguas	3 cidades
Políticas muito bem desenvolvidas em várias línguas	2 cidades

As cinco cidades com as políticas mais desenvolvidas em mais línguas são Viena, Barcelona, Londres, Milão e Cracóvia. Outras cidades tendem a disponibilizar certos serviços em muitas línguas, mas outros apenas na língua nacional ou num leque limitado de línguas. Na Tabela 45, os próprios serviços são classificados de acordo com o número de línguas em que são disponibilizados.

Tabela 43. Serviços públicos classificados por ordem decrescente de número de línguas em que são oferecidos em 64 cidades oferecidas

Comunicação oral	Comunicação escrita
1 Serviços de turismo	Serviços de turismo
2 Serviços de imigração e integração	Serviços de imigração e integração
3 Serviços jurídicos	Serviços de transportes
4 Serviços de saúde	Serviços de saúde
5 Serviços sociais	Serviços de emergência
6 Serviços de emergência	Serviços sociais
7 Serviços de educação	Serviços legais
8 Serviços de transportes	Serviços de educação
9 Programas de teatro	Programas de teatro
10 Debates políticos e processos de tomada de decisão	Debates políticos e processos de tomada de decisão

A melhor oferta encontra-se nos serviços de turismo, de imigração e integração, jurídicas (comunicação oral) e de transporte (comunicação escrita). Os serviços de saúde são também frequentemente disponibilizados em algumas línguas. Os níveis mais baixos de serviços multilíngues encontram-se no setor cultural (teatro) e no dos debates políticos/tomadas de decisão. Os serviços de educação também não surgem num posição tão alta como poderia esperar-se, dado o grande número de estudantes (e pais) a frequentar escolas na Europa que não é fluente na língua oficial do país/região em que é educado. Os níveis baixos obtidos nos debates públicos e nos processos de tomada de decisão podem ter um efeito negativo na igualdade de oportunidades de envolvimento de todas as partes interessadas, especialmente os grupos minoritários, de recém-chegados e imigrantes, na cidadania ativa.

No que respeita ao real número e variedade de línguas disponibilizadas em cada cidade, é preciso mais uma vez salientar que os dados se baseiam em questionários e respostas escritas de representantes municipais. Seria necessária uma observação aprofundada para perceber se as línguas que se declara serem disponibilizadas o são realmente, bem como para conhecer a consistência e os níveis de competência linguística. Não obstante, os dados do LRE são um bom indicador e uma boa base para investigação futura.

A distribuição das cidades de acordo com o número de línguas em que existem serviços de comunicação oral disponíveis é apresentada na Tabela 44.

Tabela 44. Distribuição de cidades de acordo com o número de línguas disponibilizadas na comunicação oral em 10 serviços públicos

O nível de serviços orais multilíngues	Número de línguas
Serviços disponíveis apenas na língua nacional	1
Serviços disponíveis em 1 ou 2 línguas em média	23
Serviços disponíveis em 3 ou 4 línguas em média	23
Serviços disponíveis em mais de 4 línguas em média	17

De acordo com as respostas dadas, 17 cidades disponibilizam serviços em mais do que quatro línguas, ao passo que 23 os disponibilizam em três a quatro línguas. As cidades que declaram disponibilizar mais serviços em mais línguas são, por ordem decrescente, Londres, Glasgow, Aberdeen, Belfast, Valência, Sevilha, Lugano, Zurique, Madrid e Milão.

No que concerne à comunicação escrita, a distribuição de serviços tendo em conta o mesmo sistema é apresentada na Tabela 47.

Tabela 45. Distribuição de cidades de acordo com o número de línguas disponibilizadas na comunicação escrita em 10 serviços públicos

O nível de serviços escritos multilíngues	Número de línguas
Serviços disponíveis apenas na língua nacional	1
Serviços disponíveis em 1 ou 2 línguas em média	30
Serviços disponíveis em 3 ou 4 línguas em média	27
Serviços disponíveis em mais de 4 línguas em média	6

Existe um número mais baixo de cidades nas categorias de topo em termos de comunicação escrita, o que indica que é colocada menor ênfase na oferta de documentos em várias línguas do que na oferta de interpretação e mediação oral no momento. Enquanto 40 cidades declaram oferecer serviços de comunicação oral em mais do que três línguas, apenas 33 o fazem para a forma escrita. De acordo com os dados relatados, as cidades que disponibilizam mais serviços de comunicação em mais línguas são Aberdeen, Belfast, Glasgow, Londres, Lugano, Madrid, Milão, Sevilha e Valência.

O que estes níveis altos dos dados sugerem é que as cidades já são sensíveis às necessidades linguísticas dos cidadãos, pelo menos nos serviços mais essenciais. No entanto, existe espaço para desenvolvimento e para alargamento do leque de serviços nos quais sejam oferecidas várias línguas. No que respeita às línguas realmente disponibilizadas pelas cidades, a Tabela 46 apresenta as línguas mais frequentemente mencionadas nas políticas e serviços inquiridos.

Tabela 46. Espectro de línguas para políticas e serviços públicos em 64 cidades (Top 20 de línguas de diferentes jornais fora do país ou da região de referência)

Línguas	Total de referências
1. Inglês	771
2. Alemão	290
3. Russo	285
4. Francês	255
5. Espanhol	153
6. Chinês	117
7. Árabe	117
8. Italiano	98
9. Polaco	69
10. Turco	67
11. Romeno	60
12. Croata	58
13. Português	55
14. Bósnio	37
15. Japonês	36
16. Húngaro	34
17. Urdu	34
18. Albanês	27
19. Sérvio	27
20. Persa	21

O inglês é a língua mais amplamente disponibilizada além da língua nacional em serviços orais e escritos em todas as cidades inquiridas, seguido do alemão, do russo, do francês e do espanhol. O chinês e o árabe também surgem como altamente prioritários, sendo disponibilizados em várias cidades. Os resultados para as cinco primeiras línguas em jornais e serviços/espços públicos são muito semelhantes. Tal como acontece com as línguas em que os jornais são disponibilizados, podemos inferir que existem três tipos de grupos alvo para os serviços de comunicação oral e escrita nos serviços e espaços públicos: a) serviços destinados a viajantes internacionais, pessoas de negócios e turistas em inglês, alemão, russo, francês, espanhol e italiano; b) serviços destinados a grupos imigrantes em árabe, turco, croata, chinês, urdu, etc. ; c) serviços destinados a quem fala línguas R/M como o basco, o catalão, o frísio e o galês. No entanto, pode haver várias razões para as cidades darem prioridade a certas línguas em vez de outras. Esta é uma área para maior exploração juntamente com os administradores das cidades e das suas equipas de comunicação.

2.9 Línguas nas empresas

As instituições da UE têm vindo a promover o multilinguismo de forma consistente como um fator de competitividade da Europa, e de mobilidade e empregabilidade das pessoas. A Resolução do Conselho da UE (2008) apelou a que as empresas desenvolvessem capacidades num leque alargado de línguas de forma a ampliar o acesso aos mercados e incentivou-as a darem mais atenção às competências linguísticas no desenvolvimento da carreira dos funcionários. A Comunicação da CE do mesmo ano referia o estudo ELAN de 2006, que concluiu que as competências linguísticas e interculturais são fatores importantes para o sucesso na exportação, tendo uma quantidade significativa de negócios sido perdida na Europa devido à falta de competências linguísticas e interculturais.

O Grupo de Alto Nível sobre o Multilinguismo (2007) dedicou também um secção do seu relatório às empresas, concluindo que embora o inglês seja a principal língua de negócios, seria o conhecimento de outras línguas que daria às empresas da UE uma vantagem competitiva. Recomendava às empresas que investissem nas línguas e também nos recursos linguísticos dos seus funcionários, que desenvolvessem estratégias de gestão linguística e estabelecessem parcerias público-privadas com o setor da educação para assegurar que estão a ser aprendidas as línguas certas.

O Fórum das Empresas para o Multilinguismo (2008), estabelecido pela CE, publicou uma nova série de recomendações sobre estratégias linguísticas no mundo empresarial. Nas suas considerações finais, salientou que:

As empresas devem apurar quais as competências linguísticas existentes na empresa e aplicá-las estrategicamente. Devem analisar as suas políticas de contratação, as suas estratégias de formação e os seus princípios de mobilidade. Podem incentivar o pessoal a utilizar e a desenvolver as competências já adquiridas e organizar acções de formação linguística que sejam motivadoras e compatíveis com as exigências do posto de trabalho. (2008:13)

Tendo em conta estas recomendações, o LRE desenvolveu um inquérito para conhecer as estratégias linguísticas das empresas, descobrir se consideram ou não prioritárias as competências linguísticas e se apoiam a formação linguística dos seus funcionários e também para estabelecer o nível de multilinguismo no seio das empresas e a gama de línguas utilizadas na comunicação com os clientes e nos materiais de promoção. Os critérios utilizados na investigação estão divididos em três categorias: *estratégias linguísticas gerais das empresas, estratégias linguísticas internas, e estratégias linguísticas externas.*

Os investigadores do LRE recolheram dados de um total de 484 empresas sediadas em cidades de todos os países/regiões e previamente selecionadas. Foram observados quatro setores empresariais (bancos, hotéis, empresas de construção e supermercados) como se explica na Tabela 5 do capítulo de introdução. Esta escolha deve-se ao facto de pretendermos recolher dados sobre empresas que, além de negociarem com outros países, têm também uma forte faceta de relação direta com os clientes no seu trabalho. Pedimos aos investigadores que realizassem um inquérito com pelo menos 24 empresas do seu país/região, com amostras distribuídas tão equilibradamente quanto possível por empresas multinacionais/internacionais

(M/I), nacionais (N), e regionais ou locais (R/L) e tão equilibradamente quanto possível entre países/regiões. Este objetivo revelou-se difícil de concretizar em todos países/regiões. A Tabela 49 apresenta a distribuição dos tipos de empresas inquiridos. Em geral, embora o número de hotéis participantes tenha sido relativamente alto em comparação com outros setores, houve um bom equilíbrio de setores.

Tabela 47. Distribuição das empresas pelos diferentes setores (N=463)

Hotéis	Bancos	Empresas de construção	Supermercados	Total
140	120	116	108	484

Sob o título de *Estratégias linguísticas gerais das empresas*, os representantes das empresas responderam a perguntas sobre:

- se a empresa tem uma estratégia linguística explícita em vigor
- se a empresa coloca ênfase nas competências linguísticas aquando do recrutamento
- a oferta de mobilidade internacional aos funcionários para aprendizagem de línguas e sensibilização intercultural
- a utilização de tradutores/intérpretes externos
- se são mantidos registos das competências linguísticas dos funcionários
- a utilização de redes de formação linguística
- o conhecimento de programas/financiamento da UE
- a utilização de programas/financiamento da UE

Os resultados relativos às 484 empresas são apresentados na Tabela 48.

Tabela 48. Empresas que declaram possuir políticas e práticas para o multilinguismo em 4 setores (percentagem de 484 empresas)

Política	Prática alargada	Prática ocasional	Prática inexistente
Estratégia para as línguas	24	28	48
Competências linguísticas no recrutamento	55	28	17
Mobilidade	23	27	50
Uso de tradutores/intérpretes externos	22	35	43
Registo das competências linguísticas dos funcionários	1	29	70
Uso de redes para formação em línguas	10	15	75
Uso de programas/financiamento da UE	5	8	87
Conhecimento de programas/financiamento da UE	0	27	73

Os resultados mostram que um quarto das empresas nestes setores tem uma estratégia linguística em vigor, e mais de metade tem em conta as línguas aquando do recrutamento de funcionários. Um quarto das empresas incentiva regularmente a mobilidade dos funcionários para a aprendizagem de línguas e desenvolvimento da consciência intercultural. No entanto, 70% das empresas não mantêm um registo das competências linguísticas dos funcionários e muito poucas tiram proveito dos programas da UE para a aprendizagem de línguas.

No que respeita às *estratégias linguísticas internas*, colocámos às empresas questões sobre a forma como promovem as competências linguísticas no local de trabalho e qual é a sua abordagem em relação às línguas utilizadas em documentos e na comunicação interna. Para verificar a importância relativa da língua nacional, do inglês, e das línguas R/M, estrangeiras e imigrantes nestas empresas, pedimos-lhes que especificassem que prática adotam em cada tipo de língua e ainda que indicassem quais são as línguas, além da língua nacional e do inglês, a que é dada mais atenção. As áreas abrangidas foram:

- as parcerias com o setor da educação para o desenvolvimento das competências linguísticas dos funcionários
- esquemas de recompensa/promoção baseados em competências linguísticas
- a oferta de formação em línguas
- a utilização do QECR na formação linguística
- as línguas utilizadas em documentos no local de trabalho e na *intranet*
- as línguas utilizadas em *software* e programas Web

Os resultados são apresentados na Tabela 49 de acordo com o tipo de língua.

Tabela 49. Percentagem de empresas que declaram boas práticas de acordo com o tipo de língua: LN = Línguas Nacionais IC = Inglês Comercial, OL = Outras Línguas (484 empresas)

Política	Prática alargada			Prática ocasional			Prática inexistente		
	LN	IC	OL	LN	IC	OL	LN	IC	OL
Parcerias com o setor educativo	7	10	7	10	17	7	83	73	86
Esquemas de recompensa/promoções	5	11	5	9	12	6	86	77	89
Oferta de formação linguística	14	27	12	18	23	12	68	50	76
Uso do QECR em formação linguística	4	7	3	7	9	6	89	84	91
Línguas utilizadas em documentos no local de trabalho e na intranet	96	41	14	3	21	10	1	38	76
Línguas usadas em software e programas Web	88	46	11	6	22	5	6	32	84

Como podemos observar na Tabela 51, é relatada a oferta alargada de formação linguística em inglês comercial em 27% das empresas inquiridas, com 14% a disponibilizarem apoio na língua nacional para falantes não nativos e 12% em outras línguas. Uma percentagem relativamente pequena das empresas conta com esquemas de recompensa ou promoção e 11% declaram que estes esquemas existem de forma alargada para o inglês comercial e apenas 5% para a língua nacional e outras línguas. O número de empresas que estabelecem parcerias com o setor da educação para desenvolver as competências linguísticas dos seus funcionários parece ser modesto, sendo que um quarto o faz regular ou ocasionalmente para o inglês, 17% para a língua nacional para falantes não nativos e 14% para o desenvolvimento de outras línguas. O QECR é amplamente utilizado por uma percentagem muito baixa das empresas inquiridas para desenvolver currículos e avaliar o progresso das aprendizagens, o que sugere a necessidade de sensibilização para a utilização do mesmo.

No que respeita à língua de facto utilizada nos documentos no local de trabalho e na intranet das empresas, como esperado, a língua nacional predomina, embora quase metade das empresas inquiridas declarem que o inglês comercial é amplamente utilizado. Outras línguas são amplamente utilizadas em apenas um pouco mais de 10% das empresas inquiridas.

Para conhecer as *estratégias linguísticas externas* perguntámos às empresas que línguas utilizam para comunicar com o exterior:

- nos relatórios anuais de atividade
- nos materiais de *marketing*
- na identidade/marca da empresa
- no sítio Web da empresa

Os resultados são apresentados na Tabela 50 de acordo com o tipo de língua.

Tabela 50 Línguas utilizadas pelas empresas em comunicações externas: : LN = Língua Nacional IC = Inglês Comercial, OL = Outras Línguas (% de 484 empresas)

Tipo de Comunicação	Prática alargada			Prática ocasional			Prática inexistente		
	LN	IC	OL	LN	IC	OL	LN	IC	OL
Relatório anual de atividade	92	38	11	2	11	5	6	51	84
Materiais de marketing	95	40	19	2	17	11	3	42	70
Marca da empresa	92	48	22	5	24	19	3	28	59
Sítio Web da empresa	92	61	30	2	5	5	6	34	65

Estes resultados mostram que nos setores inquiridos um pouco menos de metade das empresas utiliza amplamente o inglês comercial além da língua nacional em comunicações externas e que cerca de 30% utilizam outras línguas nos seus sítios Web.

O Fórum das Empresas para o Multilinguismo (2008: 13) salienta que a existência de diversas estratégias linguísticas é uma das condições básicas para o sucesso nas transações e no comércio das empresas europeias:

Será possível obter verdadeiros progressos se as empresas, desde as microempresas até às multinacionais, desenvolverem estratégias linguísticas criativas e dinâmicas, adaptadas às possibilidades individuais de cada organização.

O inquérito do LRE tentou conhecer a forma como esta ambição está a ser levada a cabo colocando às empresas questões sobre que línguas promovem e a que línguas dão prioridade além da língua nacional e do inglês. A Tabela 51 apresenta os valores referentes às outras línguas de acordo com a frequência em que são referidas por parte dos inquiridos e lista as 20 línguas mais mencionadas.

Tabela 51. Espectro multilingue de línguas prioritárias para 484 empresas de quatro sectores, tal como relatado pelas mesmas (Top 20 de línguas além do inglês fora do país ou região de referência)

Línguas nas empresas	Frequência de referência	Distribuição das frequências de língua em diferentes países (se mais de cinco países referiram uma língua, são apenas apresentados esses cinco países com o maior número de referências)
1. Alemão	430	Suíça, cantões de Genebra e Ticino apenas (57), Espanha* (38), Bósnia Herzegovina (33), Hungria/Lituânia/Países Baixos (27)
2. Russo	333	Estónia (94), Ucrânia (78), Lituânia (64), Grécia (20), Polónia (15)
3. Francês	322	Suíça, cantões de Zurique e Ticino apenas (71), Espanha* (47), Reino Unido (41), Países Baixos (37), Portugal (33)
4. Espanhol	155	Portugal (31), Suíça (29), (28), Países Baixos (18), França (16)
5. Italiano	134	Suíça, cantões de Zurique e Genebra apenas (26), Áustria (24), Bósnia Herzegovina (16), Espanha* (15), Reino Unido (15)
6. Finlandês	66	Estónia (59), Dinamarca (2), Lituânia (2), Países Baixos/Polónia/Reino Unido (1)
7. Chinês	55	Reino Unido (34), Grécia (9), Espanha * (4), Países Baixos (3), Polónia (2)
8. Polaco	47	Países Baixos (12), Ucrânia (11), Lituânia (7), Áustria (6), Reino Unido (5)
9. Português	35	Espanha * (13), Suíça (11), Países Baixos (3), Reino Unido (3), Áustria/França (2)
10. Turco	29	Bósnia Herzegovina (13), Países Baixos (6), Suíça (4), Áustria (3), Roménia (2)
11. Árabe	26	Reino Unido (10), Portugal/Suíça (4), Grécia (3), Espanha * (2)
12. Croata	26	Áustria (17), Hungria/ Itália (3), Suíça (2), Bósnia Herzegovina (1)
13. Checo	26	Áustria (16), Hungria (6), Polónia (3), Suíça (1)
14. Húngaro	23	Áustria (11), Polónia (9), Roménia (3)
15. Catalão	22	Espanha * (18), Reino Unido (3), Polónia (1)
16. Sueco	22	Estónia (12), Dinamarca (4), Lituânia/Reino Unido (2), Polónia/Espanha * (1)
17. Japonês	20	Reino Unido (7), Polónia (5), Itália (3), Países Baixos (2), Grécia/Suíça/Ucrânia (1)
18. Letão	20	Estónia/Lituânia (9), Dinamarca/Reino Unido (1)
19. Romeno	19	Áustria (9), Grécia (5), Hungria (3), Bulgária (2)
20. Dinamarquês	18	Hungria (6), Lituânia (5), Estónia/Polónia (3), Reino Unido (1)

* No caso de Espanha, apenas as referências feitas em Madrid, Sevilha e Valência foram tidas em cont

O alemão, o russo, o francês, o espanhol e o italiano destacam-se como as línguas mais habitualmente utilizadas pelas empresas inquiridas. Perante os dados apresentados na distribuição das línguas, torna-se evidente que algumas línguas, como o alemão, o francês e o japonês, são utilizadas por um conjunto variado de empresas numa grande variedade de países. Por outro lado, algumas línguas, como o russo e o finlandês, são sobretudo utilizadas em países vizinhos. O facto de o finlandês ser referido pela maior parte das empresas da Estónia coloca-o numa posição elevada na lista. O chinês, o japonês, o árabe e o turco são valorizados por algumas empresas na Europa, embora talvez fosse de esperar uma maior prioridade em relação a estas línguas. Será necessário realizar investigação mais aprofundada sobre as razões que subjazem à escolha das línguas por parte das empresas, e será preciso comparar os resultados com estudos semelhantes neste e noutros setores para verificar que padrões emergem.

2.10 Perspetivas transversais sobre os perfis multilingues obtidos para além do domínio da educação

Para um resumo comparativo da distribuição de diferentes línguas em vários domínios linguísticos para além da educação, apresentamos na Tabela 52 as 20 línguas, além da língua nacional, mais frequentemente referidas nos domínios da imprensa, dos serviços e espaços públicos e das empresas.

Em geral, o inglês, o francês, o alemão e o russo são as línguas mais amplamente utilizadas no contexto europeu, ocupando o inglês a primeira posição e estando as outras línguas a (muito) larga distância. Existem jornais em língua inglesa disponíveis na maioria dos quiosques e das estações de comboio das grandes cidades.

No que respeita aos serviços públicos, o inglês revela-se também como a língua mais amplamente utilizada, a grande distância das restantes. Na tabela transversal, podemos ver três grupos de línguas utilizadas em diferentes domínios e para diferentes serviços: línguas que são utilizadas como *língua franca*, como o inglês, o francês, o alemão e o russo; línguas que são habitualmente encontradas em determinadas regiões, como o albanês, o basco, o catalão, frísio e galês; e línguas que são utilizadas por grandes grupos de imigrantes, como o árabe e o turco. Duas das três línguas R/M mais apoiadas pelos países/regiões, nomeadamente o romani, apoiado por seis países, e o eslovaco, apoiado por cinco países, não aparecem em nenhum dos três domínios.

Tabela 52. Distribuição de línguas registadas nos jornais, serviços/espços públicos e nas empresas *fora* do país ou região de referência (Top 20)

Línguas dos jornais	Frequência	Línguas nos serviços e espaços públicos	Frequência	Línguas nas empresas (além do inglês)	Frequência
Inglês	408	Inglês	771	Alemão	430
Alemão	270	Alemão	290	Russo	333
Francês	181	Russo	285	Francês	322
Russo	162	Francês	255	Espanhol	155
Italiano	127	Espanhol	153	Italiano	134
Árabe	77	Chinês	117	Finlandês	66
Turco	54	Árabe	117	Chinês	55
Espanhol	51	Italiano	98	Polaco	47
Neerlandês	46	Polaco	69	Português	35
Albanês	40	Turco	67	Turco	29
Sérvio	36	Romeno	60	Árabe	26
Chinês	27	Croata	58	Croata	26
Croata	23	Português	55	Checo	26
Búlgaro	12	Bósnio	37	Húngaro	23
Japonês	11	Japonês	36	Catalão	22
Polaco	10	Húngaro	34	Sueco	22
Grego	8	Urdu	34	Japonês	20
Bósnio	7	Albanês	27	Letão	20
Húngaro	7	Sérvio	27	Romeno	19
Sueco	6	Persa	21	Dinamarquês	18

Bibliografia dos Partes I e II

- Assembleia Parlamentar (1998). Recomendação consagrada à diversidade linguística. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Assembleia Parlamentar (2001). Recomendação relativa ao Ano Europeu das Línguas 2001. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Assembleia Parlamentar (2003). Recomendação 1598 (2003) relativa à proteção das Línguas Gestuais nos Estados Membros do Conselho da Europa. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Assembleia Parlamentar (2006). Recomendação 1740 (2006) sobre o lugar da língua materna na educação escolar. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Assembleia Parlamentar (2008). Recommendation on the Integration of Adult Migrants and Education. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Baetens Beardsmore, H. (2008). Language promotion by European supra-national institutions. In: O. García (ed.), *Bilingual Education: Multilingual and Multicultural Children and Youths in 21st Century Schools*. Nova Iorque: Blackwell.
- Ball, J. (2011). *Enhancing Learning of Children from Diverse Language Backgrounds: Mother tongue-based Bilingual or Multilingual Education in the Early Years*. Paris: UNESCO.
- Beacco, J.C. e M. Byram (2007). *From Linguistic Diversity to Plurilingual Education. Guide for the development of language education policies in Europe*. Estrasburgo: Divisão de Política Linguística. Conselho da Europa.
- Beacco, J.C. et al. (2010). *Guide for the Development and Implementation of Curricula for Plurilingual and Intercultural Education*. Estrasburgo: Divisão de Política Linguística. Conselho da Europa.
- Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (CELRM) (1992). Estrasburgo: Conselho da Europa.
- CILT (2006). *ELAN: Effects on the European Economy of Shortages of Foreign Language Skills in Enterprise*. London CILT: The National Centre for Languages.
- Civil Society Platform on Multilingualism (2009). <http://www.euroclio.eu/new/index.php/partners-mainmenu-530/european-citizenship/1207-eu-civil-society-platform-on-multilingualism>
- Comissão Europeia (1995). *Livro Branco sobre a Educação e a Formação. Ensinar e aprender: Rumo à sociedade cognitiva*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (1995). *Livro Branco sobre a Educação e a Formação. Ensinar e aprender: Rumo à sociedade de aprendizagem. Com (95) 590 final, 29 November 1995*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2001). *Os Europeus e as suas Línguas. Inquérito Eurobarómetro Especial 54*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2006). *Os Europeus e as suas Línguas. Inquérito Eurobarómetro Especial 243*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2008). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. *Multilinguismo, uma Mais-valia para a Europa e um Compromisso Comum*. Bruxelas: Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2010). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. Dar um novo impulso à cooperação europeia no domínio do ensino e da formação profissionais para apoiar a Estratégia «Europa 2020»*. Bruxelas: Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2012). Os europeus e as suas línguas. Inquérito Eurobarómetro Especial 386. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia (2012). Primeiro inquérito europeu sobre competências linguísticas. Relatório final e resumo executivo. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comité de Ministros (1998). *Recomendações aos Estados Membros sobre Línguas Modernas*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Comité de Ministros (2008). *Recomendações aos Estados Membros sobre a Utilização do QECR e a Promoção do Plurilinguismo*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Conselho da Europa (1954). *Convenção Cultural Europeia*. Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Conselho da Europa (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Aprendizagem, Ensino, Avaliação*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Conselho da União Europeia (2002a). Resolução do Conselho relativa à promoção da diversidade linguística e à aprendizagem das línguas. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Conselho da União Europeia (2002b). Conclusões da Presidência do Conselho Europeu de Barcelona, 15-16 de março 2002. Bruxelas: Comunidades Europeias.
- Conselho da União Europeia (2008). Resolução do Conselho sobre uma estratégia europeia a favor do multilinguismo. Bruxelas: Comunidades Europeias.
- Conselho da União Europeia (2011). Conclusões do Conselho sobre competências linguísticas para reforçar a mobilidade. Bruxelas: Comunidades Europeias.
- Cullen, J., et al. (2008). *Multilingualism: Between Policy Objectives and Implementation*. Bruxelas: Parlamento Europeu.

- Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão (2008). *Um inventário de ações da comunidade na área do multilinguismo*. Documento de acompanhamento da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho et al. Bruxelas: Comunidades Europeias.
- Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão (2011a). *Um inventário de ações da comunidade na área do multilinguismo – atualização de 2011*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão (2011b). *Report on the Implementation of the Council Resolution of 21 November 2008 on a European Strategy for Multilingualism*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Documento de Trabalho dos Serviços da Comissão (2011c). *Language Learning at Pre-Primary School Level: Making it Efficient and Sustainable. A Policy Handbook*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Eurydice (2009). *Integração Escolar das Crianças Imigrantes na Europa*. Bruxelas: Eurydice/Comissão Europeia.
- Eurydice/EuroStat (2008). *Números-Chave do Ensino das Línguas nas Escolas da Europa*. Bruxelas/ Luxemburgo: Eurydice/EuroStat.
- Eurydice/EuroStat (2009). *Números-Chave da Educação na Europa*. Bruxelas: Eurydice/Eurostat
- Extra, G. (2010). Mapping linguistic diversity in multicultural contexts: Demolinguistic perspectives. In: J. Fishman and O. Garcia (eds.), *Handbook of Language and Ethnic Identity*, Second Edition. Oxford: Oxford University Press, 107-122.
- Extra, G. e D. Gorter (eds.) (2008). *Multilingual Europe: Facts and Policies*. Berlim/Nova Iorque: Mouton de Gruyter.
- Extra, G. e K. Yağmur (2011). *Report on the Pilot Studies in Poland and Spain*. Berlim/Bruxelas: British Council.
- Extra, G. e K. Yağmur (eds.) (2004). *Urban Multilingualism in Europe: Immigrant Minority Languages at Home and School*. Clevedon: Multilingual Matters.
- Fishman, J. e O. Garcia (eds.) (2010). *Handbook of Language and Ethnic Identity. Disciplinary and Regional Perspectives*. Oxford/Nova Iorque: Oxford University Press.
- Fórum das Empresas para o Multilinguismo (2008). *As línguas são a alma do negócio : as línguas facilitam o funcionamento das empresas*. Bruxelas: Comunidades Europeias.
- Fórum das Empresas para o Multilinguismo (2011). *Report on the period September 2009 – June 2011*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Grin, F. (2003). *Language Policy Evaluation and the European Charter for Regional or Minority Languages*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- Grupo de alto nível sobre o multilinguismo (GANM) (2007). *Relatório final*. Bruxelas: Comunidades Europeias.
- Grupo de Intelectuais para o Diálogo Intercultural (2008). *Um Desafio Salutar. Como a Multiplicidade de Línguas Poderia Consolidar a Europa*. Bruxelas: Comunidades Europeias.
- Heller, M. (2007). Bilingualism as ideology and practice. In: M. Heller (ed.), *Bilingualism: A Social Approach*. Basingstoke: Palgrave, 1-24.
- Livro Verde da Comissão Europeia (2008). *Migração e mobilidade: desafios e oportunidades para os sistemas educativos da UE*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- McPake, J. and T. Tinsley (co-ords.) (2007). *Valuing All Languages in Europe*. Graz: ECML.
- Media Consulting Group (2007). *Study on dubbing and subtitling needs and practices in the European audiovisual industry*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Media Consulting Group (2011). *Study on the Use of Subtitling. The Potential of Subtitling to Encourage Language Learning and Improve the Mastery of Foreign Languages*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Nic Craith, M. (2003). Facilitating or generating linguistic diversity. The European Charter for Regional or Minority Languages. In: G. Hogan-Brun and S. Wolff (eds.), *Minority Languages in Europe. Frameworks, Status, Prospects*, 56–72. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- OMC Group Languages for Jobs (2011). *Providing Multilingual Communication Skills for the Labour Market*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Parlamento Europeu (2003). *Resolução do PE que contém recomendações à Comissão sobre as línguas regionais e as línguas de menor difusão na Europa - as línguas das minorias no seio da UE - no contexto do alargamento e da diversidade cultural*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- Parlamento Europeu (2009). *Resolução do PE sobre o multilinguismo, uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum*. Bruxelas: Parlamento Europeu.
- PIMLICO Project (2011). *Report on Language Management Strategies and Best Practice in European SMEs*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Portefólio Europeu de Línguas (PEL). Estrasburgo: Conselho da Europa.
- Poulain, M. (2008). European migration statistics: definitions, data and challenges. In: M. Barni and G. Extra (eds.), *Mapping Linguistic Diversity in Multicultural Contexts*. Berlim/Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 43–66.
- Reynolds, C. (2008). *Sheffield's Language Education Policies. City Report*. Strasbourg/Sheffield: Council of Europe/Sheffield City Council.
- Schermer, T. (2011). Language Politics. In: B. Wolff, M. Steinbach and R. Pfau (eds.), *Handbook of Sign Linguistics* (no prelo).
- Strubell, M., et al. (2007). *The diversity of language teaching in the European Union. Final report to the European Commission, Directorate General for Education and Culture*. Brussels: European Communities.
- UNESCO (2003). *Recommendation Concerning the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace*. Paris: UNESCO.
- UNESCO (2003). *Recommendation Concerning the Promotion and Use of Multilingualism and Universal Access to Cyberspace*. Paris: UNESCO.

Glossário

As definições dadas sobre os níveis de ensino provêm da *Classificação internacional de tipo de educação* (CITE). A CITE é amplamente utilizada num leque de documentos do *Eurydice* com dados essenciais sobre a educação na Europa.

Crianças imigrantes

Crianças que frequentam a escola num país diferente do seu país de origem, ou do país de origem dos seus pais ou avós. Estes termos de referência englobam várias situações legalmente distintas, incluindo as de refugiados, requerentes de asilo, filhos de trabalhadores imigrantes, filhos de cidadãos de países terceiros com um estatuto de residentes de longa duração, filhos de trabalhadores de países terceiros que não são residentes de longa duração, crianças que são residentes irregulares e crianças de origem imigrante que não beneficiam necessariamente de disposições legais relacionadas especificamente com a educação.

Currículo

O programa educativo completo de um tipo de escola, que define para cada ano quais são as disciplinas ensinadas durante quantas horas por semana e quantas semanas por ano. Define ainda, para cada ano, o conteúdo e as metas de aprendizagem exigidas para aprovação na disciplina.

Educação pré-escolar

A educação pré-escolar define-se como a fase inicial da instrução organizada. É ministrada em escolas ou centros e concebida para crianças com pelos menos três anos.

Ensino e formação profissional (EFP)

Nos países europeus, o EFP abrange sistemas nacionais diversificados, baseados nos respetivos ambientes económicos e sociais. O EFP pode ser parte do ensino secundário ou terciário ou de tipos de ensino profissional de adultos. Habitualmente inclui um leque de fornecedores de formação de cariz profissional e de programas de formação no âmbito de quadros relativamente regulados. No nosso projeto, o EFP *não* inclui o ensino universitário, que é abrangido pelo Domínio 5B.

Ensino e formação profissional pública (EFP)

Ensino e formação profissional financiada por meios públicos, ou seja, não financiada por fundos privados.

Ensino na/de língua X

Se a formulação for esta, não é feita distinção entre ensino *na* língua, ou seja, a sua utilização como *meio de instrução*, e o ensino *da* língua, ou seja, o seu ensino como *disciplina* no currículo da escola.

Ensino secundário

Geralmente, este nível inicia-se no final do ensino obrigatório. A entrada dá-se normalmente aos 15 ou 16 anos. Em geral, são necessárias qualificações de entrada (conclusão do ensino obrigatório) e outros requisitos mínimos. A instrução é frequentemente mais centrada em disciplinas do que na segunda etapa do ensino básico. A duração típica do ensino secundário varia de dois a cinco anos. No contexto dos países participantes no LRE, a distinção entre segunda etapa do ensino básico e ensino secundário pode dever-se a diferenças *relacionadas com a idade* ou com o *tipo de escolarização*.

Ensino universitário público geral

Ensino em universidades públicas (não privadas), com exceção das exclusivamente técnicas ou médicas.

Formação contínua de professores

Cursos de atualização para professores (já no ativo) sobre os últimos desenvolvimentos na área de ensino do professor e/ou no campo da pedagogia/educação.

Formação inicial de professores

Cursos/programas de formação de estudantes que pretendem ser professores qualificados (ou seja, que têm lugar antes do início do ensino).

Imigrantes

Nos documentos do *Eurydice* e na estatísticas do *EuroStat*, imigrantes são grupos populacionais *nascidos no estrangeiro* e/ou *não nacionais* no país de residência. No projeto LRE, os imigrantes podem ou não ser nascidos no estrangeiro e podem ou não ser grupos não nacionais no país de residência, dependendo de todo um leque de regulamentos variáveis e específicos de cada país sobre a aquisição da *cidadania*.

Línguas estrangeiras

Línguas que não são aprendidas ou utilizadas em casa, mas aprendidas e ensinadas na escola ou utilizadas como línguas de comunicação mais alargada em setores não educativos.

Línguas gestuais

As línguas gestuais são línguas em modalidade manual-visual que têm uma gramática e um léxico próprios. São as línguas naturais das pessoas que nasceram surdas. As línguas gestuais não são derivadas de línguas faladas e não são internacionais nem universais. Existem centenas de línguas gestuais distintas em todo o mundo.

Línguas imigrantes

Línguas faladas por imigrantes e pelos seus descendentes no país de residência, provenientes de uma grande variedade de (antigos) países de origem.

Língua materna

Habitualmente considerada a primeira língua aprendida e ainda compreendida. A tradicional pergunta sobre a língua materna em estudos europeus de grande escala (incluindo nos censos) está a ser gradualmente substituída por uma pergunta de investigação sobre a utilização de línguas em casa, uma vez que este último conceito é mais transparente para os *informantes* do que os conceitos de «língua materna» ou «língua nativa».

Língua(s) nacional(is)

Línguas(s) oficial(is) de um estado-nação.

Línguas regionais ou minoritárias

Línguas que são tradicionalmente utilizadas num dado território de um estado por cidadãos nacionais do estado que formam um grupo numericamente inferior ao da restante população do estado. São diferentes da(s) *língua(s) do estado* (definição baseada na *Carta europeia de línguas regionais ou minoritárias*, Conselho da Europa. 1992). Regra geral, são línguas de populações que têm raízes étnicas nas áreas em questão ou que se instalaram nas regiões em questão vivendo nas mesmas ao longo de gerações. As línguas regionais/minoritárias podem ter o estatuto de *língua oficial*, mas este estatuto estará por definição limitado à área em que são faladas.

Multilinguismo

Presença numa área geográfica, grande ou pequena, de mais de uma «variedade de língua», ou seja, o modo de fala de um grupo social, quer seja formalmente reconhecido como língua ou não.

Plurilinguismo

Repertório de variedades linguísticas que muitos indivíduos utilizam; inclui a variedade linguística frequentemente referida como «língua materna» ou «primeira língua» e quaisquer outras línguas ou variedades.

Primeira etapa do ensino básico

Este nível inicia-se entre os quatro e os seis anos de idade, é obrigatório em todos os países/regiões e geralmente dura entre cinco e seis anos.

Romani/Sinte

Referidas pelos países no projeto LRE como línguas regionais/minoritárias, *não* como línguas «não territoriais».

Segunda etapa do ensino básico

Continua os programas da primeira etapa do ensino básico, embora o ensino seja tipicamente mais centrado em disciplinas. Habitualmente, o fim deste nível coincide com o fim do ensino obrigatório. No contexto dos países participantes no LRE, a distinção entre segunda etapa do ensino básico e ensino secundário pode dever-se a diferenças *relacionadas com a idade* ou com o *tipo de escolarização*.

PARTE 3

PERFIS NACIONAIS E REGIONAIS

Guus Extra, Martin Hope e Kutlay Yağmur

A Parte 3 da presente publicação inclui 25 perfis nacionais e regionais, distribuídos por 19 capítulos. São apresentados perfis nacionais de 15 países – 13 países da UE acrescidos de Bósnia Herzegovina e Ucrânia – e perfis regionais de 4 países da UE (Países Baixos, Espanha, Reino Unido e Alemanha). Cada perfil contém dados qualitativos e quantitativos e informação sobre o contexto nacional/regional, sobre os oito domínios linguísticos mencionados nas Partes 1 e 2 da presente publicação, sobre as principais conclusões gerais e sobre iniciativas e/ou projetos piloto prometedores. As opções a que se faz referência no âmbito de cada um dos oito domínios linguísticos escolhidos foram apresentadas na Parte 2 deste estudo. O formato destes perfis é ilustrado e explicado nas páginas seguintes desta introdução.

1. Áustria
2. Bósnia Herzegovina
3. Bulgária
4. Dinamarca
5. Estónia
6. França
7. Alemanha
8. Grécia
9. Hungria
10. Itália
11. Lituânia
12. Países Baixos
 - 12.1 Países Baixos em geral
 - 12.2 Frísia
13. Polónia
14. Portugal
15. Roménia
16. Espanha
 - 16.1 Madrid, Valência, Sevilha
 - 16.2 Catalunha
 - 16.3 País Basco
17. Suíça
18. Ucrânia
19. Reino Unido
 - 19.1 Inglaterra
 - 19.2 País de Gales
 - 19.3 Escócia
 - 19.4 Irlanda do Norte

Formato dos perfis nacionais/regionais

O objetivo das orientações que se seguem é ajudar os leitores a interpretarem os perfis nacionais/regionais. Os perfis são uma combinação dos resultados do inquérito, que são apresentados nas tabelas, e de um comentário sobre eles, escrito pelo investigador do país/região em causa. As opções apresentadas em cada tabela são o reflexo das perguntas realmente colocadas no questionário do LRE.

Cada perfil é dividido nas seguintes secções:

Contexto nacional/regional

Nesta secção, é descrito o contexto nacional/regional. É apresentada informação sobre as línguas presentes de uma perspetiva sócio-histórica, demográfica e legal.

Domínio 1: Línguas em documentos e bases de dados oficiais

Esta secção apresenta informação em formato padronizado sobre legislação linguística e documentos políticos para línguas

nacionais, estrangeiras, R/M e imigrantes. Descreve também os mecanismos de recolha de dados sobre as línguas utilizados em cada país/região.

Domínio 2: Línguas na educação pré-escolar

Nesta secção, é apresentada informação sobre a oferta de ensino na educação pré-escolar em línguas R/M, línguas estrangeiras, línguas imigrantes e também apoio adicional na língua nacional. Para cada tipo de língua, é apresentada informação sobre: os grupos alvo, a duração do ensino de língua, os requisitos quanto à dimensão dos grupos, o número de dias por semana em que este ensino está disponível, a oferta de formação inicial e contínua de professores; a fonte de financiamento. As respostas possíveis para cada pergunta são indicadas na tabela abaixo, tendo sido pedido aos investigadores que escolhessem a resposta que representa práticas comuns no seu país/região. A primeira opção é aquela que se considera estar mais em conformidade com as práticas europeias desejadas.

2 Línguas na educação pré-escolar

	Grupos alvo	Duração	Requisitos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos/ apenas falantes nativos/ apoio inexistente	≥2 anos/1 ano/<1 ano	nenhum/5–10/>10	>1dia/0.5–1 dia/<0.5 dia	específica para a disciplina/geral/ inexistente	específica para a disciplina/geral/ inexistente	total/parcial/ inexistente
LE	todos/restrito/ apoio inexistente	≥2 anos/1 ano/<1 ano	nenhum/5–10/>10	>1dia/0.5–1 dia/<0.5 dia	específica para a disciplina/geral/ inexistente	específica para a disciplina/geral/ inexistente	total/parcial/ inexistente
LI	todos/ apenas falantes nativos/ apoio inexistente	≥2 anos/1 ano/<1 ano	nenhum/5–10/>10	>1dia/0.5–1 dia/<0.5 dia	específica para a disciplina /geral/ inexistente	específica para a disciplina/geral/ inexistente	total/parcial/ inexistente
Apoio adicional em LN	todos/ apenas alunos imigrantes/ apoio inexistente	≥2 anos/1 ano/<1 ano	nenhum/5–10/>10	>1dia/0.5–1 dia/<0.5 dia	específica para a disciplina /geral/ inexistente	específica para a disciplina/geral/ inexistente	total/parcial/ inexistente

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico

Nesta secção, é apresentada informação sobre línguas na primeira etapa do ensino básico. A informação é dividida em duas secções: *organização* do ensino de línguas e prática real de *ensino*. No que se refere à organização, é apresentada informação sobre o ensino de línguas tendo em conta os quatro tipos de língua: a língua nacional, as línguas R/M, as línguas imigrantes e as línguas estrangeiras. Na área do apoio à língua nacional, existe informação sobre o currículo, o grau de apoio a recém-chegados, se a avaliação de diagnóstico está disponível à entrada e, por fim, se as competências linguísticas dos alunos

são monitorizadas através de instrumentos padronizados. O ensino de línguas R/M, de línguas imigrantes e de línguas estrangeiras é avaliado tendo em conta os seguintes aspetos: o tipo dos grupos alvo, as características do currículo, se estas línguas são utilizadas como meio de instrução, o início do ensino de língua, o lugar no currículo, se existem requisitos quanto à dimensão dos grupos, se as competências linguísticas são monitorizadas com instrumentos padronizados, se existe a definição dos níveis de aproveitamento a ser alcançados e, por fim, o tipo de financiamento disponível.

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio à LN	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	antes do ensino geral/durante o ensino geral/inexistente	todos/ apenas imigrantes/ inexistente	padronizada a nível nacional/definida na escola/inexistente

	Currículo	Línguas usadas como meio de instrução (AILC)	Grupos alvo	Início da educação em língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão dos grupos	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	disseminada/localizada/inexistente	todos/ apenas falantes nativos/ apoio inexistente	a partir do primeiro ano/a partir do meio da primeira etapa do ensino básico/no final da primeira etapa do ensino básico	em horário escolar/parcialmente em horário escolar/fora do horário escolar	nenhum/ 5–10/>10	padronizada a nível nacional/definida na escola/inexistente	normas nacionais ou regionais/normas escolares/não especificado	total/parcial/inexistente
LE	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	disseminada/localizada/inexistente	todos/restrito/apoio inexistente	a partir do primeiro ano/a partir do meio da primeira etapa do ensino básico/no final da primeira etapa do ensino básico	em horário escolar/parcialmente em horário escolar/fora do horário escolar	nenhum / 5–10/>10	padronizada a nível nacional/definida na escola/inexistente	ligado ao QECR/normas nacionais ou escolares/não especificado	total/parcial/inexistente
LI	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	disseminada/localizada/inexistente	todos/ apenas falantes nativos/ apoio inexistente	a partir do primeiro ano/a partir do meio da primeira etapa do ensino básico/no final da primeira etapa do ensino básico	em horário escolar/parcialmente em horário escolar/fora do horário escolar	nenhum/ 5–10/>10	padronizada a nível nacional/definida na escola/inexistente	normas nacionais ou regionais/normas escolares/não especificado	total/parcial/inexistente

Ensino

Em qualquer sistema educativo, os professores são atores fundamentais para que os objetivos de aproveitamento sejam alcançados. Os leitores podem encontrar informação sobre as características dos professores de língua e sobre as suas qualificações formais em quatro tipos de línguas nas escolas da primeira etapa do ensino básico: línguas R/M, línguas

estrangeiras, línguas imigrantes e apoio adicional para a língua nacional. Em cada tipo de língua, os professores são avaliados tendo em conta as suas qualificações formais, o facto de receberem ou não formação inicial ou contínua e, finalmente, o facto de terem ou não acesso a programas estruturados de mobilidade.

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
LR/M	professores de língua/ professores de ensino geral/ não qualificados	específica para a disciplina/ geral/inexistente	específica para a disciplina/ geral/inexistente	
LE	professores de língua/ professores de ensino geral/ não qualificados	específica para a disciplina/ geral/inexistente	específica para a disciplina/ geral/inexistente	integrada na formação/apoio financeiro informal/ inexistente
LI	professores de língua/ professores de ensino geral/ não qualificados	específica para a disciplina/ geral/inexistente	específica para a disciplina/ geral/inexistente	integrada na formação/apoio financeiro informal/ inexistente
Apoio adicional em LN	professores de língua/ professores de ensino geral/ não qualificados	específica para a disciplina/ geral/inexistente	específica para a disciplina/ geral/inexistente	

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

Tal como na primeira etapa do ensino básico, é apresentada aos leitores informação tendo em conta duas grandes dimensões: *organização* do ensino de línguas e prática real de *ensino*. No que se refere à organização, é apresentada informação sobre o ensino de línguas tendo em conta os quatro tipos de língua: apoio adicional na língua nacional para recém-chegados juntamente com características do currículo, tipo de apoio adicional para recém-chegados, se a avaliação de diagnóstico está disponível à entrada e, por fim, se as competências linguísticas dos alunos são monitorizadas através de

instrumentos padronizados. O ensino de línguas R/M, de línguas imigrantes e de línguas estrangeiras é avaliado tendo em conta os seguintes aspectos: o tipo de grupos alvo, as características do currículo, se estas línguas são utilizadas como meio de instrução, o início e a quantidade de aulas de língua, o lugar no currículo, se existem condições relativas à dimensão dos grupos, se as competências linguísticas são monitorizadas com instrumentos padronizados, se existem níveis definidos de aproveitamento a ser alcançados e, por fim, o tipo de financiamento disponível para o ensino de línguas.

	Currículo	Línguas usadas como meio de instrução (AILC)	Grupos alvo	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão dos grupos	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	coerente e explícito/ geral/sem diretrizes	disseminada/ localizada/ inexistente	todos/ apenas falantes nativos/apoio inexistente	em horário escolar/ parcialmente em horário escolar/fora do horário escolar	nenhum/5-10/>10	padronizada a nível nacional/ definida na escola/ inexistente	normas nacionais ou regionais/ normas escolares/ não especificado	total/parcial/ inexistente
LE	coerente e explícito/ geral/sem diretrizes	disseminada/ localizada/ inexistente	todos/ restrito/ apoio inexistente	em horário escolar/ parcialmente em horário escolar/em horário extraescolar	nenhum/5-10/>10	padronizada a nível nacional/ definida na escola/ inexistente	ligado ao QECR/ normas nacionais ou escolares/ não especificado	total/parcial/ inexistente
LI	coerente e explícito/ geral/sem diretrizes	disseminada/ localizada/ inexistente	todos/ apenas falantes nativos/ apoio inexistente	em horário escolar/ parcialmente em horário escolar/em horário extraescolar	nenhum/5-10/>10	padronizada a nível nacional/ definida na escola/ inexistente	normas nacionais ou regionais/ normas escolares/ não especificado	total/parcial/ inexistente

Ensino

Tal como no subdomínio de ensino na primeira etapa do ensino básico, os leitores podem encontrar informação sobre as características dos professores de língua e sobre as suas qualificações formais em quatro tipos de línguas nas escolas da segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário: línguas R/M, línguas estrangeiras, línguas imigrantes e apoio adicional

para a língua nacional. Em cada tipo de língua, os professores são avaliados tendo em conta as suas qualificações formais, o facto de receberem formação inicial ou contínua e, finalmente, o facto de terem ou não acesso a programas estruturados de mobilidade.

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua requerido	Mobilidade
LR/M	professores de língua/ professores de ensino geral/não qualificados	específica para a disciplina/geral/ inexistente	específica para a disciplina/geral/ inexistente	ligado ao QECR/normas nacionais ou regionais/ nenhum	
LE	professores de língua/ professores de ensino geral/não qualificados	específica para a disciplina/geral/ inexistente	específica para a disciplina/geral/ inexistente	ligado ao QECR/normas nacionais ou regionais/ nenhum	integrada na formação / apoio financeiro informal/inexistente
LI	professores de língua/ professores de ensino geral/não qualificados	específica para a disciplina/geral/ inexistente	específica para a disciplina/geral/ inexistente	ligado ao QECR/normas nacionais ou regionais/ nenhum	integrada na formação / apoio financeiro informal/inexistente
Apoio adicional em LN	professores de língua/ professores de ensino geral/não qualificados	específica para a disciplina/geral/ inexistente	específica para a disciplina/geral/ inexistente	ligado ao QECR/normas nacionais ou regionais/ nenhum	

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

O ensino de línguas em escolas profissionais recebe apoio em muitos países. Em cada país são consideradas três instituições de Ensino e Formação Profissional. Tal como em outros tipos de escolas, é apresentada aos leitores informação sobre os quatro principais tipos de línguas no ensino: a variedade de programas de apoio linguístico, o tipo de grupos alvo, se o currículo é coerente e explícito e tem diretrizes concretas, se as instituições de EFP fornecem qualificações profissionais, o grau de melhoria geral de competências, o grau de financiamento público

disponível e, por fim, a disponibilidade de estágios em empresas.

Os leitores poderão encontrar informação sobre as línguas R/M, ensino em línguas imigrantes e ensino em língua estrangeira tendo em conta os seguintes aspetos: a variedade de programas de língua, as características do currículo, se existem níveis definidos de aproveitamento a ser alcançados e, por fim, o tipo de financiamento disponível para o ensino destes diferentes tipos de línguas.

Ensino pós-secundário (em três instituições)

		Variedade de programas de língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
RML	Instituição A	ampla variedade/limitada/sem especificações	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	ligado ao QECR/ nacional/nenhum	total/ parcial/inexistente
	Instituição B	ampla variedade/limitada/sem especificações	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	ligado ao QECR/ nacional/nenhum	total/ parcial/inexistente
	Instituição C	ampla variedade/limitada/sem especificações	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	ligado ao QECR/ nacional/nenhum	total/ parcial/inexistente
FL	Instituição A	ampla variedade/limitada/sem especificações	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	ligado ao QECR/ nacional/nenhum	total/ parcial/inexistente
	Instituição B	ampla variedade/limitada/sem especificações	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	ligado ao QECR/ nacional/nenhum	total/ parcial/inexistente
	Instituição C	ampla variedade/limitada/sem especificações	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	ligado ao QECR/ nacional/nenhum	total/ parcial/inexistente
IL	Instituição A	ampla variedade/limitada/sem especificações	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	ligado ao QECR/ nacional/nenhum	total/ parcial/inexistente
	Instituição B	ampla variedade/limitada/sem especificações	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	ligado ao QECR/ nacional/nenhum	total/ parcial/inexistente
	Instituição C	ampla variedade/limitada/sem especificações	coerente e explícito/geral/sem diretrizes	ligado ao QECR/ nacional/nenhum	total/ parcial/inexistente

		Variedade de programas de apoio linguístico	Grupos alvo	Currículo	Competências profissionais	Melhoria das competências gerais	Financiamento público disponível	Estágios em empresas	Uso de instrumentos da UE
Apoio adicional em LN	Instituição A	ampla variedade/ variedade limitada/ inexistente	todos/ restrito/ nenhum	coerente e explícito/geral/ sem diretrizes	sim/não	sim/não	total/parcial/ inexistente	Integrados no curso/opcional/ inexistente	sim/não
	Instituição B	ampla variedade/ variedade limitada/ inexistente	todos/ restrito/ nenhum	coerente e explícito/geral/ sem diretrizes	sim/não	sim/não	total/parcial/ inexistente	Integrados no curso/opcional/ inexistente	sim/não
	Instituição C	ampla variedade/ variedade limitada/ inexistente	todos/ restrito/ nenhum	coerente e explícito/geral/ sem diretrizes	sim/não	sim/não	total/parcial/ inexistente	Integrados no curso/opcional/ inexistente	sim/não

Ensino superior (em três universidades)

Em cada país são consideradas três universidades. Os leitores podem encontrar informação sobre a(s) língua(s) de instrução nas universidades, quais são as línguas utilizadas nos sites Web das universidades, quais são os grupos alvo para apoio adicional na língua nacional; se existem níveis a ser alcançados em

línguas estrangeiras, o recrutamento de alunos não-nacionais, se existem programas de mobilidade disponíveis para alunos de língua e, por fim, a natureza dos programas de mobilidade para alunos de áreas não linguísticas.

	Língua(s) de instrução	Línguas no site Web	Grupos alvo para apoio adicional na língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução de língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacionais, estrangeiras e R/M/nacionais e estrangeiras/ apenas nacionais	nacionais, estrangeiras e R/M/nacionais e estrangeiras/ apenas nacionais	todos/ restrito/ nenhum	ligado ao QECR/ nacional ou definido pela instituição/nenhum	internacionais e imigrantes/ apenas internacionais/ apenas falantes nativos da língua nacional	obrigatória/ opcional/ oferta inexistente	obrigatória/ opcional/ oferta inexistente
Universidade B	nacionais, estrangeiras e R/M/nacionais e estrangeiras/ apenas nacionais	nacionais, estrangeiras e R/M/nacionais e estrangeiras/ apenas nacionais	todos/ restrito/ nenhum	ligado ao QECR/ nacional ou definido pela instituição/nenhum	internacionais e imigrantes/ apenas internacionais/ apenas falantes nativos da língua nacional	obrigatória/ opcional/ oferta inexistente	obrigatória/ opcional/ oferta inexistente
Universidade C	nacionais, estrangeiras e R/M/nacionais e estrangeiras/ apenas nacionais	nacionais, estrangeiras e R/M/nacionais e estrangeiras/ apenas nacionais	todos/ restrito/ nenhum	ligado ao QECR/ nacional ou definido pela instituição/nenhum	internacionais e imigrantes/ apenas internacionais/ apenas falantes nativos da língua nacional	obrigatória/ opcional/ oferta inexistente	obrigatória/ opcional/ oferta inexistente

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Cidades	Produções televisivas em língua não nacional	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas de LRM fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
Cidade 1	legendadas/dobradas	legendados/dobrados	sempre/regularmente/às vezes/nunca	sempre/regularmente/às vezes/nunca
Cidade 2	legendadas/dobradas	legendados dobrados	sempre/regularmente/às vezes/nunca	sempre/regularmente/às vezes/nunca
Cidade 3	legendadas/dobradas	legendados/dobrados	sempre/regularmente/às vezes/nunca	sempre/regularmente/às vezes/nunca

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal (3 cidades)

N.º de línguas praticadas	Serviços da Câmara Municipal	Presença no sítio Web	Relatórios municipais anuais	Tradutores ou intérpretes internos ou externos	Competências em outras línguas além da língua nacional nas descrições de funções dos funcionários	Plano ou esquema em vigor para reforçar as competências em línguas	Recrutamento de falantes de línguas para ajudar aos objetivos empresariais	Oferta de formação em línguas aos funcionários	Registo regularmente atualizado das competências em línguas dos funcionários	Esquemas de recompensa ou promoção pela capacidade de comunicação em outra língua
>4	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C
3-4	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C
1-2	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C
Apenas LN	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C	A B C

Serviços de comunicação

TOP 5	Serviços de comunicação oral	Serviços de comunicação escrita
1		
2		
3		
4		
5		

8 Línguas nas empresas (24 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registo das competências linguísticas dos funcionários	Uso de redes de formação em línguas	Uso de programas/ financiamento da UE	Conhecimento de programas/ financiamento da UE
Prática alargada								
Prática ocasional								

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados em competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/ <i>intranet</i>	Língua utilizada no <i>software</i> /programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em <i>marketing</i>	Línguas usadas na marca/ identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada										
	prática ocasional										
IC	prática alargada										
	prática ocasional										
Outras	prática alargada										
	prática ocasional										

1 ÁUSTRIA

Tanja Nagel, Anke Schad, Barbara Semmler e Michael Wimmer

Contexto do país

De acordo com os últimos censos baseados em registos de 2011, a República da Áustria tem uma população de 8,43 milhões de pessoas, tendo o número de pessoas de cidadania estrangeira aumentado em mais de um terço (+35%) entre 2001 e 2011 e atingido um total de 957 000 pessoas. A maior proporção de imigrantes vem atualmente de países da UE, sendo que o número de cidadãos alemães a viver na Áustria mais do que duplicou (+110%), atingindo um total de 152 000 pessoas, enquanto o segundo maior grupo de imigração, que inclui sérvios, montenegrinos e kosovares, permaneceu inalterado, com 133 000 pessoas, e o terceiro maior grupo, imigrantes da Turquia, decresceu em 10% para 114 000 (Statistik Austria 2011).

O cálculo de falantes de línguas minoritárias em censos oficiais (baseado na categoria de línguas coloquiais, *Umgangssprachen*) é criticado pelas organizações dos direitos das minorias, que afirmam que muitas minorias escolhem o alemão como a sua língua principal «devido a pressão real ou percebida», como declara o Comité Consultivo do Conselho da Europa sobre a Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais na sua opinião de parte terceira sobre a Áustria. O Comité Consultivo encoraja fortemente as autoridades austríacas a assegurarem que quaisquer censos futuros relacionados com a utilização da língua contenham listas abertas e possibilitem a indicação de múltiplas línguas e identidades (Comité Consultivo 2011: 11–12). Para marcar a posição, os grupos minoritários declaram também os seus próprios números de falantes. Em relação ao húngaro, por exemplo, os censos oficiais em 2001 contaram 25 884 falantes, pelo que a sua própria estimativa é de quase o dobro de falantes (Iniciativa Minderheiten n.d.).

A Áustria é um país com diversidade linguística, especialmente entre crianças e jovens. A taxa de alunos que utilizam uma língua além do alemão na vida quotidiana é mais alta em Viena (41,8%) e mais baixa na Caríntia (8,9%). O grupo de jovens bi ou multilingues é caracterizado pela heterogeneidade em termos da sua história de migração, que afeta também a língua de cada indivíduo e os perfis educativos (Biffi/Skrivanek 2011: 1).

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional e as línguas R/M são tidas em conta na legislação linguística e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro para crianças e adultos interessados em aprender alemão são (co)financiados em sete países: República Checa, Hungria, Itália, Polónia, Sérvia, Eslováquia e Eslovénia. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada e ratificada pela Áustria. Na Carta, são reconhecidas as seguintes seis línguas R/M: croata de Burgenland, croata, checo, húngaro em Burgenland, húngaro em Viena, Romani de Burgenland, eslovaco, esloveno na Caríntia e esloveno na Estíria. Existe oferta oficial no ensino, apoiada pela Carta, em regiões específicas para quatro destas línguas: croata, húngaro, romani de Burgenland e esloveno.

Já não existem mecanismos nacionais/regionais de recolha de dados sobre diversidade linguística. Os dados dos Censos (2001) foram substituídos por dados de registos (2011) que não incluem perguntas sobre línguas.

O Plano de Ação Nacional (PAN) para a Integração, datado de 2011, foi coordenado pelo Ministério do Interior mediante um processo de diálogo com peritos e partes interessadas. A proficiência em alemão é considerada essencial para a integração. Os imigrantes na Áustria têm de ser aprovados num exame de língua (nível A1) antes de entrarem no país. Com estes pré-requisitos, a Áustria assemelha-se a países como a Alemanha, França, a Dinamarca e os Países Baixos (Bundesministerium für Inneres 2011).

Em junho de 2011, o governo austríaco divulgou o seu terceiro relatório sobre a implementação do Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias. O relatório refere também a alteração da lei constitucional em 2011, garantindo uma solução estável para a entidade *Ortstafelstreit* (controvérsia acerca dos sinais bilíngues) sobre a utilização de línguas minoritárias na toponímia e em serviços públicos específicos em Burgenland e na Caríntia (Bundeskanzleramt 2011: 11).

LN=Língua(s) Nacional(is)
 LE=Língua(s) Estrangeira(s)
 LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
 LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas estrangeiras e imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥2 anos	nenhum	0.5–1 dias	geral	específico para a disciplina	total
Apoio adicional em LN	todos	≥2 anos	nenhum	0.5–1 dias	específico para a disciplina	específico para a disciplina	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Croata de Burgenland, croata, checo, húngaro, italiano em Tirol, eslovaco, esloveno
------	---

Desde 2010 é obrigatório frequentar a educação pré-primária a partir dos cinco anos em todo o território austríaco. Esta medida foi introduzida sobretudo para assegurar que todas as crianças aprendem alemão antes de entrarem na escola.

Tal como se descreve no Perfil de Políticas de Educação Linguística, a educação pré-primária é caracterizada por uma fragmentação descentralizada, o que tem consequências na implementação de diversidade linguística em termos de quantidade de oferta (com disparidades entre *Länder* individuais) e qualidade de oferta, sobretudo no que se refere às qualificações dos educadores de língua (Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur/Bundesministerium für Wissenschaft und Forschung/Österreichisches Sprachen Kompetenz Zentrum 2008: 82–88).

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	para todos os alunos	definida na escola

Outras línguas além da LN	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público
LR/M	todos	sem diretrizes	em algumas áreas	a partir do 1.º ano	em horário escolar	>10	definida na escola	não especificado	total
LE	todos	coerente e explícito	em algumas áreas	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	definida na escola	não especificado	total
LI	apenas falantes nativos	coerente e explícito	em algumas áreas	a partir do 1.º ano	fora do horário escolar	>10	definida na escola	não especificado	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de ensino geral	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A
LE	professores de ensino geral	específica para a disciplina	específica para a disciplina	apoio financeiro informal
LI	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Croata de Burgenland, checo, húngaro, romani, eslovaco, esloveno
LE	Croata, checo, inglês, francês, húngaro, italiano, eslovaco, esloveno (umas destas línguas é obrigatória)
LI	Albanês, bósnio/sérvio/croata, polaco, russo, turco

Devido ao desenvolvimento demográfico, a expansão de *Muttersprachlicher Unterricht* (ensino em língua imigrante), especialmente na primeira etapa do ensino básico, é considerada uma prioridade do governo. O objetivo de *Muttersprachlicher Unterricht* define-se no currículo e é o de permitir o bilinguismo e a equidade entre as línguas faladas em casa e o alemão.

No ano letivo de 2009/2010, 29,4% dos alunos da primeira etapa do ensino básico austríaco com outra língua além do alemão participaram em *Muttersprachlicher Unterricht* (Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur 2011: 13).

O Departamento de Migração e Escolas do Ministério Federal da Educação, Cultura e das Artes coordena a oferta. Divulga fichas informativas, por exemplo acerca do quadro legal, dados e estatísticas. Na plataforma www.muttersprachlicher-unterricht.at, os pais podem encontrar informação sobre a matrícula em bósnio/croata/sérvio, turco e albanês.

No que respeita ao ensino de língua imigrante, bem como de outras línguas estrangeiras ou minoritárias, o principal desafio é não só a expansão, mas também o reforço da qualidade. Em ambas as matérias, o número de professores qualificados é um desafio fundamental que exige uma reforma na formação de professores (Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur/ Bundesministerium für Wissenschaft und Forschung/Österreichisches Sprachen Kompetenz Zentrum 2008: 88–91).

Viena participa no projeto europeu «Multilingual cities» (cidades multilingues), recolhendo dados entre os alunos da escola primária de forma a obter conhecimento sobre a relação entre a diversidade linguística e o sucesso escolar (Brizic 2011).

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	definida na escola

Outras línguas além da LN	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	em algumas áreas	parcialmente em horário escolar	>10	definida na escola	não especificado	total
LE	todos	coerente e explícito	em algumas áreas	em horário escolar	nenhum	definida na escola	ligado ao QEER	total
LI	apenas falantes nativos	coerente e explícito	em algumas áreas	fora do horário escolar	>10	definida na escola	normas escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	não especificado	N/A
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A	N/A
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	integrada na formação
LI	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A	N/A

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Croata de Burgenland, checo, húngaro, romani, eslovaco, esloveno
LE	Inglês, francês, italiano, espanhol. No nível das escolas secundárias académicas: 2 obrigatórias. No nível das escolas secundárias gerais: 1 obrigatória
LI	Albanês, bósnio, sérvio, croata, polaco, russo, turco

A partir da segunda etapa do ensino básico (CITE 2), o sistema escolar austríaco passa a dividir-se entre escolas gerais (Hauptschule) e académicas. Esta interface é crucial para os processos de ensino de língua, que podem ser interrompidos, prosseguidos ou reforçados.

Em 2009/2010, Viena era a única Bundesland que oferecia Muttersprachlicher Unterricht (ensino de língua imigrante) nas escolas académicas e gerais (Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur 2011: 25). Todas as outras Bundesländer disponibilizavam-no apenas nas escolas gerais.

Contudo, o currículo nas escolas académicas inclui duas línguas modernas estrangeiras obrigatórias (ou uma mais Latim), ao contrário do currículo da Hauptschule, que inclui apenas uma.

A Nova Escola de Ensino Médio (NEEM) foi introduzida em 2008/2009 para ultrapassar a divisão tradicional. Até 2015/2016, todas as Hauptschulen serão transformadas em Novas Escolas de Ensino Médio. Aprendizagem e integração social e um ensino mais individualizado e diferenciado são parte do conceito pedagógico da NEEM, tendo como objetivo específico melhorar o potencial dos alunos em contexto de imigração.

O inglês é a língua estrangeira moderna mais dominante nas escolas em todos os níveis, sendo estudada por quase 99% dos alunos. As línguas regionais e minoritárias podem também ser oferecidas como disciplina nas escolas secundárias. A disponibilização destas disciplinas depende da região: em Burgenland, um total de 12,9% dos alunos aprende croata e 10,6% dos alunos da Caríntia aprendem esloveno (dados referentes ao ano letivo de 2004/2005, Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur/ Bundesministerium für Wissenschaft und Forschung/Österreichisches Sprachen Kompetenz Zentrum 2008: 149).

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas R/M inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público
LE	Instituição A	ampla variedade	geral	ligado ao QECR	inexistente
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	parcial
	Instituição C	ampla variedade	geral	ligado ao QECR	parcial
LI	Instituição A (apenas)	ampla variedade	geral	N/A	inexistente

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeira	nacional e estrangeira	restrito	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade B	nacional, estrangeira e R/M	nacional e estrangeira	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade C	nacional e estrangeira	nacional e estrangeira	restrito	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional

Além da formação profissional para adultos e do ensino universitário, merece menção a tradição austríaca das *Volkshochschulen* (VHS) decorrentes de iniciativas da burguesia e classe operária no século XIX. Com uma taxa de 39,4% das unidades educativas em 2009/2010, as línguas são o mais forte campo educacional das VHS (Verband Österreichischer Volkshochschulen 2011: 1). A VHS de Viena oferece atualmente mais de 60 línguas.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
dobradas	dobrados	às vezes	às vezes

A empresa emissora austríaca ORF é legalmente obrigada a fornecer serviços para falantes de línguas regionais e minoritárias reconhecidas. Além das revistas de televisão e rádio, a plataforma em linha volksgruppen.orf.at disponibiliza notícias e informação, bem como emissões áudio e vídeo em direto, em croata, checo, romani, eslovaco, húngaro e esloveno.

A FM4 é a estação radiofónica da ORF dirigida a um público jovem. Apesar de ser bilingue, o inglês é a língua predominante. Os boletins informativos são transmitidos em inglês e, duas vezes por dia, em francês. Os locutores e os convidados da FM4 são encorajados a seguir o «Princípio do Falante Nativo» da FM4 e a falar na sua língua materna.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal (2 cidades)

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Viena Graz	Graz	Viena Graz	Viena	Viena Graz
3-4	Viena					
1-2	Graz		Viena		Graz	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Turismo Imigração e integração Debates políticos e processos de tomada de decisão Educação Transportes	Turismo Transportes Teatro Imigração e integração

Embora o enfoque do projeto LRE seja as grandes cidades, em termos populacionais, a Áustria é amplamente caracterizada por cidades pequenas, também nas regiões com minorias linguísticas reconhecidas (*Volksgruppen*). Assim, a alteração constitucional acima referida e decidida pelo parlamento em 2011 sobre a utilização da línguas minoritárias (BGBl. I Nr. 46/2011) na toponímia e as línguas oficiais a serem utilizadas nos serviços públicos afeta sobretudo essas cidades pequenas.

8 Línguas nas empresas (em 19 empresas)

Estratégias linguísticas gerais								
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Utilização de tradutores/ intérpretes externos
prática alargada	6	12	5	4	0	0	2	0

		ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no s software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/ identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	4	0	5	1	19	19	19	19	18	18
Inglês comercial	prática alargada	7	2	9	2	7	5	9	6	9	12
Outras línguas	prática alargada	6	0	4	1	2	2	2	3	4	3

O Instituto de Investigação sobre Qualificações e Formação da Economia Austríaca (ibw) realizou um inquérito em 2005 em 2017 empresas da Áustria sobre a necessidade que têm de línguas estrangeiras. 86% afirmaram precisar de línguas estrangeiras. Em 45% das empresas, a «maioria» dos funcionários precisa do inglês. Para os contactos com parceiros de negócio na Europa de Leste, o alemão é a língua utilizada, de acordo com o inquérito. (Tritscher-Archan 2008: 172).

Apesar de as competências linguísticas na Áustria, um país orientado para a exportação, serem tradicionalmente consideradas uma ferramenta para aceder a mercados estrangeiros, algumas empresas, como é o caso dos bancos e dos operadores de telecomunicações, encontram-se também a responder a um mercado interno diversificado com o chamado etnomarketing, fazendo uso das línguas imigrantes nas suas campanhas e nos seus serviços.

Principais resultados globais

A Áustria caracteriza-se por desenvolvimentos ambivalentes em termos de multi e plurilinguismo. Por um lado, o programa de governo reconhece a crescente diversidade da sociedade austríaca realçando a importância da aquisição de competências linguísticas sobretudo através da educação para crianças e jovens, em particular no que respeita ao inglês, às línguas dos países vizinhos e às línguas imigrantes (Republik Österreich 2008: 206).

Por outro lado, o que impede a criação de uma oferta educativa mais diversificada e abrangente e dificulta a formação de um processo contínuo de ensino de língua é sobretudo uma questão de recursos (por exemplo, no que se refere ao número de professores qualificados).

O alemão é considerado o idioma mais importante para uma integração bem-sucedida (ideia que é reforçada pelas atuais políticas sobre imigração e educação), no entanto, a sociedade está lentamente a tomar consciência dos benefícios das competências linguísticas adicionais, pelo menos quando são vistas como «úteis», como acontece no campo económico para o comércio e as empresas exportadoras.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

Existem muitos exemplos de boas práticas nos diferentes domínios do projeto Language Rich Europe. Um deles é o projeto em que a EDUCULT está ativamente envolvida:

Sag's multi é um concurso anual de retórica para alunos bilingues organizado por uma associação de empresários, a *Verein Wirtschaft für Integration* (VWFI), juntamente com a EDUCULT. Os alunos do sétimo ano em diante (com 12 anos ou mais) apresentam os seus discursos alternando entre o alemão e a sua língua adicional. Desde 2009, aproximadamente 700 alunos já participaram no concurso, com apresentações em mais de 40 línguas.

SPIN: *SprachenInnovationsNetzwerk*, uma rede iniciada pelo *Österreichisches Sprachen-Kompetenz-Zentrum* (ÖSZ), contém uma base de dados em www.oesz.at/spin sobre projetos de língua inovadores a um público interessado mais alargado.

Referências

Biffi, Gudrun, Skrivaneck, Isabella (2011): Schule-Migration-Gender Endbericht. Estudo financiado por Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur. Disponível em http://www.bmukk.gv.at/medienpool/21041/schule_migration_gender_eb.pdf acessado a 7 de dezembro de 2011.

Brizic, Katharina (2011): "Multilingual cities" Wien. Disponível em http://www.oeaw.ac.at/dinamlex/Multilingual-Cities_Wien-2009_Endbericht-V1Stand20111111.pdf acessado a 7 de dezembro 2011.

Bundeskanzleramt Österreich (2011): 3. Bericht 3. Bericht der Republik Österreich gemäß Artikel 15 Abs. 1 der Europäischen Charta der Regional-oder Minderheitensprachen. Disponível em <http://www.bka.gv.at/DocView.axd?CobId=45599> acessado a 7 de dezembro de 2011.

Bundesministerium für Inneres (2011): Nationaler Aktionsplan für Integration. Disponível em <http://www.integrationsfonds.at/nap/bericht/> acessado a 7 de dezembro de 2011.

Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur (2011): Der muttersprachliche Unterricht in Österreich. Statistische Auswertung für das Schuljahr 2009/10. Disponível em http://www.bmukk.gv.at/medienpool/3720/nr5_11.pdf acessado a 7 de dezembro de 2011.

Bundesministerium für Unterricht, Kunst und Kultur und Bundesministerium für Wissenschaft und Forschung, Österreichisches Sprachen Kompetenz Zentrum (eds.) (2008): Language Education Policy Profile. Country Report Austria. Disponível em http://www.oesz.at/download/spol/lepp_engl_1.pdf acessado a 7 de dezembro de 2011.

Initiative Minderheiten (n.d.): Minderheiten in Österreich/ Volksgruppen. Disponível em http://minderheiten.at/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=30 acessado a 9 de dezembro de 2011.

Republik Österreich (2008): Regierungsprogramm 2008–2013. Disponível em <http://www.bka.gv.at/DocView.axd?CobId=32965> acessado a 7 de dezembro de 2011.

Statistik Austria (2011): Registrierzählung 2011. Pressemeldung. Disponível em http://www.statistik.at/web_de/presse/059977 acessado a 7 de dezembro de 2011.

Tritscher-Archan, Sabine (ed.), Institut für Bildungsforschung der Wirtschaft (2008): Fremdsprachen für die Wirtschaft. Zahlen, Daten, Fakten.

Verband österreichischer Volkshochschulen (2011): Statistikbericht 2011. Disponível em http://files.adulteducation.at/statistik/berichte/statistik_2011.pdf acessado a 7 de dezembro de 2011.

2 BÓSNIA HERZEGOVINA

Jasmin Džindo and Selma Žerić

Contexto do país

A Bósnia Herzegovina é um país multinacional e multilingue com três línguas nacionais oficiais: o bósnio, o croata e o sérvio (com sistema de escrita latino e cirílico). Estas línguas advêm do servo-croata, que era a língua oficial da antiga Jugoslávia. Depois da dissolução da Jugoslávia, a Bósnia Herzegovina definiu a existência da *língua bósnia*, *língua croata* e *língua sérvia*, que foram legalmente estipuladas como três línguas igualmente oficiais ao longo do território da Bósnia Herzegovina. Do ponto de vista gramatical, lexical e fonético, as diferenças entre estas línguas são mínimas, o que nos leva a concluir que toda a população da Bósnia Herzegovina compreende as três línguas e é livre de decidir qual deve usar na sua vida quotidiana e profissional.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

As três línguas nacionais (bósnio, croata e sérvio), as línguas estrangeiras e as línguas R/M são tidas em conta em documentos de política linguística. A Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias foi assinada pelo governo e ratificada pelo parlamento da Bósnia Herzegovina. Na Carta, são reconhecidas as seguintes línguas: albanês, checo, alemão, húngaro, italiano, judeu (íidiche e ladino), macedónio, montenegrino, polaco, romeno, russo, eslovaco, esloveno, turco e ucraniano.

Não existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística.

Existe um grande número de leis que regulam a educação pré-escolar, básica, secundária, pós-secundária e superior, como sejam a *Lei Quadro sobre a Educação Pré-escolar na Bósnia Herzegovina* (2007), a *Lei sobre a Agência para a Educação Pré-escolar, Básica e Secundária* (2007), a *Lei Quadro sobre a Educação Básica e Secundária na Bósnia Herzegovina* (2003), a *Lei Quadro sobre o Ensino Secundário Profissional* (2008) e a *Lei Quadro sobre Ensino Superior na Bósnia Herzegovina* (2007).

Existe legislação que contém artigos referentes às línguas nacionais, designadamente a *Constituição da Bósnia Herzegovina*. É a lei fundamental do país, utilizada para estabelecer a ordem política e legal. Uma vez que existem duas entidades na Bósnia Herzegovina – a Federação da Bósnia Herzegovina e a República Sérvia – existem também duas constituições – a *Constituição da federação da Bósnia Herzegovina* e a *Constituição da República Sérvia*, que referem também as línguas nacionais, assim como o(s) sistema(s) de escrita oficial(is). Existem igualmente políticas linguísticas oficiais, criadas para promover a aprendizagem e o ensino de

línguas nacionais, línguas estrangeiras e línguas regionais/ minoritárias, como sejam o *Plano de Ação Revisto da Bósnia Herzegovina sobre as Necessidade Educativas dos Rom* (publicado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Refugiados). A língua gestual é reconhecida oficialmente em documentos estatais decorrentes de políticas linguísticas oficiais. Esta matéria é tratada no âmbito das disposições da *Lei sobre a Utilização da Língua Gestual na Bósnia Herzegovina* (2009). Os surdos têm o direito legal de utilizar a Língua Gestual em vários procedimentos de qualquer instituição da Bósnia Herzegovina.

Além de estar administrativamente dividida em duas entidades, a *Federação da Bósnia Herzegovina* e a *República da Sérvia*, a Bósnia Herzegovina contém ainda o *Distrito de Brčko*, que não pertence a nenhuma das entidades, formando uma unidade administrativa separada. A Federação da Bósnia Herzegovina é ainda dividida em dez cantões, que são consideradas unidades federais dentro da entidade, e que gozam de um alto nível de autonomia. Dada a grande complexidade no interior da estrutura estatal, não existem abordagens coerentes em relação à educação e às políticas linguísticas. Desta forma, a atual situação da língua oficial é desigual. Além das várias diferenças entre as entidades, existem também disparidades dentro dos cantões, uma vez que existe um Ministério da Educação distinto em cada cantão, com as suas próprias leis. Tendo em conta esta base legal tão ampla, as políticas linguísticas não estão completamente harmonizadas e não é raro que seja a maioria da população de um certo cantão (e a entidade da República Sérvia) que determine a língua oficial em instituições educativas. Os currículos têm por base uma das três línguas nacionais, mas as três línguas estão presentes em todos os níveis do sistema educativo. Os alunos decidem em que língua nacional serão ministradas as suas aulas no início do ensino básico. Os manuais escolares e o currículo são adaptados de acordo com essa decisão. Além das línguas nacionais, cada nível educativo da Bósnia Herzegovina oferece uma ampla variedade de línguas estrangeiras. No entanto, também aqui existe uma falta de harmonia. Como consequência, são disponibilizadas línguas estrangeiras diferentes quer dentro de um mesmo cantão quer entre cantões distintos. Na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário, são habitualmente disponibilizadas 5 a 6 línguas estrangeiras, tais como o inglês, o alemão, o italiano, o russo ou o árabe, dependendo da entidade ou cantão em que se encontra a escola. Por sua vez, as instituições de ensino superior da Bósnia Herzegovina oferecem o inglês, o alemão, o árabe, o checo, o espanhol, o francês, o grego, o italiano, o latim, o persa, o russo e o turco.

LN=Língua(s) Nacional(is)
 LE=Língua(s) Estrangeira(s)
 LR/M= Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
 LI= Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar

(Oferta de apoio adicional em língua nacional, línguas R/M e línguas imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LE	todos	≥2 anos	nenhum	<0.5 dias	inexistente	inexistente	parcial

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LE	Inglês, alemão, francês
----	-------------------------

Existe educação linguística pré-escolar em todo o país com uma abordagem coerente e integrada ao currículo de aprendizagem de línguas, sendo dada especial atenção ao plurilinguismo na sala de aula e ao multilinguismo na sociedade em geral. As línguas estrangeiras oferecidas na educação pré-escolar são sobretudo o inglês, o alemão e o francês, não se verificando qualquer tipo de presença da línguas imigrantes.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	definida na escola	não especificado	total
LE	todos	coerente e explícito	em algumas áreas	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	geral	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A
LE	professores de língua	geral	específica para a disciplina	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

Outras LN	Bósnio, croata, sérvio
LE	Inglês ou alemão são obrigatórias. Árabe, francês, ou italiano são opcionais.

É utilizado um currículo coerente e explícito para ensinar as línguas nacionais e estrangeiras no ensino básico. As aulas só podem ser ministradas nas línguas nacionais, devendo ser escolhida uma língua estrangeira de um leque de cinco ou seis línguas diferentes, incluindo o inglês, o alemão, o italiano, o russo e o árabe. Algumas destas línguas são ensinadas como línguas estrangeiras obrigatórias e outras como opcionais. São disponibilizadas como parte do currículo, e o nível de proficiência é regularmente testado e monitorizado por meio de instrumentos padronizados, de acordo com a idade dos alunos. Não são ensinadas línguas imigrantes na primeira etapa do ensino básico.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	parcialmente em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A	N/A
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LN	Bósnio, croata, sérvio
LE	Inglês ou alemão são obrigatórias Árabe, francês, italiano, russo, turco são opcionais

Na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário, é utilizada uma combinação de ensino de línguas estrangeiras como disciplina e de ensino de todas as disciplinas numa língua estrangeira, embora este último método não seja comum. Existe um currículo coerente e explícito utilizado para ensinar línguas nacionais e estrangeiras e o nível de proficiência é regularmente testado e monitorizado por meio de instrumentos padronizados, de acordo com a idade dos alunos. Nesta fase são obrigatórias duas línguas estrangeiras de um leque de sete línguas: inglês, alemão, francês, italiano, russo, turco e árabe. Algumas destas línguas são ensinadas como línguas estrangeiras obrigatórias e outras como opcionais. Não são ensinadas línguas imigrantes na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	parcial
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	parcial
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	parcial
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	total
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	total
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	total

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacionais, estrangeiras e R/M	nacionais, estrangeiras e R/M	restrito	nacional ou definido na instituição	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade B	nacionais, estrangeiras e R/M	nacionais, estrangeiras e R/M	restrito	nacional ou definido na instituição	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade C	nacionais, estrangeiras e R/M	nacionais, estrangeiras e R/M	restrito	nacional ou definido na instituição	internacionais e imigrantes	opcional	opcional

De acordo com as instituições inquiridas pelo LRE, as instituições de ensino superior da Bósnia Herzegovina oferecem um leque variado de programas em línguas nacionais e estrangeiras, de competências de comunicação básica a competências linguísticas avançadas. Existem currículos coerentes e explícitos para aprender línguas nacionais e estrangeiras, e os alunos podem escolher estudar inglês, alemão, italiano, francês, espanhol, turco, árabe, persa, latim, grego, russo e checo.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
dobradas	legendados	Sempre ou regularmente	às vezes

As línguas nacionais estão mais ou menos equilibradamente representadas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa escrita, embora a nível local, a maioria nacional determine qual é a língua dominante. Não existe uma avaliação sistemática destas línguas nos meios de comunicação. No que se refere aos meios de comunicação audiovisual públicos, existem três estações principais: rádio e televisão estatal (BHRT) e as estações ao nível das entidades, FTV e RTRS. Na televisão estatal são utilizados os dois sistemas de escrita, pelo que num dia um programa de televisão pode ser transmitido no alfabeto latino e no dia seguinte em cirílico.

Além das línguas nacionais, existem jornais disponíveis em inglês, alemão, italiano e francês.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4						
3-4	Sarajevo Mostar					
1-2	Banja Luka	Sarajevo Mostar Banja Luka	Sarajevo Mostar Banja Luka	Sarajevo Mostar Banja Luka	Sarajevo Mostar Banja Luka	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Turismo Transportes Imigração e integração	Turismo Transportes Imigração e integração

A comunicação entre as autoridades locais é feita nas línguas nacionais, verificando-se a utilização ocasional do inglês e o alemão. A comunicação oral e escrita nos serviços municipais é também realizada nas línguas nacionais, exceto no caso dos serviços de transportes, turismo, imigração e integração, em que a comunicação se faz em inglês, alemão e francês.

8 Línguas nas empresas (em 29 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Conhecimento de programas/ financiamento da UE
prática alargada	4	26	10	6	0	4	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas nos software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/ identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	0	6	3	0	29	23	29	28	27	29
Inglês comercial	prática alargada	0	14	6	2	21	24	11	20	16	25
Outras línguas	prática alargada	0	4	3	0	3	1	1	0	5	2

Nas empresas inquiridas pelo LRE, a principal língua de comunicação oral e escrita é uma das três línguas nacionais (dependendo do território), existindo alguma utilização da língua inglesa.

Principais resultados globais

De acordo com as dinâmicas do desenvolvimento social e económico da Bósnia Herzegovina, e tendo como objetivo a pertença à UE, as autoridades estatais, assim como as autoridades das entidades e dos cantões, estão constantemente a trabalhar na harmonização e melhoria do escopo das políticas linguísticas. Com base nos factos referidos anteriormente, e tendo em mente que este ensaio dá apenas um vislumbre da situação atual, podemos concluir que, em geral, a aparentemente complexa situação multilingue no nosso país não representa uma barreira comunicativa na vida quotidiana. Como é óbvio, existem muitos aspetos a melhorar, por exemplo, a harmonização das leis, bem como a sensibilização pública para a existência das três línguas oficiais e dois sistemas de escrita, que deveriam ser aceites e respeitados em todas as suas semelhanças, e pequenas diferenças.

3 BULGÁRIA

Dr. Gueorgui Jetchev

Contexto do país

Os estados medievais da Bulgária apoiavam três importantes centros culturais com uma forte tradição literária: as escolas literárias de Preslav e Ohrid (durante o Primeiro Império Búlgaro, séculos vii a xi) e a escola literária de Tarnovo (Segundo Império Búlgaro séculos xii a xiv). Sob o domínio do Império Otomano, os búlgaros conseguiram resistir às influências culturais vindas das autoridades falantes de turco e do grego.

Os búlgaros têm tido uma perspetiva firme e consistente sobre a utilização correta da sua língua e das suas tradições literárias. Existe um feriado público especial que celebra anualmente, a 24 de maio, o trabalho missionário e literário dos santos Cirilo e Metódio, apóstolos dos Eslavos e santos copatronos da Europa. O dia é também dedicado ao alfabeto cirílico, à literatura e à cultura criada na Bulgária.

A Constituição de 1991 não utiliza os termos «nacional» ou «minorias étnicas». No entanto, garante os principais direitos das pessoas que pertencem a grupos étnicos, linguísticos e religiosos. O Artigo 36 assegura aos membros de grupos étnicos o direito de estudarem e utilizarem a sua própria língua e o Artigo 54 dá-lhes o direito de desenvolverem a sua própria cultura de acordo com a sua autoidentificação étnica, que é reconhecida e garantida pela lei. Tudo isto deu origem a um quadro legal e político adequado que garante direitos iguais às minorias na Bulgária.

O modelo étnico búlgaro orienta-se pelos princípios de integração, valores nacionais e europeus comuns, e respeito pela identidade étnica e religiosa.

Segundo os Censos à População de 2011, a língua búlgara é a língua materna de 85,2% da população, a língua turca de 9,1 e o Romani de 4,2%. De acordo com os especialistas do Instituto Nacional de Estatística, os dados dos censos mostram uma grande correlação entre a autodeterminação étnica e linguística.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras, as línguas R/M e as línguas imigrantes são tidas em conta na legislação linguística e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro para crianças e/ou adultos oriundos da Bulgária são (co)financiados em cerca de 30 países na Europa e fora da Europa. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* não foi assinada e ratificada na Bulgária. No entanto, a nível nacional, existe oferta de quatro línguas R/M no ensino nacional ou regional: arménio, hebreu, romani e turco.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística na Bulgária, na forma de censos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante, com base numa pergunta sobre a língua materna.

No sítio Web do Ministério da Educação, Juventude e Ciência (MEJC) podem ser encontrados currículos oficiais em língua búlgara para cidadãos búlgaros a viver no estrangeiro. São parte do programa governamental de Língua e Cultura Nacional no Estrangeiro.

A Comissão para a Educação, Ciência, Infância, Juventude e Desporto e a Comissão para a Cultura, Sociedade Civil e Comunicação Social na Assembleia Nacional são responsáveis por todas as questões relacionadas com a língua nacional, pelas propostas de resolução e pela elaboração de recomendações. A participação nas reuniões das Comissões é permitida a cientistas e peritos. O Instituto de Língua Búlgara (ILB) da Academia Búlgara de Ciências é um órgão coordenador central responsável pela política de língua nacional búlgara (<http://www.ibl.bas.bg/en/index.htm>). O ILB colabora com departamentos universitários de língua e literatura.

A Constituição de 1991 estabelece o búlgaro como a única língua oficial do país (artigo 3), mas garante também (artigo 36) que os «cidadãos cuja língua materna não é o búlgaro de estudarem têm o direito de utilizar a sua língua materna». A Bulgária é, desde 7 de maio de 1999, um dos estados parte da Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais. O Conselho Nacional para a Cooperação em Questões Étnica e de Integração (<http://www.nccedi.government.bg/>), cujo secretariado é parte da administração governamental (o Conselho de Ministros), supervisiona a implementação da convenção a nível nacional.

As minorias turca, rom e outras têm agora o direito a instrução na língua materna. A Lei referente às Normas Educativas, à Educação Básica Geral e ao Currículo de Julho de 1999, alterada em 2002, estipula que «língua materna» é uma disciplina de escolha obrigatória no currículo do ensino básico e secundário (artigo 15–3). A Lei de Educação Pública de 1991 que define as Regras de Implementação, alterada em 1998, fornece uma definição de «língua materna»: a língua em que a criança comunica com a sua família (artigo 8–2). O Centro de Integração Educativa de Crianças e Jovens oriundos de Minorias (<http://coiduem.mon.bg>) foi fundado em 2005. É a única instituição governamental cujo nome contém o termo «oriundo de minorias» em vez de «cidadãos cuja língua materna não é o búlgaro».

A Lei da Rádio e Televisão de 1998 contém um artigo sobre programas em línguas minoritárias:

Artigo 49. (1) A Rádio Nacional da Bulgária e a Televisão Nacional da Bulgária deverão produzir programas nacionais e regionais; emissões para o estrangeiro, incluindo para búlgaros que vivam no estrangeiro; emissões destinadas a cidadãos búlgaros cuja língua materna não é o búlgaro, incluindo na sua própria língua.

A União dos Surdos da Bulgária criou em 2004 o Centro Nacional de Língua Gestual. A Televisão Nacional da Bulgária disponibiliza a tradução diária para Língua Gestual das notícias das 16 horas.

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas R/M e imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LE	todos	≥ 2 anos	nenhum	<0.5 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	inexistente
Apoio adicional em LN	todos	1 ano	nenhum	0.5–1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LE	Inglês, francês, alemão, italiano, russo, espanhol
-----------	--

O programa nacional para o desenvolvimento da instrução escolar e da educação pré-escolar (2006–2015) refere a necessidade de proporcionar a crianças cuja língua materna não é o búlgaro programas em língua búlgara adaptados às suas necessidades especiais durante o ano de educação pré-escolar, que é obrigatória desde 2003. A Lei Nacional de Educação, alterada em 2002, introduziu um currículo especializado de língua búlgara para estas crianças.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público
LR/M	apenas falantes nativos	coerente e explícito	inexistente	a partir do 1.º ano	parcialmente em horário escolar	>10	definida na escola	normas escolares	total
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do 1.º ano	em horário escolar	>10	padronizada a nível nacional	ligado ao QECR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	geral	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	inexistente

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Arménio, hebreu, romani, turco
LE	Inglês, francês, alemão, italiano, espanhol, russo: uma destas línguas é obrigatória

No sítio Web do MEJC, podem ser encontrados os currículos oficiais para quatro línguas disponibilizadas como disciplina de «língua materna» (turco, arménio, hebreu, romani) no ensino básico e secundário. A instrução em língua materna não é obrigatória, é apenas uma «disciplina de escolha obrigatória», o que significa que pode ser escolhida de uma lista de disciplinas alternativas que inclui o inglês, o alemão, o francês ou o russo. É por isso que poucas crianças turcas fazem estes cursos, e o seu número tem vindo a baixar nos últimos anos.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	apenas falantes nativos	coerente e explícito	inexistente	parcialmente em horário escolar	>10	definida na escola	normas escolares	total
LE	todos	coerente e explícito	em algumas áreas	em horário escolar	>10	padronizada a nível nacional	ligado ao QECR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	geral	NA	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	algum apoio financeiro

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Arménio, hebreu, romani, turco
LE (línguas em itálico são disponibilizadas apenas no ensino secundário)	<i>Croata, checo, inglês, francês, alemão, italiano, japonês, coreano, polaco, romeno, russo, sérvio, eslovaco, espanhol</i> : 1 ou 2 desta línguas são obrigatórias, uma 2.ª ou 3.ª é opcional

Existe uma densa rede de escolas que são «orientadas para as línguas estrangeiras» (na totalidade ou em parte das aulas) em todo o país. Estas escolas utilizam a primeira língua estrangeira como meio de instrução de um conjunto variado de disciplinas, incluindo matemática, física, química, biologia, história e filosofia. Estas disciplinas são ensinadas de acordo com o método de Aprendizagem Integrada de Línguas e Conteúdos (AILC) a partir do início do ensino secundário (nono e décimo ano). Estas escolas oferecem um curso intensivo de língua (pelo menos 18 horas por semana) durante um ano (o último ano da segunda etapa do ensino básico – o oitavo ano).

No que se refere ao ensino secundário, é difícil encontrar uma turma que não seja parte da rede. O modelo de escolas «orientadas para as línguas estrangeiras» foi estabelecido em 1952 numa escola em Lovech, uma cidade no norte da Bulgária, que tinha o inglês, o francês e o alemão como línguas de instrução. Em 1960, foram estabelecidas novas escolas noutras cidades, incluindo na capital, sendo cada uma destas três línguas ensinada separadamente, ao que acrescia o russo. Desde 1990, todas as línguas acima mencionadas, assim como outras línguas, são disponibilizadas em todo o país em escolas (em parte ou inteiramente) «orientadas para as línguas estrangeiras».

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas R/M e imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	total
	Instituição B	limitada	coerente e explícito	nacional	total
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	inexistente

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	todos	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	nacional ou definido na instituição	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade C	nacional e estrangeiras	apenas nacional	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional

Os estudantes Erasmus e os alunos estrangeiros que frequentam a universidade na Bulgária têm a possibilidade de participar num curso de dois anos de búlgaro como língua estrangeira.

Os cursos de língua turca nas universidades de Sófia, Plovdiv e Shumen têm grande necessidade de especialistas altamente qualificados, assim como o Instituto Superior islâmico de Sófia, e os recentemente inaugurados teatros turcos em Kurdzhali e Razgrad, que dependem das universidades para a oferta destes cursos.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
dobradas	legendados	às vezes	sempre em Sófia regularmente em Plovdiv às vezes em Shumen

A Rádio Bulgária transmite programas através da Internet em dez línguas: inglês, alemão, russo, francês, espanhol, sérvio, grego, albanês, turco e árabe.

Embora a uma escala muito reduzida, a língua turca foi também introduzida nos meios de comunicação social. A Rádio Nacional da Bulgária tem emissões de meia hora de manhã e à noite para a população turca na Bulgária desde 1993. Nas emissões são incluídas notícias e canções folk turcas e búlgaras. Na primavera de 2001, a Televisão Nacional da Bulgária começou a transmitir programas de dez minutos em turco.

Durante o período de transição houve também tentativas de estabelecer uma imprensa turca. Atualmente, existem três jornais semanários em Sófia (Sabah, Zaman e Müslümanlar), um jornal infantil, Filiz, e uma revista infantil chamada *Balon*.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Shumen				
3-4		Sófia Plovdiv		Sófia		
1-2	Sófia Plovdiv Shumen		Sófia Plovdiv Shumen	Plovdiv Shumen	Sófia Plovdiv Shumen	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Turismo Serviços legais Saúde Emergência Transportes Imigração e integração	Turismo Transportes Emergência Saúde Imigração e integração

Ainda há muito por fazer para reforçar o multilinguismo nesta área. As três cidades alvo de investigação, Sófia, Plovdiv e Shumen, fornecem um conjunto limitado de serviços em línguas estrangeiras, com o enfoque a incidir sobre os serviços de emergência, imigração e turismo, embora com utilização comum de intérpretes. Além do búlgaro, o inglês é a língua mais frequentemente disponível em serviços e espaços públicos, sendo que alguns serviços estão também disponíveis em turco, alemão, francês e russo. Por exemplo, os sítios Web de todas as cidades estão disponíveis em inglês, mas o de Shumen também está disponível em russo. Todas as administrações das cidades recrutam funcionários que falam línguas estrangeiras, sendo o inglês a prioridade. Além disso, também existe ensino de língua inglesa disponível para os funcionários.

8 Línguas nas empresas (em 24 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/financiamento da UE	Conhecimento de programas/financiamento da UE
prática alargada	1	7	0	1	0	0	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas nos software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	0	0	0	0	21	18	22	23	18	23
Inglês comercial	prática alargada	0	1	0	1	5	7	8	4	9	12
Outras línguas	prática alargada	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0

Tal como acontece no domínio relativo aos serviços e espaços públicos, há muito por fazer para reforçar o multilinguismo no setor empresarial. Das empresas inquiridas, quase metade tem alguma forma de estratégia linguística e o inglês comercial é utilizado por dois terços das empresas além do búlgaro para fins promocionais e na Internet. Raramente são utilizadas outras línguas e a formação em línguas não é oferecida a não ser ocasionalmente o inglês comercial. Algumas empresas têm parcerias com o setor educativo para apoiar a formação em línguas, e um número muito pequeno faz uso de redes internacionais para reforçar as competências linguísticas dos funcionários.

Principais resultados globais

A nossa investigação no âmbito do projeto LRE revelou muitos pontos fortes em termos de multilinguismo em todos os níveis das áreas de educação, quer no que respeita à língua nacional quer no que se refere às estrangeiras. Foram dados passos importantes para um maior envolvimento das línguas regionais/minoritárias na educação e na comunicação social. As áreas em que é necessário maior desenvolvimento são as dos serviços públicos e das empresas.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

Lilyana Kovatcheva, diretora do Centro de Integração Educativa de Crianças e Jovens oriundos de minorias (associado ao MEJC), foi uma das seis consultoras nacionais para o Quadro Curricular para Romani, criado pela Divisão de Política Linguística do Conselho da Europa em 2008 (http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Romani_doc_EN.asp).

Na Bulgária, o Dia Europeu das Línguas é um evento bem-sucedido organizado pela EUNIC – a rede de Institutos Nacionais de Cultura da União Europeia. Na última edição, participaram as seguintes instituições: a Embaixada Austríaca, o British Council, o Centro Checo, o Instituto Polaco, o Instituto Francês, o Instituto Goethe, a Fundação de Cultura Helénica, o Instituto Cultural Húngaro, o Instituto Cervantes, a Embaixada de Espanha, o Instituto Cultural Italiano, bem como parceiros do Centro Cultural Russo, da Embaixada da Suíça, da Direção Geral de Tradução da Comissão Europeia, do Instituto Cultural Búlgaro e do Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos. O Dia Europeu de Línguas 2011 foi apoiado pelo Município de Sófia e pelo MEJC, contando ainda com a parceria da Rádio Nacional da Bulgária.

Referências

COMITÉ CONSULTIVO SOBRE A CONVEÇÃO QUADRO PARA A PROTEÇÃO DAS MINORIAS NACIONAIS: Parecer da Bulgária. (Adotado a 27 de maio de 2004).

Instituto Nacional de Estatística, República da Bulgária: 2011 CENSOS À POPULAÇÃO DA REPÚBLICA DA BULGÁRIA (DADASO FINAIS).

JETCHEV, Gueorgui (2006): «Éléments de politique linguistique de l'État bulgare», *Lengas*, revue de sociolinguistique, n° 60, pp. 191–203.

PACHEV, Angel (2006): *Ezikovite obštnosti*, Sofia, Sema RŠ.

STOYCHEVA, Maria, CHAVDAROVA, Alben and VESELINOV, Dimitar (2011) *Language Policies Bulgaria-Europe* (Ezikovi politiki. Bulgaria-Evropa). Sofia, Universitetsko izdatelstvo 'Sv. Kliment Ohridski'.

VIDENOV, Mihail (2005): *Diglosijata*, Sofia, Akademichno izdatelstvo Marin Drinov.

4 DINAMARCA

Sabine Kirchmeier-Andersen

Contexto do país

O dinamarquês é a língua oficial da Dinamarca, país que conta com cerca de 5 500 000 habitantes. Noventa por cento destes habitantes são de origem dinamarquesa e têm o dinamarquês como língua materna. Para os restantes 10%, só uma língua minoritária, o alemão, é reconhecida oficialmente. O número total de falantes nativos de alemão localizados na Jutlândia do Sul é de 20 000.

Além dos falantes dinamarqueses que vivem na Dinamarca, o dinamarquês é também a língua nativa ou cultural de cerca de 50 000 falantes germano-dinamarqueses que vivem no sul de Schleswig.

Nas Ilhas Faroé e na Gronelândia, a lei de autonomia garante o estatuto oficial das línguas faroense e gronelandesa, embora o dinamarquês seja uma disciplina obrigatória nas escolas. Na Islândia, o dinamarquês é parte do currículo desde o início do século XIX e é ainda utilizado para facilitar a comunicação com outros países nórdicos.

A Dinamarca ratificou a Convenção de Língua Nórdica (1987), que assegura aos cidadãos nórdicos o direito de utilizarem a sua própria língua para comunicarem com as autoridades em todos os países nórdicos. A Dinamarca ratificou também da Declaração de Língua Nórdica (2006), que é um documento de política comum do Conselho de Ministros Nórdico. Declara que quer as línguas nacionais quer as minoritárias deverão ser apoiadas e protegidas, que as universidades deverão utilizar uma estratégia linguística paralela assegurando a utilização do inglês juntamente com a utilização das línguas nacionais, e que os cidadãos dos países nórdicos deverão ter a oportunidade de aprender a sua língua materna e adquirir competências numa língua de importância internacional e em outra língua estrangeira.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras, as línguas R/M e as línguas imigrantes são tidas em conta na legislação linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da Dinamarca são (co)financiados em cerca de 20 países na Europa e fora da Europa. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada e ratificada pela Dinamarca. O alemão é reconhecido na Carta. O esquimó-aleúte (na Gronelândia) e o faroense são também protegidos pela Legislação da Autonomia. Na Dinamarca, existe oferta oficial de alemão no ensino, apoiada pela Carta.

Não existem documentos oficiais de recolha de dados nacionais/regionais sobre diversidade linguística na Dinamarca.

Não existem disposições para a utilização do dinamarquês ou de outras línguas na constituição dinamarquesa nem lei específica que forneça regulação geral sobre a utilização da língua. No entanto, existe regulamentação sobre a língua noutros campos, por exemplo relativa à promoção do dinamarquês como língua segunda para alunos minoritários, e existe uma lei que declara que todas as escolas e instituições públicas devem utilizar a ortografia dinamarquesa definida pelo Conselho de Língua Dinamarquesa.

Embora não exista reconhecimento oficial ou documentos sobre as políticas relativas à língua gestual, existem recomendações para o ensino da mesma.

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas estrangeiras inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	1 ano	5–10	0.5–1 dia	geral	geral	total
LI	apenas falantes nativos	1 ano	5–10	0.5–1 dia	geral	geral	total
Apoio adicional em LN	todos	1 ano	nenhum	0.5–1 dia	geral	específica para a disciplina	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Alemão
LI	Albanês, árabe, bósnio, islandês, punjabi, somali, tâmul, turco, urdu

Mais de 85% das crianças na Dinamarca frequentam infantários privados ou públicos. As autoridades públicas dinamarquesas são obrigadas a supervisionar o desenvolvimento linguístico de todas as crianças que não frequentam o infantário aos três anos, e, se necessário, a iniciar estimulação linguística por um período de 15 horas por semana. O objetivo da estimulação linguística é fornecer à criança as competências linguísticas necessárias em dinamarquês antes do início da escola. As crianças que frequentam o infantário regularmente não têm de ser supervisionadas mas recebem estimulação linguística obrigatória quando necessário.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas R/M inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	5–10	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou escolares	total
LI	apenas falantes nativos	coerente e explícito	inexistente	a partir do 1.º ano	fora do horário escolar	>10	definida na escola	não especificado	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de ensino geral	geral	geral	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	geral	
LI	professores de língua	geral	geral	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LE	Inglês, e francês ou alemão: obrigatórias; espanhol e alemão ou francês: opcionais
LI	Albanês, árabe, bósnio, islandês, somali, tâmul, turco, urdu/punjabi

Normalmente, as crianças dinamarquesas iniciam a escolaridade com cinco ou seis anos de idade e terminam aos 15 ou 16.

Até 2002, era disponibilizado ensino extracurricular financiado pelo governo em línguas imigrantes na primeira etapa do ensino básico. Este ensino mantém-se atualmente para os alunos oriundos do UE, do EEE, da Gronelândia e das ilhas Faroé. Para os restantes alunos, é, desde 2002, responsabilidade das comunidades locais a oferta de ensino em línguas imigrantes. Assim, o ensino em línguas imigrantes é apenas disponibilizado em grandes comunidades com um elevado número de imigrantes, por exemplo em Copenhaga.

Um relatório recente da comissão “Sprog er nøglen til verden” (2011) sugere a introdução do inglês logo no primeiro ano do ensino básico e a introdução de uma terceira língua (alemão ou francês) aos 11–12 anos de idade. O relatório sugere ainda que uma grande variedade de línguas, como o árabe, o chinês e o português/brasileiro deverão ser disponibilizadas como opções.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de LR/M inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	inexistente	inexistente	inexistente

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	parcialmente em horário escolar	>10	padronizada a nível nacional	ligado ao QEQR	total
LI	todos	coerente e explícito	inexistente	fora do horário escolar	5–10	definida na escola	normas escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	geral	normas nacionais ou escolares	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	geral	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro
LI	professores de língua	específica para a disciplina	geral	N/A	

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LE (<i>línguas em itálico são disponibilizadas apenas no ensino secundário</i>)	Inglês e obrigatório. <i>grego antigo, chinês, francês, alemão, italiano, japonês, latim, russo, espanhol são opcionais</i>
LI	Árabe e turco

No ensino secundário dinamarquês, os alunos deverão possuir um conhecimento lídimo da língua nacional. A avaliação de competências linguísticas é parte do procedimento de admissão ao nível secundário.

O dinamarquês e o inglês são as únicas línguas obrigatórias, ao passo que o grego antigo, o árabe, o chinês, o alemão, o francês, o italiano, o japonês, o latim, o russo, o espanhol e o turco são opcionais desde a última reforma em 2005. A reforma levou a um decréscimo drástico no número de alunos que aprendem muitas línguas estrangeiras. O número de alunos que aprendem três línguas estrangeiras baixou de 41 para três por cento e, apesar dos pequenos ajustes na reforma, o quadro não se alterou de forma substancial.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas R/M e imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	Instituição A	não especificado	sem diretrizes	não especificado	inexistente
	Instituição B	não especificado	sem diretrizes	não especificado	total
	Instituição C	não especificado	sem diretrizes	não especificado	inexistente

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	todos	não especificado	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	todos	não especificado	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade C	nacional, estrangeiras e R/M	nacional e estrangeiras	restrito	não especificado	apenas internacionais	opcional	opcional

As universidades dinamarquesas encontram-se em linha com o sistema de educação anglo-saxónico (Licenciatura-Mestrado) e têm em conta o processo de criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior (processo de Bolonha). Como consequência destas mudanças e de um enfoque crescente na internacionalização em geral, e como forma de atrair estudantes internacionais, as universidades dinamarquesas oferecem mais de 25% dos seus cursos em inglês. Também as escolas profissionais (90–150 ECTS) e as escolas superiores (180–240 ECTS) disponibilizam um elevado número de programas em inglês.

O número de alunos que entram em programas em línguas estrangeiras que não o inglês tem vindo a decrescer de forma consistente desde 2005, o que levou ao encerramento de vários programas de línguas. O espanhol, o alemão e o francês continuam a ser ensinados em muitos locais, ao passo que o italiano e o russo quase não têm alunos. Verificou-se um pequeno aumento no japonês e no chinês. Algumas universidades contam com oferta de turco e árabe.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	legendados	sempre	regularmente em Copenhaga nunca em Aarhus e Aabenraa

A Dinamarca tem seis canais de televisão nacionais, três dos quais (DR1, DR2, TV2) são pagos através de uma taxa de licença geral. Além disso, existem vários canais de televisão locais com emissões diárias. De acordo com a lei de Dezembro de 2002, os programas de televisão e rádio pública deverão assegurar o acesso público a informação e a debates sociais importantes. Deverão também ter em atenção a língua e cultura dinamarquesa.

A língua gestual é regularmente disponibilizada em eventos mediáticos importantes e existe um canal especial de língua gestual.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4	Copenhaga	Copenhaga Aabenraa			Copenhaga	
3-4						
1-2	Aabenraa		Aabenraa	Aabenraa	Aabenraa	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Emergência Imigração e integração Turismo Saúde Serviços sociais Serviços legais	Imigração e integração Serviços legais Turismo Saúde Serviços sociais

A *Convenção de Língua Nórdica* declara que os cidadãos das línguas nórdicas têm o direito de se dirigir a instituições públicas em qualquer um dos países nórdicos na sua própria língua.

8 Línguas nas empresas (em 12 empresas)

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
		Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/financiamento da UE	Conhecimento de programas/financiamento da UE
prática alargada		4	7	1	5	0	0	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas nos software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	1	0	3	0	11	11	10	12	12	11
Inglês comercial	prática alargada	0	0	2	0	3	6	4	3	5	6
Outras línguas	prática alargada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2

O tecido empresarial dinamarquês é sobretudo composto por pequenas e médias empresas. Um total de 92% das empresas tem menos de 10 empregados e menos de dois por cento têm mais de 50 empregados. Um proporção de 67,7% dos empregos são em empresas privadas.

De acordo com um inquérito realizado pelo Ministério da Indústria em 2007, mais de 25% das grandes empresas utilizam o inglês como língua de negócios. A utilização de outras línguas e de serviços de tradução está a diminuir. A Indústria dinamarquesa expressou grande preocupação com o decréscimo no número de alunos de línguas e sugeriu a criação de competências combinadas, ou seja, a combinação de competências de engenharia e de competências de línguas como uma das soluções.

Principais resultados globais

Nos últimos 150 anos, a Dinamarca é sobretudo um país monolíngue que tem o dinamarquês como língua principal e no qual os cidadãos tem um domínio relativamente bom de alemão, de francês, e, desde 1945, de inglês. Além disso, os dinamarqueses têm um acesso fácil a toda a Escandinávia, dado o facto de o dinamarquês, o norueguês e o sueco serem mutuamente compreensíveis.

Durante os últimos dez anos, o inglês conquistou uma posição muito mais forte, em detrimento do alemão e do francês. A estratégia linguística paralela dinamarquês/inglês do governo dinamarquês ajudou fortemente a este desenvolvimento. As competências linguísticas em línguas estrangeiras, incluindo nas línguas escandinavas, estão a diminuir, e o domínio de línguas imigrantes, como o árabe e o turco, não tem sido promovido como uma mais-valia. Como consequência, verifica-se um decréscimo no interesse de línguas estrangeiras além do inglês nas universidades, na indústria e nas escolas. Se a Dinamarca pretender estar à altura das políticas linguísticas da UE e do Conselho da Europa, este desenvolvimento pode tornar-se um verdadeiro desafio. As recentes sugestões de introdução do inglês logo no início do ensino básico irão provavelmente acelerar este processo.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

Aprendizagem Integrada de Línguas e Conteúdos (AILC)

Na Købmagergade skole em Fredericia têm sido feitas experiências com a internacionalização e a Aprendizagem Integrada de Línguas e Conteúdos (AILC) desde 2001. Em 2005, foi estabelecida uma corrente internacional para a segunda etapa do ensino básico na qual as ciências como a biologia ou a matemática eram ensinadas em inglês por professores nativos de inglês.

Centro de Internacionalização e Uso de Línguas Paralelas

O Centro de Internacionalização e Uso Paralelo de Línguas foi instituído em 2008 na Universidade de Copenhaga de forma a aumentar os esforços das universidade para implementar uma política linguística baseada nos princípios de utilização paralela das línguas.

Coordenação de Línguas Nórdicas

A Coordenação de Línguas Nórdicas foi instituída em 2009 sob os auspícios do Conselho de Ministros Nórdicos de forma a reforçar a compreensão mútua entre os falantes das línguas continentais da Escandinávia: dinamarquês, sueco e norueguês.

Tegn på sprog (Língua gestual)

Tegn på sprog é um projeto de investigação e desenvolvimento iniciado em 2008 por um período de 6 anos pelos Ministérios da Educação e da Integração em cooperação alargada com universidades, colégios universitários e escolas. O objetivo do projeto é perceber como as crianças com dinamarquês como língua segunda abordam o dinamarquês escrito, e desenvolver novas estratégias de ensino.

Referências

Sprog til Tiden (Língua a tempo). Relatório do grupo de política linguística do governo dinamarquês (2008).

Sprog er nøglen til verden (A língua é a chave do mundo). Relatório de um grupo de trabalho do ministério da investigação, inovação e ensino superior (2011).

Convenção Nórdica de Língua (1987).

www.efnil.org

5 ESTÓNIA

Kersti Sõstar

Contexto do país

Para compreender a atual situação linguística na sociedade estónia, é preciso olhar para a história. Antes da Primeira Guerra Mundial, a Estónia foi parte integrante do império russo durante dois séculos. No entanto, a língua oficial das autoridades estatais até 1880, altura em que a Rússia assumiu o poder, era o alemão. A língua estónia alcançou o estatuto de língua oficial durante o primeiro período de independência da República da Estónia (1918–1940) com base na primeira Constituição da Estónia de 1920. Durante o período soviético (1945–1985), o estónio continuou a ser desenvolvido, mas de forma menos intensa do que antes. Na altura, em vários setores da economia, predominava a gestão centralizada em russo em toda a União Soviética. A língua russa espalhou-se também a outras áreas da vida. Os cidadãos soviéticos não falantes de estónio que se tinham mudado para a estónia estavam empregados no setor público, mas até 1989 não se lhes exigia o conhecimento de estónio. Desde então, tem sido dada mais atenção à criação de oportunidades de aprender estónio para todos os residentes do país, assim como para aprender línguas estrangeiras. A política linguística pretende também apoiar o direito das minorias nacionais de manterem as suas culturas.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras e as línguas imigrantes são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da Estónia são (co)financiados na Bélgica e no Luxemburgo. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* não foi assinada e ratificada pela Estónia. No entanto, a nova Lei sobre Línguas (2011) nacional considera importante a proteção de todas as línguas R/M estónias.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística na Estónia, na forma de censos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante com base numa pergunta sobre a língua materna e numa pergunta sobre a proficiência linguística dos falantes em que se procura saber até que ponto são capazes de falar/compreender/ler/escrever a língua.

Além da Lei da Língua, a língua é também regida pela Constituição, pela Lei de Cidadania e por outros atos de lei relativos à esfera da educação na República da Estónia. A Lei da Língua centra-se nas condições de utilização das variedades do estónio, das línguas estrangeiras, das línguas minoritárias e da Língua Gestual Estónia, ao que acresce a utilização da língua por pessoas com necessidades especiais. As estratégias de desenvolvimento linguístico têm um papel significativo. O Conselho de Língua Estónia instituído pelo Ministério da Educação preparou a primeira estratégia de desenvolvimento do estónio para o período 2004–2010; o Plano de Desenvolvimento da Língua Estónia foi elaborado para o período 2011–2017. Até certo ponto, ambos os documentos se dirigem a questões relacionadas com o multilinguismo e as línguas estrangeiras. As questões relacionadas com as línguas estrangeiras são tratadas no âmbito da *Estratégia Estónia de Língua Estrangeira 2009–2015* (www.hm.ee/index.php?03247 “Eesti võõrkeelte strateegia 2009–2015”).

De acordo com o Ministério da Educação e da Investigação, não está planeada para o futuro próximo a ratificação da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (CELRM), mas a Estónia preenche os critérios da mesma.

LN=Língua(s) Nacional(is)
 LE=Língua(s) Estrangeira(s)
 LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
 LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas R/M, imigrantes e apoio adicional em língua nacional inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LE	apoio inexistente	<1 ano	nenhum	<0.5 dia	geral	geral	inexistente

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LE	Inglês, alemão, francês, russo
----	--------------------------------

Nos jardins de infância, a língua de instrução é sobretudo o estónio, mas pode ser utilizada outra língua, por decisão do governo local. O ensino baseia-se no currículo nacional para as instituições pré-escolares de apoio às crianças. O estónio é ensinado a partir dos três anos a crianças não falantes de estónio, sendo que o estado apoia a formação linguística através dos governos locais. Muitos dos jardins de infância nos quais é ensinado estónio participaram no programa de imersão em língua desde 2003. Os educadores de infância associados ao programa tiveram formação especial. O estudo do estónio como língua materna inclui a aprendizagem da pronúncia, da estrutura das frases, da leitura e da escrita e o despertar do interesse das crianças na literatura.

A pedido dos pais, assim como por iniciativa e com o apoio das representações linguísticas e culturais de estados estrangeiros, cada vez mais as línguas estrangeiras são ensinadas em instituições pré-escolares de apoio às crianças. No entanto, não existem dados estatísticos sobre a aprendizagem de língua estrangeira nos jardins de infância.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas R/M e imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	definida na escola	ligado ao QECR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LE	Inglês, alemão, francês ou russo: uma língua é obrigatória, as restantes são opcionais
-----------	--

O ensino de língua materna (língua e literatura estónia ou língua e literatura russa) é obrigatório na primeira etapa do ensino básico (assim como em todas as etapas subsequentes de escolaridade). As línguas estrangeiras são ensinadas nas escolas de ensino geral a partir do terceiro ano desde o ano letivo de 1991/1992, podendo os alunos (ou os pais) escolher livremente a língua a estudar (inglês, russo, alemão ou francês). Em escolas com uma língua de instrução diferente do estónio, a língua nacional é ensinada a partir do primeiro ano. Além do estónio, as línguas estrangeiras são ensinadas em conformidade com o currículo das escolas. O primeiro programa de estudo da língua estónia para as escolas com outra língua de instrução foi adotado em 1997. Para apoiar a aprendizagem do estónio, muitas destas escolas aderiram ao programa de imersão precoce em língua. O currículo de 2002 apresentou às escolas a oportunidade de começarem a ensinar línguas estrangeiras a partir do primeiro ano e a obrigação de as começarem a ensinar a partir do terceiro.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (oferta de LR/M inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
FL	todos	coerente e explícito	inexistente	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	ligado ao QECR	total
IL	apenas falantes nativos	sem diretrizes	inexistente	fora do horário escolar	>10	inexistente	normas nacionais ou regionais	inexistente

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de ensino geral	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	
LE	professores de ensino geral	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	inexistente
LI	professores de ensino geral	geral	geral	N/A	

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LE	Inglês, alemão, francês, russo, outra língua; duas destas línguas são obrigatórias
LI	Chinês, finlandês, sueco

Em 1996, foi adotado o primeiro currículo nacional de educação geral, cujo conteúdo de estudos era definido por fases de escolaridade. Com base no currículo nacional, as escolas preparam os seus programas das disciplinas, incluindo de língua materna e literatura (nomeadamente estónio e russo) e de línguas estrangeiras. A língua estrangeira A, ou seja, a primeira língua estrangeira, era ensinada a partir do terceiro ano e a língua estrangeira B, a partir do sexto. A terceira língua estrangeira, a língua estrangeira C, era adotada como disciplina opcional no décimo ano. Nos últimos anos, quase metade dos alunos da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário escolheram o inglês como primeira língua estrangeira, seguindo-se o russo, como a segunda, e o alemão, como a terceira língua estrangeira. No último ano letivo, estudavam alemão 8,9% dos alunos e francês apenas 1,9%. Das disciplinas opcionais, o alemão é a escolha mais comum. Além destas línguas, diversas escolas oferecem aos alunos a oportunidade de aprender outras línguas, tais como o hebreu, o chinês (mandarim), o espanhol, o italiano, o japonês, o latim, o sueco ou o finlandês, como terceira língua estrangeira.

Para apoiar a aprendizagem de estónio como a segunda língua a partir do sexto ano, muitas escolas aderiram ao programa de imersão tardia em língua. Em 2007, foi iniciada a transição para a instrução parcial em língua estónia em escolas com outras línguas de instrução; no presente ano letivo, 60% do número mínimo de cursos obrigatórios é ensinado em estónio.

No presente ano letivo (2011–2012) começaram a ser implementados currículos nacionais revistos para as escolas básicas e secundárias. Os resultados de aprendizagem do estónio como língua segunda e das línguas estrangeiras são avaliados de acordo com o sistema uniforme de níveis de proficiência linguística (QECR).

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas R/M e imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	Instituição A	não especificado	sem diretrizes	não especificado	inexistente
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	total
	Instituição C	limitada	coerente e explícito	nacional	total

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional, estrangeiras e R/M	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade C	nacional, estrangeiras e R/M	nacional e estrangeiras	todos	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional

O estónio é a língua de instrução em escolas profissionais; a utilização de qualquer outra língua como língua de instrução é decidida pelo Ministério da Educação e da Investigação. As escolas profissionais disponibilizam ensino de acordo com os currículos das escolas e com os currículos nacionais para disciplinas profissionais. O ensino de estónio é obrigatório em escolas profissionais com russo como língua veicular, sendo definido com base no nível alcançado no final do ensino básico (ou seja o CITE 2 ou nono ano). As línguas estrangeiras são ensinadas como dois níveis diferentes do currículo: língua estrangeira e língua estrangeira especializada. O leque e o número de cursos de línguas estrangeiras diferem de acordo com as escolas e as especialidades: o leque de línguas estrangeiras e o número de cursos são mais elevados para especialidades ensinadas com base no ensino secundário do que para as que são ensinadas tendo por base o ensino básico. Enquanto no caso de algumas disciplinas técnicas praticamente não existe formação em língua estrangeira, num conjunto de disciplinas relacionadas com serviços, as línguas estrangeiras ensinadas em escolas profissionais incluem o inglês, o francês, o alemão, o russo, o italiano, o sueco e o finlandês.

A Autoridade Estónia de Qualificações coordena o desenvolvimento de normas profissionais que especificam, entre outras coisas, o nível de proficiência exigido em estónio e em línguas estrangeiras para seguir determinada profissão.

Os requisitos relativos ao conhecimento de estónio para funcionários públicos, empregados e empresários foram estabelecidos num Regulamento Governamental. Com as alterações decorrentes da Lei de Língua em 2008, foram introduzidos níveis de proficiência linguística em linha com o Quadro Europeu de Referência para as Línguas do Conselho da Europa; são realizados exames públicos de proficiência linguística para os níveis A2, B1, B2 e C1.

De acordo com a Lei das Universidades, o estónio é a língua de instrução nas universidades; a utilização de outras línguas é decidida pelo conselho da universidade. Por um lado, o objetivo é proporcionar ensino superior em língua estónia, o que assegura um nível elevado de proficiência na língua; ao passo que, por outro lado, e em particular nos níveis de estudo mais elevado, a proporção de instrução em língua inglesa encontra-se em crescimento dada a internacionalização. É também utilizado o russo como língua de instrução em instituições de ensino superior.

A maioria dos alunos de licenciatura escolhe o inglês como disciplina geral, seguido do russo, do estónio como segunda língua ou língua estrangeira, do alemão e, em menor medida, do francês. As oportunidades de aprendizagem de outras línguas estrangeiras aumentaram significativamente com os centros de língua das universidades: é possível estudar italiano, espanhol, finlandês, sueco, turco e outras línguas. As línguas estrangeiras são ensinadas a filólogos estrangeiros como línguas de especialidade e a todos os outros alunos como língua geral e de especialidade. Embora as línguas estrangeiras possam ser escolhidas sobretudo como disciplinas opcionais do currículo, a Norma do Ensino Superior que estipula os resultados de aprendizagem dos níveis de ensino superior serve também para os níveis de proficiência em língua estrangeira, o que funciona como incentivo à aprendizagem de línguas estrangeiras. Boas competências linguísticas em línguas estrangeiras por parte dos professores e dos alunos são também a base para alcançar os objetivos da Estratégia de Internacionalização do Ensino Superior.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas em Tallinn e Tartu dobradas em Narva	legendados em Tallinn e Tartu dobrados em Narva	sempre em Tallinn e Tartu regularmente em Narva	sempre

A prática comum de legendagem de programas de televisão e filmes leva a que desde cedo as pessoas estejam expostas a outras línguas além do estónio. No entanto, a grande maioria dos programas estrangeiros transmitidos na televisão estónia estão em inglês, pelo que os telespetadores estão sobretudo expostos à língua inglesa e, em menor medida, ao russo, alemão e espanhol. Os programas infantis, desenhos animados em particular, são muitas vezes dobrados.

A gama de línguas além do estónio disponibilizadas nos programas de televisão nacional é limitada. Houve um esforço por parte da Emissora Nacional Estónia para oferecer notícias e programas culturais em russo. Por outro lado, a televisão por satélite e a Internet permitem o acesso a programas de todo o mundo e são amplamente utilizadas. No entanto, estes tipos de fornecedores de televisão não foram incluídos neste estudo.

Encontra-se disponível um leque limitado de jornais estrangeiros, com predominância do russo, nas três cidades inquiridas. O turismo e a presença de uma grande comunidade russa explica a oferta linguística de jornais.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4	Tallinn					
3-4	Tartu	Tallinn Tartu	Tallinn			Narva
1-2	Narva	Narva	Tartu Narva	Tallinn Tartu Narva	Tallinn Tartu Narva	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Turismo Educação Emergência Saúde Serviços sociais	Turismo Educação Emergência Saúde Serviços sociais

A Lei da Língua da República da Estónia, adotada em 1995, define os domínios em que a utilização do estónio é obrigatória. Define também as condições de utilização das línguas das minorias nacionais nas agências do estado e nos governos locais. Em áreas em que pelo menos metade da população pertence a um grupo nacional minoritário, os residentes têm o direito de receber informação nessa língua minoritária (além do estónio) do governo local e das agências estatais sediadas nessa área. É o que acontece em duas das três cidades alvo de pesquisa.

Os serviços nas cidades inquiridas são disponibilizados em várias línguas, com a predominância do russo, inglês e finlandês. As páginas Web das cidades têm versões em outras línguas além da língua nacional, como o inglês e o russo. Além disso, as informações básicas sobre as cidades são disponibilizadas ainda em finlandês, sueco e alemão.

8 Línguas nas empresas (em 24 empresas)

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
		Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/financiamento da UE	Conhecimento de programas/financiamento da UE
prática alargada		5	15	7	6	0	6	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	4	1	7	1	24	21	24	24	23	19
Inglês comercial	prática alargada	2	0	8	0	9	13	9	12	9	14
Outras línguas	prática alargada	3	1	7	0	3	4	4	8	5	15

Historicamente as relações e o comércio internacionais sempre foram e continuam a ser muito importantes para a economia estónia, e as práticas linguísticas gerais são muito mais fortes do que as estratégias escritas das empresas. As competências linguísticas são geralmente consideradas um requisito importante dos funcionários; regra geral, para muitos empregos o conhecimento de russo e de um língua estrangeira adicional, inglês ou alemão, é um pré-requisito.

A importância do multilinguismo na Estónia não se reflete no perfil de línguas nas empresas da Estónia. Nem todos os tipos de empresas investigados (bancos, hotéis, supermercados e empresas de construção) são necessariamente tipos de empresas que se centram nos negócios internacionais, por exemplo, as pequenas lojas e empresas de construção locais dirigem-se apenas a comunidades locais.

Principais resultados globais

Ao longo dos tempos, a Estónia teve sempre em consideração as questões linguísticas e fez um grande esforço para preservar e desenvolver o estónio; para melhorar as competências de toda a população; e para promover a utilização de várias línguas. Para a análise da sua política de educação linguística, a Estónia foi auxiliada pela divisão de política linguística do Conselho da Europa. A análise foi concluída no verão de 2011. As estratégias para o estónio e para as línguas estrangeiras desenvolvidas ao longo da última década definiram novas metas. O processo de desenvolvimento destas estratégias desempenhou um papel importante, juntando especialistas de diferentes esferas, o que, por sua vez, reforçou a cooperação relacionada com a língua. Os esforços conjuntos contribuíram para o reforço da posição do estónio em todos os níveis de ensino. Embora todos os objetivos estratégicos sejam pertinentes, a sua implementação depende da disponibilidade de recursos, o que se sente particularmente na implementação da Estratégia de Línguas Estrangeiras.

Em conclusão, a Estónia criou boas condições para o ensino de estónio como língua materna e como língua do estado. Entre outras línguas, o russo e o inglês prevalecem, ao passo que as outras línguas são estudadas e utilizadas muito menos frequentemente. As instituições educativas procuram introduzir oportunidades mais variadas para a aprendizagem de outras línguas estrangeiras nos seus programas. O desenvolvimento do multilinguismo é apoiado e encorajado com a ajuda de vários projetos (para o ensino de francês, alemão, sueco, finlandês, etc.), no entanto, a Estónia continua muito longe do verdadeiro multilinguismo.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

É necessário tentar concretizar os objetivos de promoção da aprendizagem e da expansão do estónio como língua materna e língua segunda definidos no *Plano de Desenvolvimento da Língua Estónia*. A transição para a instrução de língua estónia em escolas com outra língua de instrução que começou em 2007 exigiu e continuará a exigir muitos recursos. Este processo foi mais bem sucedido em escolas que aderiram ao programa de imersão linguística. Além disso, a metodologia de aprendizagem integrada e o ensino de língua deverão alargar-se a mais escolas.

Embora as línguas estrangeiras sejam mencionadas nos planos de desenvolvimento linguístico estónios e os planos de desenvolvimento relativos às línguas estrangeiras se refiram a ligações com a língua materna, os objetivos referentes à língua materna e às línguas estrangeiras são frequentemente separados nos planos de desenvolvimento da esfera linguística. A Estónia deverá orientar-se pelo *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas : Aprendizagem, Ensino e Avaliação*, quer no que respeita aos princípios estabelecidos no documento, quer no que se refere aos níveis de proficiência linguística definidos pelo Conselho da Europa. Este documento foi traduzido para estónio em 2006 a pedido do Ministério da Educação e da Investigação. A *Estratégia Estónia de Língua*

Estrangeira tem como objetivo promover a continuidade dos princípios de reconhecimento e avaliação de competências linguísticas. Dos muitos objetivos estratégicos, deverão destacar-se os prioritários.

Embora a avaliação da proficiência de adultos em estónio como língua segunda se baseie nos níveis de proficiência linguística do Conselho da Europa, o desenvolvimento de ferramentas de autoavaliação (como o Portefólio de Línguas) e de testes nacionais deverá prosseguir e os certificados internacionais de proficiência deverão ser aceites de acordo com estes níveis de proficiência linguística. A implementação do currículo nacional de 2011 baseado nos níveis de proficiência linguística do Conselho da Europa é um desafio para o sistema de educação. A compreensão dos níveis de proficiência linguística deverá ser disseminada e harmonizada no ensino profissional e de adultos, assim como entre os trabalhadores.

Referências

Plano de Desenvolvimento da Língua Estónia 2011–2017
<http://www.hm.ee/index.php?03238>

Perfil de Políticas de Educação Linguística: Estónia
<http://www.hm.ee/index.php?044904>

Perfil de Políticas de Educação Linguística: Estónia
<http://www.hm.ee/index.php?044904>

Estratégia Estónia de Língua Estrangeira 2009–2015
<http://www.hm.ee/index.php?03238>

Currículo Nacional para as Escolas Secundárias
<https://www.riigiteataja.ee/akt/120092011002>

Lei da Língua <https://www.riigiteataja.ee/akt/118032011001>

Currículo Nacional para as Escolas Básicas
<https://www.riigiteataja.ee/akt/120092011009>

6 FRANÇA

Louis-Jean Calvet

Contexto do país

Antes de descrever o contexto nacional da França, é importante realçar que o questionário que foi usado se baseia na assunção de que as situações europeias são comparáveis. Assim, existe o risco de que certas especificidades nacionais sejam ignoradas. Além disso, embora seja, claro, legítimo dar conta da aplicação das diretivas europeias em matéria linguística, a ideia de pontuar e classificar diferentes países é mais questionável. No entanto, os resultados do inquérito não deixam de constituir uma valiosa base de dados dos países em questão e, no futuro, deveríamos pensar em como poderiam ser utilizados cientificamente. Seria interessante disponibilizar estes dados ao público, na forma de um índice «a pedido» baseado no Índice Vida Melhor da OCDE, por exemplo (www.oecdbetterlifeindex.org).

No que respeita à parte francesa do inquérito, como forma de introdução é importante salientar algumas das características específicas do país em questão.

A França (França Metropolitana e territórios ultramarinos) é um país onde é falado um conjunto de línguas, sejam elas endógenas ou resultado de migração. Como parte do seu trabalho na *Carta Europeia de Línguas Regionais ou Minoritárias*, o Ministério da Educação, Investigação e Tecnologia Nacional e o Ministério da Cultura e da Comunicação encarregaram o linguista Bernard Cerquiglini de produzir um relatório sobre *As Línguas da França*, que foi apresentado às autoridades em Abril de 1999. O relatório listava 75 «línguas faladas no país além da língua oficial». Trata-se de línguas «faladas por cidadãos franceses», pelo que as muitas línguas faladas por migrantes deverão ser adicionadas a esta lista. Neste ponto, é preciso realçar que, por razões éticas, na França não existe monitorização das minorias étnicas ou nacionais.

No entanto, no que respeita à transmissão das línguas dos migrantes e das línguas regionais, os censos de 1999 fornecem dados interessantes. Mostram que 26% da população francesa foi criada por pais que falavam uma língua diferente do francês em casa. Os inquiridos citam 6700 «nomes de línguas», que correspondem a cerca de 400 línguas identificadas e catalogadas pelo Ethnologue (www.ethnologue.com), com o código ISO 639-3. No que se refere à taxa de transmissão de línguas, para as línguas dos migrantes, é de 86% para o turco, 25% para o polaco e, para as línguas regionais, 45% para o alsaciano e 10% para o bretão. Isto significa que existe maior transmissão das línguas migrantes do que das línguas regionais e que quanto mais recente for a migração maior é a taxa de transmissão. Quanto às línguas regionais, a sua taxa de transmissão encontra-se em queda continuada.

Por fim, o francês, língua oficial de mais de 30 países, nos qual é língua segunda e assume uma grande variedade de formas, é também ensinado como língua estrangeira a grupos migrantes na França.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras, as línguas R/M e as línguas imigrantes são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da França são (co)financiados em aproximadamente 130 países na Europa e fora da Europa. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* não foi assinada pelo governo nem ratificada pelo parlamento da França. No entanto, a nível nacional, existe um conjunto de línguas R/M e de línguas imigrantes que é reconhecido, protegido e/ou promovido em documentos oficiais do país, incluindo no ensino nacional ou regional. Trata-se do basco, bretão, catalão, corsa, alsaciano, flamengo ocidental, franco-provençal, Langues d'Oïl (“Línguas do Norte” Franc-Comtois, Wallon, Champenois, Picard, Normand, Gallo, Poitevin-Saintongeais, Lorrain, Bourguignon-Morvandiau), occitano, ou Langue d’Oc (“Línguas do Sul”, Gascon, Languedocien, Provençal, Auvergnat, Limousin, Vivaro-Alpin), Parlers Liguriens (do vale de Royain nos Alpes-Maritimes e Bonifácio na Córsega) e mais 41 línguas de territórios ultramarinos incluídas na lista oficial das *Langues de France*, e línguas não territoriais faladas por populações imigrantes: árabe dialectal, arménio ocidental, berbere, judeu espanhol e romani. Tanto as línguas R/M como as línguas imigrantes são designadas de *Langues de France*, ou seja, línguas de em vez de línguas na França. Esta designação mostra uma notável perspetiva inclusiva sobre línguas minoritárias que raramente é encontrada em países europeus.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística na França, na forma de censos e inquéritos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante com base numa pergunta sobre a língua falada em casa e numa pergunta sobre a proficiência linguística dos falantes em que se procura saber se são capazes de falar/compreender/ler/escrever essa língua.

O artigo 2 da constituição francesa (alterado a 25 de junho de 1992) estipula que «a língua da República Francesa é o francês» e o artigo 75-1 (alterado a 23 de julho de 2008) afirma que as «línguas regionais são parte do património nacional» (note-se que estas línguas não são listadas). Além disso, as línguas nacionais (basco, bretão, catalão, corsa, crioulo, occitano, ...) são ensinadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário e existem exames competitivos regulares para recrutamento de

professores (CAPES). O artigo 1 da lei sobre «a utilização da língua francesa» (4 de agosto de 1994), a chamada «Lei Toubon», especifica que o francês é «a língua de ensino, trabalho e

discussão nos serviços públicos». Outros artigos desta lei serão citados abaixo no âmbito dos temas pertinentes.

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta inexistente)

No que respeita a este domínio e aos três seguintes (ensino básico, secundário e superior), o artigo 11 da lei sobre a utilização da língua francesa estipula que:

«A língua de ensino, exames e exames competitivos, bem como das teses e dissertações em instituições públicas e privadas é o francês, sem prejuízo das exceções que seja justificadas pelas exigências de ensino de línguas ou culturas regionais ou estrangeiras ou os casos em que os professores são professores associados ou convidados estrangeiros. As escolas estrangeiras ou aquelas que se dedicam especialmente a acolher alunos de nacionalidade estrangeira, bem com as escolas que ministram aulas de natureza internacional não estão sujeitas a este requisito.»

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	definida na escola	ligado ao QECR	total
LI	todos	geral	inexistente	a partir do final da primeira etapa do EB	fora do horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	parcial

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de ensino geral	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de ensino geral	específica para a disciplina	específica para a disciplina	inexistente
LI	professores de ensino geral	inexistente	geral	

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Basco, bretão, catalão, corsa, occitano na França Continental, taitiano, línguas melanésias (Ajié, Drehu, Nengone, Paici) na França Ultramarina.
LE	Obrigatórias: uma língua de inglês, alemão, menos comumente outras línguas como árabe, chinês, italiano, português, russo, espanhol.
LI	Árabe, croata, italiano, português, sérvio, espanhol, turco

A primeira etapa do ensino básico é ministrada em francês. Em paralelo, são ensinadas culturas e línguas de herança (ELCO), como acontece com um conjunto de línguas migrantes como o árabe ou o turco, destinadas a filhos de imigrantes e organizadas no contexto escolar pelo país de origem. No que respeita ao árabe, a forma ensinada é a forma padrão, e não as formas linguísticas realmente faladas pelas famílias.

Os alunos da primeira etapa do ensino básico (99,9% dos alunos no *cycle 3*) aprendem também uma língua estrangeira, habitualmente o inglês. Por vezes aprendem também uma língua regional (49 800 alunos).

Existem também escolas seculares e escolas gratuitas dirigidas por instituições de solidariedade (Diwan para o bretão, Calendreta para o occitano, Bressola para o catalão, ...) em que o ensino é realizado na língua regional.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	ligado ao QECR	total
LI	todos	geral	disseminada	parcialmente em horário escolar	nenhum	definida na escola	Normas inexistentes	parcial

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	inexistente
LI	professores de ensino geral	inexistente	específica para a disciplina	N/A	

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Basco, bretão, catalão, corsa, crioulo, occitano, alsaciano/alemão, <i>Mosellan</i> , taitiano, línguas melanésias (Ajié, Drehu, Nengone, Paici) na França Ultramarina.
LE	2 línguas de 19 são obrigatórias. inglês, espanhol, alemão, árabe, chinês, italiano, português, russo, dinamarquês, neerlandês, grego, hebreu, japonês, norueguês, polaco, sueco, turco, grego antigo e Latim. Outras línguas, tais como as regionais, são opcionais
LI	árabe, croata, italiano, português, sérvio, espanhol e turco

No âmbito do programa obrigatório de língua estrangeira, os alunos podem escolher de entre um leque de línguas mais variado do que o da maioria dos países europeus. Estas línguas estão divididas em dois tipos de acordo com duas abordagens políticas distintas: as línguas dos estados membros europeus por um lado, e as línguas que se encontram em consonância com as escolhas políticas da França (árabe, chinês, japonês, ...). Os alunos (ou os pais) tendem a preferir o inglês, seguido do espanhol e do alemão. Note-se que o russo registou uma quebra em paralelo com a queda do muro de Berlim e que o árabe é sobretudo escolhido por alunos de origem imigrante.

É preciso adicionar 11 línguas regionais à lista de línguas estrangeiras citadas no perfil do país (basco, bretão, catalão, corsa, crioulo, galo, línguas melanésias, e as línguas regionais da Alsácia, línguas regionais de Mosela, o occitano e o taitiano).

Além disso, os alunos podem escolher um exame de *baccalauréat* numa língua regional ou estrangeira à escolha. Ao todo, foram avaliadas 57 línguas oralmente ou por escrito, no exame de *baccalauréat* de 2011.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	Instituição A	não especificado	sem diretrizes	N/A	inexistente
	Instituição B	não especificado	sem diretrizes	N/A	inexistente
	Instituição C	limitada	geral	N/A	total
LE	Instituição A	ampla variedade	geral	nacional	parcial
	Instituição B	ampla variedade	geral	ligado ao QECR	inexistente
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	total

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	obrigatória	obrigatória
Universidade B	nacional apenas	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade C	nacional apenas	nacional apenas	restrito	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional

Como estipulado por lei (ver acima), o francês é a língua do ensino superior. No entanto, nas universidades são ensinadas muitas línguas, por exemplo, 30 na Universidade de Aix-Marseille, e um instituto de ensino superior especializado como o *Institut National des Langues et Civilisations Orientales (INALCO)* ensina 93 línguas diferentes.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
dobradas	legendados	nunca	regularmente

Nas ondas aéreas nacionais (rádio e televisão), existem programas locais em língua regionais (bretão, corsa, ...). O inquérito não se dirigia ao acesso a línguas estrangeiras na televisão e é preciso especificar aqui que os diversos pacotes por cabo ou por satélite possibilitam o acesso a canais num grande número de línguas mundiais. No que se refere à imprensa, existem algumas publicações em línguas regionais (e poderíamos inquirir sobre a existência potencial de leitura das mesmas), e um grande número de publicações estrangeiras. O efeito combinado do turismo e da imigração asseguram que o multilinguismo exógeno preserva uma posição importante na França. Encontra-se disponível uma grande variedade de imprensa escrita em língua estrangeira durante todo o ano em Paris e em Marselha e, durante a temporada turística, em Corte, com 13 línguas em Marselha e 15 em Paris, perfazendo quase 80 publicações em língua estrangeira nestas duas cidades.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4	Marselha	Marselha			Paris	
3-4		Paris			Marselha	
1-2	Paris		Marselha	Marselha		

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Turismo Transportes Serviços legais Teatro Saúde	Turismo Transportes Serviços legais Educação Saúde

Os serviços públicos funcionam em francês. A lei sobre «a utilização da língua francesa» estipula em particular que, quer sejam geridos pela lei pública quer o sejam pela privada, quando estão a cumprir um dever de serviço público, os funcionários devem utilizar a língua francesa (artigo 5).

Na esfera pública, as línguas regionais aparecem em sinais nas ruas de algumas cidades e nos sinais rodoviários de algumas autoestradas juntamente com a forma em língua francesa. A situação varia substancialmente de uma região para a outra; enquanto o corsa é predominante na Córsega, a predominância do bretão e o occitano é menos evidente nas suas respetivas regiões. Esta situação deverá ser entendida no contexto do que foi dito na introdução sobre a baixa taxa de transmissão destas línguas.

8 Línguas nas empresas (em 24 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/financiamento da UE	Conhecimento de programas/financiamento da UE
prática alargada	7	11	5	7	0	3	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas nos software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	3	1	4	1	23	21	23	23	23	22
Inglês comercial	prática alargada	4	2	12	3	12	11	7	11	12	12
Outras línguas	prática alargada	2	1	5	1	1	0	1	0	2	1

No que respeita à utilização de línguas em empresas, as línguas mais predominantes (inglês, espanhol, alemão, neerlandês, italiano, português, ...) são línguas europeias que, tendo em conta vários fatores, têm maior peso em termos relativos.

No que se refere aos contratos de trabalho, a lei realça a precedência da língua francesa e, ao mesmo tempo, protege os empregados estrangeiros. De facto, o artigo 8 da lei sobre «a utilização da língua francesa» especifica que:

«Quando uma posição que está sob contrato pode apenas ser designada por um termo estrangeiro sem um equivalente francês, o contrato deverá incluir uma explicação em francês do termo estrangeiro. Quando o empregado tem nacionalidade estrangeira e o contrato é escrito, é realizada uma tradução do contrato, a pedido do empregado, na sua própria língua. Ambos os textos são igualmente vinculativos. No caso de discrepâncias entre os dois textos, só o texto escrito na língua do empregado pode ser utilizado para as dissipar.»

Principais resultados globais

É importante sublinhar que a distinção entre «línguas migrantes» e «línguas estrangeiras» pode apresentar falhas, dada a realidade e a complexidade das situações da vida real. Por exemplo, línguas como o italiano, o espanhol ou o português podem ser ensinadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (como línguas «estrangeiras») e ao mesmo tempo ser a primeira língua de parte da população migrante. O inquérito mostra que a política linguística da França na área da educação é aberta do ponto de vista linguístico (são disponibilizadas muitas línguas), mas reflete também os aspetos linguísticos da globalização (o inglês é claramente dominante à frente do alemão e do espanhol). É preciso salientar, porém, que a situação em Corte parece mostrar que a presença de uma língua regional atrasa a tendência para o multilinguismo.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

A nível internacional, a *Organisation Internationale de la Francophonie* organizou um fórum global sobre a língua francesa no Quebec em 2012. A nível nacional, as autoridades francesas organizaram uma convenção sobre o multilinguismo em territórios ultramarinos em dezembro de 2011 e o Conselho de Aconselhamento Estratégico sobre línguas publicou um relatório em janeiro de 2012 intitulado «Aprender uma língua é aprender sobre o mundo». As universidades, as câmaras municipais e os centros de formação em França desenvolvem esforços significativos para proporcionar o ensino de francês como língua estrangeira (FLE) com o duplo objetivo de integrar os migrantes e de disseminar a língua francesa externamente. A Universidade de Estrasburgo irá desenvolver um projeto no início do ano letivo 2012/2013 sobre a compreensão mútua de línguas relacionadas. Por fim, a cidade de Marselha será a Capital Europeia da Cultura em 2013, o que deverá servir de apoio ao seu esforço de se tornar mais multilingue.

7 ALEMANHA

Ingrid Gogolin, Joana Duarte, Patrick Grommes

Alemanha: contexto nacional

A Alemanha é um estado federal altamente descentralizado, em especial no campo das políticas educativas, culturais e sociais. O campo da educação em particular é da responsabilidade de cada *Land* (Estado Federal), pelo que não é possível apresentar informação generalizada sobre a Alemanha como um todo. Este documento centra-se, pois, em apenas três *Länder*. Uma vez que, mesmo em cada *Land*, não é possível obter dados generalizados fiáveis para muitas perguntas do questionário do LRE, optámos por apresentar um relato sem dados quantitativos.

Nas secções que se seguem, apresentamos exemplos para os diferentes domínios tratados no âmbito do projeto LRE. Estes exemplos são complementados pelas respostas ao questionário do LRE. No que respeita aos Domínios 1 a 4, enviamos o questionário para especialistas dos ministérios pertinentes de Hamburgo, Renânia do Norte-Vestefália e Baviera. No que concerne ao Domínio 5, contactámos três escolas de ensino profissional e três universidades nas cidades de Berlim, Flensburg e Munique. Para os Domínios 6 (comunicação social), 7 (serviços e espaços públicos) e 8 (empresas), contactámos informantes das três cidades referidas: Berlim, Flensburg e Munique. As cidades, bem como os *Länder*, foram selecionadas por indicação do Grupo Diretor do LRE.

Documentos e bases de dados oficiais sobre diversidade linguística

Não é realizada recolha de dados nacional sobre diversidade linguística. No que respeita à migração, o Instituto Nacional de Estatística (www.destatis.de/DE/) recolhe dados sobre cidadania estrangeira. Desde 2008, os «Mikrozensus» – um inquérito representativo regular sobre os agregados familiares – recolhe adicionalmente dados sobre o «local de nascimento» das pessoas. Não são recolhidos dados linguísticos. Num pequeno número de *Länder* (como em Hamburgo e na Renânia do Norte-Vestefália), começaram a ser recolhidos dados sobre «a língua predominantemente falada em casa» à entrada para a escola.

Línguas na educação pré-escolar

As instituições pré-escolares assistiram ao encetar de um conjunto de programas especiais, muitos dos quais têm como objetivo a integração das crianças oriundas de comunidades imigrantes minoritárias tão cedo quanto possível. Um destes programas chama-se «Sag mal was» e foi desenvolvido pelo Land Baden-Württemberg (ver www.sagmalwas-bw.de/) (Baden-Württemberg-Stiftung, 2011).

Foi também realizado um grande esforço no sentido de melhorar a qualidade das qualificações dos educadores de infância, uma vez que a maioria destes educadores não possuem graus académicos ou formação de alta qualidade comparável. Um dos pilares centrais destas iniciativas diz respeito à forma como se deve lidar adequadamente com a diversidade linguística e cultural no ensino básico. (Ver por exemplo <http://www.weiterbildungsinitiative.de/>; www.dji.de/sprachfoerderung).

Em 14 dos 16 *Länder* alemães, as crianças com «deficits identificados» em alemão têm o direito de receber apoio especial antes de entrarem no ensino básico. A grande maioria dos testes para o efeito não considera o bi ou o multilinguismo uma fator de influência relevante para o desenvolvimento linguístico, nem tem em conta outras línguas além do alemão. No entanto, alguns testes incluem o fator do multilinguismo e permitem a avaliação bilingue num conjunto de línguas imigrantes. Um exemplo é o HAVAS 5 ‘Katze und Vogel’, um teste para a faixa etária dos 5 a 6 anos, que foi desenvolvido para o alemão e para cerca de dez línguas imigrantes (Autorengruppe Bildungsberichterstattung, 2012; Reich, Roth, & Neumann, 2007).

Existe educação pré-escolar em língua sorábica em alguns jardins de infância na Saxónia e em Brandeburgo, além do que, em Schleswig-Holstein, encontramos jardins de infância em dinamarquês. Apenas os *Länder* Saxónia, Brandeburgo (sorábico) e Schleswig-Holstein integraram a proteção das minorias regionais nas suas constituições. Nos outros *Länder*, não existem línguas regionais minoritárias oficialmente aceites.¹ Existe instrução noutras línguas além do alemão num número alargado de línguas estrangeiras (sobretudo em inglês e francês), bem como, em alguns casos, em línguas imigrantes.

Línguas na primeira etapa do ensino básico

O alemão é a língua de escolarização na maioria das escolas da primeira etapa do ensino básico da Alemanha, embora não existam regulamentos oficiais que o determinem. Em alguns *Länder*, encontramos exemplos isolados de escolas da primeira etapa do ensino básico que trabalham de acordo com os chamados modelos bilingues. A maioria destas escolas – algumas das quais se autodenominam de «escolas internacionais» – trabalha com o inglês ou outra das línguas estrangeiras «clássicas» prestigiadas, como o francês (ver, por exemplo, a «Staatliche Europaschulen Berlin»). Alguns *Länder* estabeleceram modelos bilingues para alunos de minorias autóctones (por exemplo, com o dinamarquês em Schleswig-Holstein, com o sorábico na Saxónia (ver Gantefort und Roth 2011 para uma perspetiva geral)). Da mesma forma, em alguns *Länder*, foram criadas escolas bilingues com línguas imigrantes

¹ Esta observação diz respeito a todo o sistema educativo.

minoritárias. Um exemplo pode ser encontrado em Hamburgo, que conta com seis escolas, cada uma das quais com um ramo ou uma turma «bilingue», para as seguintes línguas: italiano, português, espanhol e turco (Duarte 2011).

Em geral, o inglês é a primeira língua estrangeira. No entanto, de acordo com regulamentos regionais, também podem ser disponibilizadas outras línguas. As escolas em regiões raianas, por exemplo, disponibilizam o francês ou o neerlandês como primeira língua estrangeira. Alguns *Länder* disponibilizam a primeira língua estrangeira a partir do primeiro ano de escolaridade, mas a maior parte das crianças começa a aprender uma língua estrangeira a partir do terceiro ano, ou seja, aos nove anos de idade. Nos casos em que existem estas ofertas, as mesmas são obrigatórias para todos os alunos, o que inclui os alunos oriundos de um contexto de imigração.

No que respeita ao ensino em línguas imigrantes minoritárias, mais uma vez, o cenário é muito diversificado. Nos anos 70 do século XX, os *Länder* da antiga Bundesrepublik Deutschland estabeleceram sistemas do chamado ensino de língua materna para as então importantes línguas «Gastarbeiter» – ou seja, as línguas dos países imigrantes com os quais tinham sido estabelecidos contratos de migração laboral. As línguas em causa eram o italiano, o espanhol, o português, o grego, o «jugoslavo», o turco e, raramente, o árabe marroquino. Estes sistemas foram definidos em resposta às recomendações da Comunidade Europeia.

No entanto, desde o final dos anos 90, e especialmente depois da reunificação da Alemanha, estes modelos começaram a desvanecer-se por um conjunto variado de razões. Hoje, não existem dados fiáveis disponíveis sobre o número e a variedade das línguas imigrantes que são ensinadas quer no seio dos sistemas escolares oficiais quer noutros sistemas, nem sobre os números de participantes nestes programas. Podemos assumir com base em casos pontuais que existe um interesse considerável, e provavelmente crescente, neste tipo de instrução em línguas (Fürstenau, Gogolin & Yagmur, 2003). A maior parte dos casos de oferta deve-se a iniciativas privadas e não está ligada ao sistema escolar oficial.

Em princípio, os professores têm qualificações para o ensino de alemão e de línguas estrangeiras, uma vez que a formação de professores na Alemanha exige que sejam estudadas duas disciplinas, e os professores são escolhidos tendo em conta as suas qualificações. Não existe praticamente nenhuma qualificação específica nas universidades alemãs para professores de línguas imigrantes. Existe formação para um pequeno número de professores de russo ou de turco como língua estrangeira, por exemplo na Universidade de Hamburgo e Essen-Duisburgo (Renânia do Norte – Vestefália) e Tübingen (Baden-Württemberg). Os níveis de proficiência em língua nacional e línguas estrangeiras são definidos de acordo com normas nacionais.

Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

A Alemanha instituiu um sistema muito alargado de ensino de língua estrangeira na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. A grande maioria dos alunos aprende pelo menos uma língua estrangeira, designadamente o inglês. O

alemão é obrigatório em todos os níveis letivos e em todos os tipos de escolas da segunda etapa do ensino básico e de ensino secundário e figura em todos os exames de final de ciclo. Além disso, é obrigatória uma língua estrangeira em todas as escolas da segunda etapa de ensino básico e de ensino secundário, com a exceção das escolas de necessidades especiais. Só é obrigatória uma segunda língua estrangeira para efeitos do exame mais alto de final de ciclo (*Abitur*), mas é também frequentemente disponibilizada a partir do sexto ano nas escolas intermédias. A escolha de língua varia de acordo com a região ou com a escola. Atualmente, o francês e o espanhol são as línguas estrangeiras mais populares. No entanto, línguas como o chinês ou o japonês atraem cada vez mais alunos, especialmente em escolas de áreas urbanas. As escolas têm alguma liberdade para oferecerem um conjunto de diferentes línguas estrangeiras no seu currículo, caso pretendam promover perfis ou programas diferenciados. O latim é ainda exigido num conjunto de cursos universitários (por exemplo, em doutoramentos). Assim, o latim (e, menos frequentemente, também o grego clássico) é disponibilizado em muitas escolas que conduzem ao exame mais alto de final de ciclo, o *Abitur*. Regra geral, são ensinadas cerca de 15 línguas diferentes no sistema educativo público alemão.

Existem programas de ensino de alemão como língua segunda na maioria dos *Länder* (ver resumo em www.bildungsserver.de/Lehrplaene-Richtlinien-3271.html). Em geral, estes programas dirigem-se a alunos que acabaram de chegar ao sistema. O objetivo é apoiar a transição das «aulas de receção» iniciais para o ensino geral. Como acontece na primeira etapa do ensino básico, é disponibilizado ensino de línguas de herança em algumas línguas imigrantes (por exemplo, em 12 línguas na Saxónia), sobretudo fora do sistema educativo geral ou, quando muito, em conjunção com o mesmo. A maioria dos *Länder* definiu regras para o reconhecimento do aproveitamento em aulas de línguas de herança, por exemplo, incluindo as notas das respetivas aulas no certificado escolar oficial, independentemente de terem sido disponibilizadas dentro ou fora do sistema educativo geral.

Um fenómeno recente nas escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário é o aumento dos programas bilingues com inglês. Estes programas diferem em tipo. Alguns são de imersão, inglês apenas; outros utilizam o alemão e o inglês e podem ser designados de Aprendizagem Integrada de Línguas e Conteúdos – AILC. Na maior parte dos casos, estes programas são estabelecidos no nível mais alto da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário. A nível global, o ensino de língua estrangeira está muito bem desenvolvido no sistema educativo alemão e conta com uma grande variedade de ofertas diferentes. O ensino e a aprendizagem de inglês é quase um requisito mínimo, disponibilizado a todos os alunos.

Na Baviera, de acordo com os nossos informantes, apenas o alemão é utilizado como meio de instrução. São obrigatórias línguas estrangeiras quer na segunda etapa do ensino básico quer no ensino secundário. A escolha de línguas difere de escola para escola e também entre os tipos de escolas. A oferta padrão de línguas estrangeiras inclui o latim, o russo, o francês, o italiano e o espanhol. Não existem línguas regionais ou minoritárias na Baviera. Não são utilizadas línguas de imigrantes para o ensino. Os professores de alemão e de línguas estrangeiras recebem qualificação nas universidades, sendo necessário atingir níveis de proficiência claramente estabelecidos nas normas.

Na Renânia do Norte – Vestefália, não existem línguas regionais ou minoritárias. A língua alemã e línguas estrangeiras e imigrantes são utilizadas como meio de instrução, em cada um dos casos com um currículo explícito. Os professores de alemão e de línguas estrangeiras têm as qualificações necessárias, sendo o seu nível de proficiência descrito nas normas respetivas.

Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP)

Nas escolas inquiridas, o enfoque incidiu sobre as competências em alemão bem como em línguas estrangeiras (inglês, francês e espanhol), e não são disponibilizadas línguas imigrantes. Na escola de Flensburg verificou-se um resultado interessante, já que o dinamarquês surge na lista como língua estrangeira e não como língua minoritária.

Ensino superior (em três universidades)

O questionário do LRE foi aplicado em três universidades: Universidade Ludwig-Maximilians, Munique, Universidade de Flensburg e Universidade Aberta de Berlim. Em todas elas, partes da instrução são ministradas em alemão e em línguas estrangeiras. Não havia qualquer pergunta sobre a língua de instrução no questionário, mas o mais provável é que seja o inglês. Todas as universidades disponibilizam sítios Web e informação sobre os requisitos de admissão em alemão e em línguas estrangeiras. A Universidade de Flensburg indica a utilização de «línguas regionais e minoritárias»; na prática, esta língua é muito provavelmente o dinamarquês, a língua regional minoritária daquela área. As línguas disponibilizadas nas universidades inquiridas são o árabe, o basco, o chinês, o inglês, o francês, o italiano, o neerlandês, o persa, o polaco, o português, o russo o espanhol, o turco e o dinamarquês.

Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Até ao final dos anos 90, muitas estações de rádio e de televisão públicas e privadas transmitiam programas em dialetos regionais, línguas autóctones regionais ou línguas imigrantes. Estes últimos eram muitas vezes rotulados como programas multiculturais (ou até estações). Estas ofertas desapareceram quase completamente na rádio e na televisão no âmbito da lei pública.

Uma estação consideravelmente multilingue é a estação de televisão ARTE, resultante de uma colaboração franco-alemã. A ARTE disponibiliza a maior parte dos seus programas com um segundo programa de áudio – francês ou alemão. Outras opções multilingues disponibilizadas de forma alargada são as legendas, em alemão, para as pessoas com deficiência auditiva e os comentários áudio para as audiências com deficiência visual. A língua gestual desempenha um papel menor; não existem leis que exijam a sua oferta. O mercado privado de rádio e de televisão é amplamente monolingue. No entanto, a televisão e a rádio por cabo ou satélite permitem que as audiências acedam a diversas estações estrangeiras. Muitas destas estações são do Reino Unido e da França, mas existe

também um quantidade substancial de programas em línguas imigrantes, por exemplo da Rússia e da Turquia.

Outro traço característico da televisão alemã, bem como do mercado cinematográfico geral, é a dobragem dos filmes em língua estrangeira. Quase todos os filmes e séries de televisão estrangeiras são dobradas. Só em casos excecionais é possível aceder às línguas originais num segundo programa de áudio. Da mesma forma, a maioria dos cinemas mais populares exhibe apenas versões dobradas de filmes em língua estrangeira. As versões na língua original e com legendas restringem-se sobretudo aos cinemas dedicados a filmes de autor. Esta situação deve-se ao desenvolvimento de uma importante «indústria de dobragem» juntamente com uma indústria cinematográfica florescente.

O número de títulos de jornal bem como de línguas em oferta que identificámos em Berlim excede largamente o que encontrámos em Flensburg. Dada a dimensão de ambas as cidades e do cariz internacional de uma cidade como Berlim, este dado não surpreende. A oferta em Berlim é mais uma vez dominada por línguas europeias, mas estão representadas línguas como o chinês, o japonês o árabe e outras línguas africanas. Tal como esperado, as línguas minoritárias autóctones não desempenham um papel significativo no mercado alemão de comunicação social, salvo nas regiões onde as respetivas línguas são reconhecidas.

Os meios de comunicação social em línguas imigrantes estão muito disseminados. Podem ser encontrados meios de comunicação social em línguas estrangeiras que representam os principais parceiros políticos e económicos da Alemanha em todas as regiões. Um desenvolvimento recente do mercado de jornais é o da «impressão a pedido». Esta tecnologia permite uma presença de meios de comunicação impressos em qualquer língua, mesmo que o pedido seja feito por uma única pessoa.

Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

A língua oficial da Alemanha é o alemão, embora não exista um código que defina a «língua nacional». Qualquer comunicação juridicamente vinculativa tem de ser feita em alemão; caso contrário a mesma não será considerada. Em caso de litígio, os arguidos têm o direito de ser auxiliados na sua língua doméstica por intérpretes.

No entanto, na prática, pelo menos as maiores cidades da Alemanha parecem assumir uma posição pragmática, tentando transmitir tanta informação quanto possível a falantes de outras línguas, especialmente nas áreas de assistência e inclusão social, segurança, serviços de imigração e turismo. A partir das respostas ao questionário não é claro até que ponto se trata de uma estratégia coerente.

Os inquiridos das três cidades – Berlim, Flensburg e Munique – afirmam que se existe, pelo menos ocasionalmente, uma estratégia de promoção de multilinguismo. O dinamarquês possui um estatuto especial de língua oficial minoritária em

Schleswig-Holstein. O inglês é apoiado, tal como em qualquer parte da Alemanha, não apenas para fins empresariais. O informante de Munique dá exemplos muito pormenorizados de apoio ao multilinguismo.

Nos parágrafos que se seguem, apresentamos algumas das respostas dadas acerca das cidades de Berlim e Munique. Não temos informação suficiente sobre Flensburg para dizer mais do que o que afirmámos acima.

O domínio 7A continha perguntas sobre as estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal ou camarário. O contacto de Berlim observou que é difícil responder a estas questões a nível municipal – ou, no caso de Berlim, a nível estatal concorrencial.² Mais uma vez, a descentralização, enquanto elemento geral de administração e de política, torna-se visível: as autoridades a nível distrital têm a liberdade de definir as suas próprias políticas. Os principais tópicos que exigem a existência de comunicação multilingue são, na perspetiva dos inquiridos, a segurança, a prevenção do crime e de acidentes e a informação geral. Por exemplo, são distribuídos folhetos sobre segurança doméstica em árabe e turco em áreas com números significativos de população imigrante.

Da mesma forma, algumas partes do sítio Web da câmara municipal e outras informações estão disponíveis em inglês, francês, italiano, chinês, polaco, russo, turco, sérvio, croata e espanhol. Na maioria dos outros casos, são aproveitadas as competências multilingues dos funcionários públicos ou de outros funcionários do estado de forma *ad hoc*, o que leva a uma situação em que, em alguns casos, está disponível um conjunto mais variado de línguas e, em outros casos, apenas o alemão e o inglês, dependendo de quem está a trabalhar em determinado turno. Para fins legais e em caso de procedimento penal, são recrutados tradutores e intérpretes externos qualificados. Aparentemente, apenas na polícia o conhecimento de outras línguas além do alemão é considerada competência adicional à qual são atribuídos créditos extraordinários no processo de candidatura. É o que acontece no caso de línguas de elevado interesse como o árabe, o inglês, o chinês, o francês, o italiano, o croata e o sérvio, o polaco, o russo, o espanhol, o turco e o vietnamita.

As autoridades municipais de Munique apresentam um quadro mais diversificado. No entanto, este quadro deve-se muito provavelmente a um efeito da estratégia comunicativa de um inquirido em particular. Por exemplo, para Munique declara-se que o departamento de assistência social disponibiliza serviços de interpretação em albanês, amárico, árabe, azerbaijano, bósnio/croata/sérvio, búlgaro, chinês, checo, dari, inglês, filipino, francês, grego, hebreu, hindi, italiano, quicongo, kiswahili, curdo, laociano, macedónio, pachto, filipino, polaco, português, punjabi, romeno, russo, sérvio, esloveno, somáli, espanhol, tâmul, tajique, tailandês, turco, uigur, ucraniano, urdu e vietnamita. A consultoria sobre temas educativos é oferecida também em muitas destas línguas pela autoridade para a educação e o desporto. A cidade de Munique tem também uma presença na Web em inglês, francês, italiano, árabe, chinês, russo, japonês, espanhol e português. A administração municipal disponibiliza serviços de tradução e interpretação em inglês, francês, turco, bósnio, croata e sérvio. Pode ser recrutado apoio externo para 40 outras línguas. A cidade de Munique reconhece ainda o

multilinguismo ao permitir que os candidatos a empregos equilibrem os «deficits» em língua alemã com as competências multilingues. Além disso, os cursos de línguas tirados por funcionários das autoridades municipais podem ser parcialmente patrocinados se a língua puder vir a ser útil no seu trabalho. No entanto, tal como em Berlim, Munique não mantém um registo das competências linguísticas dos seus funcionários.

O domínio 7B diz respeito aos serviços de comunicação oral na cidade. As respostas para esta secção foram parcas, o que se pode dever à formulação das perguntas ou ao facto de alguns serviços, como por exemplo o de informação sobre transportes e turismo, serem prestados por empresas privadas. Foi fornecida informação pormenorizada sobre os serviços de emergência em Berlim, em que, dependendo de quem se encontra em serviço, são falados o turco, o russo, o polaco, o espanhol, o italiano, o neerlandês, o português e o francês, bem como o inglês, com diferentes níveis de competência, mas independentemente da língua primeira da pessoa. Os serviços de imigração e de integração são frequentemente acedíveis em inglês e, em alguns casos, francês, turco, russo e espanhol. Para línguas como o árabe, o vietnamita, o romeno e o búlgaro, será chamado apoio externo. Os teatros disponibilizam informação sobretudo em alemão e inglês, com a exceção do Teatro Russo e um teatro de nicho, o ufa-Fabrik, que apresenta informação em inglês, espanhol e francês. No que respeita a Munique, não dispomos de informação com um nível de pormenor comparável.

Muitas cidades alemãs criaram um Conselho de Cidadãos Estrangeiros («Ausländerbeirat») ou instituições semelhantes que lidam com os interesses dos imigrantes e apoiam a sua integração.

O domínio 7C diz respeito a serviços de comunicação escrita. Neste caso, as respostas não nos proporcionam dados novos relativamente aos dois domínios anteriores. A impressão geral é a de que as duas grandes cidades reconhecem a diversidade linguística, mas que a sua reação em relação à mesma poderia ser mais coerente.

Línguas nas empresas³

O debate público sobre as línguas nas empresas na Alemanha centra-se em duas questões. A primeira é a questão das competências em língua alemã. As organizações de trabalhadores – entre outras – queixam-se de que os alunos que abandonam a escola não possuem competências suficientes em língua alemã para iniciarem a aprendizagem de uma profissão. Embora seja por vezes reduzida às pessoas que abandonam a escola oriundas de um contexto de imigração, esta queixa é habitualmente mais geral e diz respeito a jovens com o certificado de abandono escolar dos níveis mais baixos. A segunda questão é a de que um conjunto substancial de estudos mostra que os empregadores já não consideram o domínio do inglês e do alemão suficiente, exigindo dos funcionários o domínio de outras línguas (Meyer & Apfelbaum, 2010).

Das 15 empresas com que falámos, é provavelmente seguro concluir que as estratégias multilingues desempenham, de facto, um papel nas empresas, caso seja necessário utilizar outras

² A três cidades alemãs Berlim, Bremen e Hamburgo têm também o estatuto político de *Bundesländer* (estados federais).

³ Obtivemos apenas algumas respostas ao questionário porque muitas empresas mostraram relutância em revelar as suas políticas internas.

línguas na comunicação interna nas empresas multinacionais ou na comunicação com os clientes e os parceiros de negócio. Em muitos casos, porém, estas estratégias não seriam designadas de «estratégias multilíngues», sendo antes parte de conceitos gerais relativos à diversidade.

No que respeita a práticas específicas de gestão linguística, quase todas as empresas (13 de 15) utilizam o alemão nos documentos internos. O inglês comercial é amplamente utilizado pelas empresas: cinco utilizam-no ocasionalmente e as restantes não o utilizam de todo. Outras línguas são apenas utilizadas por três empresas. São elas o dinamarquês (um banco); o esloveno, o russo, o polaco, o italiano, o húngaro, o checo e o búlgaro (uma empresa de construção, provavelmente fazendo uso das línguas abrangidas pela sua área de atuação bem como das línguas utilizadas nos países de origem dos seus funcionários); e o inglês e o francês, por um hotel. As perguntas sobre a língua do *software* interno, as línguas das atividades de *marketing* e as línguas dos sítios Web apresentam um quadro muito semelhante, sendo que apenas um banco se destaca do conjunto ao relatar a utilização do alemão e do dinamarquês na direção. Além disso, uma empresa de construção fez uma campanha de *marketing* em dinamarquês, que, no entanto, já foi concluída. Um dos hotéis fornece informação no seu sítio Web — de acordo com a sua resposta — em inglês, francês, belga, espanhol, italiano, neerlandês, austríaco, português, suíço e português do Brasil. Apenas duas empresas fazem uso de tradutores ou intérpretes externos regularmente e quatro ocasionalmente. Apenas uma empresa, um banco, mantém um registo regular das competências linguísticas em alemão e inglês dos seus funcionários.

Estas respostas bastante episódicas não permitem qualquer tipo de generalização. Podem ser interpretadas como indicadores de uma falta de interesse na gestão linguística, que só se torna relevante quando as exigências dos negócios requerem a comunicação em línguas diferentes do alemão. A questão que se pode colocar é a de saber que outras expectativas poderíamos ter a respeito do setor empresarial. Meyer (Meyer 2009) poderia mostrar que, na verdade, as empresas alemãs investem na diversidade linguística dos seus funcionários se tal for justificado pelas exigências da gestão da diversidade por um lado e pela sua área de negócios por outro.

Iniciativas prometedoras

Embora na Alemanha não exista uma estratégia geral para o multilinguismo, o reconhecimento oficial do mesmo tem vindo a aumentar nos últimos anos. Podem ser identificadas muitas iniciativas prometedoras, no entanto, num sistema descentralizado como o alemão, provavelmente não será possível descobri-las com base nos instrumentos do LRE. As iniciativas vão dos modelos de educação bilingue a modelos abrangentes de inovação escolar que têm como objetivo a implementação do multilinguismo como característica geral do ensino de línguas (ver os projetos de «Durchgängige Sprachbildung»/ «Educação Linguística Contínua» – http://www.foermig.uni-hamburg.de/Durchg%C3%A4ngige_Sprachbildung/ «Educação contínua de línguas» – [//www.foermig.uni-hamburg.de](http://www.foermig.uni-hamburg.de)). Existe um conjunto de projetos que promovem a diversidade linguística como um traço característico da educação precoce de crianças (Tracy, Weber, & Münch, 2006). Estas iniciativas podem ser encontradas no sector privado e no ensino básico

público. Entre elas contam-se os modelos com línguas estrangeiras «clássicas», nomeadamente o inglês e o francês, bem como modelos que dão conta de línguas imigrantes. Existem portais de informação para pais bem como para professores e especialistas interessados (ver por exemplo <http://www.fmks-online.de/> no que respeita a línguas estrangeiras, ou portais regionais como o «Bilingual erziehen» [educação bilingue], www.bilingual-erziehen.de) referentes a todos os modelos, independentemente das línguas a que se dirigem. Como neste último exemplo, os termos «bilingue» e «multilingue» são muitas vezes utilizados como sinónimos, quer por iniciativas privadas quer na esfera pública ou política e na investigação.

Outro exemplo são as diversas estratégias de gestão de diversidade nas empresas. Estas estratégias são mais frequentes nas grandes do que nas pequenas e médias empresas, embora estas últimas também desenvolvam formas de lidar com a diversidade entre os seus funcionários e os seus clientes. Nas grandes empresas de automóveis, por exemplo, existem grupos de línguas de recurso que prestam auxílio aos funcionários migrantes. O apoio a conhecimentos de língua de herança é uma parte destas atividades.

Em suma, ao nível das leis públicas não encontramos iniciativas alargadas de promoção do multilinguismo, no entanto, podemos encontrar muitas iniciativas deste tipo a nível regional e local. Por outras palavras: quanto mais de perto olharmos para a prática real, mais experiências multilíngues poderemos encontrar.

Principais conclusões

Na Alemanha, encontramos uma atmosfera ambivalente no que respeita à diversidade linguística. Por um lado, muitas iniciativas e campanhas públicas transmitem uma mensagem de «alemão apenas». Uma campanha recente da «Deutschlandstiftung» (que é apoiada pela Comissão Nacional para a Integração de Migrantes e Refugiados, a Ministra Maria Böhmer) é um exemplo deste tipo de estratégia. A mensagem é a de que falar alemão é a melhor (se não a única) forma de integração (<http://www.ich-spreche-deutsch.de/de/>). Por outro lado, e pelo menos do ponto de vista retórico, podemos encontrar declarações claras que apoiam e reconhecem o multilinguismo. Um exemplo é a campanha «Multilinguismo – línguas sem fronteiras» que foi encetada pelo Instituto Goethe (ver www.goethe.de/ges/spa/prj/sog/deindex.htm). Mesmo ao mais alto nível político, o reconhecimento do multilinguismo é frequentemente expresso. Um exemplo disto mesmo pode ser encontrado no «Plano de Integração Nacional», um quadro político que foi desenvolvido em nome do Governo Central (Bundesregierung, 2007). Na secção relativa à educação, encontramos a declaração de que os Ministros dos Assuntos Culturais dos *Länder* irão investir em estratégias que promovam um maior domínio do alemão para todos os alunos. Contudo, além do apoio para a aprendizagem do alemão, os ministros declaram que «os *Länder* reconhecem a importância e a relevância do multilinguismo para todos os alunos, incluindo as línguas de herança ou de família das crianças imigrantes. Deverão ser identificadas medidas adequadas para apoiar o estabelecimento do multilinguismo como um princípio educativo geral nas rotinas escolares» (Bundesregierung, 2007, p. 25f, tradução nossa). A ilustração de «políticas e práticas para o multilinguismo», intenção do projeto LRE, revela um quadro fluído e não definitivo da situação, e estamos convencidos de que não se trata de uma particularidade alemã, mas um retrato adequado das sociedades europeias em geral.

Autorengruppe Bildungsberichterstattung (Ed.). (2012). *Bildung in Deutschland 2012. Ein indikatorengestützter Bericht mit einer Analyse zu Perspektiven des Bildungswesens im demografischen Wandel. Im Auftrag der Ständigen Konferenz der Kultusminister der Länder in der Bundesrepublik Deutschland und des Bundesministeriums für Bildung und Forschung*. Bielefeld: W. Bertelsmann.

Baden-Württemberg-Stiftung (Ed.). (2011). *Sag' mal was – Sprachförderung für Vorschulkinder. Zur Evaluation des Programms der Baden-Württemberg-Stiftung*. Tübingen: Narr Francke Attempto Verlag.

Bundesregierung. (2007). *Der Nationale Integrationsplan. Neue Wege, neue Chancen*. Berlin: Extraído de: http://www.bmj.bund.de/files/-/2321/181007_Nationaler%20Integrationsplan.pdf.

Fürstenau, S., Gogolin, I., & Yagmur, K. (Eds.). (2003). *Mehrsprachigkeit in Hamburg. Ergebnisse einer Sprachenerhebung an den Grundschulen in Hamburg*. Münster u.a.: Waxmann.

Meyer, B. (2009). Nutzung der Mehrsprachigkeit von Menschen mit Migrationshintergrund. Berufsfelder mit besonderem Potenzial. Nürnberg: Bundesamt für Migration und Flüchtlinge.

Meyer, B., & Apfelbaum, B. (Eds.). (2010). *Multilingualism at Work. From policies to practices in public, medical and business settings* (Vol. 9). Amesterdão: John Benjamins.

Reich, H. H., Roth, H.-J., & Neumann, U. (Eds.). (2007). *Sprachdiagnostik im Lernprozess. Verfahren zur Analyse von Sprachständen im Kontext von Zweisprachigkeit*. Münster: Waxmann.

Tracy, R., Weber, A., & Münch, A. (2006). *Frühe Mehrsprachigkeit. Mythen – Risiken – Chancen*. Estugarda: Bande-Württemberg-Stiftung.

8 GRÉCIA

Sara Hannam e Evagelia Papathanasiou

Contexto do país

A Grécia tem uma população de aproximadamente 11 320 000 habitantes (Eurostat, 2011) e está localizada na parte sul da península dos Balcãs. A língua oficial é o grego, que é falado pela maioria da população. Verifica-se a presença de um conjunto variado de outras línguas, que representam antigas e novas ondas de imigração – incluindo a maior parte dos países balcânicos e da Turquia, da China, do Paquistão, do Sri Lanka, do Afeganistão, das Filipinas e de vários países africanos (Hannam and Papathanasiou, 2011). O turco é também falado como língua regional (ver abaixo). Na altura em que os dados foram recolhidos, a Grécia estava à beira do colapso económico e continua a estar numa posição vulnerável no seio das estruturas europeias, o que afeta todos os níveis de educação e serviços públicos.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

Tanto a língua nacional como as línguas estrangeiras são tidas em conta na legislação linguística e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da Grécia são (co)financiados em países de toda a Europa, mais visivelmente na Alemanha, no Reino Unido e na França, bem como nos EUA, na Austrália e em alguns países africanos. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* não foi assinada/ratificada pela Grécia. Desde o Tratado de Lausanne (24 de julho de 1923), que teve como consequência algo conhecido como «um intercâmbio de populações», quer a Grécia quer a Turquia não reconhecem a existência de minorias étnicas nos seus respetivos territórios. Ambos os países reconhecem apenas a existência de minorias religiosas. Na Grécia, tal é sobretudo verdade em relação à comunidade turca na província da Trácia no nordeste do país, designada de minoria muçulmana.

Não existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais/regionais sobre diversidade linguística na Grécia.

Atualmente, não existe documentação oficial sobre política linguística na Grécia. O tema das línguas regionais, minoritárias e imigrantes é politicamente sensível (Kiliari, 2009), uma vez que se cruza com discussões sobre fluxo e controlo de imigração. Embora haja exemplos de escolas que oferecem educação em turco na região da Trácia, a mesma é apresentada como direcionada para a minoria muçulmana, e não existem referências explícitas à língua desta comunidade em documentos políticos. A Grécia não assinou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias em 1992 e parece ser um dos vários países da UE incapazes de a assinar devido a restrições na constituição. Existe a indicação de que em breve poderá ser desenvolvida uma política linguística para regular as línguas estrangeiras, e o Ministério da Educação preparou um inquérito sobre a necessidade de «promover as línguas de origem de estudantes estrangeiros e repatriados» (www.diapolis.auth.gr, 2011).

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta inexistente)

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	apenas falantes nativos	geral	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	não especificado	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	não especificado	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	inexistente	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Turco
LE	Inglês e francês ou alemão

Não existe a obrigatoriedade de provisão pública de línguas estrangeiras no nível pré-escolar, embora as línguas estrangeiras sejam introduzidas numa fase primária e levadas muito a sério. Existe um investimento considerável do setor público e, adicionalmente, da iniciativa privada. Os resultados não refletem adequadamente o montante de investimento nesta fase escolar quer na língua grega quer em línguas estrangeiras. É também na primeira etapa do ensino básico que o turco é oferecido em escolas na região da Trácia para a população estabelecida procedente dos diversos intercâmbios populacionais entre a Grécia e a Turquia. Há mais de 200 escolas que oferecem o turco na primeira etapa do ensino básico, embora o número tenha diminuído nos últimos anos (Συντονιστικό Γραφείο Μειονοτικών Σχολείων – Gabinete de Coordenação de Escolas Minoritárias, 2011). O inglês continua a ser predominante como primeira língua estrangeira oferecida. Verificámos que existe o desejo de disponibilizar mais línguas além do inglês, francês e alemão (sendo que as duas últimas também estão disponíveis). A formação de professores de italiano, francês, algumas línguas balcânicas e turco é limitada e a oferta destas línguas em escolas públicas é escassa. As línguas imigrantes continuam a não estar representadas neste setor e encontramos evidências de que muitas línguas são ensinadas no seio das próprias comunidades.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas R/M e imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	em horário escolar	>10	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	geral	geral	não especificado	
LE	professores de língua	geral	geral	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LE	Inglês é obrigatório Francês e alemão são opcionais
-----------	--

Na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário, é dedicado um número significativo de horas à aprendizagem de línguas estrangeiras, sendo dada grande ênfase à aprovação em exames de língua. Muitas vezes, existe ensino adicional financiado pelas famílias. O inglês é a língua estrangeira obrigatória e existem outras línguas (francês, alemão, italiano e espanhol) opcionais. Há alguma evidência de experiências de AILC (Aprendizagem Integrada de Línguas e Conteúdos) numa escola pública em Salónica, em que o inglês é a língua de instrução. Adicionalmente, aplicações multimédia (como a «Xenios») e as novas tecnologias estão a ser implementadas como parte de uma abordagem intercurricular relativamente ao ensino de língua estrangeira (Tangas, 2006). As línguas imigrantes continuam sem representação neste setor.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas R/M e imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	Instituição A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Instituição B	N/A	N/A	N/A	N/A
	Instituição C	limitada	sem diretrizes	não especificado	total

Ensino superior (em duas universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	todos	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	nacional ou definido na instituição	internacionais e imigrantes	opcional	opcional

As instituições de Ensino e Formação Profissional (EFP) parecem funcionar primordialmente em grego e, nos casos em que existe ensino em outra língua, o mesmo centra-se sobretudo no inglês. A instituição de EFP inquirida em Atenas implementou um grande número de programas de formação em língua grega para refugiados, imigrantes e repatriados disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social. No total, foram implementados 15 programas de 300 horas cada para 323 refugiados, imigrantes e repatriados que, depois, realizaram um exame para obter o certificado de aproveitamento em grego organizado pelo Centro de Língua Grega. Deparamo-nos com problemas de monta para aceder a dados sobre instituições de EFP, que pareciam estar numa fase de transição e, na altura, estavam a ser alvo de uma inspeção por parte do Departamento de Educação

As universidades exibem uma variedade muito maior de línguas, o que pode ter acontecer por influência de programas como o Erasmus. Existem iniciativas que visam satisfazer as necessidades dos estudantes oriundos de diferentes países, mas também oferecer oportunidades de aprendizagem a estudantes gregos em diferentes línguas, quer europeias quer não europeias. Existem evidências de práticas experimentais em escolas criadas por departamentos universitários (por exemplo, o projeto AILC em Salónica é encabeçado pela Universidade Aristóteles de Salónica).

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	legendados	às vezes	às vezes

As comunidades com novas línguas não dispõem de tempo de antena na televisão e na rádio, embora não sejam impedidas de utilizar estes meios de difusão. Os filmes são exibidos com legendas e a dobragem é extremamente rara em programas não dirigidos a crianças. Além disso, um pequeno número de horas de notícias é acompanhado de língua gestual (como exige a Lei Grega N. 2328/1995 (ΦΕΚ Α' 159/3-8-1995). Encontrámos um conjunto variado de jornais à venda em diferentes línguas o que demonstra uma discrepância entre as populações reais e as reconhecidas oficialmente. A variação foi mais elevada na cidade de Atenas.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4						Salónica
3-4		Xanthi				
1-2	Xanthi			Xanthi		

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Educação Turismo	Imigração e integração Turismo

Tivemos uma grande dificuldade em obter os dados para este tópico num momento de convulsão política e económica no país. Parece faltar uma política sistemática relativamente a outras línguas no que respeita à procura e oferta de serviços públicos. Nos casos em que existem outras línguas disponíveis, verificámos que a oferta é ad hoc. O inglês parece predominar nestes contextos. Existe a expectativa de que os utilizadores de serviços públicos sejam proficientes em grego falado e escrito.

8 Línguas nas empresas (em 24 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Conhecimento de programas/ financiamento da UE
prática alargada	9	14	8	1	0	4	1	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/ <i>Intranet</i>	Línguas utilizadas nos <i>software</i> /programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em <i>marketing</i>	Línguas usadas na marca/ identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	1	2	2	0	21	18	20	22	19	20
Inglês comercial	prática alargada	2	4	6	0	10	12	9	12	13	22
Outras línguas	prática alargada	0	2	1	0	0	0	0	1	0	2

As línguas estrangeiras são muito procuradas no setor empresarial, sendo consideradas essenciais, e não apenas desejáveis. No entanto, nas empresas inquiridas, o recrutamento de funcionários com conhecimento de línguas imigrantes parece ser pouco valorizado, embora, na prática, se observe a utilização da maioria das línguas balcânicas na comunicação, dadas as fortes relações empresariais e comerciais com os países vizinhos. Nos casos em que estas línguas não estão presentes no local de trabalho, o inglês é utilizado como língua franca e, como consequência, parece atribuir-se um valor mais elevado ao conhecimento do inglês em ambientes de trabalho. Poucas empresas possuem a política de premiar o conhecimento de línguas ou estruturas de apoio ao multilinguismo. É possível que existam mais políticas deste tipo do que aquelas que os dados mostram, mas não é essa a perceção em termos de multilinguismo.

Principais resultados globais

Existe um investimento significativo de longo prazo na aprendizagem de línguas estrangeiras na Grécia. É também falado conjunto diversificado de outras línguas dos Balcãs e de outras partes do mundo, mas não existe uma discussão aprofundada acerca deste tema, uma vez que se relaciona com debates sobre imigração. Na maioria dos domínios, debatemo-nos com uma relutância geral para a disponibilização de dados, o que acreditamos dever-se em parte à falta de familiaridade em relação a investigações deste tipo e também ao facto de a nossa intervenção ter sido efetuada num pico de crise económica com o país em estado de alerta. O multilinguismo não era considerada uma prioridade por muitos potenciais fornecedores de dados. Existe claramente a necessidade de fazer frente ao monolingüismo grego no estado e nos serviços públicos, e a predominância do inglês em todos os domínios é causa de preocupação. A carência de agências chave a trabalhar sobre o multilinguismo quer no setor estatal quer no setor das ONG pode funcionar como uma barreira para tal, uma vez que a responsabilidade recai sobre académicos, investigadores individuais e outras organizações comunitárias. Estas organizações poderão centrar-se regularmente em alargar a participação e a representação de diferentes comunidades linguísticas – não encontramos evidência deste tipo de iniciativas durante a recolha de dados.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

No que respeita às línguas regionais e minoritárias na primeira etapa do ensino básico, encontramos dois programas na Universidade Aristóteles de Salónica que oferecem ajuda a escolas com repatriados, imigrantes e estudantes Rom. Esta é a única vez em que a comunidade Rom surge representada nos nossos dados. O inquérito que visa promover as línguas de origem é também uma iniciativa muito prometedora. O Ministério da Educação/parcerias universitárias oferecem cursos de grego moderno e cultura grega de uma semana para alunos estrangeiros, professores de grego e bolseiros gregos. Existem bolsas disponíveis para alunos gregos estudarem na União Europeia e em outros países e para frequentarem seminários de graduação, pós-graduação e língua estrangeira. A Fundação Estatal de Bolsas (IKY) atribui bolsas de mobilidade a estudantes e professores, encorajando-os a conhecerem outros sistemas de educação e a familiarizarem-se com a cultura e a língua de outro país europeu (Eurydice 2009/10: 222–223). Estes dados são de 2010 e podem ter-se alterado com o início da crise.

Referências

- Gabinete de Coordenação de Escolas Minoritárias <http://syntonistiko.compulaw.gr/> [Acedido a 2 de dezembro de 2011].
- Eurostat <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=tps00001&tableSelection=1&footnotes=yes&labeling=labels&plugin=1> [Acedido a 2 de dezembro de 2011].
- Hannam, S. and Papatthanasiou, E. (2011) Current Issues and Trends in Language Education in Greece: A Brief Overview. In *Towards a Language Rich Europe – Multilingual essays on language policies and practices*, British Council.
- Kiliari, A. (2009) Language Practice in Greece: The Effects of European Policy on Multilingualism. In *European Journal of Language Policy*. 1/1. pp. 21–28.
- Tangas, P. (2006) Multimedia and Foreign Language Teaching: the Case of Greece. In Grabe, D. & Zimmemann, L. (eds), *Multimedia Applications in Education Conference Proceedings 2006*, FH JOANNEUM, Graz, Austria, pp. 139–48. Disponível em: http://pekpatras.ach.sch.gr/docs/yliko0910/Multimedia_and_Foreign_Language_Teaching_the_Case_of_Greece_Tagkas.pdf [Acedido a 5 de dezembro de 2011]

9 HUNGRIA

Dr. Csilla Bartha

Contexto do país

A Hungria tem uma população de 9 960 000 habitantes.¹ Existem 13 minorias oficialmente reconhecidas,² uma proporção de cerca de 3% do total da população de acordo com os dados dos censos de 2001 e cerca de 8-10% de acordo com estimativas recentes.³

A maior minoria é a dos Rom, que se estima que constitui ou constitua 6 a 10% do total do país e 60% da população minoritária. Está sub-representada em posições de poder e tem um estatuto socioeconómico consideravelmente mais baixo do que o das outras minorias.

A imigração é um fenómeno crescente, verificando-se a presença de 206 909 cidadãos de países terceiros, o que constitui aproximadamente 2% da população. Trata-se de um número muito baixo em comparação com os valores de imigração de outros países europeus. O número e a proporção de pessoas que pertencem aos grupos imigrantes mais significativos são os seguintes: romenos (76 878, 37%), alemães (20 232, 9%), sérvios (16 301, 9%), ucranianos (16 537, 9%), chineses (11 829, 6%) e eslovacos (3%).⁴

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras e as línguas R/M são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da Hungria são (co)financiados na Hungria. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada e ratificada pela Hungria. Na Carta, são reconhecidas oito línguas R/M: croata, alemão, romani, romeno, sérvio, eslovaco, esloveno e boyash. Existe oferta oficial destas nove línguas no ensino nacional ou regional, com apoio da Carta. Além das línguas R/M reconhecidas na Carta, as seguintes línguas R/M são promovidas por documentos oficiais do país: arménio, búlgaro, grego, polaco, ruteno e ucraniano.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística na Hungria, na forma de censos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional e R/M com base numa pergunta sobre a língua materna e sobre a língua falada em casa, bem como numa pergunta sobre a proficiência linguística dos falantes em que se procura saber se são capazes de falar/compreender/ler/escrever essa língua.

Desde 1 de janeiro de 2012, o quadro legal de diversidade linguística e multilinguismo na Hungria mudou. No entanto, no ensaio sobre o nosso país iremos analisar a situação linguística com base na legislação em vigor na altura do preenchimento do questionário do projeto LRE.

A (antiga) Constituição Húngara não contém qualquer disposição explícita sobre a língua oficial do estado. O Artigo 68 define que «a República da Hungria deverá assegurar a proteção das minorias nacionais e étnicas e garantir a sua participação coletiva nos assuntos públicos, na promoção das suas culturas, na utilização dos nomes nas suas línguas nativas».¹

¹<http://portal.ksh.hu/pls/ksh/docs/hun/xftp/gyor/nep/nep21111.pdf>

²E uma minoria linguística estatutariamente reconhecida: as pessoas surdas.

³Edit H. Kontra – Csilla Bartha (2010): Foreign language education in Hungary: Concerns and controversies. In: *Sociolinguistica* 24/2010, pp. 61–84, p. 74.

⁴<http://portal.ksh.hu/pls/ksh/docs/hun/xftp/stattukor/nemzvand/nemzvand09.pdf>

¹A nova constituição húngara de 2011 («Lei Fundamental») reconhece a língua húngara como a língua oficial do estado. Estipula a proteção da língua húngara e da língua gestual húngara como parte da cultura húngara. O Artigo XXIX estipula que «todas as nacionalidades e grupos étnicos que vivem na Hungria deverão ser considerados parte da entidade que forma o estado. Todos os cidadãos húngaros que têm outra nacionalidade têm o direito de assumir e preservar a sua identidade. As minorias nacionais e étnicas terão o direito de utilizar as suas próprias línguas, de utilizar os seus nomes nas suas próprias línguas quer individualmente quer coletivamente, de promover a sua cultura e de receber educação nas suas próprias línguas.» A nova constituição proíbe explicitamente a discriminação com base na origem nacional e na língua.

A Lei LXXVII de 1993 sobre os Direitos das Minorias Nacionais e Étnicas² reconheceu 13 línguas minoritárias: arménio, búlgaro, croata, alemão, grego, línguas ciganas (romani e boyash), polaco, romeno, ruteno, sérvio, eslovaco, esloveno e ucraniano. Além desta lei, o ensino de línguas estrangeiras e minoritárias baseia-se na Lei Pública de Educação de 1993, nos Decretos Governamentais de 1995 sobre o Currículo Nuclear Nacional, nos exames de final de escolaridade («Matura») de 1997 e na Lei de Ensino Superior de 2005.

A Hungria ratificou os dois documentos mais significativos do Conselho da Europa, a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (1992/1995/1998) e a Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais (1995/1998), para as línguas das chamadas minorias tradicionais: croata, alemão, romeno, sérvio, eslovaco, e esloveno. A Lei XLIII de 2008 incluiu as línguas ciganas (romani e boyash) no âmbito do artigo 2(2).

²A distinção terminológica húngara entre «minorias nacionais» e «minorias étnicas» assenta em primeiro lugar em saber se uma minoria tem um «estado de pertença» ou não. Os Rom não têm, pelo que são considerados uma minoria étnica. Em virtude da Lei CLXXIX de 2011 sobre os Direitos das Nacionalidades, que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2012, «nacionalidade» é o novo termo a utilizar em vez de «minorias nacionais e étnicas».

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar

(Oferta de línguas estrangeiras, imigrantes e apoio adicional em língua nacional inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥2 anos	5–10	>1 dia	específica para a disciplina	geral	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Búlgaro, croata, alemão, grego, romani/boyash, romeno, ruteno, sérvio, eslovaco, esloveno
------	---

Existe educação pré-escolar (escolas de minorias nacionais e instituições especificamente bilingues) nas seguintes nove línguas R/M: búlgaro, croata, alemão, romeno, ruteno, sérvio, eslovaco, esloveno e romani/boyash. Os governos locais devem proporcionar educação pré-escolar em línguas R/M numa povoação apenas se a mesma for requerida pelos pais de pelos menos oito alunos. Existem 927 jardins de infância como um programa de educação de minorias (21% de todos os jardins de infância). Mais de 40 000 crianças (12,5% do total de crianças na educação pré-escolar) estão matriculadas em jardins de infância de minorias, havendo mais de 21 000 crianças inscritas em educação minoritária para ciganos, mas apenas 2,4% (aproximadamente 500 crianças) a receber educação na língua romani/boyash.¹ Em muitos casos, os programas minoritários (em todos os níveis do sistema de educação) funcionam como formas encobertas de ensino de língua estrangeira (LE), sobretudo no caso do alemão: as crianças podem não ser oriundas de nenhum tipo de contexto minoritário, mas as escolas usam o rótulo de educação minoritária de forma a obter apoio financeiro adicional.

Embora a educação pré-escolar em línguas estrangeiras se esteja a tornar cada vez mais popular em jardins de infância privados (normalmente pagos), nas instituições públicas não é uma prática comum. Não existe educação pré-escolar em línguas imigrantes.

¹As outras crianças recebem a chamada educação cultural cigana cuja língua de instrução é sempre o húngaro. Nemzeti és Etnikai Jogok Országgyűlési Biztosa, Jelentés a nemzeti és etnikai kisebbségi óvodai nevelés helyzetéről. Budapeste, 2011, pp. 23–42. <http://www.kisebbségiombudsman.hu/data/files/205104474.pdf>

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do 1.º ano	parcialmente em horário escolar	5–10	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	>10	definida na escola	normas escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Búlgaro, croata, alemão, grego, polaco, romani/boyash, romeno, ruteno, sérvio, eslovaco, esloveno
LE	Inglês, francês, alemão, italiano, russo: uma destas línguas é obrigatória Latim: opcional

Existem 608 instituições com programas educativos de línguas R/M (26,5% de todas as escolas da primeira etapa do ensino básico). Estão inscritas no ensino de línguas R/M mais de 100 000 crianças (14% de todos os alunos das escolas da primeira etapa do ensino básico). As comunidades arménia, ucraniana e polaca não contam com ensino de língua minoritária no seio do sistema de educação pública e 92% das crianças Rom não são ensinadas em romani/boyash.¹ Mais de metade dos alunos recebe ensino minoritário em alemão, uma vez que as atitudes e decisões positivas dos pais são influenciadas pelo valor de mercado percebido da variante padrão da língua alemã.

Na primeira etapa do ensino básico, são disponibilizadas as seguintes cinco línguas estrangeiras: inglês, francês, alemão, italiano e russo. É obrigatória uma língua estrangeira a partir do quarto ano do ensino básico. O ensino de línguas imigrantes não é uma prática comum, exceto numa escola básica sino-húngara de Budapeste.

¹ Nemzeti és Etnikai Jogok Országgyűlési Biztosa, Jelentés a nemzeti és etnikai kisebbségi óvodai nevelés helyzetéről. Budapeste, 2011, pp. 33–42. <http://www.kisebbségiombudsman.hu/data/files/205104474.pdf>

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	ligado ao QECR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	algum apoio financeiro

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Romani, boyash
LE	Obrigatórias: inglês, alemão, francês, italiano, russo, espanhol Opcional: chinês, latim

Em princípio, os alunos são livres de escolher a língua estrangeira que desejam estudar. Na prática, as línguas estrangeiras disponíveis na segunda etapa do ensino básico são o inglês, o francês, o alemão, o espanhol, o italiano e o russo. No ensino secundário, há outras línguas disponíveis (por exemplo, boyash, chinês, romani, etc.). Ainda assim, infelizmente, na Hungria o número de alunos que aprendem apenas uma língua estrangeira é muito alto (57,2%; média da UE: 33,4%).¹

¹Eurostat (2009): European day of languages. Eurostat News Release, Stat 09/137.
<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=STAT/09/137&type=HTML>

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	total
	Instituição B	não especificado	geral	N/A	total
	Instituição C	ampla variedade	geral	N/A	parcial
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QEER	total
	Instituição B	não especificado	geral	não especificado	total
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	parcial

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	não especificado	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade C	nacional, estrangeiras e R/M	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QEER	internacionais e imigrantes	opcional	opcional

O ensino de línguas nacionais e R/M não desempenha um papel importante no EFP e no ensino universitário.

Todas as universidades inquiridas no âmbito do projeto *Language Rich Europe* contam com oferta de cursos em que a língua de instrução é uma língua estrangeira (principalmente o inglês, o alemão e o francês). Algumas universidades fornecem todo o seu período de instrução (pago) numa língua estrangeira, tentando assim atrair alunos estrangeiros.

Existem seis instituições de ensino superior que formam professores de língua minoritária. A formação de professores de arménio e de ruteno é completamente inexistente. Seis instituições de ensino superior fornecem formação para professores de ensino básico das línguas croata, alemã, romani/boyash, sérvia, eslovaca e romena. Sete instituições contam com programas formação de educadores de infância de minorias em croata, alemão, romani/boyash, sérvio, eslovaco, esloveno e romeno. Dado o decréscimo do número de alunos que optam pela formação de professores de minorias, o funcionamento ininterrupto de um sistema de ensino público minoritário está já em risco – exceto no caso do alemão.¹

¹Nemzeti és Etnikai Jogok Országgyűlési Biztosa, Jelentés a nemzetiségi felsőoktatás helyzetéről, Budapest, 2011, pp. 4–7.
www.kisebbségiombudsmann.hu/data/files/223936615.pdf

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
dobradas	dobrados	regularmente em Budapeste nunca em Pécs and Debrecen	às vezes

Os meios de comunicação social na Hungria são dominados pela língua nacional. No entanto, são disponibilizados programas de rádio e televisão em línguas R/M em canais públicos, e existem algumas estações de rádio que funcionam inteiramente em línguas R/M (por exemplo, a MR4 e a Radio C). Os programas de televisão em outras línguas além do húngaro são geralmente dobrados em húngaro. A interpretação em língua gestual é disponibilizada em eventos mediáticos importantes. De acordo com a Lei da Língua Gestual Húngara, a emissora de televisão pública deverá assegurar que durante o seu serviço de transmissão todos os anúncios e noticiários de interesse público, filmes e programas de serviço público se encontram disponíveis com legendagem em húngaro ou interpretação em língua gestual, durante um período fixo de horas a partir de 2010, e inteiramente a partir de 2015.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Debrecen		Debrecen		Debrecen
3-4	Budapest Pécs	Budapest Pécs				
1-2	Debrecen		Budapest Debrecen	Pécs	Budapest Pécs Debrecen	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Educação Serviços sociais Emergência Serviços Legais Imigração e integração	Serviços sociais Serviços Legais Imigração e integração Turismo Emergência

A administração pública das três cidades húngaras inquiridas caracteriza-se por um perfil multilingue moderado. A maioria das cidades presta serviços na forma oral e/ou escrita em línguas estrangeiras – e ocasionalmente em línguas R/M — mas não se verifica a presença de estratégias linguísticas institucionalizadas. Podem ser usados intérpretes, embora não sejam empregados de forma permanente. O repertório de línguas além do húngaro é dominado pelo inglês e, em menor medida, pelo alemão. Em áreas com comunidades minoritárias, a língua das mesmas pode também surgir nos serviços públicos.

8 Línguas nas empresas (em 21 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Conhecimento de programas/ financiamento da UE
prática alargada	3	5	11	6	0	3	1	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas nos software/ programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/ identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	2	0	2	1	18	17	17	16	16	18
Inglês comercial	prática alargada	2	0	3	3	12	11	9	6	14	13
Outras línguas	prática alargada	1	0	1	0	1	1	1	1	1	5

Em geral, as empresas inquiridas no âmbito do projeto *Language Rich Europe* na Hungria têm um perfil linguístico baixo. Um terço destas empresas conta com alguma forma de política linguística, mas o investimento em competências linguísticas para os seus funcionários não é elevado. Na maior parte dos casos, as competências linguísticas são adquiridas antes da obtenção do emprego. Aproximadamente metade das empresas fornece alguma formação de inglês comercial aos funcionários, ao passo que apenas algumas oferecem apoio em húngaro a falantes não nativos. A língua nacional e o inglês são as principais línguas utilizadas, seguidas do francês e do alemão.

Principais resultados globais

A Hungria é conhecida como um país monolíngue; no entanto, a realidade é diferente. É impossível dar uma resposta exata à pergunta: o plurilinguismo na sala de aula e o multilinguismo na sociedade em geral são reconhecidos na Hungria, dado que existem várias formas educativas e diferentes tipos de escolas? Mesmo entre o mesmo tipo de escolas, existem enormes diferenças em termos da eficiência da educação. Existem três tipos principais e dois tipos adicionais de programas educativos para minorias: os três tipos principais são o ensino de língua materna, bilingue e de língua, e os tipos adicionais são o reforço académico para minorias ciganas e o ensino suplementar para minorias.

Existem escolas públicas que se especializam no apoio ao ensino de língua estrangeira e à educação bilingue. Nestas instituições, o apoio para o ensino de línguas além da língua nacional ocorre normalmente a um nível alto, ao passo que o ensino geral se caracteriza por um nível mais baixo neste respeito.

A maioria das pessoas das comunidades rom ou surda partilha um conjunto de características comuns. Juntamente com a longa tradição de serem avaliadas tendo em conta o grau de reconhecimento da sua língua (romani e língua gestual respetivamente), estas características incluem o grau mais alto ou mais baixo de exclusão social, que está ligado a uma baixa taxa de emprego, situação social débil, poucas oportunidades no mercado de trabalho e profunda pobreza. Todas estas características estão intimamente relacionadas com o baixo nível de educação e a alta taxa de desistência do ensino público de uma parte significativa dos jovens rom ou surdos.

A ausência de línguas imigrantes na educação, nas empresas e na administração pública deve-se sobretudo ao número relativamente baixo de imigrantes. A maioria é composta de pessoas de origem húngara que falam húngaro como língua materna e que vêm de países vizinhos. A proporção de alunos estrangeiros na educação pública é igualmente baixa.¹

Embora o quadro legal de apoio às línguas imigrantes e o ensino em língua estrangeira estejam bem estabelecidos, existe ainda muito por fazer no que se refere à implementação prática do multilinguismo.² As estatísticas fornecidas pelo Eurobarómetro Especial 243 em 2006 indicam que apenas 42% da população é de facto capaz de manter uma conversa em pelo menos uma língua estrangeira, ao contrário da média da UE de 56%.³

¹ Illés Katalin – Medgyesi Anna (2009): Migráns gyermekek oktatása. Menedék – Migránsokat Segítő egyesület. Az Európai Unió Európai Integráció Alapjának támogatásával megvalósuló program kiadványa. www.menedek.hu/files/20090831konyv_belso.pdf

² Edit H. Kontra – Csilla Bartha (2010): Foreign language education in Hungary: Concerns and controversies. In: Sociolinguistica 24/2010. pp. 61–84. at p. 68.

³ Comissão Europeia (2006): Os Europeus e as suas línguas 2005. ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_243_en.pdf

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

Existe uma multiplicidade de iniciativas prometedoras e de desenvolvimentos inovadores no que respeita à oferta de Língua Gestual Húngara para surdos, bem como da língua romani e boyash na Hungria. Entre elas contam-se: a implementação da nova Lei da Língua Gestual; dois novos programas na Universidade Eötvös Loránd – *Licenciatura em Língua Gestual Húngara e Ensino de Inglês como Língua Estrangeira a Aprendentes Surdos*; a *Kedves Ház* (Boa Casa) em Nyírtelek; o «programa *Pedellus*» em Ózd; o projeto escolar *Dr. Ámbédkar School* em Sajókaza; e a *Fundação Pública Gandhi* e a *Escola Secundária* em Pécs.¹ No campo do ensino de língua estrangeira, merece referência o *Projeto Língua do Mundo*, que decorreu de 2003 a 2007 sob a forma de vários subprogramas.²

Embora se verifique a assimilação linguística entre as comunidades minoritárias, é possível notar atitudes positivas em relação às competências multilingues, estando as gerações jovens altamente motivadas para a aprendizagem de línguas estrangeiras. A língua russa tem também um valor de mercado crescente, o que é forte evidência de que a Hungria foi capaz de ultrapassar o preconceito ideológico em relação a práticas antigas de ensino de língua estrangeira.

¹ Bartha Csilla – Hámori Ágnes (2011): Cigány közösségek, nyelvi sokszínűség és az oktatás nyelvi kihívásai – magyarországi helyzetkép. In: Európai Tükör, XI. évfolyam, 3. szám, pp. 107–131. www.kormany.hu/download/7/1b/20000/europai_tukor_2011_03.pdf

² Fischer Márta – Öveges Enikő (2008): A Világ–Nyelv pályázati csomag háttere és megvalósítása (2003–2006). Áttekintő tanulmány. www.okm.gov.hu/letolt/vilagnyelv/vny_fischer_oveges_090115.pdf

10 ITÁLIA

Monica Barni

Contexto do país

O italiano é utilizado como língua principal por cerca de 90% da população italiana (ISTAT, 2007). Trata-se de uma mudança radical em relação aos séculos de tradição de italiano idiomático, caracterizados pela predominância das línguas locais.

Antes da Unificação da Itália (1861), o italiano foi a língua utilizada durante séculos como a língua literária. No entanto, era apenas falado na áreas florentina-toscana e romana (De Mauro, 1963, 1979, 1994). Depois de 1861, a unificação política do país determinou a necessidade de unificação linguística e a utilização de uma língua padrão. Como consequência, em 150 anos verificou-se um acentuado decréscimo na utilização de dialetos. Aproximadamente 6,4% da população fala agora apenas o dialeto dentro e fora de casa, com mais de 40% dos italianos a afirmarem que usam o italiano e o dialeto, dependendo do contexto. Da mesma forma, algumas línguas R/M resistiram, ao longo dos tempos, às forças de unificação e são faladas por 3,9% da população (ISTAT, 2007).

Apesar da difusão geral do italiano padrão, utilizado pela grande maioria da sociedade italiana, a Itália continua a apresentar uma identidade linguística caracterizada por um vasto leque de dialetos, variedades e registros, que a coloca entre os países que, mesmo nos dias de hoje, apresentam um índice relativamente elevado de diversidade linguística (http://www.ethnologue.com/ethno_docs/distribution.asp?by=country). A este panorama complexo, acresce, nos últimos anos, um novo fator: a imigração de pessoas de alguns dos países mais pobres. Os estrangeiros em Itália totalizam atualmente mais de 5 000 000 de pessoas – um imigrante em cada 12 residentes (Caritas, 2011). Não existem censos atuais referentes às línguas imigrantes, mas investigação levada a cabo em diversas áreas da Itália estima que existem aproximadamente 200 línguas novas no país (Bagna, Barni, Vedovelli, 2006; Barni, 2008). A imigração na Itália caracteriza-se pela policentricidade do país de origem, por várias modalidades de estabelecimento no território do ponto de vista quantitativo e qualitativo (duração, tipo de permanência, projetos de imigração, etc.). Hoje, não existe nenhuma área em Itália onde não se verifique a presença de imigrantes e em que não possam atuar como um fator de mudança linguística no sentido ascendente (Vedovelli, 2010).

A configuração do espaço linguístico italiano, entre o extremo de procurar um estado monolíngue e o do plurilinguismo presente e renovado, reflete-se nos resultados da investigação.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras e um conjunto de línguas R/M são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da Itália são (co)financiados em mais de 30 países na Europa e fora da Europa. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada pelo governo, mas não foi ratificada pelo parlamento de Itália. No entanto, a nível nacional, são reconhecidas, protegidas e/ou promovidas as seguintes 12 línguas R/M em documentos ou na legislação oficial do país: albanês, catalão, croata, franco-provençal, francês, friulano, alemão, grego, ladino, occitano, sardo e esloveno. Existe habitualmente oferta de ensino nas regiões onde estas línguas são faladas.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística na Itália, na forma de inquéritos *periodicamente* atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional e R/M, com base numa pergunta sobre a língua falada em casa.

Embora na Constituição (1946) não seja feita qualquer referência ao italiano como língua oficial da República, apenas cerca de 50 anos depois é que as línguas R/M foram reconhecidas e protegidas pela lei (482/1999). Tal reconhecimento não foi ratificado na Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (CELRM) do Conselho da Europa.

Em 2010, foi introduzido um teste de italiano para imigrantes que solicitassem residência de longo prazo (D.M. 4/06/2010) e, em 2011, a competência em língua italiana tornou-se um dos fatores fundamentais do acordo de integração entre um imigrante e o estado (D.P.R. 14/09/ 2011, n. 179).

No que respeita a documentação em línguas, a Itália surge numa posição inferior a outros países europeus, não tendo os últimos censos (2011) incluído sequer uma pergunta referente às línguas ou dialetos. Um passo positivo é revelado nos inquéritos *Multiscopo*, tendo o mais recente dos mesmos, realizado em 2006, mostrado a pluralidade de línguas presentes hoje e utilizadas diariamente pelos italianos (ISTAT, 2007). É preciso ainda fazer uma investigação geral sobre línguas imigrantes que vá para além dos dados individuais de situações locais.

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar

(Oferta de línguas estrangeiras, imigrantes e apoio adicional em língua nacional inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥ 2 anos	nenhum	>1 dia	inexistente	geral	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Albanês, croata, francês, franco-provençal, friulano, alemão, grego, ladino, occitano, sardo, esloveno
-------------	--

Em geral, os modestos resultados obtidos nos domínios da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário mostram que é prestada pouca atenção a outras línguas, quer estrangeiras, quer imigrantes. Os resultados nestes domínios podem estar relacionados com o baixo nível de competências de muitos italianos em línguas estrangeiras, documentado em estudos como o Eurobarómetro (2006) e o Eurydice/Eurostat (2008).

Em geral, os resultados evidenciam que existe espaço para melhoria desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário, no que respeita à variedade de línguas oferecidas, à organização da aprendizagem e à formação de professores de língua. Além disso, é preciso salientar que, de todas as línguas estrangeiras, o inglês é a língua mais ensinada e incentivada em todos os níveis de escolaridade.

Na educação pré-primária, as únicas línguas disponibilizadas, além do italiano, são as línguas R/M, e apenas na áreas em que são faladas, graças à proteção legal. Não existe oferta de qualquer língua estrangeira ou imigrante.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	geral	inexistente	inexistente	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	inexistente	não especificado	total
LE	todos	geral	inexistente	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	geral	
LR/M	professores de ensino geral	geral	geral	
LE	professores de ensino geral	inexistente	geral	inexistente

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Albanês, catalão, croata, francês, franco-provençal, friulano, alemão, grego, ladino, occitano, sardo, esloveno
LE	Inglês: obrigatório

Na primeira etapa do ensino básico, o inglês é a única língua disponibilizada, e o forte apoio que recebe em todos os níveis de escolaridade é justificado pelo facto de se tratar de uma língua que será utilizada pelos alunos no futuro. Não são tidos em consideração inquéritos e estudos, como o ELAN (2006), que realçam que outras línguas são também importantes no campo do trabalho. Houve outras línguas faladas em casa por alunos oriundos de um contexto de imigração que entraram nas escolas (estão presentes em aproximadamente 90% das escolas públicas), mas a manutenção das mesmas não é um dos objetivos educativos. O mesmo se aplica no que respeita ao apoio estruturado para a aprendizagem do italiano como língua segunda (L2), embora este aspeto possa ser introduzido em projetos de escolas individuais. Por outro lado, o reconhecimento e a proteção das línguas R/M têm consequências positivas na educação, em termos de organização e formação de professores, em áreas onde as línguas R/M são faladas.

Na primeira etapa do ensino básico, o perfil italiano é mais baixo do que em outros países, quer em termos de organização quer em termos de ensino de língua estrangeira. Estes resultados devem-se à ausência de um currículo coerente, de supervisão regular e de requisitos explícitos quanto ao nível de proficiência a ser alcançado. A estes, juntam-se outros fatores que têm consequências diretas na oferta linguística no sistema educativo, incluindo a falta de formação inicial e contínua para professores de línguas estrangeiras na primeira etapa do ensino básico e a ausência de uma cultura de avaliação linguística em Itália (Machetti, 2010), quer ao nível da investigação, quer ao nível da formação de professores. Tudo isto tem um impacto direto sobre as atitudes das escolas e dos professores em relação à testagem e avaliação linguística (Barni, Machetti, 2005). O mesmo acontece nos outros níveis de escolaridade.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	geral	inexistente	inexistente	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	inexistente	normas escolares	total
LE	todos	geral	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	geral	geral	ligado ao QECR	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	NA	
LE	professores de língua	geral	geral	normas nacionais ou regionais	inexistente

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Albanês, catalão, croata, franco-provençal, francês, friulano, alemão, grego, ladino, occitano, sardo, esloveno
LE	Inglês e outra língua estrangeira: obrigatórias na segunda etapa do ensino básico. Inglês: obrigatório no ensino secundário (à exceção das escolas com programas relacionados com a aprendizagem de línguas)

As escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário exibem resultados relativamente melhores. A presença de uma segunda língua estrangeira em escolas da segunda etapa do ensino básico e a oferta de línguas R/M são fatores que contribuem para o aumento da riqueza linguística. No ensino secundário, porém, o inglês volta a dominar. São disponibilizadas mais línguas (sobretudo, francês, alemão e espanhol) apenas em instituições educativas onde o objetivo principal é a aprendizagem de línguas.

Não é ainda possível prever os efeitos da recente introdução de legislação relativa à metodologia de *Aprendizagem integrada de línguas e conteúdos* (AILC) (DD.PP.RR. 87, 88, 89 15/03/2010) no último ano do ensino secundário (iniciada nas escolas de línguas a partir do terceiro ano), uma vez que a formação de professores para este objetivo ainda não foi iniciada e, além disso, a iniciativa é apoiada por um orçamento limitado. O mesmo acontece em relação à introdução de cursos de mestrado e de formação inicial de professores de ensino básico e secundário (D.M. 10/09/ 2010, n. 249).

Tal como se verifica em outros níveis de escolaridade, o reconhecimento e de línguas imigrantes e o apoio às mesmas é completamente inexistente nas escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	Instituição A	NA	NA	NA	NA
	Instituição B	limitada	coerente e explícito	NA	parcial
	Instituição C	NA	NA	NA	NA
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	parcial
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	parcial
	Instituição C	limitada	geral	não especificado	parcial
LI	Instituição A	limitada	geral	não especificado	inexistente

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	não especificado	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	não especificado	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade C	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional

Como em outros domínios educativos, no ensino pós-secundário e superior a oferta linguística geral nas cidades de amostra – Roma, Milão e Trieste – continua mais ou menos ligada às línguas europeias, com a língua inglesa muito acima das restantes.

No ensino profissional, o ensino de italiano destaca-se dado o número de estrangeiros adultos para os quais o ensino público de adultos é o único meio de aprendizagem da língua da sociedade em que vivem e trabalham. Em todo o caso, sabemos que o número de imigrantes que investem em formação de língua é baixo em comparação com o real número de imigrantes que vivem em Itália. Os efeitos do Decreto Ministerial de 4 de junho de 2010 – que decretou a obrigatoriedade de aprovação no exame de italiano de nível A2 para a obtenção de uma autorização comunitária de residência de longo prazo – e do recente acordo de integração, que introduz a competência em italiano como um requisito para viver e trabalhar na Itália, ainda não podem ser calculados.

Nas três universidades inquiridas, a gama de língua é alargada, mas as línguas disponibilizadas encontram-se sobretudo em Faculdades de Humanidades.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
dobradas às vezes legendadas em Trieste	dobrados	nunca regularmente em Trieste	nunca

O leque de línguas nos meios de comunicação social é também muito reduzido. A prática de dobragem de filmes e de programas de televisão produzidos no estrangeiro não ajuda na tomada de contacto com outras línguas. A única língua disponível ocasionalmente é o inglês e de forma muito limitada. O esloveno, como língua R/M, tem alguma presença em Trieste.

Os resultados são melhores no que respeita aos jornais. As línguas disponíveis refletem quer a presença de comunidades imigrantes, quer a de turistas, sendo a maioria dos jornais em línguas europeias. De facto, é preciso não esquecer que a Itália é o destino de milhões de turistas todos os anos. Em 2010, a Itália teve 44 milhões de visitantes, um quinto dos quais alemão. Os cinco principais países (que, além da Alemanha, são a França, a Áustria, a Suíça e o Reino Unido) representam quase 60% dos visitantes (RTBicocca, 2011). A presença de jornais à venda nestas línguas parece ser motivada pela necessidade de satisfazer a procura por parte destes visitantes e não pelo facto de os italianos aderirem a estas línguas. É preciso não esquecer também que a média de leitores italianos de livros e jornais está muito abaixo a média europeia (ISTAT, 2011; De Mauro, 2011). Os jornais em esloveno, croata e albanês em Trieste refletem a proximidade geográfica e cultural dos países em que estas línguas são faladas e a histórica abertura desta cidade em relação aos Balcãs.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4	Milão	Roma Milão Trieste	Milão			Milão Trieste
3-4					Milão	
1-2	Roma		Roma Trieste	Roma Trieste	Roma Trieste	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Saúde Turismo Emergência Serviços legais Transportes	Turismo Emergência Saúde Imigração Transportes

Nenhuma das três cidades escolhidas para a investigação tem estratégias institucionais significativas relativas à promoção do multilinguismo. As competências linguísticas não são geralmente consideradas um requisito importante para os funcionários na altura em que são contratados, como uma estratégia de carreira, ou como forma de formação no local. Nos serviços públicos de Trieste, verifica-se a presença do esloveno na forma de comunicação oral e escrita.

Nestes dois últimos contextos o perfil geral da Itália melhorou porque nas instituições das câmaras municipais, especialmente nos serviços destinados aos residentes, está a ser dada mais atenção a outras línguas devido ao aumento da procura por parte dos imigrantes. Esta situação é evidenciada pela publicidade informativa e pelos serviços de mediação que se encontram sobretudo em línguas como o chinês, o árabe, o romeno, o russo e o albanês – as línguas das comunidades imigrantes presentes em Itália. No entanto, mesmo nestes serviços, as línguas europeias são mais predominantes, quer pela sua utilização no turismo quer pelo seu amplo uso por parte dos imigrantes (em particular o francês e o espanhol).

8 Línguas nas empresas (em 24 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Conhecimento de programas/ financiamento da UE
prática alargada	7	10	6	2	0	3	5	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas nos software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/ identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	2	2	3	4	24	21	24	21	24	20
Inglês comercial	prática alargada	4	2	6	5	5	5	5	6	10	10
Outras línguas	prática alargada	2	1	3	2	2	1	2	2	2	3

Na área empresarial, a Itália obteve resultados comparativamente mais baixos, confirmando o que já tinha vindo a luz noutra investigação (ELAN, 2006). As empresas (especialmente as pequenas e médias empresas, que são essenciais para a economia italiana) não estão sensibilizadas para o facto de que a baixa competência em línguas estrangeiras limita a possibilidade de internacionalização num mercado cada vez mais global. A pouca importância atribuída ao inglês é também surpreendente, sendo esta língua considerada importante em apenas certas categorias de funcionários. Os resultados da Itália são mais baixos do que os de outros países quer no inglês comercial quer em outras línguas. A maioria das empresas inquiridas usa a língua nacional na marca e no *marketing*, nos documentos utilizados no local de trabalho, na *intranet* e no seu sítio Web, o que diminui a potencial de alcançar mercados internacionais e é particularmente grave no caso das médias e grandes empresas. Uma consequência é a afirmação por parte das empresas inquiridas de que não fazem muito uso de tradutores internos ou externos. Podemos considerar esta situação um sinal da atitude de relutância exibida pelas empresas italianas em relação aos mercados estrangeiros e, por conseguinte, pelas empresas estrangeiras de fazer investimentos na Itália? Como sabemos (Land, 2000), a presença e a utilização de línguas diferentes desempenha um papel fundamental na tentativa de persuadir as empresas a terem em consideração um local como sede da empresa.

Principais resultados globais

Em conclusão, a investigação confirma que a sociedade italiana está a viver um período geral de «questão de línguas», e que existe um receio dominante da diversidade linguística (Vedovelli, 2010). Consequentemente, a competência em línguas é baixa, quer nas línguas mais faladas quer nas menos conhecidas, mas igualmente importantes para as pessoas que as falam, uma vez que proporcionam uma ligação com a Itália e ajudam aos negócios em novos mercados.

A causa pode ser encontrada em primeiro lugar no monolinguismo que foi uma característica distintiva da política educativa depois da Unificação da Itália e reforçada por uma recusa geral da sociedade em relação às línguas de outros. Em segundo lugar, é o resultado da ineficiência das ações institucionais levadas a cabo pelo Estado, caracterizadas pela desadequação do recursos, da organização e formação de professores e por revelarem uma falta de ligação sistemática com o mundo empresarial. Nas escolas, o enfoque incide exclusivamente no inglês, que – antes de mais – é ensinado com recursos limitados, o que muitas vezes torna o esforço de professores ou escolas individuais ineficaz. Ainda hoje, entre os jovens que atingiram o fim da sua escolaridade, existe um grande número de casos de «competência escolástica» numa língua estrangeira; um eufemismo que alude diretamente a uma falta de competência.

As línguas imigrantes presentes atualmente em Itália constituem um fator de neoplurilinguismo que pode contribuir para tornar o nosso país menos receoso da diversidade linguística. No entanto, esta oportunidade é ainda ignorada.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

A introdução da metodologia AILC no ensino secundário e dos cursos de mestrado e de formação de professores poderão dar azo a iniciativas prometedoras, mas os efeitos destas medidas ainda não podem ser determinados. A recente introdução de um ano de formação (TFA, DM 249/2010 e Decreto Ministerial 31/2012) para professores novos nas escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário tem como objetivo a abertura de cursos para professores de chinês, árabe, japonês, grego moderno e esloveno, além do inglês, francês, alemão e russo habitualmente disponibilizados. Esta pode vir a ser uma iniciativa importante para a promoção do multilinguismo e o reconhecimento das línguas R/M e imigrantes.

Existem algumas iniciativas e projetos-piloto prometedores a ser levados a cabo por escolas e professores individuais, que são o testemunho da capacidade que os professores têm de dar respostas criativas, por exemplo quando alunos que não falam a língua nacional chegam às suas aulas. Em alguns casos, estão identificados e documentados a nível regional, em particular pelas autoridades regionais (como as da Toscana, Lombardia, Emilia Romagna e Trentino Alto-Adige) que fornecem mais apoio às línguas. No entanto, em muitos casos, estas iniciativas são particulares da escola ou do professor e não são prosseguidas ao longo da escolaridade dos alunos.

Referências

- Bagna C., Barni M., Vedovelli M., 2007, *Italiano in contatto con lingue immigrate: nuove vie del plurilinguismo in Italia*. In C. Consani, P. Desideri (a cura di), *Minoranze linguistiche. Prospettive, strumenti, territori*. Roma, Carocci: 270–290.
- Barni M., 2008, *Mapping immigrant languages in Italy*. In M. Barni, G. Extra (eds.), *Mapping linguistic diversity in multicultural contexts*, Berlin, Mouton de Gruyter: 217–242.
- Barni M., Machetti S., 2005, *The (lack of) professionalism in language assessment in Italy*, poster abstract presented at the 2nd EALTA Conference, Voss, Norway, June 2–5, 2005.
- Caritas/Migrantes, *Immigrazione. Dossier statistico 20011*, Roma, Idos.
- De Mauro T., 1963, *Storia linguistica dell'Italia unita*, Bari, Laterza.
- De Mauro T., 1979, *L'Italia delle Italie*, Firenze, Nuova Guaraldi.
- De Mauro T. (a cura di), 1994, *Come parlano gli italiani*, Fondazione IBM Italia, Firenze, La Nuova Italia.
- De Mauro T., 2011, *Per la storia linguistica dell'Italia contemporanea*, "Italice", 88, 1: 40–58.
- ISTAT, 2007, *La lingua italiana, i dialetti e le lingue straniere*, Anno 2006, http://portal-lem.com/images/it/Italie/Lingue_e_dialetti_e_lingue_straniere_in_Italia.pdf.
- ISTAT, 2011, *La lettura dei libri in Italia*, Anno 2010, <http://www.istat.it/it/archivio/27201>.
- Land A. (2000), *Languages speak volumes for global businesses*. In P. Baker, J. Eversley (eds.), *Multilingual Capital*, London, Battlebrige Publications.
- Machetti S., 2010, *Valutazione linguistica e formazione professionale. Un dibattito aperto*. In M. Mezzadri (a cura di), *Le lingue dell'educazione in un mondo senza frontiera*, Perugia, Guerra Edizioni: 293–302.
- RTBicocca, 2011, *Turismo Internazionale*, Anno 2010, <http://www.rtbicocca.it/studi/category/5-turismo>.
- Vedovelli M., 2010, *Prima persona plurale futuro indicativo: noi saremo*, Roma, Edup.

11 LITUÂNIA

Irena Smetonienė e Julija Moskvina

Contexto do país

De acordo com os dados preliminares dos censos à população e habitação de 1 de março de 2011, existem 3 054 000 de residentes ordinários na Lituânia. Em comparação com os dados de 2001 (3 484 000), o número de residentes lituanos diminuiu em 12% (430 200 pessoas). A principal causa deste declínio é a emigração (76%) – 328 300 cidadãos saíram do país e apenas 64 200 entraram. Um crescimento natural negativo da população teve também um impacto significativo no declínio da população (24%, ou 101 900 pessoas).

Os cidadãos lituanos têm várias origens étnicas. Os dados recolhidos durante os censos de 2001 mostram que existem 115 nacionalidades a viver na Lituânia, mas apenas 29 nacionalidades têm 100 representantes ou mais.

Os lituanos constituem a absoluta maioria dos residentes na Lituânia (83,5% em 2001). Os últimos censos sugerem que a população na Lituânia está a tornar-se cada vez mais homogénea.

A composição étnica mais diversa encontra-se em Vilnius: em 2001 os lituanos compunham 57,8%, os polacos 18,7% e os russos 14% da população total. A segunda cidade em termos de composição étnica é Klaipėda que tem 71,3% de lituanos, 21,3% de russos e aproximadamente dois por cento de ucranianos e bielorrussos.

O fluxo de pessoas a entrar na Lituânia é relativamente pequeno, e diminuiu ainda mais devido à recente recessão económica. De acordo com o Departamento de Estatística, em 2010, a Lituânia recebeu 5231 pessoas de países estrangeiros, sendo o número de imigrantes por 1000 habitantes de 1,6 (face aos 2,8 de 2008). A maioria dos recém-chegados é composta por cidadãos da República da Lituânia que regressam para viver no país natal.

Em 2001, os censos revelavam que 40% da população total sabe uma língua além da sua língua materna, um quarto da população sabe duas línguas e cerca de seis por cento sabe três ou mais línguas além da língua nativa (o nível de proficiência não foi inquirido).

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras e as línguas R/M são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da Lituânia são (co)financiados na Bielorrússia, na Geórgia, na Letónia, na Moldávia, na Polónia, na Rússia e na Ucrânia. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* não foi assinada/ratificada pela Lituânia. No entanto, a nível nacional, são reconhecidas, protegidas e promovidas três línguas em documentos ou na legislação do país; o russo, o polaco e o bielorrusso. Estas três línguas e o hebreu são também disponibilizadas oficialmente no ensino.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística na Lituânia, na forma de censos periodicamente atualizados. Estes mecanismo de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante com base numa pergunta sobre a língua materna.

A Lituânia dá particular atenção ao estatuto e à utilização da língua estatal. Em 1995, foi adotada a Lei sobre a Língua do Estado da República da Lituânia e agora foi apresentada uma revisão desse documento ao Seimas. O objetivo desta lei é determinar os domínios da proteção e da utilização da língua do estado; os deveres das autoridades e das instituições públicas no que respeita à língua do estado; o direito dos cidadãos de usarem a língua do estado em vários domínios; e as garantias nacionais ao apoio e à proteção da língua do estado. A lei permite uma política mais transparente e racional para a língua do estado, ajuda a assegurar o funcionamento do lituano em várias esferas da vida e promove a consolidação e melhoria da unicidade, riqueza e vitalidade da língua lituana – o maior ativo comum da população da Lituânia – no contexto de uma comunidade europeia de nações multiculturais e multilingues.

No que respeita aos direitos das minorias étnicas, incluindo o direito de preservarem as suas próprias línguas e culturas, a Lituânia assumiu tantas responsabilidades quanto possível em termos da proteção dos direitos das minorias. O Artigo 29 da Constituição Lituana declara que uma pessoa não pode ver os seus direitos restringidos com base na sua nacionalidade ou língua. O artigo segue a tradição clássica do conceito de direitos humanos que coloca a discriminação com base na língua ao mesmo nível daquela que se baseia na raça ou no género. Em comparação, o Tratado de Maastricht (Tratado da União Europeia) não faz qualquer referência à discriminação baseada na língua. Entre 1989 e 2009, a utilização de outras línguas foi regulada pela Lei das Minorias Étnicas. Atualmente, o

multilinguismo na educação é regido por leis específicas e pela Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais do Conselho da Europa (ratificada a 8 de março de 2000). A Lituânia, tal como oito outros membros da UE, não ratificou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, uma vez que acredita que as autoridades da UE deveriam rever os conceitos de minorias regionais e étnicas e adotar uma nova abordagem em relação à promoção da diversidade linguística e cultural na Europa. Esta abordagem deveria também refletir a nova realidade – o facto de em alguns estados membros a

língua do estado se encontrar na posição de língua falada por uma minoria da população, e não pela maioria.

A abordagem da Lituânia em relação ao multilinguismo reflete-se também nos censos à população. Em todos os censos, os cidadãos foram inquiridos acerca das línguas que conhecem, mas, em 2011, o questionário dos censos foi melhorado. Para recolher dados sobre o bilinguismo/multilinguismo, os cidadãos tinham a opção de declarar duas ou mais línguas nativas em vez de uma.

LN=Língua(s) Nacional(is)

LE=Língua(s) Estrangeira(s)

LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)

LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas estrangeiras, imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥2 anos	nenhum	<0.5 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total
Apoio em LN	todos	≥2 anos	nenhum	0.5–1 dia	específica para a disciplina	geral	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M

Bielorrusso, hebreu, polaco, russo

De acordo com o Ministério da Educação, existem cerca de 700 instituições pré-escolares na Lituânia. Na maioria destas instituições, a língua de ensino é o lituano, mas existem algumas em que as crianças são ensinadas em russo, polaco, hebreu, francês ou bielorrusso. Note-se que, em 1995, o Governo reconheceu oficialmente a língua gestual como a língua nativa dos surdos. A maioria das crianças em idade pré-escolar começa a aprender uma língua estrangeira um ou dois anos antes do início da escola, mas existem também muitas escolas pré-primárias onde, por solicitação dos pais, começam a ser ensinadas às crianças outras línguas (habitualmente o inglês) a partir dos três anos.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total

Ensino (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Bielorrusso, hebreu, polaco, russo
LE	Uma língua entre inglês, francês e alemão é obrigatória

A primeira etapa do ensino básico é ministrada em línguas nativas (lituano, russo, polaco, hebreu e bielorrusso) tal como definido pelo programa adotado pelo Ministério da Educação. No entanto, por solicitação dos pais ou encarregados de educação, algumas disciplinas do currículo podem ser ensinadas na língua oficial do estado. É obrigatória uma língua estrangeira (inglês, francês ou alemão) a partir do segundo ano de escolaridade. Não existe prática nem legislação respeitante às línguas estrangeiras na primeira etapa do ensino básico (nem na educação pré-escolar).

Na Lituânia é dada grande atenção à formação de professores – só as pessoas que tiverem obtido as qualificações de professor de ensino básico podem trabalhar em escolas da primeira etapa do ensino básico e só quem obtiver um certo grau de competência numa língua particular pode ensinar uma língua estrangeira. Não existe formação especial para professores que trabalham com minorias étnicas, mas assume-se que as competências metodológicas que os professores adquirem durante a sua formação superior são comuns a todas as línguas.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	ligado ao QECR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	padronizada a nível nacional	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	não especificado	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	algum apoio financeiro

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Bielorrusso, hebreu, polaco, russo
LE	Uma língua entre inglês, francês e alemão é obrigatória. Outras línguas são opcionais

O Artigo 30 da Lei de Educação proclama que todos os cidadãos da República da Lituânia e os estrangeiros com o direito de residência permanente ou temporária têm o direito de receber instrução na língua do estado e de aprender a língua do estado de forma a terem a oportunidade para uma integração sem sobressaltos na vida pública. Algumas escolas do ensino geral ou não formal apoiam a oferta educativa nas línguas das minorias étnicas e procuram manter a sua cultura. Tendo em conta estes regulamentos e as solicitações dos pais, o currículo geral de algumas disciplinas pode ser ensinado numa das línguas das minorias étnicas. Nestas escolas, a disciplina de língua lituana é uma parte integrante do currículo e o seu ensino não dispõe de menos tempo do que o ensino das línguas faladas em casa. Se existir uma necessidade real de formação adicional na língua falada em casa e houver um especialista da língua em questão, o estado, as escolas municipais de educação pré-escolar e as escolas de ensino geral habitualmente permitem que os alunos das minorias étnicas aprendam juntamente com a língua principal de ensino.

Não existe nenhuma língua obrigatória na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. Habitualmente, os alunos continuam a aprender a língua que escolheram na primeira etapa do ensino básico (inglês, alemão, ou francês), mas também podem escolher outra língua estrangeira. De acordo com os planos gerais de ensino básico e secundário (2011–2013), os alunos podem escolher uma das seguintes línguas como segunda língua estrangeira: inglês, letão, polaco, francês, russo, alemão e outras línguas. A escola deverá assegurar a possibilidade de escolha da segunda língua estrangeira a partir de um conjunto de pelo menos duas línguas e garantir as condições necessárias para a aprendizagem da língua escolhida.

Não existe oferta de ensino em línguas imigrantes porque não há procura específica do mesmo. No entanto, existem alguns pressupostos legais: a Lei de Educação afirma que os filhos de uma pessoa com o direito de residência permanente ou temporária na República da Lituânia deverão ter a oportunidade de aprender a língua do estado, receber instrução na língua do estado e, sempre que possível, aprender também a sua língua nativa.

O Artigo 48 da Lei de Educação determina quem tem o direito de trabalhar como professor – uma pessoa que tenha completado o ensino pós-secundário ou superior e que tenha qualificações de pedagogia. A Universidade de Ciências Educativas conta com uma oferta variada de diferentes especialidades. Esta instituição prepara professores de russo, polaco e bielorrusso como línguas nativas e professores de inglês, alemão e francês como línguas estrangeiras.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	Instituição A	não especificado	sem diretrizes	N/A	inexistente
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	total
	Instituição C	não especificado	sem diretrizes	N/A	inexistente
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	total
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	total
	Instituição C	não especificado	sem diretrizes	não especificado	inexistente

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	apoio inexistente	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	não especificado	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade C	nacional, estrangeiras e LR/M	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional

Uma vez que as escolas profissionais se centram sobretudo em disciplinas profissionais, as línguas são alvo de menor atenção, mas nas escolas profissionais que também conferem o certificado de ensino secundário, as línguas estrangeiras deverão ser ensinadas de acordo com os programas e as normas aprovadas pelo Ministério da Educação. Verifica-se que os alunos deste nível tendem a escolher mais frequentemente o russo como primeira língua estrangeira (talvez como resultado da especialidade escolhida).

As universidades têm a sua própria política linguística. Por exemplo, na Universidade de Vilnius, o latim é obrigatório para todos os alunos da faculdade de Filologia e, além da disciplina de filologia lituana, a faculdade disponibiliza programas de estudo em filologia russa, polaca, alemã, francesa e escandinava. As especialidades duplas, que combinam os estudos em lituano com os estudos de línguas como o polaco, o alemão, o espanhol, o italiano, o estónio, o letão, o turco, o esloveno ou o checo são particularmente populares entre os alunos da Faculdade. Nos primeiros anos do curso de licenciatura, os alunos de toda a universidade recebem alguma formação em línguas estrangeiras. Em geral, a maioria dos alunos de licenciatura continua a estudar a primeira ou segunda língua estrangeira que escolheu na escola; contudo, recentemente verifica-se a tendência para o estudo de línguas que não eram ensinadas na escola (por exemplo, o português e o polaco). Os alunos de filologia lituana são também obrigados a frequentar cursos em letão, polaco e latim. Outras universidades escolhem línguas estrangeiras tendo em conta as suas necessidades específicas, sendo o inglês obviamente a língua preferida. As universidades disponibilizam também cada vez mais programas de estudos ensinados em inglês (sobretudo nos níveis de pós-graduação). Com esta prática, esperam atrair alunos de outros países. Os cidadãos lituanos de minoria polaca podem estudar polaco em todos os níveis de ensino.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
dobradas	legendados	sempre	às vezes

Além do conteúdo audiovisual disponível na Lituânia, os ouvintes da rádio lituana e as audiências de televisão e do cinema têm a possibilidade de escolher emissões e filmes sobretudo em russo e em inglês. Na televisão nacional, a produção em outras línguas além do lituano é habitualmente dobrada, ao passo que no cinema é legendada, exceto quando se trata de obras destinadas a crianças, que são habitualmente dobradas em lituano. A oferta de televisão para surdos e pessoas com problemas de audição é muito pobre, como resultado da falta de legendagem dos programas de televisão, bem como da tradução das produções televisivas para língua gestual e, por fim, da fraca qualidade da tradução, quando esta é disponibilizada. No que respeita à imprensa lituana, é preciso salientar que o número e o volume de livros, bem como de jornais, e outras publicações periódicas está a diminuir.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal (em três cidades)

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Vilnius				
3-4	Klaipėda		Vilnius		Vilnius Kaunas	
1-2	Vilnius Kaunas	Kaunas Klaipėda	Klaipėda			Vilnius

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Turismo Educação Emergência Saúde Social Transportes Imigração e integração	Educação Turismo Teatro Transportes Emergência Social Imigração e integração

A análise da utilização de línguas não estatais no setor dos serviços públicos de três cidades na Lituânia mostra que a escolha da língua depende da composição étnica da população em diferentes regiões do país. Os municípios disponibilizam aos cidadãos oriundos de diversos contextos étnicos serviços educativos na sua língua materna. Existe uma boa oferta de serviços públicos em russo nos municípios das maiores cidades lituanas. Recentemente, as autoridades locais dedicam cada vez mais atenção aos recém-chegados dos países da UE e de outros países – as pessoas que não têm um conhecimento suficiente da língua do estado podem receber os serviços municipais oralmente e/ou por escrito em inglês e em russo. No setor do turismo, a gama de serviços é um pouco mais alargada. Apesar da utilização relativamente alargada de línguas estrangeiras em várias esferas das atividades municipais, a atenção dada pelas instituições governamentais à promoção das competências linguísticas dos seus funcionários é insuficiente, embora seja maior do que no setor privado.

8 Línguas nas empresas (em 24 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/financiamento da UE	Conhecimento de programas/financiamento da UE
prática alargada	4	17	3	13	1	3	3	1

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas nos software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	0	0	2	1	24	21	24	23	23	23
Inglês comercial	prática alargada	3	0	8	0	12	12	10	14	15	21
Outras línguas	prática alargada	0	0	1	0	3	3	3	12	12	17

Existe um espectro relativamente amplo de línguas utilizadas pelas e no seio das empresas inquiridas na Lituânia. A língua de negócios mais comum é o inglês, mas é muito frequente que na publicidade e no *marketing* se utilize o russo e o alemão. Em princípio, a utilização de línguas estrangeiras nas empresas corresponde às grandes tendências do comércio externo do país. Dependendo dos objetivos e da natureza das atividades de uma empresa, estão a ser utilizadas línguas como o letão, o polaco, o estónio, o dinamarquês, o francês e o búlgaro na comunicação interna e externa em alguns dos hotéis, supermercados e bancos estudados. Os resultados do inquérito sugerem que apenas uma pequena parte das empresas que operam no país reconhece que as estratégias linguísticas são um elemento importante do desenvolvimento da empresa, embora seja necessário efetuar mais investigação. Apesar da variedade de línguas utilizadas nas empresas lituanas, estas não incentivam suficientemente os seus funcionários a aprender ou melhorar as suas competências linguísticas. As principais e mais plausíveis causas da situação atual são as seguintes: a proficiência dos funcionários em línguas estrangeiras é muitas vezes considerada suficiente pelos empregadores, ou os custos da formação dos funcionários parecem ser muito elevados para os proprietários das empresas (especialmente de Pequenas e Médias Empresas). Por outro lado, os empresários tiram proveito das oportunidades concedidas pelas redes que operam na Lituânia e em países estrangeiros para reforçar as competências dos seus funcionários.

Principais resultados globais

A legislação lituana permite e promove o plurilinguismo (multilinguismo individual). No entanto, a implementação eficiente da Estratégia Europeia para o Multilinguismo é um desafio a que falta coordenação institucional e cooperação, bem como uma distribuição bem definida das responsabilidades.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

Desde 2010, a iniciativa Prémios dos Embaixadores de Línguas tem vindo a promover o multilinguismo na Lituânia. Esta iniciativa anual é coordenada pela Fundação de Apoio aos Intercâmbios Educativos em parceria com outras instituições (incluindo o British Council) como parte do programa Rótulo Europeu. O título de Embaixador de Línguas do Ano já foi atribuído a uma pessoa (2010), a um empresa (2011) e, em 2012, será galardoada uma escola.

Os organizadores dos Prémios dos Embaixadores de Línguas procuram contribuir para o entendimento de que o investimento na aprendizagem de línguas vale a pena quer a nível individual quer a nível profissional e para o incentivo do planeamento estratégico a nível estatal do investimento no ensino de língua.

Referências

Lietuvos ekonomikos perspektyvos, 2009. DnB NORD bankas, 2009.

LR Visuomenės informavimo įstatymas, 1996 m. liepos 2 d., Nr. I-1418. Valstybės žinios, 2006–07–27, Nr. 82–3254.

Markevičienė R., Tamulygienė L., Lietuvos spaudos statistika 2010. Lietuvos Martyno Mažvydo biblioteka. Bibliografijos ir knygotyros centras. Vilnius, 2011.

Pedagogų rengimo programos. Prieiga per internetą: www.vpu.lt/Page.aspx?pageID=2722.

Teisės aktų bazė. Prieiga per internetą: www3.lrs.lt/pls/inter/w5_show?p_r=3984&p_k=1.

Informacinės visuomenės plėtros komitetas. Prieiga per internetą: http://www3.lrs.lt/pls/inter/w5_show?p_r=6141&p_k=1.

Lietuvos statistikos departamentas. Prieiga per internetą: www.stat.gov.lt.

Švietimo ir mokslo ministerija. Prieiga per internetą: www.smm.lt.

12 PAÍSES BAIXOS

12.1 Países Baixos em geral

Saskia Benedictus-van den Berg

Contexto do país

Este ensaio descreve a situação nos Países Baixos como um todo; a situação específica na Província da Frísia é descrita no ensaio sobre a Frísia.

O Reino dos Países Baixos tem uma população de 16,6 milhões de habitantes. Aproximadamente 1,9 milhões (11,4%) são de origem não ocidental (imigrantes de primeira ou segunda geração). Dois terços dos imigrantes são oriundos de um contexto turco, marroquino ou surinamês (CBS, 2011a). Podem dividir-se entre o grupo ex-colonial – imigrantes antilhanos e surinameses que vêm da área das Caraíbas onde o neerlandês é a língua oficial, e o grupo não colonial – imigrantes turcos e marroquinos que não tiveram contacto prévio com a língua e a cultura neerlandesa.

O neerlandês é a língua oficial dos Países Baixos. Esta disposição foi incluída na lei apenas em 1995 (Nederlandse Taalunie, 2011). Na mesma lei (a «Algemene Wet Bestuursrecht»), foi concedido estatuto oficial à língua frísia na província da Frísia.

Nos Países Baixos, os cidadãos não neerlandeses, e, em particular, os imigrantes não ocidentais são obrigados a passar num exame de língua e cultura/história dos Países Baixos para mostrar que estão suficientemente integrados na sociedade neerlandesa. O governo enfatiza a autorresponsabilidade dos cidadãos e atribui grande importância à língua neerlandesa, o que se reflete nos resultados do presente estudo.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras e as línguas R/M são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos dos Países Baixos são (co)financiados em mais de 80 países, em particular nos países vizinhos Alemanha, Bélgica e França. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi ratificada pelos Países Baixos. Na Carta, são reconhecidas as seguintes cinco línguas R/M: frísio, limburguês, baixo saxão, romani e iídiche. Existe oferta oficial apenas do frísio no ensino regional, apoiada pela Carta.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística nos Países Baixos apenas para o frísio na forma de inquéritos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem o frísio com base numa pergunta sobre a língua falada em casa e numa pergunta sobre proficiência linguística dos falantes, em que se procura saber se (e até que ponto) são capazes de falar/compreender/ler/escrever a língua.

Não existe recolha de dados a nível nacional sobre diversidade linguística, embora bases de dados regularmente atualizadas sobre este tema possam fornecer informação crucial para o desenvolvimento de políticas, como acontece noutros países.

LN=Língua(s) Nacional(is)
 LE=Língua(s) Estrangeira(s)
 LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
 LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas estrangeiras e imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥ 2 anos	nenhum	>1 dia	geral	geral	total
Apoio em LN	todos	≥ 2 anos	nenhum	>1 dia	geral	geral	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Frisio na Frísia apenas
-------------	-------------------------

A frequência da educação pré-escolar é opcional mas generalizada. A importância atribuída à língua neerlandesa pelo Ministério da Educação é ilustrada pelos programas que são disponibilizados às crianças no nível pré-escolar para combater deficiências linguísticas (em neerlandês) (Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap, 2011b), o que se encontra em consonância com a resolução de 2009 do Parlamento Europeu que especifica que a língua nacional deve ser alvo de atenção no nível pré-escolar.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	geral	antes do ensino geral	inexistente	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	geral	localizada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	inexistente	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	geral	localizada	a partir do final da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de ensino geral	específica para a disciplina	geral	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	geral	
LE	professores de ensino geral	geral	específica para a disciplina	inexistente

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Frísio na Frísia apenas
LE	Inglês é obrigatório; francês, alemão e espanhol são opcionais

O ensino é obrigatório para todas as crianças dos 5 aos 16 anos. Contudo, mais de 95% das crianças iniciam o ensino básico aos quatro anos.

Tal como na educação pré-escolar, no ensino básico existem programas para combater atrasos e deficiências linguísticas (em neerlandês) (Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap, 2011b).

O governo atribui grande importância à língua neerlandesa e à aritmética ao longo do percurso educativo:

www.taalenrekenen.nl/ref_niveaus_taal/beschrijvingen/. Foram desenvolvidos quadros para a língua e para a aritmética. Estes quadros especificam níveis de proficiência que estão ligados a diferentes fases das carreiras educativas dos alunos, tais como o final da primeira etapa do ensino básico. Os conteúdos educativos e os exames estarão também ligados aos níveis dos quadros. Os quadros foram integrados numa lei que entrou em vigor em 2010 (Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap, 2011a).

O inglês é obrigatório nos dois últimos anos da primeira etapa do ensino básico.

O ensino em línguas imigrantes era habitualmente disponibilizado por lei. Entre 1998 e 2004, o governo financiava o ensino extracurricular em línguas imigrantes na primeira etapa do ensino básico. Este financiamento foi cancelado com base na ideia de que o ensino em línguas imigrantes «se encontrava em contradição com a política de integração das crianças [de minorias imigrantes]» (Extra & Yagmur, 2006: 55). O domínio do neerlandês é considerado o elemento base da integração (Eerste Kamer, 2004). Não obstante, a lei continua a permitir o uso auxiliar de outras línguas além do neerlandês com crianças oriundas de contextos não neerlandeses se tal ajudar no início da transição para o ensino em neerlandês.

Como resposta à carência de oferta pública de línguas imigrantes no nível de ensino (pré-)básico, surgiram iniciativas privadas e, por exemplo, foram instituídas escolas chinesas, japonesas, polacas e russas que oferecem ensino complementar nas respetivas línguas e culturas. Estas iniciativas espalham-se por todo o país e são sobretudo baseadas na comunidade.

Além disso, foi constituída uma fundação mista neerlandesa-turca para incrementar a oferta de ensino (extracurricular) de língua turca (Stichting TON). Estas iniciativas privadas colocam em prática as recomendações feitas pelo Conselho de Educação dos Países Baixos ao governo em 2001, a respeito do ensino de línguas imigrantes (Onderwijsraad, 2001), recomendações essas que não foram adotadas pelo governo.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	geral	antes do ensino geral	inexistente	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	geral	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	geral	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	ligado ao QECR	total
LI	todos	geral	inexistente	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	geral	NA	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro
LI	professores de língua	específica para a disciplina	geral	NA	

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Frísio na Frísia apenas
LE <i>(línguas em itálico apenas no ensino secundário)</i>	Obrigatório: inglês e <i>uma outra língua no nível mais elevado da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário</i> Opcional: <i>grego antigo, chinês, francês, alemão, italiano, latim, russo, espanhol</i>
LI	Árabe, turco

O quadro para a língua (cf. domínio sobre primeira etapa do ensino básico) também é utilizado na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. A proficiência em neerlandês é obrigatória em todos os níveis da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário e também alvo de avaliação nos exames; o mesmo acontece com o inglês. Uma segunda língua estrangeira é apenas obrigatória no nível mais elevado destas etapas de ensino; normalmente as línguas são o alemão e o francês e, por vezes, o espanhol. As escolas têm a liberdade de oferecer outras línguas estrangeiras.

O turco e o árabe podem ser disponibilizados como disciplinas e escolhidos como disciplina para exame. No entanto, são as escolas que decidem se pretendem oferecer essas línguas. Além disso, a proporção de alunos que realizam exames em turco ou árabe é baixa e sofreu uma quebra de 0,28% em 2002, quedando-se nos 0,08% em 2003. Em 2011, esta proporção voltou a subir ligeiramente, para 0,13%, mas ainda não está ao nível de 2002 (cf. por exemplo Alberts & Erens, 2011). Uma possível explicação para este decréscimo é a abolição do financiamento governamental para o ensino em línguas imigrantes referido acima. Esta baixa adesão ao turco e árabe é ainda mais digna de nota dado o aumento do número de crianças turcas/neerlandesas e marroquinas/neerlandesas nas escolas de ensino básico das áreas urbanas.

Um fenómeno recente é o do aumento da oferta de um programa bilingue de neerlandês e inglês (normalmente designado de Aprendizagem Integrada de Línguas e Conteúdos – AILC). Na maioria dos casos estes programas ocorrem no nível mais alto do ensino secundário, que prepara os alunos para a universidade, mas mais recentemente também foi implementado em escolas de níveis mais baixos (Europees Platform, 2011a). Além disso, no nível pré-escolar e na primeira etapa do ensino básico, cada vez mais escolas aumentam o tempo despendido com o ensino em língua inglesa (aprendizagem precoce de língua estrangeira) (Europees Platform, 2011b). Estes desenvolvimentos levantaram a questão das qualificações (linguísticas) que os professores de escolas bilingues deverão ter.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas imigrantes ou R/M inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	Instituição A	limitada	geral	ligado ao QECR	parcial
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	parcial
	Instituição C	ampla variedade	geral	ligado ao QECR	parcial

Ensino superior (em duas universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	todos	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	todos	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional

O quadro para a língua (cf. domínio sobre primeira etapa do ensino básico) é também utilizado no Ensino e Formação Profissional (EFP).

No ensino superior, em 2002 foi introduzido o sistema anglo-saxónico (Bachelor-Master), como parte do processo de criação da Área do Ensino Superior Europeu (processo de Bolonha). Como resultado destas alterações, bem como de um enfoque crescente na internacionalização geral para atrair estudantes internacionais, o ensino superior dos Países Baixos está agora a oferecer cada vez mais cursos de mestrado em inglês. Esta situação deu azo a um debate sobre o uso do inglês e do neerlandês no ensino universitário e sobre a qualidade do ensino em termos de proficiência em inglês quer dos professores quer dos alunos.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	legendados	às vezes	às vezes

A prática comum de legendar os programas de televisão de outras línguas faz com que desde muito cedo as pessoas estejam expostas a essas línguas. Assim, podem tornar-se conscientes de diferentes línguas, o que se encontra em linha com a resolução do Parlamento Europeu sobre o Multilinguismo (2009). Contudo, a grande maioria de programas estrangeiros transmitidos na televisão neerlandesa é falada em inglês, pelo que os telespetadores estão sobretudo expostos à língua e cultura britânica e norte-americana. Os programas de crianças, desenhos animados em particular, são muitas vezes dobrados.

Na Frísia, a principal emissora regional de rádio e televisão utiliza o frísio na maior parte das vezes e ocasionalmente o neerlandês. Assim, os meios de comunicação da Frísia em particular encontram-se em consonância com as recomendações do Conselho da Europa e da União Europeia pelo facto de exibirem a variação linguística na província.

A gama de línguas além do neerlandês transmitidas pela televisão neerlandesa é limitada.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4	Amesterdão	Amesterdão	Amesterdão		Amesterdão Leeuwarden	
3-4						
1-2	Roterdão Leeuwarden	Leeuwarden	Leeuwarden	Leeuwarden		

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Saúde Serviços legais Serviços sociais Turismo Transportes	Turismo Saúde Serviços sociais Transportes Serviços legais

A gama de línguas utilizadas nos serviços e espaços públicos (nas cidades estudadas) é limitada. A utilização do neerlandês é generalizada e só ocasionalmente se verifica a utilização do turco e do árabe. Além destas, a língua disponibilizada é sobretudo o inglês. Na Frísia, as pessoas podem utilizar o frísio para a comunicação com os serviços públicos. No entanto, a informação escrita desses serviços está frequentemente disponível apenas em neerlandês.

Um serviço que pode ser usado para todos os tipos de assuntos públicos é o do intérprete por telefone (“*tolkentelefoon*”). O serviço é sobretudo usado em cuidados de saúde. Costumava ser pago pelo governo, mas este financiamento acabou a 1 de janeiro de 2012. Agora considera-se que é da responsabilidade do paciente ser capaz de falar neerlandês ou providenciar e pagar o seu próprio intérprete (Rijksoverheid, 2011).

8 Línguas nas empresas (em 24 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Conhecimento de programas/ financiamento da UE
prática alargada	2	14	4	1	1	0	1	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/ <i>intranet</i>	Línguas utilizadas no <i>software</i> /programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em <i>marketing</i>	Línguas usadas na marca/ identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	1	0	0	0	22	20	20	23	20	23
Inglês comercial	prática alargada	2	0	3	0	9	11	11	7	10	13
Outras línguas	prática alargada	1	0	2	0	3	3	2	3	4	5

As exportações são responsáveis por mais de 70% do PIB (CBS, 2011b). Esta importância não se reflete no perfil de línguas nas empresas dos Países Baixos, embora nem todos os quatro tipos de empresas investigados (bancos, hotéis, supermercados e empresas de construção) sejam necessariamente tipos de empresas que se centrem nos negócios internacionais. Especificamente, as empresas locais e regionais não estarão orientadas para o exterior. Em geral, o papel da língua nas empresas não é evidente. As empresas poderiam ser mais sensibilizadas para o valor do multilinguismo.

Nas empresas da Frísia, a língua frísia é sobretudo utilizada informalmente, não se verificando qualquer tipo de utilização do frísio escrito.

Principais resultados globais

Numa altura de crescente diversidade linguística, o governo neerlandês coloca a ênfase na importância da língua neerlandesa, o que se encontra em consonância com a política da Comissão Europeia/Conselho da Europa. Por outro lado, a política destas instituições europeias destaca também a inclusão de línguas minoritárias, estrangeiras e imigrantes na educação e noutros setores da sociedade. Sobretudo no que respeita às línguas imigrantes, a política dos Países Baixos poderia estar mais bem alinhada com a política europeia.

Não obstante, existem várias iniciativas que reconhecem o valor do multilinguismo e estudam ou utilizam o multilinguismo e as suas vantagens. Por exemplo, existem diversas escolas privadas que oferecem ensino adicional em línguas imigrantes e, em particular no âmbito do ensino secundário, o ensino de diferentes disciplinas por meio de inglês (AILC) está a tornar-se mais alargado. O objetivo «língua materna + 2» não foi completamente alcançado, mas o facto de o inglês ser obrigatório no ensino secundário significa que a maioria dos alunos aprenderá pelo menos uma língua estrangeira.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

Em Utrecht, a quarta maior cidade dos Países Baixos, está a ser levado a cabo um interessante projeto inovador, que se constitui como um exemplo de boas práticas. Utrecht descreve-se a si própria como um *hotspot* multilingue (City of Utrecht, 2009: 1). Uma grande parte da população é capaz de falar três ou mais línguas; a ligação com a política europeia é estabelecida explicitamente no projeto e na promoção do objetivo «língua materna + 2». Além disso, a cidade é sede de uma multiplicidade de empresas internacionais e a universidade de Utrecht atrai muitos alunos estrangeiros. A cidade pretende usar esta característica como um ponto de partida para o desenvolvimento de Utrecht como um «laboratório para o multilinguismo» (ibidem: 1). Em 2011, foi publicado um relatório como parte do projeto: «A cidade neerlandesa de Utrecht como um *hotspot* europeu e um laboratório para o multilinguismo» (Martinovic, 2011).

Referências

Alberts, R.V.J. and B.J.M. Erens (2011). Verslag van de examencampagne 2011 voortgezet onderwijs. Arnhem: Stichting Cito Instituut voor Toetsontwikkeling.

Centraal Bureau voor de Statistiek (2011a). “Bevolking; leeftijd, herkomstgroepering, geslacht en regio, 1 januari.” Disponível em: <http://statline.cbs.nl/StatWeb/publication/?DM=SLNL&PA=37713&D1=0&D2=0&D3=0,3-4,6,9,11-13,15-17,19,22-23,25-26,30-32,34,37,40-41,44-48&D4=0,6&D5=I&HDR=T,G2&STB=G1,G3,G4&VW=T> Acedido a 9 de dezembro de 2011.

Centraal Bureau voor de Statistiek, 2011b. De Nederlandse economie 2010. Den Haag/Heerlen: Centraal Bureau voor de Statistiek. Available at: <http://www.cbs.nl/NR/rdonlyres/03E81D9F-8714-4AEA-B0F7-8EC72111EA56/0/2010p19pub.pdf> Acedido a 28 de outubro de 2011.

City of Utrecht, Dept. Public, Internal, Subsidy Affairs (2009). Utrecht: Multilingual hotspot and laboratory in Europe. Disponível em: http://ec.europa.eu/languages/documents/utrecht-multilingual-hotspot-and-laboratory-in-europe_en.pdf Acedido a 13 de outubro de 2011.

Eerste Kamer der Staten-Generaal (2004). Beeindiging bekostiging onderwijs in allochtone levende talen. Disponível em: www.eerstekamer.nl/wetsvoorstel/29019_beeindiging_bekostiging Acedido a 7 de outubro de 2011

Europees Platform (2011a). Tto. Tweetalig onderwijs – Content and Language Integrated Learning. Available at: <http://www.europeesplatform.nl> Acedido a 16 de dezembro de 2011.

Europees Platform (2011b). Vroeg vreemde talen onderwijs. Disponível em: <http://www.europeesplatform.nl> Acedido a 16 de dezembro de 2011.

Extra, G. and D. Gorter (eds.) (2001). The other languages of Europe: Demographic, sociolinguistic and educational perspectives. Clevedon: Multilingual Matter.

Extra, G. and K. Yağmur (2006). “Immigrant Minority Languages at Home and at School. A Case Study of the Netherlands.” *European Education* 38.2, pp. 50–63.

Martinovic, B. (2011). The Dutch City of Utrecht as a European Hotspot and Laboratory for Multilingualism. Utrecht: Utrecht University. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?url=http://www.utrecht.nl/images/Secretarie/Internationaal/pdf/Multilingualism%2520Utrecht.pdf&embedded=true&chrome=true> Acedido a 19 de dezembro de 2011

Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap (2011a). Doorlopende leerlijnen taal en rekenen. Available at: <http://www.taalenrekenen.nl/> Acedido a 14 de outubro de 2011

Ministerie van Onderwijs, Cultuur en Wetenschap (2011b). Leerachterstand. Taalachterstand bij peuters. Disponível em: www.rijksoverheid.nl/onderwerpen/leerachterstand/taalachterstand-bij-peuters. Acedido a 16 de dezembro 2011

Mortier, J. (2009). *Nederland meertalenland. Feiten, perspectieven en meningen over meertaligheid*. Amsterdam: Aksant.

Nederlindse Taalunie, 2011. Het Nederlandse taalgebied. Disponível em: http://taalunieversum.org/taalpeil/2005/het_nederlandse_taalgebied.html Acedido em Outubro 2011.

Onderwijsraad, 2001. Samen naar de taalschool. Nieuwe moderne vreemde talen in perspectief. Den Haag. Disponível em: http://www.onderwijsraad.nl/upload/publicaties/423/documenten/advies_taalschool.pdf Acedido a 13 de Outubro 2011.

Parlamento Europeu (2009). Resolução do PE sobre o Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum. Bruxelas: Parlamento Europeu.

Rijksoverheid (2011). Tolk- en vertaaldiensten in de zorg. Disponível em: www.rijksoverheid.nl/onderwerpen/kwaliteit-van-de-zorg/tolk-en-vertaaldiensten-in-de-zorg Acedido a 13 de Outubro 2011.

12 PAÍSES BAIXOS

12.2 Frísia

Saskia Benedictus-van den Berg

Contexto da região

Este ensaio diz respeito à situação na província da Frísia e centra-se nas particularidades desta província (cobrindo os seguintes domínios: línguas em documentos e bases de dados oficiais, educação pré-escolar, educação básica e secundária). Recomenda-se a leitura deste ensaio em conjunto com a do ensaio sobre os Países Baixos.

A Frísia é uma província situada no norte dos Países Baixos. Trata-se de uma província predominantemente agrícola (Provinsje Fryslân, 2010) que não tem uma grande densidade populacional como acontece com o país como um todo: 193 pessoas/km² face a 491 a nível nacional (CBS, 2012). Os quase 650 000 habitantes da Frísia constituem cerca de quatro por cento da população total dos Países Baixos. A proporção de imigrantes não ocidentais é de 3,7%; trata-se de uma taxa substancialmente mais baixa do que a taxa de 11,4% dos Países Baixos como um todo. As pessoas oriundas de famílias iraquianas, marroquinas, surinamesas ou antilhanas perfazem 39% dos imigrantes não ocidentais na Frísia (CBS, 2011).

O frísio é a língua oficial da província, juntamente com neerlandês, o que faz com que a Frísia seja a única província oficialmente bilingue dos Países Baixos. Um pouco mais de metade da população da Frísia tem o frísio como língua materna. A grande maioria dos habitantes consegue compreender a língua bem (20%) ou muito bem (65%). Três quartos da população são capazes de falar frísio a um nível razoável a alto. Também três quartos da população são capazes de ler frísio razoavelmente, bem ou muito bem. No entanto, só 12% é capaz de escrever muito bem em frísio (Provinsje Fryslân, 2011a).

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras e o frísio são tidas em conta na legislação linguística e nos documentos de política linguística. O frísio, juntamente com o neerlandês, goza do estatuto de ser língua cooficial dos Países Baixos.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística nos Países Baixos apenas para o frísio na forma de inquéritos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem o frísio com base numa pergunta sobre a língua falada em casa e numa pergunta sobre proficiência linguística dos falantes, em que se procura saber se (e até que ponto) são capazes de falar/compreender/ler/escrever a língua.

O frísio é a única língua minoritária para a qual o governo dos Países Baixos ratificou a parte III da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias (CELRM); outras línguas regionais são apenas reconhecidas no âmbito da parte II. A ratificação da CELRM levou ao estabelecimento do Órgão Consultivo para a Língua Frísia (“Consultatief orgaan Fries”) em 1998, um órgão consultivo do Ministério da Administração Interna (Ministerie van Binnenlandse Zaken en Koninkrijksrelaties, 2011). O governo nacional ratificou também a Convenção Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais, em 2005, assim reconhecendo os frísios como minoria nacional (Riemersma & De Jong, 2007).

A posição legal do frísio foi definida em 1995 no ato «Algemene Wet Bestuursrecht». Em 2011, o governo propôs um novo projeto-lei sobre a utilização da língua frísia. O objetivo deste projeto-lei é assegurar a todos o direito de utilização da sua própria língua, neerlandês ou frísio, nas relações com o sistema judiciário ou administrativo dentro da Província da Frísia e assim reforçar as possibilidades de uso da língua frísia. Além disso, o projeto-lei prevê a instituição de um Conselho de Língua Frísia. Na prática, isto significa que o âmbito de atuação do supramencionado Órgão Consultivo é alargado (Ministerie van Binnenlandse Zaken en Koninkrijksrelaties, 2011). A maior parte dos 27 municípios da Frísia tem uma política linguística específica (Provinsje Fryslân, 2011a).

Na Frísia, existem dois mecanismos de recolha de dados sobre diversidade linguística. Em primeiro lugar, foram realizados inquéritos linguísticos exaustivos em 1967, 1980 e 1994; a próxima ronda de inquéritos está a ser planeada para o futuro próximo. Além disso, de quatro em quatro anos, as autoridades regionais levam a cabo um inquérito básico sobre a proficiência e a utilização da língua frísia na província (“De Fryske taalatlâs”). A primeira edição deste inquérito veio a público em 2007; fornece às autoridades da Frísia informação básica para o desenvolvimento da sua política linguística (Provinsje Fryslân, 2011a). Estes inquéritos não fornecem informação sobre línguas imigrantes; o enfoque recai sobre a língua frísia.

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas estrangeiras e imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥2 anos	nenhum	>1 dia	geral	geral	total
Apoio adicional em LN	todos	≥2 anos	nenhum	>1 dia	geral	geral	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Frísio
------	--------

Existem mais de 60 infantários bilingues (nederlandês-frísio) ou de língua frísia na província (Sintrum Frysktalige Berne-opfang, 2011). O centro infantil de língua frísia ("Sintrum Frysktalige Berne-opfang") é responsável pela gestão desses infantários (Riemersma & De Jong, 2007).

Na formação de professores de educação pré-escolar é dedicada uma atenção apenas geral à situação multilíngue da província; o ensino de língua frísia não é um dos conteúdos da formação formal.

Na educação pré-primária, é dedicada atenção ao multilinguismo bem como à aprendizagem da língua nacional e da língua minoritária, mas não existe oferta de línguas estrangeiras e imigrantes. Assim, as recomendações da UE são seguidas até certo ponto, mas esta é uma área que poderia ser melhorada.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	geral	antes do ensino geral	inexistente	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AIRC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	geral	localizada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	inexistente	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	geral	localizada	a partir do final da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de ensino geral	específica para a disciplina	geral	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	geral	
LE	professores de ensino geral	geral	específica para a disciplina	inexistente

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Frísio
LE	Obrigatório: inglês Opcionais: francês, alemão e espanhol

A língua frísia é uma disciplina obrigatória na primeira etapa do ensino básico. No entanto, em muitos casos, o tempo despendido em frísio é de menos de uma hora por semana (Inspectie van het Onderwijs, 2010), o que foi considerado insuficiente pelo Comité de Peritos da CELRM, dados os compromissos assinados na parte III da CELRM (Conselho da Europa, 2008).

A legislação educativa nacional permite a utilização do frísio com língua de instrução, e muitas escolas utilizam-no. Porém, nos primeiros anos é despendido mais tempo com o frísio do que nos anos finais. Um quarto de todas as escolas da primeira etapa do ensino básico não utiliza o frísio como língua de instrução em momento algum (Inspectie van het Onderwijs, 2010).

A Inspeção de Educação descobriu que cerca de 20% dos professores não estão formalmente qualificados para ensinar frísio (ibidem).

Na primeira etapa do ensino básico na Frísia, não é dada atenção específica a línguas imigrantes.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	geral	antes do ensino geral	inexistente	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	geral	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	geral	localizada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
LR/M	professores de ensino geral	específica para a disciplina	general	N/A	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Frísio
LE	Inglês é obrigatório juntamente uma outra língua no nível mais elevado da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário (línguas em itálico apenas no ensino secundário) grego antigo, chinês, francês, alemão, italiano, latim, russo, espanhol são opcionais.
LI	–

A disciplina de língua frísia é obrigatória nos primeiros dois anos. Pode ser uma das disciplinas sujeitas a exame, mas nem todas as escolas a disponibilizam (Inspectie van het Onderwijs, 2010), e também não existem muitos alunos a realizar o exame: em 2011, apenas 47 realizaram exames de frísio (Alberts & Erens, 2011). Não é dada atenção específica a línguas imigrantes neste nível de ensino.

Principais resultados globais

A Frísia é uma província com duas línguas oficiais, o que é visível nos resultados do estudo. Sobretudo na área da educação é dedicada atenção especial à língua frísia, embora os compromissos firmados na CELRM não estejam completamente preenchidos. No *continuum* educativo, da educação pré-escolar, passando pelo ensino básico e secundário e até ao ensino e formação profissional, o estatuto do frísio torna-se cada vez menos saliente.

A situação relativa às línguas estrangeiras e imigrantes é igual à verificada nos Países Baixos em geral, tirando o facto de as línguas imigrantes receberem menos atenção na educação na Frísia, o que pode ser justificado pela baixa proporção de imigrantes na província.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

Pacote de línguas

Na Frísia, aquando do registo do nascimento dos seus filhos, os pais recebem um pacote de línguas (Taaltaske). Este pacote de línguas é oferecido pela província da Frísia. O objetivo é realçar as vantagens do plurilinguismo. Os materiais contidos no pacote incluem uma brochura sobre o plurilinguismo, um livro infantil em frísio e um CD com canções infantis (Provinsje Fryslân, 2011b).

Educação trilingue

Na província há várias escolas básicas trilingues. Estas escolas usam o neerlandês, o frísio e o inglês como línguas de instrução, começando com uma divisão 50–50 entre o neerlandês e o frísio nos primeiros seis anos (crianças entre os 4 e os 10 anos) e terminando com 40% de neerlandês, 40% de frísio e 20% de inglês nos últimos dois anos (crianças entre os 11 e os 12 anos). Este modelo trilingue produz resultados positivos: o nível de neerlandês dos alunos no final da primeira etapa do ensino básico não é negativamente afetado pelo tempo despendido em inglês e frísio e é comparável aos níveis nacionais; as competências de leitura e de escrita em frísio melhoram; e os alunos sentem-se mais à vontade para utilizar o inglês. (Taalsintrum Frysk/Cedin, 2011b). Em 2011, a rede de escolas trilingues tinha aumentado para 41 membros (Taalsintrum Frysk/Cedin, 2011a).

Referências

Alberts, R.V.J. and B.J.M. Erens (2011). *Verslag van de examencampagne 2011 voortgezet onderwijs*. Arnhem: Stichting Cito Instituut voor Toetsontwikkeling. Disponível em: www.cito.nl/~media/cito_nl/Files/Voortgezet%20onderwijs/Cito_verslag_examencampagne_2011.ashx

Centraal Bureau voor de Statistiek (2011). “Bevolking; leeftijd, herkomstgroepering, geslacht en regio, 1 januari.” Disponível em: <http://statline.cbs.nl/StatWeb/publication/?DM=SLNL&PA=37713&D1=0&D2=0&D3=0,3-4,6,9,11-13,15-17,19,22-23,25-26,30-32,34,37,40-41,44-48&D4=0,6&D5=1&HDR=T,G2&STB=G1,G3,G4&VW=T> Acedido a 9 de dezembro de 2011.

Centraal Bureau voor de Statistiek (2012). “Regionale kerncijfers Nederland.” Disponível em: <http://statline.cbs.nl/StatWeb/publication/?DM=SLNL&PA=70072ned&D1=0,56,78-79,81&D2=0,6&D3=15-16&HDR=T&STB=G1,G2&VW=T> Acedido a 3 Janeiro de 2012.

Council of Europe (2008). “European Charter for Regional of Minority Languages. Application of the charter in the Netherlands. 3rd monitoring cycle.” Strasbourg: Council of Europe. Disponível em: www.coe.int/t/dg4/education/minlang/Report/EvaluationReports/NetherlandsECRML3_en.pdf Acedido a 8 Dezembro de 2011.

Inspectie van het Onderwijs (2010). “Tussen wens en werkelijkheid. De kwaliteit van het vak Fries in het basisonderwijs en het voortgezet onderwijs in Fryslân.” Utrecht. Disponível em: www.onderwijsinspectie.nl/actueel/publicaties/Tussen+wens+en+werkelijkheid.html Acedido a 8 Dezembro de 2011.

Ministerie van Binnenlandse Zaken en Koninkrijksrelaties (2011). *Wet gebruik Friese taal – Memorie van Toelichting*. Disponível em: www.internetconsultatie.nl/wetfriesetaal Acedido a 8 Dezembro de 2011.

Provinsje Fryslân (2010). *De staat van Fryslân. Beleids- en geo-informatie, novembro de 2010*. Disponível em: www.fryslan.nl/download.asp?objectID=33162&link=De+staat+van+Fryslan%2Epdf Acedido a 9 Dezembro de 2011.

Provinsje Fryslân (2011a). “De Fryske taalatlas: Friese taal in beeld 2011.” Leeuwarden. Disponível em: www.fryslan.nl/taalatlas Acedido a 9 Dezembro de 2011.

Provinsje Fryslân (2011b). “Taaltasje. Taaltaske.” Disponível em: <http://fryslan.nl/taaltaske> Acedido a 9 Dezembro de 2011.

Riemersma, A. & S. de Jong (2007). *Frisian: The Frisian language in education in the Netherlands*, 4th edition. Ljouwert/ Leeuwarden: Mercator Research Centre. Disponível em: www.mercator-research.eu/fileadmin/mercator/dossiers_pdf/frisian_in_netherlands4th_072010.pdf Acedido a 3 Janeiro de 2012.

Sintrum Frysktalige Berne-opfang (2011). “Sintrum Frysktalige Berne-opfang.” www.sfbo.nl/engels/ Acedido a 6 Dezembro de 2011.

Taalsintrum Frysk/Cedin (2011). *De Trijetalige skoalle*. Disponível em: www.taalsintrum.nl/trijetalige-skoalle.html Acedido a 9 Dezembro de 2011.

Taalsintrum Frysk/Cedin (2011). *De Trijetalige Skoalle*. Drachten: Taalsintrum Frysk/Cedin. Disponível em: www.3ts.nl/images/trijetalige-skoalle2011.pdf Acedido a 9 Dezembro de 2011.

13 POLÓNIA

Liliana Szczuka-Dorna

Contexto do país

A República da Polónia (Polónia) está situada na parte central da Europa, e faz fronteira com a Oblast de Caliningrado, a Lituânia, a Bielorrússia, a Ucrânia, a Eslováquia, a República Checa, a Alemanha e o Mar Báltico. É um país com mais de 38 milhões de habitantes, que vivem em 312 679 quilómetros quadrados (Instituto Nacional de Estatística).

A língua oficial é o polaco, que é uma língua lequítica falada pelos falantes nativos na Polónia bem como no estrangeiro. Uma língua regional da Polónia é a língua cassúbia, utilizada por um grupo étnico indígena específico. As línguas minoritárias na Polónia são o bielorrusso, o checo, o lituano, o alemão, o eslovaco, o russo, o ucraniano e o iídiche. Existem também línguas da diáspora utilizadas por grupos étnicos que não detêm um território na Europa: na Polónia estas línguas são: o iídiche, o romano cigano, o karaim e o grabar – língua arménia clássica – e o tártaro. As principais línguas imigrantes são o checo, o iídiche oriental, o grego, o lituano, o russo, o eslovaco e outras. As principais línguas estrangeiras faladas pelos polacos são o inglês, o russo e o alemão.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

Durante muitos anos, verificou-se a tendência para encetar um diálogo entre muitas partes interessadas a respeito da línguas R/M. A Polónia assinou a *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias* a 12 de maio de 2003, tendo a mesma entrado em vigor no país a 1 de junho de 2009. A Polónia declarou que iria aplicar as partes II e III da Carta ao arménio, bielorrusso, checo, alemão, hebreu, karaim, cassúbio, lemko, lituano, romani, russo, eslovaco, tártaro, ucraniano e iídiche.

Pode ser obtida informação oficial sobre política linguística através do Instituto Nacional de Estatística, do Ministério da Educação, do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, bem como através de diversas páginas Web de projetos internacionais. A publicação oficial *Educação no Ano Letivo 2009/2010* apresenta informação sobre todos os aspetos da educação, incluindo sobre as línguas R/M e estrangeiras.

As mudanças ocorridas no sistema educativo no âmbito da Lei de 8 de janeiro de 1999 *Regulamentação para a Implementação da Reforma do Sistema Educativo* são a evidência mais clara de que o sistema de educação na Polónia foi submetido a mudanças fundamentais, de forma a dotar as crianças, os alunos e os adultos contemporâneos com os conhecimentos e as competências necessárias.

LN=Língua(s) Nacional(is)
 LE=Língua(s) Estrangeira(s)
 LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
 LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (oferta inexistente)

Não existe a obrigação de aprender línguas estrangeiras no nível pré-escolar, uma vez que não estão incluídas no currículo. No entanto, a maioria das crianças começa a aprender línguas estrangeiras nesta fase. Os cursos são habitualmente pagos pelos pais ou por patrocinadores que compreendem a necessidade global de falar línguas estrangeiras. Trata-se de cursos personalizados que são elaborados de forma a suprir as necessidades dos jovens aprendentes. Os cursos combinam «jogos» com determinadas línguas e a utilização de metodologias e técnicas adequadas para crianças. As línguas estrangeiras mais populares são o inglês, o alemão e o francês. Embora o ensino de língua estrangeira se tenha vindo a desenvolver rapidamente no nível pré-escolar, é necessário introduzir formas de organização dos cursos com/por professores altamente qualificados semelhantes às do ensino básico e secundário. Deveria ser suscitado um debate público com representantes dos governos locais, do ministério e dos pais.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio adicional em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	definida pela escola

	Grupos alvo	Currículo	Línguas usadas como meio de instrução (AILC)	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LRM	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do meio da primeira etapa do EB	parcialmente em horário escolar	5-10	definida na escola	normas escolares	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Ensino	Pre-service teacher training	In-service teacher training	Mobility
Apoio adicional em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LRM	professores de ensino geral	geral	geral	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico:

LR/M	Cassúbio
LE	Inglês, alemão ou francês: uma destas línguas é obrigatória

O ensino obrigatório na Polónia começa aos sete anos na primeira etapa do ensino básico e termina aos 16 anos (mas nunca depois dos 18) na segunda etapa do ensino básico. Desde 2004/2005, as crianças na Polónia são obrigadas a frequentar o chamado ano «0» no jardim de infância ou na primeira etapa do ensino básico.

Línguas regionais ou minoritárias

As crianças podem frequentar cursos em línguas R/M. De acordo com o Instituto Polaco de Estatística, no ano letivo de 2010/2011, havia 46,5 mil crianças a frequentar cursos de língua R/M, sendo que o alemão – a língua da maior minoria nacional na Polónia – é a língua predominante.

Línguas estrangeiras

Na primeira etapa do ensino básico é obrigatória uma língua estrangeira a partir do primeiro ano, altura em que os alunos têm sete anos. Esta situação pode mudar para melhor depois de 2014, ano em que vai ser implementada uma nova reforma educativa. As línguas estrangeiras mais ensinadas são o inglês, o alemão e o francês. A situação na primeira etapa do ensino básico é positiva. Programas recentemente desenvolvidos introduziram a obrigatoriedade de aulas de língua para crianças com sete anos em 2009/2010: uma língua estrangeira obrigatória ensinada a partir do primeiro ano e uma segunda língua estrangeira obrigatória ensinada nas escolas da segunda etapa do ensino básico. Os professores são profissionais e altamente qualificados: licenciados de diferentes departamentos de filologia, que desenvolveram as suas competências frequentando diferentes cursos, obtendo bolsas e participando em *workshops* e conferências.

Os alunos da primeira etapa do ensino básico fazem o chamado «teste de competências», sendo que uma das competências é um teste escrito em língua estrangeira.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (oferta de línguas R/M e imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	Línguas usadas como meio de instrução (AILC)	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	não especificado	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LE	Duas línguas obrigatórias entre inglês, francês, alemão, italiano, russo e espanhol
-----------	---

Durante a segunda etapa do ensino básico e o ensino secundário, os alunos continuam o estudo da primeira língua estrangeira escolhida na primeira etapa do ensino básico. Além disso, iniciam o estudo de uma segunda língua estrangeira no primeiro ano da segunda etapa do ensino básico. São obrigatórias duas línguas estrangeiras e os alunos escolhem entre o inglês, o francês, o alemão, o italiano, o russo e o espanhol. Algumas escolas disponibilizam o ensino de chinês. Existem escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário com um diploma de estudos internacional (CIB) e com um currículo baseado no conteúdo e na aprendizagem de língua. Algumas escolas secundárias oferecem programas intensivos de língua. Os alunos realizam exames finais (*Matura*), que são da responsabilidade da Direção Central de Exames (juntamente com os seus ramos regionais) em cooperação com o Ministério da Educação e outros organismos profissionais de investigação e desenvolvimento. Um dos exames é o de língua estrangeira.

No que se refere à língua cassúbia não existe ensino da mesma na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. A maior parte dos alunos optaram por realizar testes de nível elementar em línguas R/M no exame final (*Matura*) em 2010, de acordo com o Instituto de Estatística.

Os professores são qualificados profissionalmente e todos aqueles que trabalham na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário têm uma qualificação universitária (Mestrado em Humanidades ou Ciências). Os professores recebem instruções claras do Ministério da Educação sobre os requisitos curriculares e de ensino.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (oferta de línguas R/M e imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	Instituição A	limitada	coerente e explícito	nacional	total
	Instituição B	limitada	coerente e explícito	nacional	total
	Instituição C	limitada	coerente e explícito	nacional	total

Ensino Superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para apoio adicional na língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução de língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade de estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	todos	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade C	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	todos	ligado ao QECR	Internacionais e imigrantes	opcional	opcional

No nível da formação profissional, o ensino de línguas estrangeiras enfrenta algumas dificuldades: o programa é criado localmente. As escolas profissionais têm autonomia para definir as suas exigências linguísticas finais; existindo, porém, uma ligação com o QECR. A garantia de qualidade e os procedimentos relacionados com as avaliações finais não são populares. Uma das possíveis mudanças poderia ser a introdução de uma plataforma comum para o diálogo entre as autoridades vocacionais, de forma a criar exigências comuns em termos de língua estrangeira, incluindo um programa e um exame final.

As universidades possuem cursos obrigatórios de língua estrangeira nos seus programas. Na Polónia, as universidades são autónomas e o programa de determinada área de estudo deverá ser aprovado pela direção da faculdade. É muito difícil uniformizar os cursos de língua estrangeira nas universidades. Os alunos realizam exames finais nos níveis B1 e B2 (primeiro ciclo) ou B2 e C1 (segundo ciclo). Os alunos de doutoramento contam com a oferta de cursos de Inglês para Fins Académicos e de competências transversais. As línguas ensinadas são o inglês, o alemão, o francês, o italiano, o espanhol, o chinês, o norueguês, o árabe, o japonês e o lituano. É ensinado polaco como língua estrangeira a estudantes internacionais que chegam à Polónia como estudantes de *Erasmus* ou em intercâmbios de iniciativa privada.

Existem diversas universidades polacas em que a língua de instrução é o inglês ou o francês. Os alunos, polacos ou internacionais, fazem os seus cursos numa língua que não é a sua língua nativa. Para maior uniformização e melhor qualidade do ensino, as universidades poderão aderir à SERMO (Associação de Centros Académicos de Línguas Estrangeiras).

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas em língua não nacional	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas de LRM fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
dobradas	legendados	às vezes	nunca

A televisão polaca apresenta uma variada de filmes internacionais que são dobrados. O mesmo acontece no cinema, onde é possível assistir sobretudo a versões dobradas sem legendas. Existem programas por satélite em que são adicionadas legendas à versão original dos filmes.

Existem alguns bons exemplos de emissoras de televisão regional (por exemplo a Silesia TV) em que são emitidos programas locais.

As jornais são escritos essencialmente em polaco. Existem alguns jornais internacionais em inglês, francês, alemão ou italiano disponíveis em algumas livrarias e lojas. Alguns jornais polacos publicam resumos dos seus artigos e notícias em inglês nas respetivas páginas Web.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4	Gdansk	Gdansk Cracóvia Varsóvia				Gdansk
3-4	Cracóvia					
1-2	Varsóvia		Gdansk Cracóvia		Gdansk Cracóvia Varsóvia	Cracóvia

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Imigração e integração Teatro Turismo Debates políticos e processos de tomada de decisão Emergência	Imigração e integração Transportes Turismo Debates políticos e processos de tomada de decisão Teatro

Na Polónia, existem algumas instituições públicas que fornecem informação em línguas estrangeiras, por exemplo, com sítios Web disponíveis em inglês e em polaco. É fornecida informação básica em inglês em diversas cidades. Verifica-se ainda a utilização de línguas minoritárias, sendo que as autoridades garantem que a administração pública e as instituições de serviços públicos apoiam a utilização destas línguas.

A competência linguística é parte das descrições de funções em determinadas instituições. No entanto, não existem planos consistentes de política linguística, de desenvolvimento das competências linguísticas e de avaliação com base no conhecimento de língua estrangeira.

8 Línguas nas empresas (em 20 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/financiamento da UE	Conhecimento de programas/financiamento da UE
prática alargada	8	14	6	5	0	1	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/ <i>intranet</i>	Línguas utilizadas no <i>software</i> /programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/empresariais	Línguas usadas em <i>marketing</i>	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	1	2	4	0	21	17	15	22	20	20
Inglês comercial	prática alargada	0	3	9	2	11	12	9	12	12	16
Outras línguas	prática alargada	0	1	1	0	2	1	0	1	1	3

A Polónia é um país que tem em atenção o nível de línguas estrangeiras nas empresas. Os departamentos de RH contratam pessoas com conhecimento de pelo menos duas línguas estrangeiras. Nas empresas, a possibilidade de desenvolver competências linguísticas é criada pelos gestores. Os funcionários podem frequentar cursos de línguas pagos ou apoiados pelas empresas. Embora o financiamento de tais cursos e seminários por parte de projetos europeus esteja bem desenvolvido na Polónia, aparentemente, as empresas que participaram na nossa pesquisa não utilizam esta forma de reforço do conhecimento dos seus funcionários. Para esclarecer esta questão, é necessário realizar mais investigação.

Os gestores têm oportunidades de estudar uma língua estrangeira. Os dados mostram que estas possibilidades deveriam ser criadas para todos os funcionários, incluindo os chamados funcionários de contacto direto, como rececionistas, balconistas ou condutores de autocarros. As empresas utilizam as línguas estrangeiras não só para fins publicitários e promocionais em folhetos, pastas, mas também nas suas páginas Web. As principais línguas utilizadas, além do inglês, são o alemão, o russo, o francês, o húngaro, o espanhol, o japonês, o italiano, o chinês, o checo, o neerlandês e o eslovaco. O ucraniano, o árabe, o bielorrusso e o coreano são as línguas nativas das organizações parceiras.

Principais resultados globais

A Polónia sofreu mudanças substanciais no domínio da educação. Um conjunto variado de documentos europeus criou uma base comum de sensibilização dos polacos para a sua condição de cidadãos europeus. O número de alunos que aprendem línguas estrangeiras nas escolas encontra-se em constante crescimento, com a predominância do inglês, ensinado a 89% dos alunos das escolas de ensino básico e secundário no ano letivo de 2010/2011. Entre outras línguas comumente ensinadas, incluem-se o alemão (36,4% dos alunos), o russo (4,8%) e o francês (2,9%). A popularidade de línguas específicas ensinadas nas escolas difere de acordo com a região. Um total de 46,8% dos alunos que frequentam escolas para jovens aprendeu apenas uma língua estrangeira, sendo que quase metade destes aprendeu uma segunda língua. Geralmente, as qualificações dos professores são muito boas. Além da educação universitária, um em cada três professores tinha o estatuto de professor nomeado e os professores de quadro – o nível mais alto de desenvolvimento profissional – constituíam quase metade do pessoal pedagógico das escolas. Os restantes membros do pessoal escolar (23%) eram

professores contratados. Os alunos e os estudantes têm a possibilidade de frequentar vários cursos e aulas extracurriculares e de pertencer a grupos de investigação organizados em clubes e escolas. Além disso, são utilizados fundos europeus para cursos extraordinários de língua em muitas escolas de ensino básico e secundário da Polónia.

Existe, porém, um conjunto de aspetos que é necessário clarificar, como sejam o estatuto do ensino de línguas estrangeiras na educação pré-escolar, o estatuto das línguas estrangeiras nas instituições superiores, a utilização de legendas na televisão e no cinema para promover o multilinguismo na comunicação social, bem como em alguns canais de televisão que transmitem programas em línguas estrangeiras ou minoritárias. Por fim, mas não menos importante, deveria ser dada maior atenção às línguas nos negócios, através de maior ajuda e de mais orientações e iniciativas para o setor. A sensibilização linguística e cultural é fundamental para o sucesso no mercado de negócios global e internacional.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

A situação linguística na Polónia está a mudar num sentido positivo. Existem muitas iniciativas novas levadas a efeito por diferentes grupos de pessoas para as quais o ensino de língua é uma prioridade e uma obrigação. A seguir, apresentamos exemplos de algumas iniciativas com influência na política linguística na Polónia.

1. Conferências, workshops e seminários

Foram organizadas diversas conferências sobre multilinguismo e plurilinguismo na Polónia. Um iniciativa importante recente foi a conferência realizada no âmbito da presidência polaca da UE denominada *Competências Multilíngues para o Sucesso Profissional e Social na Europa*, que teve lugar em setembro de 2011. O objetivo da conferência foi lançar um debate oficial sobre a educação linguística e a sua importância para uma melhor empregabilidade e maiores oportunidades de carreira.

2. *FIJED – Instituto para a Qualidade na Educação*, fundado em 2010 como uma plataforma e um ponto de encontro de diferentes associações, sociedades e organizações que trabalham na área da educação. O objetivo do FIJED é promover o plurilinguismo através da organização de eventos, conferências e encontros em colaboração com associações, editoras e o Ministério da Educação e do Ensino Superior (ver www.fijed.pl).

3. *FRSE – Fundação para o Desenvolvimento do Sistema Educativo*, uma das principais organizações do mercado polaco que atua em atividades como o estudo no estrangeiro (LLP, Erasmus Mundus, Eurodesk, etc.), conferências, eventos, (eTwinning) e concursos (Rótulo Linguístico Europeu). Além disso, a FRSE publica o *Języki Obce w szkole*, Rótulo Linguístico Europeu, Europa dla aktywnych.

4. Publicações

Trata-se de artigos e ensaios publicados em polaco e revistas estrangeiras que apresentam o estado atual da educação polaca. O livro *Internationalization of higher education* editado por Waldemar Martyniuk foi publicado pelo FRSE em 2011.

5. *SERMO – Associação de centros Académicos de Línguas Estrangeiras*, fundada em 2006. Os seus membros são os diretores ou responsáveis dos centros de línguas das universidades polacas. A SERMO tem diferentes objetivos e metas, como sejam a uniformização de conteúdos e das metas

finais dos exames de língua nas universidades de acordo com o QECR. Os membros da SERMO encontram-se pelo menos duas vezes por ano em conferências organizadas pelos Centros de Língua. A cooperação com o Ministério da Educação, com o Ministério da Ciência e da Educação, o KRASP, outras associações, o British Council e organizações internacionais é um dos objetivos da SERMO (ver www.sermo.org.pl).

6. Existem muitas iniciativas locais e nacionais que promovem o ensino e a aprendizagem de línguas nacionais, R/M e estrangeiras. Entre elas contam-se:

- *Estudar na Polónia* – um programa dirigido a estudantes internacionais que estudam nas universidades polacas (promoção da língua e da cultura polaca);
- AILC – desenvolvida no ensino básico, secundário e superior;
- *O Dia Europeu das Línguas* – organizado todos os anos em setembro em toda a Polónia e todos os tipos de escolas.

Estas e outras iniciativas são uma clara evidência de que a sensibilização linguística e cultural são a base da educação na Polónia. Este processo requer tempo e empatia de todas as partes interessadas, incluindo do governo, das autoridades educativas, das empresas locais, bem como dos alunos e dos seus pais. As cidades polacas deverão tornar-se mais amigas do utilizador, promovendo a tolerância e o multilinguismo assim como a hospitalidade polaca para os cidadãos polacos e os visitantes internacionais.

Referências

Instituto Central de Estatística, www.stat.gov.pl;

Conselho da Europa, <http://conventions.coe.int/Treaty>;

Instituto para a Qualidade da Educação, www.fijed.pl;

Fundação para o Desenvolvimento do Sistema Educativo, www.frse.org.pl;

Internacionalizacja studiów Wyższych, red. Waldemar Martyniuk, Fundacja Rozwoju Systemu Edukacji, 2011;

Associação de Centros Académicos de Línguas Estrangeiras, www.sermo.org.pl

14 PORTUGAL

Prof. J. Lachlan Mackenzie

Contexto do país

A República Portuguesa tem, de acordo com os resultados provisórios dos Censos de 2011, uma população de 10 561 614 pessoas. A principal língua do país é o português, que teve origem num território que corresponde à Galiza (noroeste de Espanha) e ao norte do território português atual. A língua galaico-portuguesa continuou a ser usada durante o período de domínio Árabe e reestabeleceu-se como a língua principal à medida que os seus falantes se moviam para sul. O português foi instituído como a língua da corte pelo rei D. Dinis em 1297.

O português é atualmente usado como língua oficial em oito países (Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste; os chamados países da CPLP) e um território, Macau (Região Administrativa Especial de Macau da R. P. da China). Estima-se que o número total de falantes é de cerca de 240 milhões. Existem grupos significativos de falantes de português emigrados em vários países do mundo, especialmente em França, Luxemburgo, Andorra, Reino Unido, Suíça, Estados Unidos, Canadá, Venezuela e África do Sul.

Um total de 4,1% da população residente em Portugal tem nacionalidade não portuguesa (OCDE 2006). As principais nacionalidades de imigrantes são, de acordo com os dados de 2006 do Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, (em ordem decrescente) cabo-verdiana, brasileira, angolana, guineense, e ucraniana (e várias outras nacionalidades da Europa de Leste), bem como indiana e chinesa. Além disso, existem comunidades de imigrantes do Reino Unido e de outros países europeus. A força de trabalho é de 5 580 700 pessoas (Pordata 2010).

Portugal tem uma língua minoritária, o mirandês, falada e, em certa medida, escrita em Miranda do Douro (cidade raiana do nordeste de Portugal com uma população de cerca de 2000 pessoas) e nas áreas circundantes portuguesas por um máximo de 10 000 pessoas, (quase) todas elas bilingues. Foi reconhecida em 1999 língua cooficial de âmbito regional. Linguisticamente, a língua mirandesa pertence ao grupo Asturo-Leonês.

Portugal reconhece ainda a Língua Gestual Portuguesa como língua oficial, tendo declarado que é obrigação do estado protegê-la e valorizá-la como expressão cultural e como instrumento para o acesso à educação e para a igualdade de oportunidades.

O ensino obrigatório é de doze anos e começa aos seis: está dividido em nove anos de ensino básico, seguido de três anos de ensino secundário ou profissional.

Legislação essencial: o português é definido como língua oficial de Portugal na Constituição da República Portuguesa, parágrafo 3, artigo 11. O mirandês é reconhecido como língua oficial no concelho de Miranda do Douro pela Lei n.º 7/99 de 29 de Janeiro de 1999. A Língua Gestual Portuguesa é reconhecida na revisão de 1997 da Constituição da República Portuguesa, art. 74, § 2h.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, e uma língua R/M (mirandês) são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos de Portugal são (co)financiados em 13 países na Europa e fora da Europa. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* não foi assinada/ratificada. A nível nacional, o mirandês é a única língua R/M reconhecida, existindo oferta de ensino na mesma.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística em Portugal, na forma de censos periodicamente atualizados. No entanto, estes mecanismos de recolha de dados incluem apenas a língua nacional, com base numa pergunta sobre a língua materna.

Portugal, cujas fronteiras atuais foram definidas no essencial em 1249, revela uma grau relativamente alto de estabilidade demográfica e linguística, sendo fundamentalmente um país monolíngue. No entanto, a sua história pô-lo em contacto regular com outras línguas, quer na Europa (especialmente espanhol, inglês e francês) quer no resto do mundo como consequência do seu passado colonial (línguas da América do Sul, África e Ásia). Por isso, os portugueses ficaram conscientes das vantagens do multilinguismo e os diferentes governos não só asseguraram o apoio à língua nacional como estimularam o ensino de línguas estrangeiras nas suas políticas e legislação, além de financiarem o ensino em língua portuguesa no estrangeiro. A língua regional mirandesa foi reconhecida, mas as línguas imigrantes não obtiveram reconhecimento na lei nem nos censos.

LN=Língua(s) Nacional(is)
 LE=Língua(s) Estrangeira(s)
 LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
 LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de apoio adicional em língua nacional, línguas estrangeiras e imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥2 anos	nenhum	<0.5 dia	específica para a disciplina	geral	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Mirandês
------	----------

O ensino pré-primário é opcional em Portugal, mas a disponibilização de jardins de infância para crianças com cinco anos tornou-se obrigação do estado desde 2009. Para a grande maioria dos alunos, o português é a única língua de instrução na escola pré-primária. Contudo, verifica-se, desde cerca de 1990, um aumento gradual da consciência das dificuldades que os alunos do ensino pré-primário cuja língua nativa não é o português enfrentam (Litwinoff 1992), nomeadamente, os falantes de – sobretudo – crioulo cabo-verdiano, *Kriol* (crioulo guineense), uma das línguas crioulas de São Tomé e Príncipe, ucraniano ou chinês (ver Mateus et al. 2008). Já foram propostas medidas para sensibilizar os educadores para a situação bilingue dos alunos imigrantes da escola pré-primária. Existe formação inicial disponível para os educadores de infância na área em que é falado o mirandês.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	geral	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do 1.º ano	fora do horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	geral	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	inexistente

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Mirandês
LE	Inglês, francês: uma destas línguas é obrigatória

O português é a língua veicular em todas as escolas, embora em algumas escolas privadas possam ser usadas outras línguas (tais como o inglês, o francês e o alemão), sendo também uma disciplina curricular ao longo do ensino básico. Não existe instrução obrigatória em língua estrangeira no primeiro ciclo. No entanto, nos últimos anos, o Ministério da Educação fez fortes recomendações no sentido de que as escolas disponibilizassem aulas em inglês a partir do terceiro ano no quadro da área de «enriquecimento curricular» (e disponibilizou fundos para o efeito). Em 2008, mais de 99% das escolas tinham implementado esta recomendação; mais de 50% tinham o ensino de inglês a partir do primeiro ano. No segundo ciclo (5.º e 6.º anos), uma língua estrangeira torna-se parte do currículo obrigatório; o governo atual propõe a obrigatoriedade de a língua estrangeira do segundo ciclo ser o inglês.

Os professores da primeira etapa do ensino básico, especialmente os que trabalham em áreas multilingues, têm consciência do plurilinguismo das crianças ao seu cuidado e formação para trabalhar neste contexto. Porém, as línguas imigrantes não são tratadas como um objeto de estudo, embora as comunidades ucranianas e chinesas tenham organizado cursos independentes nas suas respetivas línguas. Na área onde se fala o mirandês, as professores têm, desde 1985, a possibilidade de dedicar atenção especial à língua mirandesa e de a usar como meio de instrução.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	ligado ao QECR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	NA	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou regionais	inexistente

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Mirandês
LE (línguas em itálico apenas no ensino secundário)	2 entre inglês, francês, alemão, espanhol, <i>latim</i> , <i>grego</i> são obrigatórias.

Na segunda etapa do ensino básico (ou seja, a partir do 3.º ciclo), é obrigatório o estudo de duas línguas estrangeiras. O governo apresentou uma proposta no sentido de o inglês ser uma dessas línguas. No sistema atual, a grande maioria dos alunos combinam o inglês como o francês, o alemão, o espanhol, o latim ou o grego clássico (em disciplinas organizadas em consonância com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas). No ensino secundário, o ensino em língua portuguesa continua, havendo uma disciplina de língua estrangeira para os alunos da área de ciências e duas para os alunos de humanidades. As línguas imigrantes não são objeto de estudo nem meio de instrução nas escolas portuguesas. Recorde-se que 50% dos imigrantes vêm de países que têm o português como língua oficial. A língua regional mirandesa pode ser ensinada na área onde é falada.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP)

	Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível	
LR/M					
	Instituição C	limitada	geral	N/A	total
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	total
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	total
	Instituição C	limitada	coerente e explícito	nacional	total

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade C	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional

No ensino superior, o português é quase sempre a língua de instrução. No entanto, a internacionalização da educação decorrente do Processo de Bolonha levou a que determinadas faculdades oferecessem cursos em inglês frequentados quer por alunos visitantes quer por portugueses. Em geral, as universidades portuguesas estão conscientes do valor da competência em línguas, disponibilizando formação em português para falantes não nativos que pretendam ser aceites nos seus programas de estudos e numa grande variedade de línguas que podem ser escolhidas voluntariamente pelos alunos. Não é dedicada atenção especial a línguas regionais ou imigrantes.

Os estabelecimentos de formação profissional asseguram a instrução em português aos seus alunos de forma que estes desenvolvam competências de precisão linguística e de eficácia na comunicação. Em geral, dedicam também atenção a uma língua estrangeira, sendo a orientação para competências relacionadas com a área profissional.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	legendados	sempre	regularmente

Os conteúdos televisivos e os filmes nos cinemas são exibidos na língua original com legendas em português – com exceção de algumas produções dirigidas a crianças, que são dobradas. Alguns programas de televisão selecionados contêm uma janela com um intérprete a comunicar em Língua Gestual Portuguesa. Existem jornais e revistas disponíveis em línguas estrangeiras, primordialmente para responder às necessidades dos turistas; mas existem também publicações para imigrantes, como é o caso do jornal em língua russa *Slovo*.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Lisboa Porto Miranda do Douro				
3-4	Miranda do Douro			Lisboa	Miranda do Douro	
1-2	Porto		Lisboa Porto Miranda do Douro	Porto	Lisboa Porto	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Educação Serviços legais Turismo Transportes Imigração e integração	Imigração e integração Debates políticos e processos de tomada de decisão Educação Emergência Transportes

Os municípios têm alguma consciência do multilinguismo nas suas comunidades e disponibilizam determinados serviços em inglês e espanhol. Pode-se recorrer a serviços de interpretação para cerca de 60 línguas através de uma instituição nacional. O material escrito produzido pelos municípios é tipicamente publicado apenas em português, embora os serviços de imigração e de turismo sejam multilingues. O município de Miranda do Douro disponibiliza muitos serviços escritos em mirandês e espanhol, além do português.

8 Línguas nas empresas (em 20 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/financiamento da UE	Conhecimento de programas/financiamento da UE
prática alargada	5	8	3	0	0	1	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Language used for website
LN	prática alargada	1	0	1	0	20	18	20	20	17	19
Inglês comercial	prática alargada	1	3	3	1	5	7	5	8	9	14
Outras línguas	prática alargada	1	2	1	1	1	1	0	0	3	2

As empresas inquiridas refletiram uma tendência geral em Portugal de favorecimento da utilização do português, mas também de reconhecimento da importância do inglês comercial para interação com clientes e empresas estrangeiras. Outras línguas tendem a não ter preponderância, exceto no caso de empresas com interesses específicos em países particulares. A promoção das competências linguísticas na língua nacional, em inglês como língua franca ou em outras línguas não é, normalmente, uma prioridade. O multilinguismo não ocupa um lugar de destaque nas preocupações das empresas portuguesas que preencheram o questionário.

Principais resultados globais

Portugal revela-se um país profundamente consciente do estatuto da sua língua nacional como a quinta mais falada no mundo, reconhecendo também a importância do inglês (comercial) no papel do país no mundo globalizado. Promove a língua regional mirandesa, falada por 0,1% da população nacional e conferiu proteção constitucional à Língua Gestual Portuguesa. A escolaridade é disponibilizada em português, mas também em inglês, do primeiro ciclo do ensino básico em diante, e numa segunda língua estrangeira. A comunicação social tem uma influência positiva nas atitudes da população relativamente às línguas estrangeiras e na sua competência em língua estrangeira, o que não se reflete numa forte orientação dos serviços públicos ou das empresas para a valorização das competências linguísticas dos seus funcionários.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

Uma contribuição de destaque no que se refere à sensibilização para as minorias linguísticas foi o projeto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (2003–2007), financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e levado a cabo pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC) em colaboração com diversas escolas. O resultado inclui não só a realização de educação bilingue em escolas selecionadas (ainda em curso), mas também o desenvolvimento de materiais e recomendações para o Ministério da Educação e várias publicações (ver Mateus et al. 2008).

O British Council está a trabalhar em parceria com o Ministério da Educação num projeto-piloto de quatro anos (2011–2015) com vista a introduzir educação bilingue do primeiro ano em diante em oito escolas públicas de primeiro ciclo. Cerca de cinco horas por semana são lecionadas em inglês, sendo que o British Council disponibiliza formação e apoio.

Além disso, realizaram-se esforços no sentido de promover o multilinguismo em negócios internacionais, por exemplo pelo *Three Linguistic Spaces* (<http://www.3el.org/>; em relação às áreas de falantes de francês, espanhol e português), um grupo de pressão que defende a intercompreensibilidade das línguas românicas.

O projeto REFLECT (2000-2002), o projeto PROTOCOL II (2002–2004) e o projeto ECLAT (2006-2008; o sítio Web <http://www.eclatproject.eu/> ainda está ativo) definiram um esquema de auditoria de língua e cultura para as PME, proporcionando dados reais sobre as necessidades e tendências das empresas na área das competências linguísticas e culturais e promovendo o desenvolvimento do planeamento linguístico.

Referências

Litwinoff, Raja (1992). Projecto piloto de educação bilingue e bicultural no ensino pré-primário e primário. *Documentos do Encontro a Comunidade Africana em Portugal*. Lisboa: Colibri, 71–73.

Mateus, Maria Helena Mira et al. (2008). *Diversidade Linguística na Escola Portuguesa*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.

Salomão, Ricardo (2011). *Comunicação e exportação*. Lisboa: Nova Vega.

15 ROMÉLIA

Alexandru Cernat, Anca Nedelcu, Stefan Colibaba, Călin Rus, Ruxandra Popovici

Contexto do país

A Roménia tem 21 462 186 habitantes (Instituto Nacional de Estatística¹ 2010) de acordo com os últimos censos de 2002. Estima-se que 2,8 milhões de pessoas tenham deixado o país para trabalhar, tendo a Itália e a Espanha como principais destinos (Sandu 2010).

Existem 20 minorias nacionais oficialmente reconhecidas (ou com representação política oficial) na Roménia, que representam mais de 11% da população. Segundo os censos de 2002, os grupos mais representativos são os de húngaros (6,6% da população) e Rom (2,5% da população). Os húngaros estão sobretudo localizados na parte central e ocidental do país e têm uma importante representação na política e na comunicação social. A língua húngara é amplamente utilizada na educação, na administração local e no sistema de justiça nas áreas em que os húngaros representam mais de 20% da população local. A minoria Rom encontra-se ainda sub-representada em posições de poder. A língua romani está também sub-representada nos meios de comunicação social e na educação. Aproximadamente 11% das instituições educativas pré-universitárias da Roménia têm uma língua minoritária como meio de instrução em pelo menos uma secção, sendo que em 90% dos casos se trata da língua húngara.²

A imigração é um fenómeno em crescimento. Estima-se que existem 57 211 cidadãos de países terceiros, sendo os três principais grupos oriundos da República da Moldávia (28%), da Turquia (17%) e da China (14%)³ (Comissão Europeia; Gabinete de Estatísticas das Comunidades Europeias 2010, p. 194). Não se incluem nestes números cidadãos da União Europeia. O Eurostat prevê para o período 2008–2060 uma taxa de imigração de 18,4 por 1000 habitantes (Alexe & Păunescu, 2010, p. 22).

Os dados estatísticos sobre o volume e a estrutura da população serão atualizados em 2012, altura em que serão tornados públicos os resultados dos censos de 2011.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras e um conjunto variado de línguas R/M são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da Roménia são (co)financiados em 18 países da Europa e de fora da Europa. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi ratificada pela Roménia. Na Carta, são reconhecidas as seguintes 20 línguas R/M: albanês, arménio, búlgaro, checo, croata, alemão, grego, húngaro, italiano, macedónio, polaco, romani, russo, ruteno, sérvio, eslovaco, tártaro, turco, ucraniano e iídiche. Existe oferta oficial, apoiada pela Carta, de 15 destas línguas no ensino nacional e regional, ou seja, não existe para o albanês, o arménio, o macedónio, o ruteno e o iídiche.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística na Roménia, na forma de censos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante, com base numa pergunta sobre a língua materna.

Em 1995, a Roménia assinou a Convenção Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais do Conselho da Europa e, em 2007, ratificou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias. Embora o romeno seja a língua oficial, existem dez línguas minoritárias que têm protecção geral: albanês, arménio, grego, italiano, macedónio, polaco, romani, ruteno, tártaro e iídiche; e dez línguas com protecção reforçada: búlgaro, checo, croata, alemão, húngaro, russo, sérvio, eslovaco, turco e ucraniano.

Apesar de, por vezes, estas línguas surgirem como tema nos meios de comunicação social, os dados relativos a este tema são ainda escassos. A nível nacional, só pode ser encontrada informação nos Censos Nacionais com uma pergunta a respeito da língua materna. Além disso, a Roménia foi incluída no Eurobarómetro 63.4 de 2005 (europeus e línguas), no qual se pedia aos inquiridos que respondessem a perguntas sobre a sua língua materna, outras línguas conhecidas e o seu nível de competência linguística. Dados sobre a utilização de línguas minoritárias na educação estão também disponíveis no Instituto Nacional de Estatística e no Ministério da Educação.¹

¹ <https://statistici.insse.ro>

² Censos de 2002: <http://www.insse.ro/cms/files/RPL2002INS/vol4/tabele/t1.pdf>

³ http://ori.mai.gov.ro/api/media/Userfiles/Proiecte--Strategii/Instructiuni_IF_1101_10012012

¹ <https://statistici.insse.ro>

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas estrangeiras ou imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	apenas falantes nativos	≥2 anos	nenhum	>1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total
Apoio adicional em LN	todos	≥2 anos	nenhum	0.5–1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Búlgaro, croata, checo, alemão, grego, húngaro, polaco, sérvio, eslovaco, turco, ucraniano
-------------	--

As línguas estrangeiras no nível pré-escolar são opcionais. No entanto, a maioria dos jardins de infância inclui uma língua estrangeira no seu currículo. O facto de o ensino pré-primário ser obrigatório é garantia de que a maioria das crianças tem contacto com uma língua estrangeira antes de iniciar o ensino básico.

Note-se ainda que, legalmente, todas as crianças de uma minoria reconhecida têm o direito à educação na sua língua. Embora se trate de um aspeto positivo, continua a haver diferenças na implementação desta lei entre diferentes grupos minoritários.

A história migratória do país, com uma taxa de emigração superior à de imigração, é a história das principais causas para a ausência de uma oferta educativa substancial para imigrantes. O grupo imigrante mais importante é oriundo da República da Moldávia, mas o ensino de língua não é um problema, uma vez que a sua língua é a mesma dos romenos e a cultura é semelhante.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	definida na escola	ligado ao QEER	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	inexistente

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Búlgaro, croata, alemão, húngaro, italiano, polaco, romani, russo-lipovano, sérvio, eslovaco, turco, ucraniano
LE	Inglês, francês, alemão, italiano, russo, espanhol: uma destas línguas é obrigatória

Na primeira etapa do ensino básico, a situação é semelhante. Aqui é obrigatória uma língua estrangeira, sendo a escola a decidir qual, embora algumas escolas deem aos alunos e aos pais a oportunidade de escolher a língua a aprender. Além disso, algumas escolas proporcionam instrução inteira ou parcialmente em línguas minoritárias, sobretudo em húngaro. Nestes casos, todas as aulas podem ser ministradas na língua minoritária exceto as de língua e literatura romena. Ainda assim, não existem informações sobre a utilização de línguas minoritárias nas escolas da primeira etapa do ensino básico.

A nova lei educativa atribui maior autonomia às escolas e aumenta a competitividade entre elas. Espera-se que este processo venha a melhorar a qualidade do ensino de línguas estrangeiras, dado que se trata de um fator importante na escolha da escola. As recentes disposições baseadas na nova lei encorajarão também as escolas a disponibilizar aulas de língua e cultura romani a pedido dos pais.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	>10	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	>10	definida na escola	ligado ao QECR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	inexistente

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Búlgaro, croata, húngaro, italiano, polaco, romani, russo-lipovano, eslovaco, sérvio, turco, ucraniano
LE	Inglês, francês, alemão, italiano, português, <i>russo</i> , espanhol: duas destas línguas são obrigatórias dependendo da oferta da escola

A segunda etapa do ensino básico e o ensino secundário têm características semelhantes à primeira etapa do ensino básico. Na maior parte dos casos, os alunos continuam o estudo da língua estrangeira iniciada anteriormente. Iniciam também a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira no primeiro ano da segunda etapa do ensino básico. À escala nacional, há escolas com programas de estudo intensivos em línguas estrangeiras e também escolas secundárias onde o meio de instrução é uma língua estrangeira particular: inglês, alemão, francês, italiano ou espanhol. Existe ensino em línguas minoritárias nas escolas secundárias em regiões específicas do país. A principal língua minoritária com as instituições e o pessoal necessários é a língua húngara, seguida da alemã, ucraniana, sérvia e eslovaca. Os alunos têm a oportunidade de realizar os seus exames nacionais finais na língua minoritária com um teste de língua romena adaptado.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior (Oferta de línguas imigrantes inexistente)**Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP)**

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	Instituição A				
	Instituição B				
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	total
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QEER	total
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QEER	total
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QEER	total

Línguas disponibilizadas (em três instituições de EFP)

LR/M	Húngaro, romani
LE	Inglês, francês, alemão

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional, estrangeiras e R/M	nacional e estrangeiras	todos	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	oferta inexistente
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	todos	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	opcional	oferta inexistente
Universidade C	nacional, estrangeiras e R/M	nacional, estrangeiras e R/M	todos	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	oferta inexistente

No nível de formação profissional, o perfil linguístico adotado como um todo é de certa forma moderado, verificando-se uma forte representação da língua nacional e de línguas estrangeiras, e apenas alguns cursos de húngaro e romani disponibilizados na cidade de Cluj. No entanto, o húngaro e o alemão, como línguas minoritárias principais, estão bem representados no nível terciário em regiões onde a população minoritária é significativa. A língua nacional e as línguas estrangeiras estão fortemente representadas. Aqui o inglês e o francês surgem em primeiro lugar, com secções especializadas em línguas estrangeiras ou até níveis de pós-graduação, tais como programas de mestrado ou de doutoramento ministrados parcial ou inteiramente nestas línguas.

Desenvolvimentos recentes mostram um investimento crescente em línguas estrangeiras, sobretudo inglês e francês, havendo algumas universidades com secções de húngaro e alemão. O romani, bem como outras línguas minoritárias nacionais, é também estudado em unidades de ensino superior de pedagogia/língua que preparam futuros professores para ensinar (n)estas línguas. Mais uma vez, não existe oferta para as línguas imigrantes

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	legendados	regularmente em Bucareste nunca em Iasi sempre em Cluj	às vezes em Bucareste nunca em Iasi e Cluj

Tradicionalmente, os meios de comunicação social na Roménia usam línguas nacionais e minoritárias. A maioria dos filmes e dos programas de televisão estrangeiros é legendada ao passo que as restantes emissões são feitas na língua nacional. Há algum espaço para programas em húngaro e alemão em canais públicos da televisão nacional, e alguns programas de televisões locais são emitidos inteiramente nestas línguas minoritárias. Existem canais de televisão em húngaro, alemão e sérvio e em outras línguas minoritárias amplamente disponíveis através de operadores por cabo. Recentemente, os desenhos animados começaram a ser dobrados, ao passo que a língua de alguns programas pode ser escolhida pelo espetador.

Os jornais são predominantemente escritos em romeno. Existem alguns jornais internacionais ingleses, franceses ou alemães disponíveis em algumas livrarias e lojas. Na parte central e ocidental do país há também jornais e revistas da Hungria e da Alemanha. Os meios de comunicação em linha estão também disponíveis na língua nacional e nas línguas minoritárias, bem como em algumas línguas imigrantes como o árabe e o chinês.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Cluj	Cluj	Bucareste Iasi Cluj		
3-4	Cluj				Cluj	
1-2	Bucareste Iasi	Bucareste Iasi	Iasi		Bucareste	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Serviços legais Imigração e integração Turismo Transportes Serviços sociais	Turismo Imigração e integração Debates políticos e processos de tomada de decisão Emergência Transportes

Algumas instituições públicas fornecem serviços em várias línguas; por exemplo, os sítios Web estão disponíveis em inglês ou francês bem como na língua nacional. O húngaro está também disponível na parte central e ocidental do país, seja através de material em linha seja em serviços que estão disponíveis para o público. A utilização de línguas minoritárias está associada à estrutura da população. Em áreas em que determinado grupo minoritário represente pelo menos 20% da população local, a administração pública e os serviços públicos assegurarão a existência de comunicação na língua minoritária tal como se estipula da Constituição, e em consonância com os tratados internacionais a que a Roménia aderiu.

O investimento em competências linguísticas no seio das instituições públicas não é consistente. No entanto, algumas instituições parecem ter-se adaptado à situação local. Em áreas com grandes grupos minoritários, os serviços são fornecidos por pessoal que normalmente é capaz de falar a língua minoritária correspondente. No caso da minoria Rom, são contratados mediadores para ajudar à comunicação entre os grupos étnicos.

8 Línguas nas empresas (em 24 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Awareness of EU programmes/ funding
prática alargada	3	17	4	3	0	0	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/ identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	1	0	1	0	22	17	19	19	20	23
Inglês comercial	prática alargada	2	3	3	0	9	15	8	9	14	18
Outras línguas	prática alargada	0	0	0	0	3	3	1	1	3	6

As empresas inquiridas exibem um perfil linguístico médio-baixo. Embora algumas tenham uma estratégia linguística, o investimento em competências em línguas para os seus funcionários é muito baixo. A maior parte das vezes parece que as competências foram adquiridas antes da obtenção do emprego. A língua nacional e o inglês parecem emergir como as principais línguas utilizadas, seguidas do francês e do alemão.

Recomendam-se políticas que realçam a importância das línguas e a necessidade de investimento privado nestas competências de forma a reforçar as práticas multilingues nas empresas.

Principais resultados globais

A Roménia apresenta uma situação em que a língua nacional e as línguas minoritárias e estrangeiras parecem ser bem promovidas, sobretudo no sistema educativo. As empresas inquiridas parecem utilizar as línguas estrangeiras adequadamente, mas não investir de forma significativa nas competências linguísticas dos funcionários.

As línguas minoritárias são apoiadas legalmente quer através da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias quer através da nova lei educativa. Porém, esta realidade não leva necessariamente a resultados equitativos para todas as minorias. Enquanto algumas línguas minoritárias, como o húngaro, são representadas em atividades educativas e culturais, outras, como o romani, não são. Embora tenham sido realizados investimentos para ajudar o acesso dos Rom aos órgãos de administração, à escola e a outros serviços públicos através de mediadores, há ainda muito trabalho a fazer para assegurar oportunidades reais de uso da língua romani na educação e no espaço público. Apesar de estas necessidades serem conhecidas e de terem sido realizados documentos legais a respeito da língua e cultura romani (Notificação do Ministério da Educação 29323/20.04.2004), são necessárias mais medidas práticas.

Outro aspeto que requer atenção urgente é o da população imigrante e das respetivas questões linguísticas, por exemplo, o acesso à educação. É previsível um aumento da imigração de longa duração, pelo que deveriam ser discutidas e implementadas políticas que respondam às necessidades dos imigrantes. Outro ponto a melhorar poderia ser a oferta das universidades no que se refere ao romeno como língua estrangeira. Seria algo útil para os estudantes estrangeiros que pretendem estudar na Roménia. O desenvolvimento de competências linguísticas por parte dos trabalhadores de instituições públicas e o reforço das estratégias de comunicação, especialmente a difusão de informação em mais línguas, seria de grande importância quer para a população imigrante quer para os empresários estrangeiros.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

O panorama linguístico da Roménia atual é diversificado e existe uma tendência crescente para o reconhecimento e a promoção do multilinguismo como um recurso e valor social. Abaixo descrevem-se brevemente algumas iniciativas pertinentes neste campo.

A nível governamental, um exemplo é o estudo do Departamento de Relações Interétnicas sobre «Multilinguismo e línguas minoritárias na Roménia»,¹ desenvolvido em conjunto com a Academia Romena. Merecem também menção, os programas do Gabinete de Imigração Romeno ou do Instituto Romeno de Investigação sobre Minorias Nacionais de Cluj Napoca (por exemplo, o projeto sobre «Forma Bilingue»). As

opções políticas do Ministério da Educação Romeno são igualmente relevantes. Por exemplo, a nova lei educativa, de Janeiro de 2011, e a nova proposta de quadro curricular realçam a importância de desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos em várias línguas.

A recente iniciativa da Associação Nacional de Programas Comunitários, da Representação da Comissão Europeia na Roménia e do Departamento de Relações Interétnicas de organização do evento *MALLtlingualism – Voices and Colour* num centro comercial em Bucareste é um exemplo de formas inovadoras de atingir audiências mais alargadas num ambiente não formal. A celebração do Dia Europeu das Línguas 2011 pelo Instituto Cultural Romeno e pelo EUNIC Roménia, utilizando o formato de uma «loja de trocas» de atividades culturais é parte do mesmo esforço para a transmissão da mensagem de diversidade cultural para o público.

Outro exemplo de colaboração entre órgãos governamentais e a sociedade civil é o projeto «Aprender romeno» levado a cabo pela Universidade Ocidental de Timisoara, o Instituto Intercultural de Timisoara e o Ministério Romeno da Educação. Juntamente com o projeto «Migrante na Roménia»,² também financiado pelo Fundo Europeu para a Integração, e implementado em parceria pelo Instituto Intercultural de Timisoara e a Associação de Mulheres Refugiadas na Roménia, a iniciativa acima mencionada pretende apoiar a aprendizagem de romeno básico.

O aumento da sensibilização para a importância do multilinguismo é evidenciado por numerosos projetos de investigação e debates científicos a nível universitário recentemente organizados por faculdades de língua e outras. Estas iniciativas estão em linha com um sugestão de Leonard Urban, comissário europeu para o multilinguismo entre 2007 e 2010, de estabelecimento de cátedras de multilinguismo nas universidades.³ Um exemplo é a conferência organizada pela Faculdade de Sociologia e Trabalho Social da Universidade Babeş-Bolyai, em Cluj denominada «Da imigração à integração através do multilinguismo».⁴

Referências

Alexe, I. and Păunescu, B. (ed.) (2011). *Studia asupra fenomenului imigrație în România*.

Integrarea străinilor în societatea românească. București: Fundația Soros.

Comissão Europeia; Gabinete de Estatísticas das Comunidades Europeias. (2010). *Europa em números – Anuário Eurostat 2010*. Luxemburgo: Comissão Europeia.

Sandu, D. (2010). *Lumile sociale ale migrației*. Iași: Polirom.

¹ www.insse.ro, www.edu.ro, www.dri.gov.ro

² www.migrant.ro

³ www.ziare.com/tv/ – entrevista, 23 de novembro de 2009

⁴ www.lumebuna.ro/2011/05/29/conferinta-%E2%80%9Cde-la-imigrare-la-integrare-prin-multilinguism%E2%80%9D/

16 ESPANHA

16.1 Madrid, Valência, Sevilha

Prof. Marta Genís

Contexto do país

O multilinguismo não é uma questão nova para a Espanha, uma vez que, em cada dez espanhóis, quatro vivem em comunidades com mais do que uma língua oficial. Tendo em conta que a Espanha tem uma população de 47,1 milhões de habitantes (Censos de 2011), isto significa que 34% da população é, no mínimo, bilingue, pelo que o multilinguismo é uma característica essencial da cultura espanhola.

A Constituição Espanhola de 1978 reconhece a riqueza da diversidade linguística como um património cultural que deve ser respeitado e protegido e declara que outras línguas além da língua nacional, o castelhano, «deverão também ser oficiais nas suas respetivas comunidades». Assim, podemos dizer que a Espanha é um país multilingue que tem a variedade castelhana, habitualmente designada de espanhol, como língua oficial. As outras línguas, galego, catalão e basco, são também oficiais nas suas respetivas comunidades e em alguns outros territórios que historicamente faziam parte do seu contínuo linguístico, como Valência e as Ilhas Baleares no caso de catalão, e o norte de Navarra no caso do basco. Juntas, estas três línguas perfazem cerca de 16 milhões de falantes.

Além disso, existe uma grande variedade de dialetos, como o andaluz, o canário, o estremenho, o murciano, etc., e outros reconhecidos como línguas territoriais na *Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias*, como as *fablas aragonesas* em Aragão, o *bable* ou asturiano nas Astúrias, o *valenciano* em Valência e o *aranês*, a língua oficial em Vale de Arão. A Carta protege ainda línguas como o berbere em Melilla, o *caló*, um língua não territorial usado pelos Ciganos e o português, usado na Estremadura e em outros locais situados junto à fronteira com Portugal. Todas estas línguas representam apenas algumas das variedades linguísticas faladas a nível local.

A imigração estrangeira trouxe também outras línguas para Espanha. De acordo com os Censos de 2011, existem 5,7 milhões de pessoas de origem estrangeira (12,2%), muitas provenientes da América do Sul, onde são faladas diferentes variedades de espanhol. As línguas de imigração mais importantes presentes em Espanha são o árabe, o búlgaro, o chinês, o inglês, o alemão, o português e o romeno.

No que respeita à educação, as línguas nunca foram consideradas essenciais na Espanha. O primeiro sinal de preocupação em relação às línguas estrangeiras (LE) remonta ao Decreto Real de 20 de julho de 1900, com a recomendação de que o francês fosse estudado em primeiro lugar, seguido do francês ou do alemão, de forma a esquecer o isolamento em que a Espanha vivia até essa altura.

A Lei Geral de Educação de 1970 representa um avanço significativo para as línguas na educação, uma vez que introduziu o ensino de LE no terceiro ciclo do ensino básico e, mais significativamente, incluiu as línguas e a literatura regionais nos sistemas educativos das respetivas comunidades a partir do

ensino básico. Em 1990, a LOGSE (*Ley Orgánica General del Sistema Educativo* – Lei Orgânica Geral do Sistema Educativo) instituiu um sistema educativo descentralizado no qual as comunidades autónomas tinham a possibilidade de selecionar os conteúdos curriculares.

A lei atual, aprovada em 2002, é a LOE (*Ley Orgánica de Educación* – Lei Orgânica de Educação), no âmbito da qual o ensino de línguas estrangeiras é iniciado na primeira etapa do ensino básico (a partir dos cinco anos) e é introduzida uma LE à escolha a partir dos nove anos.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras, as línguas R/M e as línguas imigrantes são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da Espanha são (co)financiados em 13 países da Europa e de fora da Europa, em particular na América Latina. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada e ratificada pela Espanha. Na Carta, são reconhecidas as seguintes 12 línguas R/M: aranês, asturiano/bable, basco, catalão, *fablas aragonesas*, galego, valenciano, português, árabe, línguas berberes, *caló* e romani. Existe oferta oficial de basco, catalão, galego e valenciano no ensino regional, apoiada pela Carta.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados nacionais sobre diversidade linguística na Espanha, na forma de censos e inquéritos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante, com base numa pergunta sobre a língua falada em casa e numa pergunta sobre proficiência linguística dos falantes em que se procura saber se (e até que ponto) são capazes de falar/compreender/ler/escrever na língua.

Os censos levados a cabo em todo o território nacional fornecem dados atualizados periodicamente sobre línguas nacionais, regionais, minoritárias e imigrantes, tendo por base perguntas sobre a língua falada em casa e sobre proficiência linguística.

A língua nacional e as línguas minoritárias, estrangeiras e imigrantes são objeto de diversos documentos legislativos e definidores de políticas, dos quais se destacam a Constituição Espanhola aprovada pelas *Cortes Generales* e ratificada pelo povo espanhol de 1978, e a *Carta Europeia das Línguas*

Regionais ou Minoritárias, ratificada em 2001. O Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas teve também uma influência muito profunda no sistema educativo espanhol.

Existem vários relatórios apresentados à UE que explicam o que foi feito na Espanha relativamente às línguas minoritárias ou regionais depois de os diferentes estatutos de autonomia da regiões terem sido assinados nos anos 1980 definindo as línguas oficiais das diferentes comunidades: o aranês como língua

cooficial foi introduzido no novo texto do *Estatuto da Catalunha* promulgado em julho de 2006; as fablas, faladas em Aragão, foram estipuladas na Lei 3/1999 de 10 de março; o *Plano Geral de Normalização da Língua Galega* foi aprovado pelo Parlamento a 22 de setembro de 2004.

No entanto, as línguas regionais não são promovidas ou ensinadas noutras comunidades, ficando a iniciativa a cargo de clubes e academias regionais.

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

Línguas na educação pré-escolar

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥2 anos	nenhum	>1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total
LE	todos	≥2 anos	nenhum	<0.5 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total
LI	todos	≥2 anos	nenhum	<0.5 dia	geral	específica para a disciplina	parcial
Apoio em LN	todos	≥2 anos	5–10	0.5–1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Valenciano em Valência apenas
LE	Inglês nas comunidades de Madrid e Valência, e inglês, francês e alemão na Andaluzia
LI	Português em Valência, Português e árabe marroquino em Madrid, e Português, árabe marroquino e romeno na Andaluzia

É na educação pré-escolar que a Espanha se destaca no que respeita ao multilinguismo, com pontuações elevadas para as línguas estrangeiras e para as minoritárias, uma vez que o *Plano Estratégico para a Cidadania e a Integração 2007–2010* incluiu nas suas linhas de ação a preservação das línguas e culturas de origem, e facultou a sua promoção no sistema educativo por meio de acordos bilaterais.

Dependendo das comunidades particulares, as línguas estrangeiras disponibilizadas são o inglês, o francês, o alemão, o português, o árabe e o romeno, mas normalmente o inglês ou o francês são as línguas obrigatórias, e as restantes opcionais.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou escolares	total
LI		coerente e explícito	localizada	a partir do 1.º ano	parcialmente em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas escolares	parcial

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	apoio financeiro informal
LI	professores de língua	geral	específica para a disciplina	

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Valenciano em Valência apenas
LE	Inglês e francês em Madrid, e inglês, francês e alemão em Valência e Andaluzia: uma destas línguas é obrigatória
LI	Árabe marroquino e português em Madrid e Andaluzia

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	não especificado	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	não especificado	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	NA	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	não especificado	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Valenciano em Valência apenas
LE	Inglês, francês, alemão: uma destas línguas é obrigatória

Na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário, o perfil não é tão considerável porque a nova tendência multilingue ainda não chegou a este nível de ensino, o que significa que apenas algumas escolas secundárias são bilingues. Não obstante, a gama de línguas oferecidas, a organização da instrução e a formação e qualificação dos professores são impressionantes.

As línguas imigrantes não são amplamente ensinadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário embora tenham sido levados a efeito alguns *Planos de Ação*, especialmente com vista à sua preservação. Foi também promovida a integração de imigrantes na cultura espanhola através da aquisição da língua espanhola.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas regionais/minoritárias e imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	Instituição A	não especificado	coerente e explícito	não especificado	total
	Instituição B	limitada	coerente e explícito	não especificado	total
	Instituição C	limitada	coerente e explícito	não especificado	total

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	todos	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade B	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade C	nacional e estrangeiras	nacional e estrangeiras	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional

No Ensino e Formação Profissional, verifica-se apenas a oferta do francês e do inglês, e não como disciplinas obrigatórias, daí que o resultados sejam baixos. É necessária alguma atenção das autoridades educativas nesta área, tendo em conta que o EFP dirige-se à aquisição de educação tendo em vista um futuro profissional.

No ensino universitário, o inglês e o francês lideram a oferta seguidos do alemão e do italiano.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
dobradas	dobrados	às vezes	regularmente

Dado que todas as emissões televisivas são digitais, a língua original da produção é também transmitida, o que significa que a maioria dos programas dobrados está também disponível na versão original, assim como as produções em línguas regionais – catalão, galego e basco. Contudo, este facto nem sempre é do conhecimento do público geral e talvez seja essa a razão para os baixos valores obtidos neste domínio.

Na imprensa escrita, foram identificados jornais em seis línguas diferentes. No entanto, é notável o domínio do inglês.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4	Sevilha	Madrid Valência Sevilha			Madrid	
3-4						
1-2	Valência		Valência Sevilha		Valência Sevilha	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Educação Emergência Saúde Serviços sociais Serviços legais	Saúde Serviços sociais Imigração e integração Turismo Emergência

Apesar de haver referência a 12 línguas, o inglês domina o panorama nas cidades inquiridas. Contudo, parece haver um interesse crescente no multilinguismo e uma maior necessidade de línguas em serviços públicos a nível local, regional e nacional. Os serviços orais são muito menos significativos do que as estratégias institucionalizadas ou os serviços escritos.

8 Línguas nas empresas (em 24 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Conhecimento de programas/ financiamento da UE
prática alargada	5	11	4	10	0	0	3	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/ identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	2	3	6	1	23	22	23	24	20	22
Inglês comercial	prática alargada	2	9	8	0	9	9	11	11	7	14
Outras línguas	prática alargada	2	2	4	0	3	0	4	11	7	11

As práticas de gestão, mesmo que subordinadas às línguas nacionais, parecem ter-se tornado sensíveis ao multilinguismo, mas os números ainda são baixos e existe espaço para melhorar no futuro, especialmente nas áreas das estratégias linguísticas e da competência linguística dos funcionários. As firmas multinacionais têm uma perspetiva mais global em matéria linguística, sabendo que o multilinguismo melhora grandemente a competitividade das empresas.

Principais resultados globais

As áreas específicas em que houve melhorias recentes relativamente ao multilinguismo são as da educação pré-escolar, da primeira etapa do ensino básico e das línguas imigrantes, com a mudança a ser progressiva e constante.

É ainda importante salientar a tentativa de mudança levada a cabo pelos serviços e espaços públicos, tendo em conta que há uma década dificilmente poderíamos esperar encontrar outra língua além do espanhol.

Sensivelmente o mesmo pode ser dito a respeito dos jornais e dos livros. A oferta atual é incomparavelmente maior do que a que existia há alguns anos.

Não obstante, existem áreas a precisar de reflexão, tais como as dos meios de comunicação audiovisual e das empresas, onde persiste o hábito ou as práticas tradicionais.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

O documento intitulado *Plano de Ação para a Década 2010–2020* assinado pelo governo, elenca 12 medidas para melhorar a aprendizagem de línguas e o multilinguismo, sendo a formação de professores uma das mais esperadas.

Alguns destes objetivos já foram alcançados pela maioria das comunidades autónomas, embora a terrível crise financeira em que o país se encontra tenha abrandado o desejo inicial.

Referências

Avance Censo 2001, INE. In <http://www.ine.es/prensa/np648.pdf>

Constitución española (1978) In <http://www.boe.es/aeboe/consultas/enlaces/documentos/ConstitucionCASTELLANO.pdf>

Conselho da Europa (2001) *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*. Estrasburgo: Conselho da Europa.

European Charter for regional or Minority languages. In http://www.coe.int/t/dg4/education/minlang/textcharter/default_en.asp

REAL DECRETO 831/2003, de 27 de junio, por el que se establece la ordenación general y las enseñanzas comunes de la Educación Secundaria Obligatoria.

Ley 10/2009 de 22 de diciembre de uso, protección y promoción de las lenguas propias de Aragón. In http://noticias.juridicas.com/base_datos/CCAA/ar-110-2009.html

Ley 14/1970, de 4 de agosto, General de Educación y Financiamiento de la Reforma Educativa. In http://www.boe.es/aeboe/consultas/bases_datos/doc.php?id=BOE-A-1970-852

Morales, C. et al. (2000) *La enseñanza de lenguas extranjeras en España*. Madrid: CIDE.MECD.

Plan de Acción 2010-2020 In <http://www.educacion.gob.es/dctm/ministerio/horizontales/prensa/documentos/2010/plan-de-accion-2010-2011vdefinitivafinal.pdf?documentId=0901e72b801b3cad>

Plan estratégico de ciudadanía e Integración 2007-2010 In http://extranjeros.mtin.es/es/IntegracionRetorno/Plan_estrategico/pdf/PECIDDEF180407.pdf

Plan General de Normalización de la Lengua Gallega (2004) In http://www.xunta.es/linguagalega/archivos/PNL22x24_textointegro.pdf

Programa de Lengua y cultura Portuguesa In <http://www.educacion.gob.es/educacion/sistema-educativo/educacion-inclusiva/programas-educativos/lengua-cultura-portuguesa.html>

Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. In http://www.coe.int/t/dg4/linguistic/Source/Framework_EN.pdf

Real decreto de 20 de julio de 1900, Colección Legislativa de España, vol. 2º de 1900, art. 3, p. 533–534.

Estatuto de Cataluña Julio 2006 In http://www.gencat.cat/generalitat/cas/estatut/index_2006.htm

16 ESPANHA

16.2 Catalunha

Vila i Moreno, F. Xavier

Contexto da região

O reconhecimento explícito da realidade multilingue histórica de Espanha foi um tema chave quando a ditadura do General Franco chegou ao fim, tendo consequentemente adquirido um lugar proeminente na Constituição de Espanha (artigo 3) em 1978 e no subsequente Estatuto de Autonomia da Catalunha (art. 3) em 1979. De acordo com ambos os textos, o catalão e o castelhano (o termo oficialmente utilizado na Constituição para designar o espanhol) tornaram-se línguas oficiais na Catalunha.

Este reconhecimento foi interpretado de diferentes formas e os debates acerca das políticas linguísticas mantiveram uma posição visível desde então. Os debates centram-se em como implementar este «estatuto oficial». Resumidamente, a maioria dos agentes sociais catalães considera o catalão a língua *nacional* da Catalunha – não uma língua regional/minoritária – e o castelhano a língua (central) do estado. No entanto, os agentes das instituições centrais tendem a colocar o castelhano em primeiro lugar na própria Catalunha. A maioria dos catalães sente que, depois de três séculos de perseguição oficial e de imigração maciça oriunda da Espanha falante de espanhol em meados do século xx, a sua língua deverá ser especialmente protegida, particularmente porque todos os catalães aprenderam efetivamente castelhano. De facto, o artigo 3.1 da Constituição diz que a diversidade linguística «será objeto de especial respeito e proteção». Na Espanha falante de castelhano, a «proteção especial» do catalão é muitas vezes vista como um impedimento para que o castelhano exerça um «natural» papel proeminente.

Mais recentemente, outros fatores promoveram a importância do multilinguismo na Catalunha: (1) a relevância da indústria do turismo; (2) o processo de integração europeia; (3) o rápido processo de internacionalização na economia catalã; e (4) a chegada, durante a primeira década do século xxi, de mais de 1,3 milhões de imigrantes da América falante de espanhol e do resto do mundo (aloglotas). A população aloglota está extremamente fragmentada e dispersa ao longo do país: de acordo com o *Inquérito sobre as práticas linguísticas da população catalã* (EULP 2008), o maior grupo era o de falantes de árabe (2.6% do total de população com mais de 15 anos – uma cifra que inclui também muitos falantes de tamazight como L1). Nenhum outro grupo de língua primeira (L1) chegou a um por cento: o romeno totalizou 0,9%; o galego, 0,6%; o francês, 0,5%; o português e o inglês, 0,4% e o russo, 0,3%, foram as línguas mais proeminentes entre os mais de 400 grupos de L1.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

A língua nacional, as línguas estrangeiras, as línguas R/M e as línguas imigrantes são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino do Catalão no estrangeiro para crianças e/ou adultos oriundos da Catalunha são (co) financiados na Argentina, no Equador, em Portugal, na Suíça e nos EUA. A Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias foi assinada e ratificada pela Espanha. Na Catalunha, existe oferta oficial de catação e aranês no ensino regional, apoiada pela Carta.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados regionais sobre a diversidade linguística na Catalunha, na forma de censos, registos municipais continuamente atualizados e inquéritos periódicos. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional e regional, com base numa pergunta sobre a língua falada em casa, uma pergunta sobre a língua principal e uma pergunta sobre a língua materna. Além disso, é incluída uma pergunta sobre proficiência linguística dos falantes em que se procura saber se (e até que ponto) são capazes de falar/compreender/ler/escrever na língua.

Desde que o novo Estatuto de Autonomia foi votado em 2006, a Catalunha ganhou uma terceira língua oficial – o occitano, a língua autónoma de Vale de Arão, um pequeno território nos Pirinéus catalães. O estatuto oficial do occitano foi regulado por lei pelo Parlamento da Catalunha em Setembro de 2010, mas temporariamente suspenso pelo Tribunal Constitucional Espanhol por solicitação do Governo Espanhol.

LOE=Língua Oficial do Estado
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
OLO=Outra(s) Língua(s) Oficiali(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas imigrantes e apoio para a língua oficial do estado (espanhol) inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
OLO	todos	≥2 anos	nenhum	>1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	parcial
LE	todos	≥2 anos	nenhum	<0.5 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	parcial

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

OLO	Catalão em toda a região, e aranês occitano em Vale de Arão
LE	Inglês

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LOE	coerente e explícito	durante o ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AIRC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
OLO	todos	coerente e explícito	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LOE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
OLO	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	integrada na formação

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

OLO	Catalão em toda a região, e aranês occitano em Vale de Arão
LE	Inglês: obrigatório

Ao longo das últimas duas décadas, a educação na Catalunha baseou-se no «modelo conjunto», que estabelece que as crianças não deverão ser separadas de acordo com a primeira língua; o catalão é a principal língua de ensino (embora as crianças tenham o direito de ser ensinadas em castelhano nos seus primeiros anos de educação se os pais o solicitarem); e todas as crianças deverão ser bilingues e bialfabetizadas nestas duas línguas no final do ensino obrigatório. A comparação de resultados mostra que este modelo tem como consequência o bilinguismo da maioria das crianças, embora o castelhano continue a ser mais conhecido (ver Vila 2008, 2010). A razão para estes resultados pode ser encontrada numa combinação de fatores demolinguísticos e sociolinguísticos: o castelhano é a principal língua franca entre os falantes de catalão, castelhano e *aloglotas*, e, dado o seu poderoso estatuto e a sua ubiquidade na sociedade, é rapidamente adquirido por falantes não nativos. Interessa também lembrar que, embora os dados utilizados na pesquisa do *Language Rich Europe* sejam declarados por fontes oficiais, os dados decorrentes da observação e autodeclarados pelas crianças mostram que o castelhano é muito frequentemente utilizado em interação com os professores nas aulas, especialmente nos casos em que os falantes de castelhano e os *aloglotas* estão em maioria. Em 2010, uma muito debatida decisão sobre o novo Estatuto de Autonomia da Catalunha (2006) do Tribunal Constitucional exigiu uma presença mais alargada do castelhano como língua veicular nas escolas catalãs, abrindo assim a porta a um conflito legal e político de monta ainda em curso.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LOE	coerente e explícito	durante o ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
OLO	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LOE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	
OLO	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	integrada na formação

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

OLO	Catalão em toda a região, e aranês occitano em Vale de Arão
LE (<i>línguas em itálico disponibilizadas apenas no ensino secundário</i>)	Obrigatórias: uma entre inglês, francês, ocasionalmente alemão e italiano Opcional: <i>grego antigo, latim</i> e outras

A investigação é muito precisa na descrição da posição da maioria das línguas. A distinção entre línguas «estrangeiras» e «imigrantes» obnubila o facto de dois dos principais grupos com L1 estrangeira – nomeadamente falantes de francês e de inglês – terem relativa facilidade em receber instrução na sua L1 no seio do sistema educativo (ver números acima). Existe ainda um conjunto de escolas estrangeiras privadas – americanas, francesas, italianas e «internacionais» – que tem programas pensados para residentes estrangeiros com boa situação financeira que pretendam que os seus filhos sejam plurilingues.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
OLO	Instituição A	ampla variedade	sem diretrizes	N/A	total
	Instituição B	limitada	coerente e explícito	N/A	total
	Instituição C	ampla variedade	geral	N/A	total
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	total
	Instituição B	limitada	coerente e explícito	ligado ao QECR	total
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	não especificado	parcial

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	língua oficial do estado, estrangeiras e OLO	língua oficial do estado, estrangeiras e OLO	nenhum	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade B	língua oficial do estado, estrangeiras e OLO	língua oficial do estado, estrangeiras e OLO	restrito	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade C	língua oficial do estado, estrangeiras e OLO	língua oficial do estado, estrangeiras e OLO	restrito	ligado ao QECR	apenas internacionais	opcional	opcional

A investigação revela bem o ambiente geral de aprendizagem de línguas no Ensino e Formação Profissional (EFP), mas as instituições superiores analisadas no estudo não realçam a ampla variedade de possibilidades de aprendizagem de línguas em muitas universidades da Catalunha, que, além das grandes línguas internacionais, incluem línguas regionais como o occitano; línguas imigrantes amplamente faladas, como o tamazight/berbere; várias línguas europeias médias como o neerlandês ou o sueco; e línguas asiáticas, como o japonês, o chinês, o persa ou o turco.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	dobrados	às vezes	às vezes

A investigação deteta a predominância do castelhano como a língua com maior oferta nos meios de comunicação, seguido do catalão e do inglês, tendo outras línguas muito menos expressão. O castelhano é amplamente dominante na televisão, graças à existência de muitos canais nacionais espanhóis, e no cinema, onde os produtos dobrados em castelhano continuam a ser predominantes. Em comparação, o rácio catalão/castelhano é muito mais próximo na rádio e nos jornais.

A posição das outras línguas foi mais difícil de perceber. Desde que a televisão digital substituiu a analógica, a questão da dobragem e legendagem perdeu importância, uma vez que a maioria das estações de televisão transmite a versão original dos produtos estrangeiros, habitualmente com legendas, assim como uma versão dobrada. Ouvir as versões originais é comum em alguns setores sociais, incluindo alguns grupos de imigrantes, mas, até à data, não existe investigação disponível nesta área específica. O uso de televisão por satélite é também relativamente generalizado entre as comunidades imigrantes, mas os baixos números absolutos de cada grupo linguístico fazem com que este consumo passe despercebido.

No final de 2011, a crise económica estava a reduzir a oferta em todos os campos e línguas. Em dezembro de 2011, por exemplo, o jornal gratuito de língua castelhana, *ADN*, foi encerrado. A crise afetou sobretudo as iniciativas locais e públicas, tais como as estações de televisão locais, que eram um baluarte do catalão. Muito mais significativamente, no final de 2011, o Governo da Catalunha anunciou cortes severos na televisão pública, o que provavelmente implicará que dois canais públicos – ambos em catalão – deixarão de emitir.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Barcelona Tarragona L'Hospitalet de Llobregat	Barcelona	Barcelona		
3-4	Barcelona				Barcelona	Barcelona
1-2	Tarragona L'Hospitalet de Llobregat		Tarragona L'Hospitalet de Llobregat	Tarragona L'Hospitalet de Llobregat	Tarragona L'Hospitalet de Llobregat	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Saúde Serviços sociais Imigração e integração Educação Emergência	Emergência Saúde Turismo Serviços sociais Imigração e integração

O forte perfil multilingue exibido pelos dados sobre os serviços públicos reflete o cariz multifacetado deste domínio, que lida ao mesmo tempo com todo o tipo de clientes, por exemplo, locais, imigrantes e turistas. Assim, não surpreende que sejam referidas como presentes línguas de diferentes famílias e continentes, do catalão ao japonês ou finlandês.

8 Línguas nas empresas (em 23 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Conhecimento de programas/ financiamento da UE
prática alargada	9	14	5	8	0	5	4	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/ identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LOE	prática alargada	0	2	2	2	21	23	18	21	20	21
Inglês comercial	prática alargada	3	4	10	5	7	11	10	12	13	14
Outras línguas	prática alargada	3	4	6	5	11	7	10	15	14	15

Os dados recolhidos sugerem que, em termos gerais, o setor privado se encontra atrasado em relação às instituições públicas na adoção de estratégias multilingues na sua rotina diária. No setor empresarial, o catalão aparece na terceira posição, atrás do castelhano e do «inglês comercial», e é seguido a distância considerável por outras línguas europeias, sobretudo línguas de turistas ou de residentes europeus, ou por outras línguas de Espanha. As línguas não europeias têm um papel pouco significativo neste setor, o que dá a entender que os imigrantes asiáticos e africanos, e os respetivos mercados, não estão a ser considerados pelas firmas consultadas, ou, em alternativa, que estão a ser servidos por meio do «inglês comercial».

Estas conclusões deverão, no entanto, ser lidas com o devido cuidado: a amostra de firmas analisadas foi não apenas pequena, mas também internamente heterogénea, incluindo firmas de diferentes setores, umas internacionais, outras que operam em toda a Espanha e outras ainda que operam apenas na Catalunha. A comparação entre o domínio dos serviços e espaços públicos, no qual foram analisadas apenas instituições locais, e o domínio empresarial é tudo menos linear.

Principais resultados globais

- 1 Empiricamente, a distinção entre o castelhano como língua «nacional» e o catalão como língua «regional» fez pouco sentido na Catalunha, uma vez que ambas as línguas estavam amplamente presentes em todas as áreas: em investigação futura, ambas deverão ser referidas sob uma designação comum e mais adequada, seja ela nacional, oficial ou outra.
- 2 O projeto *Language Rich Europe* centra-se nas políticas linguísticas oferecidas, mas a oferta só pode ser devidamente analisada quando se tem em consideração a procura e os resultados. No seu atual ecossistema linguístico, uma oferta relativamente pequena de castelhano na escola dá origem a resultados elevados em termos de proficiência linguística, ao passo que uma baixa oferta de inglês produz resultados baixos nesta língua. Por outras palavras, os caminhos que levam ao plurilinguismo podem ser diferentes para cada língua em cada situação, e todo o ecossistema linguístico tem de ser levado em linha de conta. Neste sentido, a maior parte dos indicadores sugere que a aprendizagem de língua estrangeira é um ponto fraco no ecossistema linguístico catalão, que merece uma renovação aprofundada.
- 3 Tomado como um todo, o questionário reflete adequadamente da posição débil das «línguas imigrantes» na Catalunha, um posição que condiz com o facto de se tratar de um fenómeno recente e heterogéneo. Tal como está concebido, o questionário destina-se a detetar apenas iniciativas que afetem grandes faixas da sociedade. No futuro, poderá desenvolver-se a metodologia de forma a integrar as iniciativas comunitárias mais disponíveis para grupos imigrantes novos e menos estabelecidos – como sejam, cursos de línguas extraescolares, bibliotecas e livrarias comunitárias, televisão por satélite ou consumo de televisão via Internet. De qualquer forma, a atenção pedagógica a estas línguas deverá aumentar se se pretender preservar a sua herança linguística em seu benefício e em benefício da sociedade catalã.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

- 1 Diversos programas de *Voluntários de língua*, patrocinados pela iniciativa privada e pública tiveram como resultado a criação de «pares linguísticos» que permitiram que milhares de aprendentes de catalão praticassem a língua com falantes fluentes em toda a Catalunha (cf. Boix-Fuster, Melià and Montoya 2011).
- 2 Vila (2010) descreve um conjunto de atividades destinadas a sensibilizar para as línguas minoritárias desenvolvidas na Catalunha, tais como a língua gincana e o tamazight.
- 3 Proxecto Galauda (<http://phobos.xtec.cat/galauda/> [em galego]) é um projeto que ensinou galego na Catalunha e catalão na Galiza em diversos centros de ensino secundário como uma forma de alargar o repertório linguístico e sensibilizar para o valor da diversidade linguística.

Referências

- Boix-Fuster, Emili, Joan Melià, e Brauli Montoya. 2011. "Policies promoting the use of Catalan in oral communications and to improve attitudes towards the language." Pp. 150–181 in *Democratic Policies for Language Revitalisation: The Case of Catalan* edited by M. Strubell i Trueta and E. Boix-Fuster. Basingstoke, Inglaterra: Palgrave.
- EULP 2008: Enquesta d'usos lingüístics de la població 2008*. Disponível em: < <http://www20.gencat.cat/portal/site/Llengcat/menuitem.b318de7236aed0e7a129d410b0c0e1a0/?vgnnextoid=d5349cede4c43210VgnVCM1000008d0c1e0aRCD&vgnnextchannel=d5349cede4c43210VgnVCM1000008d0c1e0aRCD&vgnnextfmt=default> >
- Vila i Moreno, F. Xavier. 2008. "Catalan in Spain." Pp. 157–183 in *Multilingual Europe: Facts and Policies* edited by G. Extra and D. Gorter. Berlim: Mouton de Gruyter.
- Vila i Moreno, F. Xavier. 2010. "Making choices for sustainable social plurilingualism: some reflexions from the Catalan language area." Pp. 131–154 in *International Perspectives on Bilingual Education: Policy, Practice, and Controversy* edited by J. Petrovic. Charlotte, N Carolina: Information Age Publishing series.

16 ESPANHA

16.3 País Basco

Iván Igartua

Contexto da região

A Comunidade Autónoma do País Basco (*Euskadi*) tem duas línguas oficiais: o basco e o espanhol. De acordo com as estimativas mais recentes, cerca de 37% da população basca é bilingue (quase 800 000 pessoas). Há outros territórios em que o basco é falado. No País Basco Francês, no qual o basco não tem qualquer tipo de reconhecimento administrativo, os falantes de basco constituem cerca de um terço da população (sensivelmente 80 000 pessoas). Em Navarra, território onde é apenas oficial no norte, é falado por um décimo da população (cerca de 50 000 pessoas).

Hoje, praticamente não existem falantes monolíngues de basco, uma vez que o número de bascos que não sabem espanhol ou francês representa menos de um por cento da população. À luz da atual situação sociolinguística, o principal objetivo do Governo Basco é avançar em direção a um bilinguismo exequível, baseado em três princípios: primeiro, consenso das forças políticas representadas no Parlamento Basco; segundo, aceitação da pluralidade da sociedade basca; e, por fim, respeito pelas escolhas linguísticas dos cidadãos. É precisamente este o espírito da Lei da Normalização aprovada em 1982.

Desde então, a situação do basco melhorou bastante. Na língua *Euskadi*, a normalização foi sempre vista como algo positivo. A população e o Governo *Euskadi* firmaram o seu compromisso em relação ao bilinguismo, e não em relação ao monolíngüismo de um tipo ou do outro. A ideia de direitos linguísticos é uma ideia base quer na legislação quer na prática política do País Basco, e quando falamos de direitos linguísticos referimo-nos aos direitos dos falantes bascos e dos falantes espanhóis. Nas últimas décadas, o basco foi reforçado, mas a situação do espanhol não piorou de forma nenhuma.

Ao longo dos últimos trinta anos, a política linguística basca baseou-se sobretudo em duas áreas prioritárias: educação e administração. A terceira área prioritária em qualquer processo de normalização (a comunicação social, especialmente a televisão) teve um impacto comparativamente menor na aquisição da língua basca, mas, ao mesmo tempo, foi crucial no desenvolvimento de uma variedade padrão da língua. Quando a Lei da Normalização foi aprovada, definiu-se que a distinção entre áreas prioritárias e não-prioritárias (tais como a força policial, o sistema público de saúde, o sistema judicial, e as empresas do setor privado) existiria apenas durante alguns anos. Na verdade, estamos já na quarta década do processo e a essa distinção continua em vigor, uma vez que a presença do basco em algumas das áreas referidas acima continua a ser débil.

Desde o início do processo de normalização era claro para os políticos e para a sociedade basca como um todo que o basco seria oficial em todo o território, mesmo em locais onde não era falado há séculos. De facto, no caso do basco, seria mais correto falar da recuperação ou revitalização do que de um processo clássico de normalização e padronização da língua. Isto significa que a transmissão da língua no seio da família não era suficiente. Desta forma, a educação escolar tornou-se a chave para a recuperação da língua, e o que é extremamente importante é o facto de esta recuperação estar a ser alcançada por meio do consenso social e da liberdade individual, dado que são os pais, e não o Governo Basco, que escolhem a língua de instrução dos seus filhos.

Um aspeto particular da educação no País Basco é a *basquiação* linguística dos adultos. Durante séculos, a relação entre o basco e o espanhol ou o francês tinha apenas um sentido. Muitos falantes de basco abandonaram a sua língua e, por vontade própria ou forçados pelas circunstâncias, adotaram uma das línguas oficiais. Desde os anos sessenta, a relação entre o basco e o espanhol ou o francês é recíproca. O basco continua a perder falantes no País Basco Francês, mas, ao mesmo tempo, muitos bascos cuja língua materna é o francês ou o espanhol estão a aprender basco. Algumas pessoas que aprenderam basco na idade adulta obtiveram um tal domínio da língua que se tornaram escritoras famosas em basco ou até membros da Academia de Língua Basca. Atualmente, cerca de 40 000 pessoas estão a aprender basco ou a melhorar o seu nível na língua nos chamados *euskaltegis*, centros de aprendizagem e aperfeiçoamento de basco para adultos. Sem os *euskaltegis* e o alargamento da comunidade de falantes de basco, a revitalização da língua (no sentido em que este termo foi utilizado até agora) teria sido quase impossível.

No que respeita à administração, as instituições públicas empenharam-se em respeitar a escolha linguística de todos os cidadãos, em vez de os forçarem a usar uma língua ou outra. Isto significa que muitos funcionários públicos deverão ter de falar as duas línguas oficiais da comunidade autónoma. Neste momento, 44% dos trabalhadores em instituições públicas bascas possuem um certificado de língua basca. Na verdade, é possível ser um funcionário público basco – mesmo num cargo de alto nível – sem saber uma única palavra de basco, especialmente nas áreas não prioritárias referidas acima. Por outro lado, os dados sobre solicitações dos cidadãos revelam que apenas 14–15% dos mesmos usam o basco quando se dirigem a instituições públicas.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

O espanhol, o basco e as línguas estrangeiras são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino do basco no estrangeiro são (co)financiados em 34 universidades na Europa e nas Américas. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada e ratificada pela Espanha. No País Basco, existe oferta oficial de basco no ensino, apoiada pela Carta.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados regionais sobre a diversidade linguística, na forma de censos e de inquéritos no País Basco. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional e regional, com base numa pergunta sobre a língua falada em casa, uma pergunta sobre a língua principal e uma pergunta sobre a língua materna, ao que acresce uma pergunta sobre proficiência linguística dos falantes em que se procura saber se (e até que ponto) são capazes de falar/compreender/ler/escrever na língua.

Nos últimos vinte anos, o Governo do País Basco produziu muitos textos sobre planeamento linguístico e política linguística. Alguns dos documentos mais relevantes são o *Plano Geral para a Promoção do Basco* (EBPN 1999) e o breve ensaio *Para um Acordo Renovado* (2009), que estabelecem a base para as políticas linguísticas do início do século XXI. Depois da Lei da Normalização (1982), foi ainda desenvolvida legislação sobre diversos aspetos do bilinguismo, incluindo o setor empresarial privado. Desde 1991, é levado a cabo um Inquérito Sociolinguístico quinquenal com o objetivo de conhecer o nível de competência linguística e dados sobre a utilização de línguas no País Basco. Inclui-se ainda neste inquérito informação básica sobre a primeira língua dos cidadãos. Em 2011, o Governo Basco concluiu um estudo baseado em indicadores sobre a situação atual e a evolução do basco.

LOE=Língua Oficial do Estado
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
OLO=Outra(s) Língua(s) Oficiali(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LE	todos	≥2 anos	nenhum	0.5–1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	full
OLO	todos	≥2 anos	nenhum	>1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	full
Apoio em LOE	todos	≥2 anos	nenhum	0.5–1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	full

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

OLO	Basco
LE	Inglês

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LOE	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
OLO	todos	coerente e explícito	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LOE	professores de língua	geral	geral	
OLO	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

OLO	Basco
LE	Inglês: obrigatório

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LOE	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
OLO	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	ligado ao QEQR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LOE	professores de língua	específica para a disciplina	geral	ligado ao QECR	
OLO	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina		
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	algum apoio financeiro

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

OLO	Basco
LE (<i>línguas em itálico disponibilizadas apenas no ensino secundário</i>)	Obrigatórias: inglês, alemão Opcional: árabe, francês, italiano, russo, turco

No País Basco, a escola é agora muito mais importante do que a família para a transmissão da língua basca. O basco é a língua de instrução escolhida por 60% dos pais quando decidem a forma como os seus filhos serão educados, quer falem basco ou não e quer o basco esteja vivo na sua área/cidade ou não (além disso, 22% optam por um modelo bilingue e os restantes, 18%, escolhem o basco como disciplina escolar). Na educação pré-primária, a percentagem de pais que escolhem o basco para os seus filhos é ainda mais elevada, o que significa que os falantes monolíngues de espanhol estão prestes a extinguir-se entre as crianças com menos de seis anos.

O principal problema relativo à escola é o facto de as crianças cuja língua materna é o espanhol identificarem o basco sobretudo como trabalho de casa. Deixam de falar basco assim que se encontram fora da escola. Normalmente, as crianças de áreas onde se fala espanhol falam apenas espanhol em casa ou na rua, a não ser que pelo menos um dos pais seja falante de basco. Nestas circunstâncias, raramente têm confiança ou à-vontade para usar a língua que aprendem na escola. Não obstante, como se refere acima, a escola tornou-se um elemento crucial na revitalização da língua.

No ensino básico e secundário, deve ser aprendida uma língua estrangeira. Embora a grande maioria das escolas ofereça o inglês como primeira língua estrangeira, podem também ser escolhidas outras línguas, como o francês e o alemão.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
OLO	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	total
	Instituição B	não especificada	sem diretrizes	N/A	inexistente
	Instituição C	limitada	sem diretrizes	N/A	total
LE	Instituição A	limitada	coerente e explícito	não especificado	total
	Instituição B	limitada	geral	não especificado	total
	Instituição C	limitada	geral	nacional	total

Ensino superior (em duas universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional, estrangeiras e LR/M	nacional, estrangeiras e LR/M	restrito	nacional ou definido na instituição	apenas falantes nativos da língua nacional	oferta inexistente	opcional
Universidade B	nacional, estrangeiras e LR/M	nacional, estrangeiras e LR/M	nenhum	não especificado	apenas internacionais	oferta inexistente	opcional

No que respeita ao ensino superior, 45% dos alunos da Universidade do País Basco estudam atualmente em basco, pelo que a situação atual do basco no setor universitário é muito melhor do que era há trinta anos. Nos níveis de graduação e, sobretudo, de pós-graduação, o inglês é introduzido de forma gradual nos programas de estudos.

No ensino profissional, estão também a emergir perfis multilingues, mas a um ritmo mais lento. Por exemplo, o basco é a língua de instrução escolhida por apenas 25% dos alunos.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
dobradas	dobrados	às vezes	às vezes

No País Basco, existe um jornal nacional e quase 50 revistas regionais ou locais publicadas inteiramente em basco. Existem também dois canais públicos de televisão cuja emissão é totalmente feita em basco (e alguns canais locais em que o mesmo acontece). A presença de outras línguas, além das línguas oficiais, em publicações acessíveis aos cidadãos bascos está a aumentar gradualmente, mas a situação reflete ainda um interesse moderado por línguas estrangeiras.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
3-4	Vitoria-Gasteiz					
1-2	Donostia-San Sebastian Bilbao	Donostia-San Sebastian Vitoria-Gasteiz Bilbao				

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Serviços legais Imigração e integração Turismo Transportes	Imigração e integração Transportes Turismo Educação Teatro

Os serviços públicos são habitualmente disponibilizados em espanhol e em basco, as duas línguas oficiais do País Basco. Em alguns casos (serviços de tradução, cuidados primários para imigrantes, etc.), são também utilizadas outras línguas, como o inglês, o francês, o árabe, o chinês, o russo, o georgiano ou o wolof.

8 Línguas nas empresas (em 20 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/financiamento da UE	Conhecimento de programas/financiamento da UE
prática alargada	6	14	8	8	1	5	3	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LOE	prática alargada	1	0	2	3	20	19	19	20	19	18
Inglês comercial	prática alargada	3	1	10	5	5	8	9	4	8	11
Outras línguas	prática alargada	4	1	6	2	3	1	2	9	8	10

As empresas bascas estão a tentar integrar práticas de gestão linguística no seu trabalho quotidiano. Este aspeto da sua estratégia empresarial estende-se para além do bilinguismo oficial, uma vez que há outras línguas – sobretudo, mas não exclusivamente, o inglês – que são absolutamente necessárias para as suas relações com empresas de todo o mundo. Um aspeto que deveria ser melhorado é o da promoção de competências linguísticas entre os funcionários.

Principais resultados globais

O País Basco parece exibir perfis multilingues fortes no ensino primário e secundário em espanhol, basco e nas principais línguas estrangeiras (com o inglês em primeiro lugar) em comparação com outros setores. No entanto, as línguas imigrantes, por exemplo, têm uma presença muito débil ou inexistente no sistema educativo.

No ensino superior, meios de comunicação impressos, serviços públicos e nas empresas privadas, os perfis multilingues começam a surgir a um ritmo bastante elevado. Este aspeto deverá ser reforçado e consolidado no futuro através do desenvolvimento de uma base educacional adequada orientada para o multilinguismo.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

O multilinguismo é um desafio para uma sociedade que está longe de ser 100% bilingue. O caminho gradual em direção a uma sociedade bilingue deverá pois ser combinado com a crescente necessidade e busca de estratégias multilingues. Uma destas estratégias está já em curso: foi desenvolvido um projeto-piloto de introdução de um modelo trilingue no ensino básico e secundário. Cerca de 120 escolas adotaram este novo modelo, que provavelmente acabará por ser alargado para todo o sistema educativo.

No domínio das novas tecnologias, atualmente está a ser realizado um substancial esforço na criação de um sistema de tradução automática capaz de traduzir textos e sítios *web* de espanhol e inglês para basco e vice-versa. Esta nova ferramenta terá por base um poderoso analisador gramatical e um grande repositório público de memórias de tradução.

O objetivo destas (e de outras) iniciativas não é fácil de alcançar, mas é, ao mesmo tempo, muito apelativo: desenvolver e reforçar perfis multilingues numa sociedade que pretende e está a tentar aumentar a utilização do basco, a língua sociolinguisticamente mais débil.

Referências

Euskara Biziberritzeko Plan Nagusia/Plan general de Promoción del Uso del Euskera (EBPN), Vitoria-Gasteiz, Eusko Jurlarritza/Gobierno Vasco, 1999.

Euskararen egoerari eta bilakaerari buruzko adierazleak/ Indicadores de situación y evolución del euskera, Viceconsejería de Política Lingüística, 2011. [http://www.euskara.euskadi.net/r59-738/es/contenidos/informacion/argitalpenak/es_6092/adjuntos/ebpn_txostena/EBPN%20Txostena%20cast.pdf].

Fourth Sociolinguistic Survey (2006), Vitoria-Gasteiz, Eusko Jurlarritza/Gobierno Vasco, 2008.

Itun berritu baterantz/Hacia un pacto renovado, Vitoria-Gasteiz, Eusko Jurlarritza/Gobierno Vasco, 2009 [Versão inglesa: http://www.euskara.euskadi.net/r59-738/es/contenidos/informacion/7041/es_2447/adjuntos/Maketa-Pacto_Baja-1eng%202.pdf].

17 SUÍÇA

Raphael Berthele, Bernhard Lindt-Bangerter, Susanne Obermayer

Contexto do país

A Suíça é uma confederação parlamentar. De acordo com dados de 2010, é composta por 26 cantões e tem 7,9 milhões de habitantes.

Enquanto estados federados com constituição própria, os cantões são dotados de grande autonomia. Em particular, o sistema educativo em discussão no presente documento é organizado pelos diferentes cantões; por conseguinte, é habitual que os sistemas escolares apresentem diferenças consideráveis entre cantões. Atualmente, existe um esforço de harmonização dos sistemas (como estipulado por um artigo constitucional de 2006 e por um acordo para a harmonização da escolaridade obrigatória, ver abaixo).

Na Suíça, são tradicionalmente faladas quatro línguas em territórios relativamente homogêneos: alemão, francês, italiano e reto-românico. As três primeiras línguas são línguas nacionais desde a fundação da Confederação em 1848; a última desde 1938. A Lei sobre Línguas revista, em vigor desde 2010, regula o uso e a promoção de línguas e reforça o estatuto do reto-românico como uma das línguas oficiais. O estatuto dos dialetos germânicos – a primeira língua da maioria dos suíços – ainda não foi clarificado. A UNESCO colocou os dialetos de alemão suíço entre as línguas vulneráveis do mundo e as instituições educativas tendem a restringir o seu uso. Os dialetos italianos de Ticino estão a ser crescentemente substituídos pelo italiano padrão, e as variedades de franco-provençal faladas na Suíça Ocidental tornaram-se moribundas.

Cada cantão é responsável pela definição da sua língua oficial. Dos 26 cantões, 17 estabeleceram o alemão como língua oficial, quatro o francês e um o italiano. Três cantões são oficialmente bilingues (francês e alemão) e um é trilingue (alemão, reto-românico e italiano). Além disso, existem vários municípios oficialmente bilingues na fronteira linguística franco-germânica.

O cantão trilingue de Graubünden apresenta uma situação linguística única. A língua minoritária, o reto-românico, vem perdendo terreno há séculos; a língua franca, alemão, ameaça cada vez mais a riqueza e vitalidade da quarta língua da Suíça. Numa tentativa de preservar um território falante de reto-românico, Graubünden adotou uma nova lei linguística para o cantão com novas disposições. Agora, um município é considerado monolíngue se 40% da sua população falar reto-românico e multilingue se a proporção for de 20%. Acresce que, em áreas reto-românicas, o dialeto local é a única língua falada em jardins de infância e nos primeiros cinco anos do ensino básico.

De acordo com os censos nacionais do ano 2000, 63,7% da população falava alemão como língua principal, 20,4% francês, 6,5% italiano, 0,5% reto-românico e 9% falava uma língua não oficial.

Aproximadamente 30% da população é oriunda de um contexto de imigração; o que significa que as pessoas em causa ou os seus pais imigraram para a Suíça. Cerca de um terço destes habitantes são cidadãos suíços naturalizados. As línguas de origem mais amplamente representadas, em ordem de frequência, são: alemão, francês, italiano, bósnio-croata-sérvio, albanês, português, espanhol, inglês, turco e tâmul (fonte: censos de 2000).

A integração linguística de imigrantes que falam uma língua estrangeira é um dos grandes enfoques das políticas federais atuais (incluindo através de cursos de língua nas línguas regionais).

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

As quatro línguas nacionais (francês, alemão, italiano e romanche), as línguas estrangeiras e as línguas imigrantes são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino das línguas nacionais no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da Suíça são (co)financiados em mais de 20 países na Europa e fora da Europa. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada pelo governo e ratificada pelo parlamento da Suíça. Na Carta são reconhecidas as seguintes línguas: italiano e romanche a nível federal, francês no cantão de Berna, alemão em Bosco-Gurin, Ederswiler e nos cantões de Friburgo e Valais, e iídiche, ieniche e walsler. Existe oferta oficial de romanche e italiano no ensino nacional e regional, apoiada pela Carta.

Desde 2010, existem mecanismos oficiais de recolha de dados regionais sobre a diversidade linguística na Suíça, na forma de registos municipais atualizados anualmente (STATPOP). Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante, com base em três perguntas diferentes sobre língua, ou seja, (1) «qual é a sua língua principal, ou seja, a língua em que pensa e que conhece melhor?», (2) «que língua(s) fala geralmente em casa, com os membros da sua família?», e (3) «que língua(s) fala geralmente na escola ou no trabalho?»

Até ao ano 2000, a Suíça realizou censos para recolher dados sobre todos os residentes. A partir de 2010, serão apenas efetuadas amostras aleatórias, o que impossibilita a constatação do nível e municípios específicos e é particularmente problemático para avaliar a vitalidade do reto-românico. Os inquéritos sobre as línguas seguem três critérios: língua principal e língua(s) em casa, na escola e no trabalho.

LN=Língua(s) Nacional(is)
 LE=Língua(s) Estrangeira(s)
 LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
 LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar

Zurique (Oferta de línguas R/M e estrangeiras inexistente)

Genebra (Oferta de línguas R/M, estrangeiras e imigrantes inexistente)

Ticino (Oferta de qualquer tipo de ensino de línguas inexistente)

		Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LI	Zurique	apenas falantes nativos	1 ano	nenhum	<0.5 dia	geral	específica para a disciplina	parcial
Apoio em LN	Zurique	apenas crianças imigrantes	≥2 anos	nenhum	0.5–1 dia	específica para a disciplina	inexistente	total
	Genebra	todos	≥2 anos	nenhum	0.5–1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LI	Em Zurique: albanês, árabe, bósnio, chinês, croata, finlandês, francês, grego, húngaro, italiano, coreano, português, português (Brasil), russo, esloveno, espanhol (América Latina), turco Em Genebra: albanês, árabe, italiano, português, espanhol e turco
----	--

Na promoção das competências linguísticas na educação pré-escolar, as autoridades centram-se na língua oficial de determinada região. De acordo com a política educativa atual, geralmente as crianças frequentam o jardim de infância durante dois anos e, em regra, a integração linguística é feita por imersão. Nos jardins de infância com uma percentagem significativa de crianças que falam uma língua estrangeira, são disponibilizadas sequências de aulas a grupos pequenos e com módulos especiais de aprendizagem de língua.

Nos próximos anos, as medidas específicas de promoção da integração deverão dar cada vez mais apoio a projetos que proporcionam intervenção precoce (i.e. pré-escolar) para ajudar as crianças oriundas de um contexto de emigração a aprenderem a língua local.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico

Organização

		Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	Zurique	coerente e explícito	antes do ensino geral	apenas imigrantes	definida na escola
	Genebra	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	padronizada a nível nacional
	Ticino	geral	antes do ensino geral	apenas imigrantes	inexistente

		Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
Outras LN	Zurique	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
	Genebra	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total
	Ticino	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas escolares	total
LE	Zurique	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	ligado ao QECR	total
	Genebra	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total
	Ticino	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total
LI	Zurique	apenas falantes nativos	geral	localizada	a partir do 1.º ano	parcialmente em horário escolar	nenhum	definida na escola	não especificado	parcial
	Genebra	Oferta inexistente								
	Ticino	Oferta inexistente								

Ensino

		Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Outras LN	Zurique	professores de ensino geral	geral	inexistente	
	Genebra	professores de ensino geral	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
	Ticino	professores de ensino geral	geral	inexistente	
LE	Zurique	professores de ensino geral	específica para a disciplina	inexistente	integrada na formação
	Genebra	professores de ensino geral	específica para a disciplina	específica para a disciplina	integrada na formação
	Ticino	professores de ensino geral	geral	inexistente	integrada na formação
LI	Zurique	professores de ensino geral	geral	específica para a disciplina	
	Genebra	Oferta inexistente			
	Ticino	Oferta inexistente			
Apoio em LN	Zurique	professores de ensino geral	específica para a disciplina	inexistente	
	Genebra	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
	Ticino	professores de ensino geral	geral	geral	

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

Outras LN	Alemão, francês, italiano
LE	No Cantão de Zurique: inglês e francês obrigatório No Cantão de Genebra: inglês e alemão obrigatório No Cantão de Ticino: francês obrigatório
LI	Em Zurique : albanês, árabe, bósnio, búlgaro, chinês, croata, finlandês, francês, grego, húngaro, italiano, coreano, português, russo, sérvio, esloveno, espanhol, sueco, turco Em Genebra : albanês, árabe, italiano, português, espanhol e turco

Na Suíça, a escolaridade obrigatória é de nove anos. Depois do sétimo ano, a maioria dos cantões tem duas ou três categorias diferentes de escolas, baseadas na capacidade académica. Normalmente, os alunos entram para a escola secundária (*gymnasium*) depois do oitavo ou nono ano.

Ensinar uma segunda língua nacional é uma parte tradicional da escolaridade obrigatória. No entanto, nos últimos anos, assistiu-se a reformas de monta no ensino de língua: foi alcançado um acordo (HarmoS) entre a maioria dos cantões que visa harmonizar a sequência de disciplinas ensinadas e as metas educativas. As alterações concretas ao ensino de língua são as seguintes: juntamente com uma segunda língua oficial para todos os alunos, deve ser ensinado o inglês; além disso, a primeira língua estrangeira deverá ter sido iniciada, no máximo, até ao terceiro ano, e a segunda língua estrangeira até ao quinto. No futuro, o alemão será a primeira língua estrangeira ensinada na Suíça falante de francês e na área de Graubünden onde as línguas regionais são o reto-românico ou o italiano; o francês será a primeira língua estrangeira em Ticino, região falante de italiano, e em muitos cantões falantes de alemão na Suíça ocidente. Na parte de Graubünden falante de alemão, a primeira língua estrangeira será o italiano, ao passo que, na Suíça central e ocidental, a maioria de cantões falantes de alemão introduzirá o inglês como primeira língua estrangeira. O facto de parte da Suíça falante de alemão ter escolhido o inglês em vez da língua nacional francesa deu azo a um grande coro de críticas.

O objetivo declarado do HarmoS é o de que os alunos atinjam competências linguísticas comparáveis nas duas línguas estrangeiras durante a escolaridade obrigatória. Estão atualmente a ser elaboradas normas educativas para todas as línguas.

Regra geral, a promoção e o desenvolvimento da primeira língua de crianças oriundas de contextos de imigração é da responsabilidade das nações em questão, e, por vezes, verifica-se também o envolvimento de organizações privadas. A Conferência de Ministros Cantonais de Educação recomenda que os cantões apoiem cursos de Língua e Cultura de Origem. Na maioria dos cantões, são disponibilizadas infraestruturas escolares (salas de aula, etc.) para estes cursos, e alguns cantões falantes de alemão acreditam os cursos, contanto que adiram a um quadro curricular predefinido. Nestes cantões, existem várias formas de cooperação entre professores de língua geral e professores de língua de origem, bem como instrução integrada.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

Organização

		Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	Zurique	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	definida na escola
	Genebra	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	padronizada a nível nacional
	Ticino	coerente e explícito	antes do ensino geral	inexistente	definida na escola

		Grupos alvo	Currículo	AILC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
Outras LN	Zurique	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
	Genebra	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
	Ticino	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas escolares	total
LE	Zurique	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	ligado ao QECR	total
	Genebra	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	ligado ao QECR	total
	Ticino	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total
LI	Zurique	apenas falantes nativos	geral	localizada	parcialmente em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	parcial
	Genebra	apenas falantes nativos	geral	disseminada	fora do horário escolar	nenhum	definida na escola	não especificado	parcial
	Ticino	Oferta inexistente							

Ensino

		Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Outras LN	Zurique	professores de língua	específica para a disciplina	inexistente	NA	
	Genebra	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	NA	
	Ticino	professores de língua	específica para a disciplina	inexistente	NA	
LE	Zurique	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	ligado ao QECR	algum apoio financeiro
	Genebra	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro
	Ticino	professores de língua	específica para a disciplina	inexistente	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro
LI	Zurique	professores de ensino geral	geral	específica para a disciplina	NA	
	Genebra	professores de língua	geral	geral	NA	
	Ticino	Oferta inexistente				
Apoio em LN	Zurique	professores de língua	específica para a disciplina	inexistente	ligado ao QECR	
	Genebra	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
	Ticino	professores de língua	específica para a disciplina	inexistente	ligado ao QECR	

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

Outras LN	Alemão, francês, italiano
LE	Inglês, grego, latim, espanhol: 1-2 destas línguas é/são obrigatória(s)
LI	Em Zurique : albanês, bósnio, chinês, croata, finlandês, francês, grego, húngaro, italiano, coreano, curdo, português, russo, sérvio, esloveno, espanhol, sueco, turco Em Genebra : albanês, árabe, italiano, português, espanhol e turco

O ensino de línguas nacionais e estrangeiras e a promoção do plurilinguismo continua a ser uma das principais preocupações na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. Em regra, são obrigatórias duas línguas estrangeiras (geralmente outra língua nacional e o inglês) para todos os alunos até ao final do ensino secundário. No final do ensino secundário é esperado que os alunos tenham atingido o nível B2 de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas do Conselho da Europa.

Muitas escolas secundárias oferecem um currículo bilingue. A combinação de línguas predominante é a de língua oficial regional e inglês, sobretudo na Suíça falante de alemão.

Para os alunos oriundos de contextos de imigração existe também a possibilidade de realização de cursos extracurriculares em línguas imigrantes organizados pelas comunidades destas línguas, mas muitas vezes apoiados pelas autoridades escolares locais.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em duas instituições de EFP) (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
Outras LN	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	NA	parcial
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	NA	total
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	NA	total
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	parcial
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QEER	total
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QEER	total

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional, outras nacionais e estrangeiras	nacional, outras nacionais e estrangeiras	todos	ligado ao QEER	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade B	nacional, outras nacionais e estrangeiras	nacional, outras nacionais e estrangeiras	todos	não especificado	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade C	nacional, outras nacionais e estrangeiras	nacional, outras nacionais e estrangeiras	restrito	ligado ao QEER	apenas internacionais	opcional	opcional

A Suíça tem uma percentagem relativamente baixa de alunos que adquirem a qualificação necessária para entrar na universidade, uma vez que a formação profissional de alta qualidade é altamente valorizada. Nos programas de formação profissional, os alunos trabalham numa empresa ou ofício enquanto frequentam as chamadas escolas profissionais uma ou duas vezes por semana, verificando-se graus muito diferentes de enfoque na promoção da língua regional oficial ou de línguas estrangeiras. No âmbito dos programas de formação comercial, por exemplo, é atribuído um papel de destaque à língua (uma segunda língua oficial e inglês são obrigatórias), ao passo que em profissões que requerem sobretudo trabalho manual, as línguas estrangeiras, quando presentes, são abordadas de forma apenas superficial. Assim, é impossível fazer afirmações gerais sobre a forma como as línguas estrangeiras são tratadas na formação profissional.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	legendados	sempre	regularmente

Os programas nacionais de rádios e televisões das várias regiões linguísticas são transmitidos em todo país. Os programas de qualidade comparável são transmitidos nos mesmos termos nas quatro regiões linguísticas. Existe uma redistribuição considerável das receitas decorrentes das taxas de licenças para as empresas das regiões com línguas minoritárias de forma a apoiar e promover a diversidade linguística e cultural.

Além disso, a maior parte dos lares tem televisão por cabo ou internet, pelo que tem acesso a muitos outros programas nacionais e estrangeiros em várias línguas. Note-se, porém, que a maioria dos consumidores de televisão e de rádio prefere emissões na sua língua.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Zurique Genebra	Zurique			
3-4	Genebra Lugano	Lugano	Lugano			
1-2	Zurique		Genebra	Zurique Genebra	Zurique	

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5		Serviços de comunicação escrita – top 5	
1	Educação Saúde Serviços sociais Serviços legais Imigração e integração		Educação Serviços legais Imigração e integração Turismo Transportes

Na Administração Federal, a percentagem de funcionários de uma das comunidades de língua oficial é proporcional à população total. Não obstante, existem disparidades hierárquicas, verificando-se uma sub-representação parcial das minorias nacionais em cargos executivos. Acresce que foram observadas deficiências no que se refere ao progresso do multilinguismo individual dos funcionários na Administração Federal.

As línguas minoritárias imigrantes estão também claramente sub-representadas na Administração Federal.

No passado recente, a dimensão das tropas do exército suíço foi substancialmente reduzida, o que levou a um aumento dos grupos linguisticamente mistos (o exército costumava estar organizado territorialmente e, logo, em grupos amplamente monolíngues, em consonância com o princípio tradicional de territorialidade). Na ausência de uma política linguística coerente no exército, este desenvolvimento dá azo a receios de germanização nos grupos minoritários nacionais, uma vez que os grupos mistos tendem a funcionar na língua maioritária alemã.

Apesar de haver imprensa escrita na língua nacional e em muitas línguas estrangeiras disponível em todo o país, a mesma é lida pelas respetivas comunidades linguísticas.

8 Línguas nas empresas (em 32 empresas)

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
		Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/financiamento da UE	Conhecimento de programas/financiamento da UE
prática alargada		8	23	4	5	0	3	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	4	0	5	2	30	28	29	29	32	28
Inglês comercial	prática alargada	3	1	6	2	11	7	4	7	13	10
Outras línguas	prática alargada	3	0	3	1	7	3	7	5	11	13

Os principais fatores para as empresas valorizarem as competências linguísticas podem estar relacionados com o seu ramo específico, os clientes e o papel dos funcionários na hierarquia da empresa. Apesar de o presente estudo ser apenas capaz de refletir esta afirmação de forma muito limitada, os dados confirmam estudos mais amplos que revelam que outras línguas nacionais continuam a ocupar uma posição importante no mundo profissional. Estes estudos indicaram também que não se pode falar de uma substituição setorial e local da língua regional em favor do inglês. Muitas empresas pequenas em todas as partes do país são monolíngues.

Principais resultados globais

Durante a escolaridade obrigatória, a grande importância económica do inglês levou a uma situação de concorrência entre esta língua e as línguas oficiais não faladas numa dada região. Esta situação fragiliza a posição de línguas oficiais menores, especialmente o italiano. De facto, o reto-românico e o italiano estão pouco representados em ambientes escolares ou na vida pública fora do seu próprio território.

O progresso da integração e valorização de línguas de origem faladas por imigrantes é insatisfatório, quer na escola quer na sociedade.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

O «Schweizer Institut für Kinder-und Jugendmedien» promove a literacia familiar. O seu projeto «Schenk mir eine Geschichte» (cuja tradução grosseira pode ser «conta-me uma história»), visa especificamente famílias imigrantes e incentiva-as a cultivar as suas próprias línguas.

(http://www.sikjm.ch/d/?/d/lesefoerderung/projekte/family_literacy.html)

A «ch Foundation» é um importante ponto de contacto para programas de intercâmbio linguístico na Suíça e no estrangeiro para alunos do ensino básico e secundário, formandos e alunos universitários. Em grande parte é financiada pela Confederação e pelos cantões.

(<http://www.chstiftung.ch/>)

O cantão de Basileia-Cidade iniciou um conceito linguístico ponte para escolas, que reconhece os papéis das várias línguas: o alemão como a língua principal, as línguas estrangeiras ensinadas e as línguas de origem de crianças oriundas de um contexto de imigração.

(<http://sdu.edubs.ch/faecher/fremdsprachen/herkunftssprachen>)

O «Forum du bilinguisme» na cidade bilingue de Biel/Bienne apoia projetos que promovem o multilinguismo. Por exemplo, a organização concede uma «rótulo de bilinguismo» a empresas que praticam uma cultura de bilinguismo.

(<http://www.bilinguisme.ch/>)

Várias instituições académicas realizam investigação académica na área do multilinguismo. Entre elas, contam-se o «Osservatorio linguistico della Svizzera italiana» e o «Fachstelle für Mehrsprachigkeit» na Universidade de Formação de Professores Graubünden. Ambas as instituições observam a situação atual no que respeita à política linguística na Suíça falante de italiano e reto-românico e desenvolvem apelos a tomadas de ação nesta matéria. O Centro de Investigação sobre Multilinguismo de Fribourg/Freiburg, que recebe fundos da Confederação, coordena investigação realizada em instituições académicas sobre o tema do multilinguismo institucional e individual.

(<http://www4.ti.ch/index.php?id=38747>;
<http://www.phgr.ch/Mehrsprachigkeit.404.0.html?&L=0>;
www.institute-multilingualism.ch/en)

Referências

Schweizerisches Sprachengesetz: <http://www.admin.ch/ch/d/ff/2007/6951.pdf>.

Sprachengesetz des Kantons Graubünden: <http://www.grlex.gr.ch/frontend/versions/238>.

Swiss Conference of Cantonal Ministers of Education (EDK), Teaching languages (em alemão e francês): <http://www.edk.ch/dyn/11911.php> (acedido em janeiro de 2012).

Swiss Conference of Cantonal Ministers of Education (EDK), Teaching in immigrant languages (in German, French and Italian): <http://www.edk.ch/dyn/19191.php> (acedido em janeiro de 2012).

Georges Lüdi; Iwar Werlen (2005) “Sprachenlandschaft in der Schweiz”, Neuchâtel, disponível no Gabinete Federal de Estatística da Suíça.

18 UCRÂNIA

Dr. Lyubov Naydonova

Contexto do país

Em outubro de 2011, a população da Ucrânia era de 45,7 milhões de habitantes (de acordo com o Serviço Público de Estatísticas da Ucrânia). Segundo os censos nacionais de 2001, a Ucrânia era habitada por pessoas de mais de 130 nacionalidades e grupos étnicos, representando os ucranianos 77,8% da população. O maior grupo minoritário era o russo e continha 8,3 milhões de pessoas (17,3% da população do país). Estima-se que todas outras grandes minorias etnolinguísticas juntas perfaçam menos de 2,4 milhões de pessoas (4,9% da população ucraniana), contando cada um destes grupos com menos de 300 000 pessoas.¹

De acordo com a Lei de 1989 sobre línguas e com a Constituição de 1996, a língua do estado é o ucraniano. As línguas mais disseminadas na Ucrânia são o ucraniano e o russo. A Ucrânia está dividida entre o oeste predominantemente falante de ucraniano e o este com predominância do russo, ao passo que nas regiões centrais a língua russa domina em cidades grandes e a ucraniana em pequenas cidades e vilas. As cidades mais populadas estão situadas no este do país, o que teve influência na escolha de Lviv para o formulário de investigação em três municípios, dado que se trata da maior cidade entre todas as que falam ucraniano no ocidente da Ucrânia.

O panorama linguístico da Ucrânia é caracterizado pelo facto de o russo, que não é uma língua do estado, ser usado pela maioria da população, incluindo as pessoas pertencentes a outras minorias. Em 2001, 67,5% dos habitantes ucranianos reconheceram o ucraniano como a sua língua materna, ao passo que 29,6% consideravam que a sua língua materna era o russo. De acordo com dados sociológicos recentes,² a comunicação em ucraniano está a baixar, enquanto a comunicação em russo se encontra em crescimento.

A questão linguística respeitante ao equilíbrio entre as línguas russa e ucraniana está no centro de uma acalorada discussão pública. A utilização alargada do ucraniano implica o inevitável recuo nos campos em que se fala russo, uma vez que anteriormente se verificou um longo processo de tentativas de eliminação da utilização do ucraniano em favor do russo. A renovação do estatuto do ucraniano é apoiada oficialmente, mas a real posição do russo na sociedade permanece forte. Alcançar o equilíbrio adequado entre o ucraniano e o russo é uma tarefa crucial para os processos sociais e políticos na Ucrânia.

O nível de imigração para a Ucrânia é muito elevado, com mais de 30 000 pessoas a chegarem ao país todos os anos.³ Os imigrantes que vivem na Ucrânia são considerados minorias no que respeita a questões linguísticas. Na maioria dos casos, os imigrantes recém-chegados têm de aprender ucraniano (mais raramente) ou russo (mais frequentemente) ou usar o inglês.

1 Languages in official documents and databases

A língua nacional, as línguas estrangeiras e toda uma variedade de línguas R/M são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos da Ucrânia são (co)financiados em 15 países na Europa e fora da Europa. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada e ratificada pela Ucrânia. Na Carta, são reconhecidas as seguintes 13 línguas R/M: bielorusso, búlgaro, tártaro da Crimeia, gagauz, alemão, grego, húngaro, moldavo, polaco, romeno, russo, eslovaco, e iídiche. Existe oferta oficial de todas estas línguas no ensino nacional e regional, apoiada pela Carta.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados regionais sobre a diversidade linguística na Ucrânia, na forma de censos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional e R/M, com base numa pergunta sobre a língua materna.

Em 1996, a Ucrânia assinou a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2003. A principal autoridade responsável pelas questões relacionadas com as minorias é o Comité Estatal sobre Nacionalidades e Religiões.

De acordo com informação fornecida pelo governo, as questões relacionadas com as línguas são oficialmente monitorizadas na Ucrânia. A Ucrânia apresentou o seu primeiro relatório periódico sobre a Carta à Secretaria Geral do Conselho da Europa a 1 de Agosto de 2007. As conclusões do relatório foram aceites pela Comissão de Peritos a 27 de Novembro de 2008 e as recomendações correspondentes foram aprovadas a 7 de Julho de 2010.³

As questões linguísticas são estudadas de forma sistemática por instituições científicas e os resultados da investigação social e sociolinguística são publicados por via impressa e eletrónica e estão amplamente disponíveis.

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	apoio inexistente	≥2 anos	>10	>1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total
LE	apoio inexistente	≥2 anos	>10	<0.5 dia	específica para a disciplina	geral	parcial
Apoio em LN	todos	≥2 anos	nenhum	>1 dia	geral	geral	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Tártaro da Crimeia, alemão, húngaro, moldavo, polaco, romeno, russo
LE	inglês, francês, alemão, espanhol: uma destas línguas é obrigatória

O sistema educativo ucraniano é composto por cerca de 15 000 estabelecimentos pré-escolares e 21 000 escolas. Um total de 84,6% das crianças é ensinado em ucraniano, 14,8% em russo, e, nas áreas densamente habitadas pela população de outras nacionalidades, cerca de 6500 crianças são ensinadas em húngaro, moldavo, romeno, tártaro da Crimeia e outras línguas. Não é oferecida educação pré-escolar em bielorrusso, gagauz e grego. É preciso que as autoridades levem a efeito mais consultas com os falantes destas línguas para melhor apreciar a necessidade de ensinar as crianças nas línguas das suas minorias e para assegurar a formação de pessoal docente e a oferta de materiais educativos.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	inexistente	inexistente	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do meio da primeira etapa do EB	parcialmente em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de ensino geral	geral	geral	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Bielorrusso, búlgaro, tártaro da Crimeia, gagauz, alemão, grego, hebreu, húngaro, moldavo, polaco, romeno, russo, eslovaco
LE	Obrigatórias: 1–2 entre inglês, francês, alemão ou espanhol, dependendo da escola Opcionais: arménio, checo, coreano, turco, vietnamita: como língua extracurricular

Anteriormente, eram ensinadas línguas estrangeiras a partir do quinto ano, mas desde 2002 a aprendizagem é iniciada no segundo ano. Decidiu-se agora que a partir de 2012 será obrigatória uma língua estrangeira no ensino básico a partir do primeiro ano. De 1996 a 2006, o número de professores de língua estrangeira em escolas da primeira etapa do ensino básico aumentou em quase seis vezes.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

(Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	inexistente	todos	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	AIRC	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	em horário escolar	nenhum	definida na escola	ligado ao QECR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Russo, húngaro, romeno, moldavo, tártaro da Crimeia, polaco, alemão, eslovaco, bielorrusso, búlgaro, gagauz, grego, judeu
LE	Inglês, alemão, francês, espanhol: dependendo da escola, uma ou duas destas línguas são obrigatórias Coreano, turco, armênio, checo, vietnamita: línguas opcionais, extracurriculares

No total, há 3,1 milhões de crianças na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. Existem 16 línguas disponíveis para estudo, uma ou duas das quais são de aprendizagem obrigatória. Mais de 90% das escolas escolhem o inglês. Ao longo dos últimos anos, o número de professores de inglês aumentou em mais de um terço (2008 em comparação com 1996).

A língua de ensino nas escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário é determinada pelos pais e, na maior parte dos casos, têm uma escolha. Existe uma boa oferta de ensino por meio de línguas minoritárias em comparação com os outros níveis educativos. As perspectivas de desenvolvimento futuro vão no sentido de se criar condições para o ensino das línguas karaim, krymchak e romani na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em duas instituições de EFP) (Oferta de línguas R/M e migrantes inexistente)

		Variedade de programas de apoio em língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	Instituição A	limitada	coerente e explícito	nacional	total
	Instituição B	limitada	geral	nacional	total
	Instituição C	limitada	coerente e explícito	não especificado	total

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional e estrangeiras	nacional, estrangeira e R/M	todos	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade B	nacional, estrangeira e R/M	nacional e estrangeiras	todos	nacional ou definido na instituição	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade C	apenas a nacional	nacional e estrangeiras	todos	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	opcional	opcional

Na Ucrânia, existe oferta de formação profissional em 919 estabelecimentos educativos públicos, que utilizam sobretudo o ucraniano. Trinta e nove estabelecimentos educativos disponibilizam ensino em russo aos seus alunos (em 123 locais as disciplinas são parcialmente ensinadas em russo), e há apenas um estabelecimento onde as disciplinas são ensinadas em húngaro. Nas universidades, as línguas estrangeiras, assim como as línguas de minorias, são sobretudo ensinadas como disciplinas separadas.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

	Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
Kiev	às vezes dobradas	dobrados	nunca	às vezes
Kharkiv	legendadas	dobrados	regularmente	às vezes
Lviv	às vezes dobradas	às vezes dobrados	às vezes	às vezes

De acordo com o serviço de assuntos públicos do Ministério da Justiça, em 2007, entre as publicações nacionais impressas, havia 4390 publicações periódicas em ucraniano apenas, 2495 em russo e 35 em inglês. Havia ainda 4389 publicações mistas: a maioria eram em russo e outras línguas, 13 em tártaro da Crimeia e outras línguas, oito em búlgaro e outras línguas, dez em polaco e outras línguas cinco em romeno e outras línguas, 324 em inglês e outras línguas, 28 em alemão e outras línguas, oito em francês e outras línguas, duas em chinês e outras línguas, quatro em bielorrusso e outras línguas. As três cidades selecionadas para pesquisa não exibem um grande número de publicações em línguas minoritárias, exceto em russo, pelo que o índice não demonstra totalmente o quadro de diversidade linguística na Ucrânia.

A situação linguística nos meios de comunicação social é caracterizada por duas peculiaridades. A primeira está relacionada com a correlação entre o uso de ucraniano e russo, onde existe um considerável domínio do russo, sobretudo no que respeita à circulação de jornais e revistas, à língua de programas de televisão em horário nobre e à *playlist* das estações de rádio. A segunda tem a ver com a evidente debilidade no que respeita à satisfação das necessidades linguísticas dos grupos minoritários da população. Assim, existe oferta de emissões de televisão e de rádio em línguas minoritárias (exceto o russo) em cinco das 26 *oblasts* da Ucrânia. Persiste a opinião generalizada, que remonta aos tempos soviéticos, de que os grupos que falam outras línguas têm de satisfazer as suas necessidades acedendo ao espaço em russo nos meios de comunicação social.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4						
3-4		Kiev Kharkiv Lviv		Kharkiv		Kiev
1-2			Kharkiv Lviv	Lviv	Kiev Kharkiv Lviv	Kharkiv

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Imigração e integração Transportes Turismo Saúde Teatro	Turismo Saúde Transportes Educação Emergência

Na esfera jurídica é sobretudo utilizada a língua do estado. Das línguas minoritárias, é utilizado o russo, especialmente no leste da Ucrânia. Existe pouca informação disponível sobre o uso de tradução para outras línguas se alguém não souber falar ucraniano ou russo. Os documentos oficiais emanados por governos locais são publicados em ucraniano e russo, sendo que, nos órgãos públicos e do estado, é disponibilizada comunicação oral em outras línguas nas câmaras municipais de vilas onde existem colônias de minorias. Existe a possibilidade de utilização da língua nacional pelos representantes de minorias étnicas (excetuando os russos) em comunicação com as autoridades governamentais nas áreas onde o respetivo grupo étnico representa a maioria ou uma parte considerável da população e tem representação no governo. Em outros casos outros requisitos linguísticos raramente ou nunca são satisfeitos.

A preparação para o Euro 2012 na Ucrânia promoveu a introdução do inglês em espaços e serviços públicos e ajuda ao desenvolvimento de agências de prestação de serviços a turistas falantes de outras línguas.

8 Línguas nas empresas (em 24 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Conhecimento de programas/ financiamento da UE
prática alargada	8	13	6	6	0	2	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	1	0	1	0	23	22	23	22	23	20
Inglês comercial	prática alargada	2	0	6	1	9	15	11	5	11	12
Outras línguas	prática alargada	0	1	0	1	10	12	6	7	11	15

A informação sobre diversidade linguística no mundo comercial é a que se encontra menos acessível. Nos regulamentos das empresas não existe oferta de línguas, exceto no que se refere à utilização de línguas regionais ou línguas das minorias, pelo menos entre as pessoas que utilizam a mesma língua.

Principais resultados globais

A correlação de línguas existente hoje na Ucrânia representa, por um lado, a continuação da russificação total e, por outro, o reflexo do desejo de autoconsciência nacional e política dos ucranianos. Assim, a utilização do ucraniano e do russo, que se tornou objeto de acalorada discussão social e política, continua a ser a principal problema no que ao desenvolvimento linguístico diz respeito. A controvérsia acerca da necessidade do estabelecimento do ucraniano e da preservação do russo tem de ser estrategicamente resolvida e legalmente regulada⁴. É uma questão que diz respeito a campos como o da comunicação social, a educação e a vida social. O desenvolvimento das outras línguas minoritárias (exceto do russo) exige o apoio estatal e um aumento da ambição consciente dos grupos minoritários no sentido de desenvolverem as suas línguas nacionais e, assim, exigirem o exercício dos direitos que lhes são conferidos pela legislação ucraniana. Atualmente, as línguas imigrantes são as menos protegidas na Ucrânia e necessitam de maior atenção por parte das autoridades estatais e das organizações públicas, bem como de um aumento do seu reconhecimento na sociedade.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

Entre as iniciativas importantes para as relações internacionais e o desenvolvimento cultural das minorias ucranianas, destacam-se as seguintes: eventos culturais e educativos destinados à promoção da tolerância, respeito pela cultura, história, costumes e tradições dos representantes de diferentes nacionalidades, apoio financeiro estatal a jornais publicados nas línguas das minorias e prestação de assistência a centros culturais; rotas turísticas para as áreas habitadas pelos grupos minoritários para alargar a consciência sobre a sua identidade étnica, cultural e linguística.

Referências

1. Publications of statistical reference books by the State Statistics Service of Ukraine [<http://www.ukrstat.gov.ua/>].
2. Language Policy and Language Situation in Ukraine: Analysis and Recommendations /Ed. J. Besters-Dilger. – 2nd Edition. – Publishing House “Kyiv-Mohyla Academy”, 2008. – página 363. – INTAS Project “Language Policy in Ukraine: Anthropological, Linguistic and Further Perspectives” (2006-2008).
3. Application of the Charter in Ukraine. First Stage of Monitoring: A Report by the Committee of Experts about the Charter Application by Ukraine. Recommendation by Committee of Ministers of Council of Europe as to the Application of the Charter by Ukraine./ ECRML 2010 (6). – Estrasburgo, 7 de julho, 2010.
4. Personal and Interpersonal Backgrounds for Increasing Status Value of Communication in Ukrainian among Students (V.O. Vasiutynskyi, K.M. Kalachnikova, D.V. Pozniak, G.V. Tsyganenko, V.V. Chorny) – K., 2010.

19 REINO UNIDO

19.1 Inglaterra

Teresa Tinsley e Philip Harding-Esch

Contexto do país

A Inglaterra tem uma população de 51,8 milhões de habitantes, dos quais 16 pertencem a um grupo étnico minoritário ou têm raça mista.¹ Linguisticamente, favorece-se o conhecimento de uma das principais línguas mundiais – o inglês – como língua oficial, mas também um alto nível de diversidade linguística – o mais recente inquérito realizado em Londres revelou a existência de 233 línguas diferentes na cidade.² Uma em cada seis crianças da primeira etapa do ensino básico (16,8%) e uma em cada oito (12,3%) do ensino secundário tem outra língua além do inglês – quase um milhão de crianças em toda a Inglaterra.³

A Inglaterra tem apenas uma língua regional minoritária – o cornualhês – utilizada em alguma medida por vários milhares de pessoas (2008).⁴

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

O inglês, as línguas estrangeiras, as línguas R/M e as línguas imigrantes são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística na Inglaterra. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos do Reino Unido são (co)financiados na Bélgica, no Belize, no Brunei, no Canadá, no Chipre, nas ilhas Falkland, na Alemanha, em Gibraltar, na Itália e nos Países Baixos. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada e ratificada pelo Reino Unido. Na Inglaterra, a língua R/M reconhecida na Carta é o cornualhês, para o qual existe oferta oficial no ensino a nível regional.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados regionais sobre a diversidade linguística na Inglaterra, na forma de registos municipais, censos e inquéritos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante, com base numa pergunta sobre a língua falada em casa, uma pergunta sobre a língua principal e uma pergunta sobre proficiência linguística dos falantes em que se procura saber se (e até que ponto) são capazes de falar/compreender/ler/escrever na língua.

Existe pouca legislação linguística propriamente dita na Inglaterra ou no Reino Unido em geral, além da relacionada com as línguas R/M. O inglês, as línguas estrangeiras, as línguas R/M e a língua gestual são tidas em conta num conjunto de políticas linguísticas e documentos orientadores. Depois das eleições de 2010 na Inglaterra, muitas destas políticas e documentação foram alvo de revisão.

¹ Office for National Statistics (Instituto Nacional de Estatística), estimativas de população residente por grupo étnico, 2009.

² Language Capital: mapping the languages of London's schoolchildren, Eversley et al., CILT, 2011.

³ Dados de 2011 do Departamento de Educação sobre os alunos.

⁴ Report on the Cornish Language Survey, Cornish Language Partnership, 2008.

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas estrangeiras e imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥2 anos	nenhum	<0.5 dia	geral	geral	parcial
Apoio em LN	todos	≥2 anos	nenhum	0.5–1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Cornualhês na Cornualha
LE	Ocasionalmente francês, alemão, italiano, espanhol

A partir dos quatro anos de idade, todas as crianças com conhecimento limitado de inglês recebem apoio extraordinário de professores formados para o efeito. Existe ensino ocasional de línguas estrangeiras no nível pré-escolar, mas os professores não recebem formação especial para o efeito. O cornualhês é ensinado informalmente num pequeno mas crescente número de pré-escolas.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio adicional em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	inexistente	a partir do 1.º ano	fora do horário escolar	5-10	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	parcial
LE	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou escolares	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	inexistente	específica para a disciplina	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Cornualhês
LE	Opcional. Pode ser disponibilizada qualquer língua viva. Na prática são sobretudo o francês, o espanhol, o alemão, havendo também oferta de chinês, italiano e urdu
LI	Urdu, chinês, turco, por exemplo

No ano 2000, depois de consulta pública alargada, o Nuffield Languages Inquiry (Inquérito Linguístico Nuffield)¹ recomendou um conjunto de medidas que incluía o início precoce de aprendizagem de outra língua. Este tornou-se um dos principais baluartes da Estratégia Nacional para as Línguas na Inglaterra lançada pelo Governo Trabalhista em 2002. Em 2010, no seguimento de um programa de longo alcance de desenvolvimento curricular, apoio a escolas e formação de professores, 92% das escolas da primeira etapa do ensino básico disponibilizavam uma língua estrangeira. Embora a língua mais comum fosse o francês, havia orientações que sugeriam uma abordagem holística em relação ao desenvolvimento de competências linguísticas, estabelecendo ligações explícitas à literacia em inglês e em outras línguas conhecidas pelos alunos. As línguas estrangeiras são habitualmente ensinadas por professores generalistas que receberam formação inicial e contínua sobre o ensino de língua; estes professores são muitas vezes apoiados por colegas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário. Na maioria das escolas, a aprendizagem de línguas começa no primeiro ano do ensino básico, aos sete anos, normalmente com 30 a 40 minutos por semana.²

Embora a Estratégia Nacional para as Línguas tenha sido abandonada quando o governo atual assumiu o poder, continua a haver orientações não oficiais – o *Quadro para as Línguas para os anos 3.º a 6.º do ensino básico* – e a maioria das escolas baseia a sua prática neste documento. Encontra-se atualmente em curso um processo de consulta sobre o currículo nacional e o conselho consultivo recomendou que a partir de 2014 a aprendizagem de línguas se inicie pelo menos aos nove anos. Em junho de 2012, o Governo anunciou a sua intenção de legislar no sentido de estipular a aprendizagem obrigatória de língua estrangeira a partir dos sete anos.

Um setor voluntário «complementar» em franco crescimento oferece oportunidades para que as crianças aprendam línguas faladas nas suas comunidades, num serviço que abrange os alunos do ensino (pré-)básico e secundário. Um inquérito de 2005³ revelou a existência de oferta de aulas em horário pós-lectivo e ao sábado para pelo menos 61 línguas. Entre 2008 e 2010, esteve em vigor um programa nacional inovador, *Our Languages* (As Nossas Línguas), que visava a promoção e o reforço desta oferta e o estabelecimento de maior contacto com as escolas de ensino geral. No âmbito deste programa, qualquer língua podia ser disponibilizada nas escolas da primeira etapa do ensino básico, e algumas línguas de países mais longínquos são ensinadas, normalmente em áreas com grandes grupos populacionais minoritários e/ou como parte de programas de «prova de línguas» e de sensibilização intercultural.

Existe financiamento através de uma *Bolsa de Aproveitamento para Minorias Étnicas* (*Ethnic Minority Achievement Grant – EMAG*) para o apoio linguístico para alunos recém-chegados e bilingues. Este apoio é disponibilizado em horário letivo e não letivo, sendo as competências monitorizadas regularmente. Em 2011, a EMAG foi «institucionalizada» e integrada no financiamento geral, existindo dúvidas sobre como será utilizada no futuro. Na Cornualha, cerca de 30% das escolas da primeira etapa do ensino básico do país disponibilizam o cornualhês, habitualmente como disciplina extracurricular a partir do terceiro ano do ensino básico. O financiamento disponível para apoio aos professores é limitado e existe um currículo coerente para o cornualhês disponível com avaliação ligada ao QECR.

¹ Languages The next generation; The final report and recommendations of the Nuffield Languages Inquiry, London 2000.

² Language learning at key stage 2, a longitudinal study, DCSF Research report RR198, Department for Children, Schools and Families, 2010.

³ Community Language Learning in England, Wales and Scotland, CILT, 2005.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas R/M inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	Línguas usadas como meio de instrução (AILC)	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	ligado ao QECR	total
LI	todos	coerente e explícito	inexistente	parcialmente em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	não especificado	parcial

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro
LI	não qualificados	inexistente	específica para a disciplina	N/A	

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LE	Uma língua obrigatória até aos 14 anos 14. Qualquer língua viva, mas existe a recomendação de que exista acreditação adequada. As principais línguas disponibilizadas são o francês, o alemão, o espanhol, mas existem também o italiano, o urdu, o árabe, o polaco, o chinês, o russo, o português, o turco e o japonês
LI	Árabe, chinês, urdu, polaco, português, turco, bengali, e punjabi

A situação das línguas estrangeiras nas escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário na Inglaterra é uma matéria que gera preocupação há muitos anos. Até 2004, a aprendizagem de línguas era obrigatória até aos 16 anos, tendo então a obrigatoriedade sido reduzida para os 14 anos. O número de alunos que faz exames públicos tem vindo a descer drasticamente desde essa altura: em 2001, 78% do total de alunos fez o exame final do ensino secundário em línguas; em 2011 a percentagem foi de apenas 43%. O francês e o alemão foram as línguas que registaram maior quebra; no entanto, o espanhol e muitas das línguas menos ensinadas tornaram-se mais populares. Na faixa etária dos 16-18 anos, o número de alunos que estudam línguas tem-se mantido mais estável. Este sucesso relativo deve-se sobretudo à manutenção da aprendizagem de línguas em escolas independentes, que abarcam cerca de sete por cento da população escolar na Inglaterra, mas representam mais de 40% das entradas de nível avançado em línguas. Esta situação ilustra um factor fundamental a ter em conta no futuro do ensino de línguas na Inglaterra – o da desigualdade social.

O Governo atual está a incentivar as escolas a darem prioridade às línguas através da introdução do «English Baccalaureate» (Bacharelato de inglês) – uma forma abrangente de certificação para alunos que obtenham bons resultados em cinco disciplinas chave, incluindo numa língua. O painel consultivo do governo sobre o currículo nacional recomendou que a aprendizagem de língua volte a ser obrigatória para todos os alunos até aos 16 anos de idade.

As línguas são ensinadas como disciplinas. Existem também planos de projetos-piloto e individuais de AILC que envolvem a utilização de outra língua como meio de instrução.¹ Existe um currículo claro e as competências são monitorizadas por meio de instrumentos nacionais. Estes descritores de «metas de aprendizagem» do Currículo Nacional baseiam-se na Languages Ladder (Escada de Línguas) (DCSF 207), que está em consonância com o QECR.

Existem exames nacionais para 28 línguas e muitas escolas secundárias facilitam o acesso aos mesmos a alunos que desenvolveram competência numa destas línguas – habitualmente fora do ensino geral. Uma iniciativa promovida (desenvolver volta na frase) como parte da Estratégia Nacional para as Línguas, Línguas como Ativo, desenvolveu com êxito exames em novas línguas como o cornualhês, o tâmil e o ioruba, para as quais não havia exames anteriormente.

Na Cornualha, um pequeno mas crescente número de escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário oferece o cornualhês, habitualmente como disciplina extracurricular. Não existe currículo disponível para as escolas. Existe algum ensino de galês e de irlandês em centros urbanos como Londres.

O currículo inglês padrão é normalmente utilizado para o inglês como língua segunda.² Antes da entrada na segunda etapa do ensino básico é realizado um diagnóstico de competências em língua inglesa e as competências são monitorizadas regularmente por meio de instrumentos padronizados adequados. A *Bolsa de Aproveitamento para Minorias Étnicas* foi também usada para apoio linguístico nas escolas da segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (ver acima – primeira etapa do ensino básico).

¹ Towards an integrated curriculum. CLIL National Statement and Guidelines 2009.

² Fonte: www.naldic.org.uk/eal-teaching-and-learning/faqs

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (oferta de línguas R/M inexistente)

		Variedade de programas de língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	parcial
	Instituição B	não especificado	coerente e explícito	nacional	parcial
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	parcial
LI	Instituição A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Instituição B	N/A	N/A	N/A	N/A
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	parcial

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	apenas a nacional	apenas a nacional	todos	nacional ou definido na instituição	internacionais e imigrantes	opcional	opcional
Universidade B	apenas a nacional	apenas a nacional	todos	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	opcional	opcional
Universidade C	apenas a nacional	apenas a nacional	todos	nacional ou definido na instituição	internacionais e imigrantes	opcional	opcional

Embora as três instituições de ensino profissional inquiridas para o Language Rich Europe ofereçam apoio em línguas, em toda a Inglaterra existe muito pouca oferta de línguas no âmbito dos cursos profissionais. Um inquérito realizado em 2006 estimava que menos de um por cento de todos os alunos de cursos profissionais estavam a estudar uma língua. Aqueles que estavam, aprendiam sobretudo espanhol em cursos de Viagens e Turismo ou de Negócios. Um inquérito subsequente realizado em 2011 revelou que a oferta tinha decrescido ainda mais e que estavam a ser feitas muito poucas tentativas no setor para estabelecer uma ligação entre as línguas e o mundo do trabalho.¹

As universidades inglesas disponibilizam uma gama variada de línguas como cadeiras obrigatórias no âmbito das licenciaturas ou como módulos complementares. Os estudos tradicionais de língua e literatura sempre foram importantes nas universidades mais antigas. No entanto, tem-se verificado um declínio no estudo de línguas ao longo das últimas décadas. Desde 2005, as línguas foram consideradas «disciplinas estrategicamente importantes e vulneráveis» no ensino superior inglês. Isto significa que são passíveis de financiamento público adicional de forma a combater o declínio da capacidade nacional nesta área. Existe uma escassez de cursos de licenciatura nas quatro línguas das comunidades (o termo utilizado no Reino Unido para o que o LRE designa como línguas imigrantes) mais amplamente faladas: urdu, cantonense, punjabi, e bengali, e as barreiras existentes para a formação profissional em ensino, tradução e interpretação das línguas das comunidades já foram identificadas como áreas a ter em atenção.² A concentração de línguas nas universidades mais antigas, o perfil dos alunos de licenciatura em línguas e a baixa incidência de cursos que combinem as línguas com disciplinas científicas e tecnológicas são outras preocupações no setor.

¹Vocationally related language learning in further education, CLT, 2006.

²Community Languages in Higher Education, McPake and Sachdev, Routes into Languages, 2008.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa (em duas cidades)

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	legendados	às vezes	regularmente

A utilização de outras línguas além do inglês em meios de comunicação audiovisuais generalistas (tais como a rádio e a televisão terrestre) não é uma prática alargada, embora existam algumas séries de detetives legendadas relativamente populares; no entanto, nos novos meios de comunicação – televisão por cabo, satélite e em linha – estão amplamente disponíveis canais de televisão europeus e em línguas minoritárias. Existem também muitos programas de rádio das comunidades disponíveis em cidades inglesas. No Reino Unido, os filmes em língua estrangeira são invariavelmente exibidos na língua original com legendas, quer no cinema quer na televisão. A língua gestual é regularmente disponibilizada em eventos mediáticos importantes em todas as cidades e as emissoras são obrigadas por lei a disponibilizarem serviços para os espectadores com deficiência auditiva.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal (em duas cidades)

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4	Londres Sheffield	Londres Sheffield	Londres	Londres Sheffield		Londres
3-4						
1-2						

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Debates políticos e processos de tomada de decisão Educação Emergência Saúde Serviços sociais	Debates políticos e processos de tomada de decisão Educação Saúde Serviços sociais Serviços legais

Nas cidades inquiridas, a polícia, os serviços de saúde, os tribunais e os órgãos de poder local fazem um uso alargado dos serviços de tradução e interpretação e a informação escrita e oral é disponibilizada num conjunto variado de línguas. As línguas utilizadas são definidas tendo em conta as línguas das comunidades que estão a ser servidas.

8 Línguas nas empresas (em 21 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/financiamento da UE	Conhecimento de programas/financiamento da UE
prática alargada	8	8	9	7	0	4	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
Inglês	prática alargada	3	2	10	0	21	21	21	21	19	21
Outras línguas	prática alargada	4	3	8	0	8	7	8	9	12	12

A estimativa de necessidades de competências feitas pelos empregadores no Reino Unido tendem a não revelar uma grande procura de línguas.¹ Por um lado, esta situação pode dever-se ao facto de muitos empregadores monolíngues valorizarem muito pouco as línguas nas suas empresas; por outro lado, aqueles que de facto valorizam as competências linguísticas têm a possibilidade de selecionar os seus funcionários a partir de uma vasta oferta de trabalhadores multilíngues nascidos no estrangeiro. Contudo, as organizações de patronatos como a CBI (*Confederation of British Industry* – Confederação da Indústria Britânica), realçam frequentemente a importância das competências linguísticas para a competitividade na economia global, e um inquérito recente mostrou que apenas um quarto das empresas britânicas não tinha qualquer necessidade de competências em línguas.² Investigação recente sobre a atitude das Pequenas e Médias Empresas em relação às exportações revelou que estas empresas consideram a língua e as questões culturais associadas como uma das maiores barreiras para a realização de negócios além-fronteiras.³

¹ Leitch Review of Skills, 'Prosperity for all in the global economy: world class skills' 2006.

² Building for Growth: business priorities for education and skills, CBI Education and Skills survey 2011.

³ The eXport factor, British SME's approach to doing business overseas, Barclays and Kingston University Small Business Research Centre, 2011.

Principais resultados globais

A falta de «capacidade nacional» em línguas tem sido uma matéria de considerável debate nos últimos anos na Inglaterra e em particular desde o *Nuffield Languages Inquiry* de 2010. A nível de políticas e no discurso público, as línguas são descritas como importantes, mas, na prática e na oferta, tem havido muitas falhas. Este facto é indubitavelmente um reflexo da crescente importância do inglês como língua franca e de uma percepção continuada de que «o inglês é suficiente» e que as outras línguas são «importantes mas não essenciais».¹ Apesar de tudo, verificaram-se progressos e inovações substanciais na introdução da aprendizagem precoce de outras línguas, no apoio às línguas das comunidades e na promoção da competências linguísticas junto dos jovens. Em parte como resultado destas ações, as línguas continuam na agenda política – o caso não está encerrado.

Iniciativas e projetos-pilotos prometedores

A Inglaterra tem-se mostrado particularmente ativa na produção de evidências que demonstram a necessidade das línguas e no desenvolvimento de argumentos coerentes para a aprendizagem de línguas.

A Estratégia Nacional para as Línguas (2002–2011) foi responsável por um conjunto de iniciativas, com destaque para a criação de um quadro para a aprendizagem de línguas entre os sete e os onze anos (o *Key Stage 2 framework for Languages – Quadro para as Línguas para os anos 3.º a 6.º do ensino básico*) e para o novo quadro de avaliação (*The Languages Ladder/Asset languages – Escada de Línguas/Línguas como Ativo*) baseado no QECR. Apoiava também as ligações entre as escolas gerais e as complementares, como a iniciativa *Our Languages* (As Nossas Línguas).

Routes into Languages (Rotas para as Línguas), um projeto gerido pela Universidade de Southampton dirigia-se a alunos do ensino secundário com mensagens que salientavam a importância da aprendizagem de línguas através de uma relação direta com as universidades e com os embaixadores dos alunos. Colocou as universidades em contacto com as escolas e desenvolveu alguns modelos muito bem-sucedidos de colaboração.

O relatório de 2011 *Labour Market Intelligence on Languages and Intercultural Skills in Higher Education (CILT)* demonstrou a necessidade de uma maior variedade de línguas nos sectores público e privado em combinação com diferentes competências no local de trabalho.

Em 2011, foi lançada uma nova campanha para apoiar a aprendizagem de línguas – *Speak to the Future* (Falar com o Futuro). Esta campanha construiu uma ampla coligação de apoio em redor de cinco questões chave para a promoção da importância das competências em línguas e da necessidade de mudanças nas políticas e atitudes.

¹ King et al *Languages in Europe, Towards 2020 – Analysis and Proposals from the LETPP Consultation and review*. London 2011.

19 REINO UNIDO

19.2 País de Gales

Hywel Jones

Contexto do país

O País de Gales tem 3 milhões de habitantes. Em 2001, de acordo com os censos, 20,8% (582 000) destes habitantes eram capazes de falar galês.

O País de Gales foi conquistado pela Inglaterra em 1282, tendo o Ato de União de 1536 impedido aqueles que usavam a língua galesa de ocuparem cargos públicos. A maioria da população do País de Gales continuou a falar galês até finais do século XIX. Um grande volume de imigração, sobretudo provinda da Inglaterra e da Irlanda devido à revolução industrial, a par da exclusão virtual do galês aquando da introdução da escolaridade obrigatória, levou ao declínio no número e nas percentagens de falantes de galês e a uma diminuição da área em que a língua era abundantemente falada. Em 2001, viviam 75 000 falantes de galês nas três cidades abrangidas pela pesquisa, o que representava 12% do total de população das mesmas.

No início do século XX, Cardiff era o maior porto mundial exportador de carvão, e marinheiros de outras partes do mundo estabeleceram aí comunidades imigrantes, assim como em Newport e Swansea. Mais recentemente, os imigrantes são oriundos do subcontinente indiano e, desde a expansão da UE, do leste da Europa. Em 2001, 25% da população tinha nascido fora do País de Gales (20% na Inglaterra).

A Assembleia Nacional do País de Gales foi instituída em 1999. Os seus poderes legislativos estavam inicialmente limitados a legislação secundária em apenas alguns campos, incluindo a educação. Depois do Ato do Governo do País de Gales de 2006 e de um referendo realizado em Março de 2011, a Assembleia possui agora poderes legislativos primários em muitas áreas de políticas domésticas.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

O inglês, o galês e as línguas estrangeiras são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística. A aprendizagem e o ensino do galês no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos do Reino Unido não são (co)financiados. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada e ratificada pelo Reino Unido. No País de Gales, existe oferta oficial de galês no ensino a nível regional, apoiada pela Carta.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados regionais sobre a diversidade linguística na Escócia, na forma de censos e dados de inquéritos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante, com base numa pergunta sobre a língua falada em casa e a numa pergunta sobre a língua principal, ao que acresce uma pergunta sobre proficiência linguística dos falantes em que se procura saber se (e até que ponto) são capazes de falar/compreender/ler/escrever nestas línguas.

O primeiro ato legislativo sobre o estatuto da língua galesa em tempos recentes foi o *Welsh Courts Act* 1942, que permitiu a utilização limitada da língua nos tribunais. A Lei da Língua Galesa de 1967 assegurou o direito de utilização mais alargada do galês em tribunal, tendo também incluído disposições sobre a sua utilização na administração pública. A Lei da Língua Galesa de 1993 estabeleceu o princípio segundo o qual a língua inglesa e a língua galesa deveriam ser tratadas de forma equitativa na condução de assuntos públicos e na administração da justiça no País de Gales. O ato estabelecia a *Welsh Language Board* (Direção de Língua Galesa), concedendo-lhe o papel de promoção e criação de condições para o uso do galês e o direito estatutário de acordar e supervisionar a implementação de esquemas de língua galesa em órgãos públicos. Estes esquemas de língua galesa serviriam para especificar as medidas propostas pelos órgãos públicos de forma a colocar em prática o princípio de equidade estipulado pelo ato.

A *Welsh Language (Wales) Measure* de 2011, inclui a declaração de que «a língua galesa tem estatuto oficial no País de Gales». Estipula o estabelecimento de um Comissário da Língua Galesa e a abolição da *Welsh Language Board* (ver secção sobre Iniciativas prometedoras abaixo).

A Língua Gestual Britânica foi reconhecida como língua de direito próprio, mas não existe legislação diretamente relacionada com a mesma, nem com as línguas estrangeiras ou imigrantes, salvo a legislação relativa à educação. Outras línguas além do galês, quando são referidas na legislação relativa a áreas diferentes da educação são sobretudo mencionadas no âmbito de serviços de interpretação e tradução.

LN=Língua(s) Nacional(is)
 LE=Língua(s) Estrangeira(s)
 LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
 LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas estrangeiras e imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥2 anos	nenhum	>1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total
Apoio em LN	todos	≥2 anos	nenhum	0.5-1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Galês
------	-------

A educação pré-escolar não é universalmente garantida pelo estado; grande parte das instituições de educação pré-escolar é da responsabilidade do setor voluntário. Em 1971, foi criada uma organização, agora chamada Mudiad Meithrin, com o objetivo de disponibilizar jardins de infância em galês. Esta organização possui mais de 550 infantários, que se estima abrangerem cerca de 17% de crianças galesas com dois anos. Mais de dois terços das crianças nestes infantários são oriundas de lares onde o galês não é a língua principal. Frequentar o infantário serve de introdução à língua.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas estrangeiras e imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio adicional em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	definida na escola

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	geral	disseminada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	definida na escola	normas nacionais ou regionais	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de ensino geral	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Galês
------	-------

Mais de 20% dos alunos na primeira etapa do ensino básico são educados por meio do galês, uma proporção que tem vindo a aumentar gradualmente desde há muitos anos. O ensino por meio do galês está disponível em todo o país. Todos os outros alunos têm aulas de galês como língua segunda. Não existe oferta de ensino por meio das línguas das comunidades (o termo preferido no Reino Unido para referir aquilo que o projeto LRE designa de línguas imigrantes) ou por meio de línguas estrangeiras. Em algumas escolas são ensinadas línguas estrangeiras, e, em menor medida, línguas imigrantes. É também disponibilizado apoio de língua inglesa para alunos de minorias étnicas.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	Línguas usadas como meio de instrução (AILC)	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	disseminada	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	não especificado	total
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	não especificado	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	não especificado	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	não especificado	integrada na formação

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Galês
LE	Francês, alemão, espanhol: uma destas línguas é obrigatória

Na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário, a instrução por meio do galês está também a aumentar. Em 2010/2011, 17,7% dos alunos estavam a aprender galês como primeira língua (quase todos em escolas cuja língua veicular é o galês). Todos os outros alunos aprendiam galês como língua segunda embora o nível de aproveitamento fosse baixo. Todos os alunos aprendem também pelo menos uma língua estrangeira durante a segunda etapa do ensino básico. A percentagem de alunos que realizam exames públicos numa língua estrangeira moderna aos 15 anos tem vindo a decrescer desde há muitos anos: em 2010, registaram-se no exame GCSE numa língua moderna estrangeira 28% dos alunos, ao passo que em 1997 a taxa era de 50%. As línguas das comunidades são ensinadas esporadicamente numa mão cheia de escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário, dependendo do número de alunos, que pode sofrer flutuações de acordo com as tendências de imigração. É fornecido apoio de língua inglesa a alunos de minorias étnicas.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP)

		Variedade de programas de língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	parcial
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	parcial
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	parcial
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	parcial
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	parcial
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	parcial
LI	Instituição A	não especificada	sem diretrizes	N/A	inexistente
	Instituição B	não especificado	sem diretrizes	N/A	inexistente
	Instituição C	limitada	geral	N/A	total

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	nacional, estrangeiras e R/M	nacional, estrangeiras e R/M	todos	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	obrigatória	opcional
Universidade B	nacional, estrangeiras e R/M	nacional, estrangeiras e R/M	restrito	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	obrigatória	opcional
Universidade C	nacional, estrangeiras e R/M	nacional, estrangeiras e R/M	restrito	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	oferta inexistente	opcional

As três cidades abrangidas pela investigação são os locais onde se pode encontrar a grande maioria das comunidades imigrantes. Ainda assim, a procura e a oferta de ensino na língua de uma comunidade específica é limitada. A utilização do galês como meio de instrução é muito mais limitada nestes setores. No ensino superior, a oferta do galês como língua de instrução, embora continue a não ser exaustiva, concentra-se sobretudo nas universidades não abrangidas pela investigação, nomeadamente as de Bangor e de Aberystwyth, bem como a University of Wales Trinity St David, Carmarthen.

Em 2010, cinco por cento de todas as matrículas nas instituições galesas de ensino superior advinham da União Europeia e 13% das matrículas eram de países não pertencentes à UE. Existe oferta substancial de apoio em inglês a estes alunos.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	legendados	sempre	às vezes

A utilização do galês em meios de comunicação audiovisuais está limitada ao único canal de televisão de língua galesa, SC4, (fundado em 1982) e, em grande medida, ao serviço de rádio de língua nacional galesa da BBC Radio Cymru (fundada em 1977).

Praticamente não se verifica a presença de outras línguas nos principais órgãos de comunicação audiovisual, além dos ocasionais filmes legendados na televisão.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Cardiff Swansea Newport				
3-4						
1-2	Cardiff Swansea		Cardiff Swansea Newport	Cardiff Swansea Newport	Cardiff Swansea Newport	Cardiff Swansea Newport

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Serviços sociais Serviços legais Imigração e integração Turismo Saúde	Serviços sociais Turismo Educação Saúde Serviços legais

No governo local e central e nas suas agências, a existência de esquemas de língua galesa, exigida pela Lei da Língua Galesa de 1993, assegura a existência de um conjunto de serviços em galês e o uso alargado da língua, por exemplo, em sinais e formulários. No entanto, uma vez que a investigação se centra em três cidades onde a percentagem de falantes galeses é baixa comparada com áreas do norte e do ocidente do País de Gales, a oferta de serviços em língua galesa é também mais baixa do que seria em áreas com uma percentagem mais elevada de falantes de galês. Por outro lado, como estas cidades possuem concentrações mais altas de imigrantes, a utilização de serviços de interpretação é provavelmente mais elevada do que seria noutros locais do País de Gales.

8 Línguas nas empresas (em 20 empresas)

	ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS GERAIS							
	Existência de uma estratégia linguística	Ênfase nas competências linguísticas no recrutamento	Oferta de mobilidade internacional	Utilização de tradutores/ intérpretes externos	Registos de competências linguísticas dos funcionários	Utilização de redes de formação em línguas	Utilização de programas/ financiamento da UE	Conhecimento de programas/ financiamento da UE
prática alargada	1	2	2	3	1	0	0	0

		ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS INTERNAS						ESTRATÉGIAS LINGÜÍSTICAS EXTERNAS			
		Parcerias com o setor educativo	Esquemas de recompensa/promoção baseados nas competências linguísticas	Oferta de formação em línguas	Utilização do QECR	Língua usada nos documentos no local de trabalho/intranet	Línguas utilizadas no software/programas Web	Línguas utilizadas em relatórios anuais/ empresariais	Línguas usadas em marketing	Línguas usadas na marca/identidade	Línguas usadas nos sítios Web
LN	prática alargada	0	1	1	0	20	20	20	20	20	20
Galês	prática alargada	0	0	0	0	1	0	0	2	3	2
Outras línguas	prática alargada	0	0	0	0	0	0	0	1	1	3

A utilização de línguas além do inglês no interior das empresas das cidades é limitada, mas existe alguma utilização do galês em cartazes e na publicidade.

Principais resultados globais

Continuam a ser desenvolvidos esforços para assegurar equidade de tratamento para o galês e o inglês no País de Gales. Houve progressos no setor da educação, mas há muito por fazer noutros setores. As línguas estrangeiras e as línguas imigrantes têm uma presença relativamente débil mesmo no setor da educação.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

O *The Coleg Cymraeg Cenedlaethol* (Colégio Nacional de Língua Galesa) foi fundado em 2011. Não é uma entidade geográfica única, nem um órgão capaz de atribuir licenciaturas. Irá trabalhar com e através das universidades do País de Gales para proporcionar oportunidades aos alunos de estudarem por meio do galês.

No âmbito da *Welsh Language (Wales) Measure 2011*, deverá ser designado um Comissário da Língua Galesa a partir de 1 de abril de 2012. O Comissário terá a função de promover e facilitar a utilização do galês, trabalhar no sentido de assegurar que o galês é tratado não menos favoravelmente do que o inglês, investigar obstáculos à liberdade de utilização do galês e realizar inquéritos sobre matérias afins. O Comissário deverá ter em atenção o «princípio de que as pessoas no País de Gales deverão ter a oportunidade de viver as suas vidas utilizando a língua galesa se for essa a sua escolha». Os ministros galeses (na Assembleia Nacional do País de Gales) devem adotar uma estratégia que defina a forma como propõem promover e facilitar a utilização do galês. A lei permite-lhes também especificar normas que devem ser respeitadas pelos órgãos públicos. Estas normas substituirão o sistema atual de esquemas de língua galesa. O Comissário irá supervisionar a implementação da normas.

O Governo Galês publicou a sua nova estratégia para a língua galesa a 1 de Março de 2012.

Referências

Welsh Government (2010) *Welsh-medium education strategy: information. Information document No: 083/2010*, Cardiff, Welsh Government. <http://wales.gov.uk/docs/dcells/publications/100420welshmediumstrategyen.pdf>

Welsh Government (2010) *Making languages count: Modern foreign languages in secondary schools and Learning Pathways 14–19 Information document No: 088/2010*, Cardiff, Welsh Government. <http://wales.gov.uk/topics/educationandskills/publications/guidance/makinglanguagescount/?lang=en>

Welsh Language Act 1993 http://www.legislation.gov.uk/ukpga/1993/38/pdfs/ukpga_19930038_en.pdf

Welsh Language (Wales) Measure 2011 http://www.legislation.gov.uk/mwa/2011/1/pdfs/mwa_20110001_en.pdf

Welsh Government (2012) *A living language: a language for living*, Cardiff, Welsh Government. <http://wales.gov.uk/docs/dcells/publications/122902wls201217en.pdf>

19 REINO UNIDO

19.3 Escócia

Teresa Tinsley/Philip Harding-Esch

Contexto do país

A Escócia tem uma população de 5,22 milhões de habitantes, dos quais 92 000, um pouco menos de 2%, têm algum conhecimento de Gaélico.¹ A Escócia tem vindo a atrair imigração desde 2002²: os Censos de 2001 revelaram uma minoria étnica de não brancos de 2%, sendo a maioria destes de origem paquistanesa; mas em 2009 um inquérito nacional aos alunos³ revelou que 4,3% dos alunos utilizavam uma língua diferente do inglês como língua principal em casa. No total, foram registadas 138 línguas faladas, com o polaco no topo da lista com 0,8% da população escolar, seguido do punjabi, do urdu, do árabe, do cantonense, do francês e do gaélico. Foram registados 626 alunos que falavam gaélico em casa, um pouco menos de um aluno em 1000. No entanto, muitos mais recebem instrução por meio do gaélico ou aprendem gaélico através de instrução em gaélico – 4604 em 2001, o equivalente a um aluno em cada 180.⁴

A Escócia encontra-se no segundo ano da implementação de um novo Currículo para a Excelência, que tem uma abordagem holística em relação à aprendizagem em vez de contar com um conjunto de disciplinas separadas. Já foram manifestadas preocupações de que esta abordagem venha a agravar a situação das línguas, uma vez que quer as escolas do ensino básico quer as do ensino secundário dão prioridade às competências matemáticas, à literacia e à saúde e bem-estar. Como consequência, a Inspeção das Escolas Escocesas foi pressionada a mostrar a importância que confere às línguas no currículo.⁵

As línguas imigrantes tendem a não ser disponibilizadas nas escolas escocesas, sendo dado enfoque ao ensino de inglês a crianças imigrantes.

1 Línguas em documentos e bases de dados oficiais

O inglês, as línguas estrangeiras, as línguas R/M e as línguas imigrantes são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística na Escócia. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos do Reino Unido são (co)financiados na Bélgica, no Belize, no Brunei, no Canadá, no Chipre, nas ilhas Falkland, na Alemanha, em Gibraltar, na Itália e nos Países Baixos. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada e ratificada pelo Reino Unido. Na Escócia, são reconhecidas as seguintes línguas R/M na Carta: *scots* e gaélico escocês. Existe oferta oficial de gaélico escocês no ensino a nível regional, apoiada pela Carta.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados regionais sobre a diversidade linguística na Escócia, na forma de censos, registos municipais e inquéritos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante, com base numa pergunta sobre a língua falada em casa e numa pergunta sobre a língua principal, ao que acresce uma pergunta sobre proficiência linguística dos falantes em inglês, *scots* e gaélico escocês em que se procura saber se (e até que ponto) são capazes de falar/compreender/ler/escrever nestas línguas.

A Lei da Língua Gaélica de 2005 (Escócia) requeria a criação de um *Plano Nacional para o Gaélico* e o Governo Escocês está empenhado em reforçar o estatuto, a aquisição e a utilização da língua. Recentemente, publicou o documento preliminar do Plano Nacional para a Língua Gaélica para 2012–2017¹, que inclui o desenvolvimento de um currículo em gaélico. A posição relativamente favorável dada ao gaélico levantou questões sobre a posição do Scots, que é também uma língua reconhecida no âmbito da Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, juntamente com o Ulster Scots. O Relatório do Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Língua Scots (novembro de 2010)² recomendou ao Governo Escocês o desenvolvimento de uma Política de Língua Scots e que a Escócia fosse apresentada internacionalmente como um país trilingue.

A política e a prática relacionada com o inglês como língua adicional e com o apoio a recém-chegados foram revistas em 2009.³ O relatório subsequente recomenda boas práticas

¹ Scotland's Census 2001: Gaelic Report 2005, General Register Office for Scotland.

² Scotland's Population 2010, The Registrar General's Annual Review of Demographic Trends, August 2011.

³ Pupils in Scotland 2009, Scottish Government Publications.

⁴ Scottish Government, Pupil Census, Supplementary Data 2011.

⁵ TESS 4/6/2010.

¹ www.scottish.parliament.uk/parliamentarybusiness/CurrentCommittees/45383.aspx

² Report of the Ministerial Working Group on the Scots Language, November 2010.

³ Count Us In report, 2009 www.ltscotland.org.uk/Images/cuimnns_tcm4-618947.pdf

encontradas em autoridades locais e a sua partilha mais ampla, incluindo: a recepção da recém-chegados e as abordagens relativamente às avaliações em curso; a possibilidade de utilização da língua primeira por parte de crianças recém-chegadas como ferramenta de aprendizagem; e a existência de formação especificamente dirigida de funcionários de forma a

satisfazer as necessidades de crianças e jovens recém-chegados mais eficazmente.

Oficialmente, existem mecanismos de recolha de dados sobre a diversidade linguística em termos de dados de registos municipais atualizados periodicamente, dados de censos e dados de inquéritos.

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (oferta de línguas imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	apoio inexistente	1 ano	nenhum	>1 dia	específica para a disciplina	inexistente	total
LE	apoio inexistente	<1 ano	nenhum	<0.5 dia	inexistente	inexistente	parcial
Apoio em LN	todos	1 ano	nenhum	<0.5 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Gaélico escocês
LE	Chinês, francês. Alemão, italiano, espanhol – frequentemente apenas no sector privado

Um pequeno mas crescente número de estabelecimentos de educação pré-escolar oferece apoio em língua estrangeira, sobretudo no setor privado, mas algumas autoridades locais oferecem línguas estrangeiras a partir dos três anos. Todas as crianças com conhecimento limitado de inglês recebem apoio adicional se o necessitarem ministrado por uma combinação de pessoal com formação em inglês como língua adicional e de pessoal sem esta formação.

O gaélico é disponibilizado num pequeno número de instituições de ensino pré-escolar (aproximadamente 200 crianças inscritas). Raramente são disponibilizadas línguas imigrantes.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio adicional em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AILC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	normas escolares	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do meio da primeira etapa do EB	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	ligado ao QECR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de ensino geral	geral	específica para a disciplina	apoio financeiro informal

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Gaélico escocês
LE	Francês, alemão, espanhol: opcionais

A Escócia foi uma das primeiras nações a adotar o ensino de línguas estrangeiras na primeira etapa do ensino básico (1992), e em 2005 praticamente todas as escolas da primeira etapa do ensino básico ensinavam uma língua estrangeira. O francês era e continua a ser a língua dominante (comparada com o espanhol, o alemão, o italiano e o gaélico). Todos os jovens têm o direito a aprender pelo menos uma língua estrangeira a partir da última fase da primeira etapa do ensino básico, mas não se trata de uma matéria obrigatória. O Currículo para a Excelência fornece orientações claras para o ensino de língua estrangeira (LE) e o nível a ser alcançado no final da primeira etapa do ensino básico é o A1 de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas do Conselho da Europa (QECR). Na maioria dos casos, o ensino de LE é limitado aos últimos dois anos da primeira etapa do ensino básico – alunos com 10 a 12 anos – e o número de horas dedicado a este ensino é baixo. As preocupações mais recentes dizem respeito à formação de professores e ao apoio das autoridades locais (devido a reduções de financiamento).¹

A aprendizagem de gaélico tem tido um tratamento fundamentalmente diferente, com a criação, de 1986 em diante, de unidades de instrução em gaélico em escolas da primeira etapa do ensino básico em toda a Escócia, complementadas pela oferta de educação pré-escolar em gaélico em muitas áreas. O mais recente relatório da Inspeção de Educação britânica (HMIE – HM Inspectorate of Education)² revelou a existência de 2312 crianças que são educadas através da oferta de gaélico como meio de instrução na primeira etapa do ensino básico, a maioria dos quais não possui o gaélico como primeira língua. O gaélico é disponibilizado como língua segunda num conjunto de escolas da primeira etapa do ensino básico.

Todos os recém-chegados em escolas de ensino geral recebem apoio em inglês antes e durante o horário letivo normal, e as suas competências são avaliadas e monitorizadas regularmente por um especialista em inglês como língua adicional. Raramente são disponibilizadas línguas imigrantes.

¹'Pupils risk being lost in translation', *Edinburgh Evening News* 16/4/2010.

²HMIE, *Gaelic Education: Building on the successes, addressing the barriers*, 21 de junho de 2011.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	coerente e explícito	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	Línguas usadas como meio de instrução (AILC)	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	localizada	em horário escolar	5–10	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	coerente e explícito	inexistente	em horário escolar	nenhum	definida na escola	ligado ao QECR	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou escolares	
LR/M	professores de língua	geral	específica para a disciplina	NA	
LE	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou regionais	integrada na formação

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Gaélico escocês
LE	Em geral, francês, alemão ou espanhol. Também o italiano e o chinês: uma destas línguas é obrigatória/ <i>opcional</i>
LI	Chinês, russo, urdu

As línguas modernas são uma parte integrante do Currículo para a Excelência e todas as crianças têm direito a uma língua moderna como parte da sua educação geral (segunda etapa do ensino básico). Este direito consubstancia-se numa oportunidade de atingir pelo menos o nível A2 do QECR, e, para a maioria dos alunos, tal acontecerá no âmbito da educação básica geral (segunda etapa do ensino básico) e não no ensino secundário. O Governo Escocês tem como objetivo implementar políticas para assegurar que todas as crianças aprendem duas línguas além da sua língua materna.

Contudo, a situação atual das línguas estrangeiras nas escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário é alvo de preocupação. Enquanto em 2001 praticamente todos os alunos estudavam uma língua até ao primário ano do ensino secundário, em 2010, o número baixou para 67%.¹ O francês representa cerca de 70% das entradas em exames, seguido do alemão (c. 16%) e do espanhol (c. 10%). O espanhol tem vindo a crescer, apesar da quebra geral.² Em níveis mais avançados, a situação é mais estável.³ Em 2011, mais de metade das autoridades locais da Escócia relataram ter pelo menos uma escola de ensino secundário em que as línguas não eram obrigatórias com as escolas a interpretarem que o «direito» à aprendizagem de língua já foi cumprido na primeira etapa do ensino básico.⁴ As pressões sobre a despesa pública tiveram impacto no emprego de Assistentes de Língua Estrangeira nas escolas (de 285 em 2005 passaram a 59 em 2011), o que levou a um protesto público dos Cônsules Gerais e a preocupações sobre a futura competitividade das empresas escocesas.⁵ Existe uma séria dificuldade em proporcionar continuidade de aprendizagem por meio de gaélico aos alunos da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário. Apenas 36 escolas proporcionam este ensino, limitando-o sobretudo aos dois primeiros anos da segunda etapa do ensino básico.

O Scots não é ensinado como uma disciplina específica, mas é parte da língua que muitas crianças trazem para a escola. As escolas são incentivadas, pois, a fazer uso deste conhecimento e a oferecer aos aprendentes a oportunidade de experienciar aspetos da língua Scots nas diferentes disciplinas curriculares.

Existe um currículo claro para o ensino de inglês como primeira ou segunda língua. Os recém-chegados recebem apoio adicional; no entanto, a oferta varia grandemente ao longo de toda a Escócia. As línguas imigrantes são ocasionalmente disponibilizadas a crianças nas áreas com grandes populações imigrantes, sendo que o enfoque incide sobre o inglês para estimular a integração.

¹ Modern Languages Excellence Report, Scottish CILT, 2011.

² Modern Languages Excellence Report, Scottish CILT, 2011.

³ Modern Languages Excellence Report, Scottish CILT, 2011.

⁴ O inquérito foi realizado por TESS e publicado com o título: 'Poor language skills put Scots at disadvantage', TESS 25/3/2011.

⁵ Backlash from diplomats over language cuts', Scotland on Sunday, 4/12/11.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas R/M e imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	total
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	total
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	parcial

Ensino superior (em três universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	apenas a nacional	apenas a nacional	todos	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	obrigatória	opcional
Universidade B	apenas a nacional	apenas a nacional	restrito	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	obrigatória	opcional
Universidade C	apenas a nacional	apenas a nacional	todos	ligado ao QECR	internacionais e imigrantes	obrigatória	opcional

As universidades escocesas têm sofrido tremendas pressões financeiras, o que levou a receios em relação ao futuro dos departamentos de língua de algumas universidades e, em particular, à viabilidade de algumas línguas menos ensinadas. O Parlamento Escocês recebeu petições para assegurar o apoio dirigido a línguas «estrategicamente importantes e vulneráveis», da mesma forma que existe na Inglaterra.

Os dados disponíveis mais recentes provenientes da Autoridade de Qualificações Escocesa mostram que a oferta de línguas modernas no setor do ensino pós-secundário escocês estava à beira do colapso total.¹ A análise mostrou que uma crença que se perpetuou entre os empregadores e os analistas de competências segundo a qual «o inglês era suficiente» tinha tido um efeito negativo na oferta de línguas quer no ensino pós-secundário quer no ensino superior.

¹ *La Grande Illusion: Why Scottish further education has failed to grasp the potential of modern languages*, Scottish Languages Review, Issue 23, Spring 2011, Hannah Doughty, University of Strathclyde.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	legendados	regularmente	regularmente

Os programas de rádio são disponibilizados sobretudo em inglês, mas existem também conteúdos diários em gaélico disponíveis na BBC Radio nan Gàidheal. Os programas de televisão são sobretudo em inglês e gaélico, mas existem também emissões em senegalês, hindi, dinamarquês e língua gestual britânica. Desde 2008, existe um canal da BBC em gaélico escocês, o BBC Alba, na televisão digital, por satélite e em linha, com uma audiência semanal de mais de 500 000 pessoas. Os filmes em língua estrangeira na Escócia são invariavelmente exibidos na língua original com legendas quer no cinema quer na televisão. No entanto, existem canais de televisão e de rádio em línguas estrangeiras e R/M via Freeview, Internet e satélite, por exemplo. A língua gestual é regularmente disponibilizada em eventos mediáticos importantes em todas as cidades. Existem jornais disponíveis num grande repertório de outras línguas nas maiores cidades.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas a nível municipal

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Glasgow Edimburgo Aberdeen			Edimburgo	
3-4						
1-2			Glasgow Edimburgo Aberdeen	Glasgow	Glasgow	Glasgow Edimburgo

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Educação Emergência Saúde Serviços sociais Serviços legais	Emergência Transportes Imigração e integração Saúde Serviços sociais

Nas cidades inquiridas, a polícia, os tribunais, os serviços de saúde e as autoridades locais fazem um uso alargado dos serviços de tradução e interpretação e existem esforços para fornecer informação escrita e em linha num conjunto variado de línguas. A comunicação escrita está habitualmente disponível em inglês e gaélico e num conjunto variado de línguas. As línguas disponibilizadas são definidas tendo em conta as línguas das comunidades que estão a ser servidas. Quer Edimburgo quer Glasgow têm planos para aumentar as competências dos seus funcionários em gaélico de acordo com o Plano Nacional para o Gaélico e com a Lei da Língua Gaélica (2005).

8 Línguas nas empresas

Os inquéritos escoceses sobre necessidades de competências tendem a não identificar a falta de competências linguísticas como um problema.¹ No entanto, investigação mais aprofundada sobre estas pesquisas revelou que os empregadores tendem a contornar, e não a resolver, as necessidades de competências em línguas, exportando apenas para países anglófonos ou para países em que podem encontrar facilmente falantes de inglês.² Existe claramente uma dimensão linguística nas barreiras à exportação mais comumente relatadas – dificuldades em encontrar parceiros de confiança no estrangeiro.

¹Leitch Review of Skills, 'Prosperity for all in the global economy: world class skills' (2006), and Futureskills Scotland (2007), Skills in Scotland (2006), Glasgow, Scottish Enterprise.

²Modern Languages Excellence Report, Scottish CILT, 2011.

Principais Resultados Globais

Como a investigação realizada no âmbito do Language Rich Europe confirma, o gaélico goza de um alto nível de apoio político com o Plano de Língua Gaélica, verificando-se também a procura continuada do gaélico como meio de instrução por parte dos pais dos alunos. O estatuto do gaélico é muito diferente do estatuto de outras línguas faladas e utilizadas na Escócia. Um estudo sobre as línguas das comunidades (o termo do Reino Unido para aquilo que o LRE designa de línguas imigrantes), publicado em 2006¹ revelou a existência de oferta de 21 línguas deste tipo para crianças em idade escolar em aulas complementares, mas não existe mais nada disponível para as restantes línguas faladas, incluindo para o Scots. A oferta mais significativa era a de urdu, para a qual foram identificados 42 casos de aulas complementares, bem como alguma oferta de aulas de ensino geral em escolas do ensino básico e secundário, incluindo oportunidades para estudar a disciplina como uma língua moderna. Embora a questão da aprendizagem de língua estrangeira pareça agora estar a ocupar a agenda política, continua a existir uma evidente necessidade de demonstrar claramente os seus benefícios sociais, culturais, intelectuais e económicos para a Escócia, bem como de investir em formação de alta qualidade para os professores.

Iniciativas e projetos-piloto prometedores

O Governo Escocês definiu recentemente o objetivo de trabalhar para fazer com que todas as crianças da Escócia aprendam duas línguas além da sua língua materna (em conformidade com o acordo do Conselho da Europa em Barcelona). O Governo pretende implementar este processo ao longo de duas legislaturas e criou um grupo de trabalho que irá elaborar recomendações para os ministérios em 2012.¹

O Grupo de Excelência para as Línguas Modernas, presidido pelo SCILT, o centro Nacional da Escócia para as Línguas, publicou um relatório que define claramente a forma como o estudo de línguas modernas estrangeiras se enquadra no Currículo para a Excelência e o que precisa de acontecer para que assegurar, promover e melhorar a oferta de línguas modernas na Escócia.² É muito positivo que existam agora normas, em conformidade com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, sobre os níveis que todas as crianças devem alcançar no final da primeira etapa do ensino básico (A1) e no final da segunda etapa do ensino básico (A2).

O Bacharelato Escocês em Línguas é uma outra iniciativa interessante e promissora, destinada a reduzir o fosso entre a escola e a universidade e a fornecer competências para a aprendizagem, a vida e o trabalho.

¹ Provision for community language learning in Scotland, Scottish CILT/University of Stirling, 2006.

¹ Record of debate in Scottish Parliament 8/12/11, Scottish Parliament website.

² Modern Languages Excellence Report, SCILT, March 2011.

19 REINO UNIDO

19.4 Irlanda do Norte

Teresa Tinsley e Philip Harding-Esch

Contexto do país

A Irlanda do Norte tem uma população de 1,8 milhões de habitantes. Embora o inglês seja a língua vernácula, os censos de 2001 revelaram que 10% da população relatava «algum conhecimento» de irlandês.¹ Desde a estabilização da situação política no final dos anos 90 do século XX, o país tem atraído um número cada vez maior de migrantes. Nos Censos de 2001, os grupos linguísticos mais significativos identificados foram o chinês, o árabe e o português; no entanto, a mais recente imigração dos oito países que entraram na UE em 2004 conferiu ao polaco, seguido do lituano, uma presença substancial. Três por cento dos alunos da primeira etapa do ensino básico têm atualmente uma língua diferente do inglês como língua primeira, valor que sobe para 11% em Dungannon, o município com maior diversidade.²

1 Língua em documentos e bases de dados oficiais

O inglês, as línguas estrangeiras, as línguas R/M e as línguas imigrantes são tidas em conta na legislação nacional e/ou nos documentos de política linguística na Irlanda do Norte. A aprendizagem e o ensino da língua nacional no estrangeiro por crianças e/ou adultos oriundos do Reino Unido são (co)financiados na Bélgica, no Belize, no Brunei, no Canadá, no Chipre, nas ilhas Falkland, na Alemanha, em Gibraltar, na Itália e nos Países Baixos. A *Carta europeia das línguas regionais ou minoritárias* foi assinada e ratificada pelo Reino Unido. Na Irlanda, são reconhecidas as seguintes línguas R/M na Carta: irlandês e ulster scots. Existe oferta oficial de irlandês no ensino a nível regional, apoiada pela Carta.

Existem mecanismos oficiais de recolha de dados regionais sobre a diversidade linguística na Irlanda do Norte, na forma de censos periodicamente atualizados. Estes mecanismos de recolha de dados incluem as variedades de língua nacional, R/M e imigrante, com base numa pergunta sobre a língua principal e numa pergunta sobre proficiência linguística dos falantes em que se procura saber se (e até que ponto) são capazes de falar/compreender/ler/escrever na língua.

O Acordo de Belfast de 1998 definiu os princípios de respeito e tolerância em relação à diversidade linguística. «A língua irlandesa, o Ulster Scots e as línguas das diversas minorias étnicas» foram mencionadas de forma explícita como fatores que contribuem para a «riqueza cultural» da província.¹ O Organismo de Língua Norte-Sul fundado a 2 de Dezembro de 1999 e composto de duas agências distintas, *Foras na Gaeilge* (Agência de Língua Irlandesa) e *Tha Boord o Ulstèr-Scotch* (Agência de Ulster-Scots), promove o irlandês e o Ulster-Scots e implementa políticas relativas a estas duas línguas e acordadas pelos Ministros no Conselho de Ministros Norte-Sul na Irlanda do Norte e na República da Irlanda. Em agosto de 2000, o Departamento de Educação da Irlanda do Norte criou o *Comhairle na Gaelscolaíochta* para estimular e facilitar o desenvolvimento estratégico do irlandês como meio de instrução e fornecer orientações e aconselhamento ao setor da educação por meio do irlandês.

Só existem requisitos estatutários publicados para o ensino de línguas estrangeiras na segunda etapa do ensino básico (11 a 14 anos).² Em 2006, o Departamento de Educação patrocinou o desenvolvimento de uma Estratégia Linguística Abrangente para a Irlanda do Norte, «tendo em consideração todos os aspetos das línguas: nos níveis básico, secundário, pós-secundário e superior, inglês como língua adicional, línguas para negócios, as línguas da Irlanda do Norte, as línguas maternas dos imigrantes, a língua gestual, as línguas para alunos com necessidades especiais», mas ainda não existem resultados publicados.³

O apoio para a língua inglesa foi completamente revisto entre 2005 e 2009 no âmbito da política Cada Escola uma Boa Escola – Apoio a Alunos Recém-chegados lançada em Abril de 2009.

O governo do Reino Unido reconhece o irlandês e o Ulster Scots na Irlanda do Norte no âmbito da CELRM.

¹ Northern Ireland Statistics and Research Agency (NISRA) (2002) Northern Ireland Census 2001: Key Statistics Report. Belfast: HMSO.

² Registrar General Northern Ireland Annual Report 2010, Northern Ireland Statistics and Research Agency, 2011. Pupil data from School Census, October 2010.

¹ Acordo alcançado nas Negociações Multi-Partidárias («Acordo de Belfast») 1998 Governo do Reino Unido e Governo da Irlanda.

² www.nicurriculum.org.uk/key_stage_3/areas_of_learning/modern_languages/

³ www.arts.ulster.ac.uk/nils/index.php

LN=Língua(s) Nacional(is)
LE=Língua(s) Estrangeira(s)
LR/M=Língua(s) Regional(is) ou Minoritária(s)
LI=Língua(s) Imigrantes

2 Línguas na educação pré-escolar (Oferta de línguas estrangeiras e imigrantes inexistente)

	Grupos alvo	Duração	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Dias por semana	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Financiamento público disponível
LR/M	todos	≥2 anos	>10	>1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total
Apoio em LN	todos	≥2 anos	nenhum	0.5–1 dia	específica para a disciplina	específica para a disciplina	total

Línguas disponibilizadas na educação pré-escolar

LR/M	Irlandês
------	----------

As crianças com conhecimento limitado de inglês recebem frequentemente apoio adicional e os professores que ministram este apoio recebem formação inicial e contínua. As línguas estrangeiras não são, em geral, ensinadas na educação pré-primária, mas existem 44 jardins de infância em que o irlandês é meio de instrução¹ e pelo menos um infantário privado bilingue francês-inglês.²

¹www.deni.gov.uk/index/85-schools/10-types_of_school-nischools_pg/schools_-_types_of_school-_irish-medium_schools_pg/schools_-_types_of_school_lists_of_irishmedium_schools_pg.htm

²Report of the Review of Irish medium education, Department for Education for Northern Ireland, sem data.

3 Línguas na primeira etapa do ensino básico (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organisation

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	geral	antes do ensino geral	todos	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	AIRC	Início do ensino de língua	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do 1.º ano	em horário escolar	>10	definida na escola	não especificado	total
LE	todos	coerente e explícito	localizada	a partir do 1.º ano	parcialmente em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	não especificado	total

Ensino

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	
LE	professores de ensino geral	inexistente	específica para a disciplina	inexistente

Línguas disponibilizadas na primeira etapa do ensino básico

LR/M	Irlandês
LE	Francês, espanhol: opcionais

A instrução por meio do irlandês (IMI) tem vindo a aumentar na Irlanda do Norte desde que foi criada a primeira escola com instrução em irlandês pelos pais, fora do sistema educativo geral, em 1971. Um total de 1,67% de todos os alunos da primeira etapa do ensino básico frequenta agora escolas de IMI ou unidades de IMI no seio de escolas de ensino básico de língua inglesa, e este número está a aumentar de ano para ano. A IMI é apoiada por políticas governamentais.

As línguas modernas não obtiveram um lugar no currículo da primeira etapa do ensino básico da Irlanda do Norte que foi revisto em 2007, apesar da avaliação positiva de projetos-piloto que tiveram lugar entre 2005 e 2007 e que envolveram 21 escolas que ensinavam francês e um pouco de espanhol. Apesar de não haver exigência curricular para tal, um inquérito realizado em 2007 revelou que 57% das escolas da primeira etapa do ensino básico possuíam algum tipo de oferta de ensino de uma segunda língua, embora em mais de metade dos casos, esta oferta assumisse a forma de atividade extracurricular. O novo currículo encoraja o ensino de línguas modernas no âmbito de um quadro multidisciplinar e foram publicadas orientações para ajudar os professores a desenvolverem e a integrarem este ensino. Estas orientações incluem recursos em linha para o francês, o alemão, o irlandês e o espanhol. Em 2008, o Departamento de Educação da Irlanda do Norte iniciou um Programa de Línguas na Instrução Primária que disponibilizava professores itinerantes de espanhol e irlandês para trabalharem com os professores de sala de aula dos dois primeiros anos da primeira etapa do ensino básico (o polaco foi também incluído em 2009). Este programa foi criticado por excluir o francês, que é a língua mais amplamente ensinada na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário. Em 2009, 247 escolas tinha participado neste programa em espanhol e 76 em irlandês.¹

Os alunos recém-chegados recebem apoio intensivo em inglês antes e durante o período letivo e tem havido um esforço concertado para proporcionar o apoio de inglês como língua adicional nos últimos anos, em que se verificou um aumento do número de imigrantes no país. Além do ensino ocasional do polaco, não são disponibilizadas línguas imigrantes.

¹Primary languages in Northern Ireland: too little, too late? Purdy *et al*, *Language Learning Journal* vol. 38, 2, 2010.

4 Línguas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

Organização

	Currículo	Apoio adicional para recém-chegados	Avaliação de diagnóstico à entrada	Monitorização das competências linguísticas
Apoio em LN	geral	antes do ensino geral	inexistente	padronizada a nível nacional

	Grupos alvo	Currículo	Línguas usadas como meio de instrução (AILC)	Horário	Requisitos mínimos quanto à dimensão do grupo	Monitorização das competências linguísticas	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	todos	geral	localizada	em horário escolar	>10	padronizada a nível nacional	normas nacionais ou regionais	total
LE	todos	geral	inexistente	em horário escolar	nenhum	padronizada a nível nacional	não especificado	total

Teaching

	Qualificações dos professores	Formação inicial de professores	Formação contínua de professores	Nível de língua exigido	Mobilidade
Apoio em LN	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	não especificado	
LR/M	professores de língua	específica para a disciplina	específica para a disciplina	N/A	
LE	professores de ensino geral	específica para a disciplina	específica para a disciplina	normas nacionais ou regionais	algum apoio financeiro

Línguas disponibilizadas na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário

LR/M	Irlandês
LE	Obrigatórias: uma entre francês, alemão e espanhol

No que respeita às línguas estrangeiras modernas nas escolas da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário na Irlanda do Norte, a situação piorou aceleradamente desde que as línguas se tornaram opcionais depois do final da segunda etapa do ensino básico no âmbito da reforma curricular de 2007. Esta reforma teve como resultado uma queda de 19% em três anos no número de alunos que realizaram exames no final do ensino secundário, sendo o francês, a primeira língua estrangeira ensinada, a que registou a maior quebra. O espanhol é agora a segunda língua moderna mais amplamente ensinada e tem conseguido manter o número de alunos. No entanto, o alemão também sofreu um declínio. Na segunda etapa do ensino básico, porém, muitas escolas exigem que os alunos estudem duas línguas.

Até à introdução do Currículo da Irlanda do Norte em 1999, o irlandês era a segunda língua mais comum depois do francês, apesar de ser ensinada apenas no sector católico, e manteve a sua posição no número de alunos que realizavam exames no final do ensino secundário até 2002. O irlandês foi excluído da escolha de línguas obrigatórias nas escolas no âmbito da Currículo da Irlanda do Norte¹, tendo sido reinserido em 2006. Em 1993, foi introduzido um exame em irlandês (*Gaeilge*) de forma a dar conta do conjunto relativamente pequeno de alunos que eram educados em irlandês depois da primeira etapa do ensino básico. A instrução por meio de irlandês apresenta maiores dificuldades na segunda etapa do ensino básico e no ensino superior devido à escassez de professores capazes de ensinar outras disciplinas por meio do irlandês nestes níveis. Existem menos de 0,5% de alunos da segunda etapa do ensino básico e do ensino secundário a receber instrução por meio do irlandês.

Na faixa etária dos 16–18 anos, os números de alunos que estudam línguas mantiveram-se mais estáveis, mas diminuíram em termos de proporção do total. O padrão apresenta o declínio substancial do francês; o alemão, com uma base mais pequena, apresenta um declínio menor; o espanhol continua a ganhar alunos e o irlandês mantém o equilíbrio.

Os alunos recém-chegados recebem apoio adicional em inglês antes e durante as aulas de ensino geral. Não existe um diagnóstico baseado nas necessidades das competências em língua inglesa antes da entrada na segunda etapa do ensino básico e no ensino secundário, mas as competências são monitorizadas regularmente através de instrumentos padronizados adequados. Como acontece na primeira etapa do ensino básico, tem havido um esforço concertado para fornecer apoio de inglês como língua adicional nos últimos anos, em que se verificou um aumento do número de imigrantes no país. Não são disponibilizadas línguas imigrantes.

¹ McKendry, E. (2007) Minority-language Education in a Situation of Conflict: Irish in English-medium Schools in Northern Ireland. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*. Vol. 10, No. 4, 2007, 394–409.

5 Línguas no ensino pós-secundário e no ensino superior

Ensino pós-secundário (em três instituições de EFP) (Oferta de línguas imigrantes inexistente)

		Variedade de programas de língua	Currículo	Nível a ser alcançado	Financiamento público disponível
LR/M	Instituição A	limitada	coerente e explícito	N/A	parcial
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	N/A	parcial
	Instituição C	limitada	coerente e explícito	N/A	inexistente
LE	Instituição A	ampla variedade	coerente e explícito	ligado ao QECR	parcial
	Instituição B	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	parcial
	Instituição C	ampla variedade	coerente e explícito	nacional	parcial

Ensino superior (em duas universidades)

	Língua(s) de instrução	Línguas no sítio Web	Grupos alvo para o apoio em língua nacional	Nível a ser alcançado na instrução em língua estrangeira	Recrutamento de alunos não nacionais	Mobilidade dos estudantes de línguas	Mobilidade dos estudantes de áreas não linguísticas
Universidade A	apenas a nacional	apenas a nacional	todos	nacional ou definido na instituição	apenas internacionais	obrigatória	opcional
Universidade B	apenas a nacional	apenas a nacional	todos	nacional ou definido na instituição	internacionais e imigrantes	obrigatória	opcional

Tal como no resto do Reino Unido, existe muito pouca oferta de línguas em cursos profissionais, embora as duas universidades da Irlanda do Norte (Queen's University Belfast e a Universidade de Ulster) ofereçam línguas em combinação com outras especialidades, bem como cursos de licenciatura nas línguas estrangeiras ensinadas nas escolas. No entanto, a Queen's University Belfast fechou o seu departamento de alemão em 2009, o que reflete o estrangulamento das línguas no ensino superior que se faz sentir em todo o Reino Unido. A Irlanda do Norte está muito longe de ser autossuficiente na produção de linguistas nas línguas que provavelmente serão mais necessárias pelas suas empresas no futuro, como as línguas asiáticas e uma maior variedade de língua europeias.

6 Línguas nos meios de comunicação audiovisuais e na imprensa (numa cidade – Belfast apenas)

Produções televisivas não nacionais	Filmes em língua não nacional no cinema	Programas em línguas R/M fora da região	Disponibilidade de língua gestual na televisão
legendadas	legendados	regularmente	regularmente

Os programas de rádio são disponibilizados sobretudo em inglês, havendo várias horas por semana em irlandês e alguns minutos em gaélico escocês. Os programas de televisão são sobretudo em inglês, mas existem emissões em irlandês, gaélico escocês, francês e Ulster Scots. No entanto, o conceito de «canais terrestres» está a tornar-se obsoleto na era digital, existindo canais de televisão e de rádio em língua estrangeira disponíveis através da Freeview, da Internet e de satélite. A língua gestual é frequentemente disponibilizada em eventos mediáticos importantes. A imprensa em língua estrangeira nem sempre está disponível em papel, mas está altamente disponível na forma digital.

7 Línguas nos serviços e espaços públicos

Estratégias linguísticas institucionalizadas em Belfast

N.º línguas	Presença no sítio Web	Uso de intérpretes	Línguas nas descrições de funções dos funcionários	Recrutamento de falantes de línguas	Oferta de formação em línguas	Registos de competências em línguas dos funcionários
>4		Belfast			Belfast	
3-4						
1-2				Belfast		

Serviços de comunicação

Serviços de comunicação oral – top 5	Serviços de comunicação escrita – top 5
Debates políticos e processos de tomada de decisão Emergência Saúde Serviços sociais Serviços legais	Emergência Saúde S Serviços sociais Imigração e integração Transportes

O Acordo de Belfast, juntamente com a imigração recente, parece ter sensibilizado o público para as questões linguísticas e para a necessidade de tradução e interpretação nos serviços públicos. De acordo com a pesquisa realizada no âmbito do Language Rich Europe, muitos organismos públicos em Belfast fornecem informação não apenas em irlandês – e, em menor medida, em Ulster Scots – mas também em línguas como o polaco, o lituano, o português, o eslovaco, o cantonense e o árabe. As línguas disponíveis são definidas tendo em conta as línguas das comunidades que estão a ser servidas.

8 Línguas nas empresas

Embora este aspeto não tenha sido inquirido no âmbito do Language Rich Europe, tal como no resto do Reino Unido, os empregadores da Irlanda do Norte não apresentam uma forte consciência linguística. No entanto, maiores competências linguísticas iriam ajudar a economia da Irlanda do Norte nos desafios que enfrenta, desde o aumento das exportações à promoção do turismo e do investimento interno.

Principais resultados globais

Ao longo da última década, sensivelmente, verificaram-se enormes mudanças na Irlanda do Norte. De um país de emigração e conflito no final do século xx, transformou-se num país mais pacífico e mais ligado ao mundo com um aumento do turismo, das viagens de baixo custo e da imigração. Embora continue a ser provavelmente a nação do Reino Unido com menor diversidade linguística, a sua história torna-a sensível a questões relacionadas com a língua e a cultura, e as medidas adotadas até agora têm sido inclusivas. No entanto, como a pesquisa realizada no âmbito do Language Rich Europe demonstra, a Irlanda do Norte tem um perfil débil no que respeita à aprendizagem de língua estrangeira e precisa agora de dar maior prioridade a este aspeto em todos os níveis do seu sistema de educação.

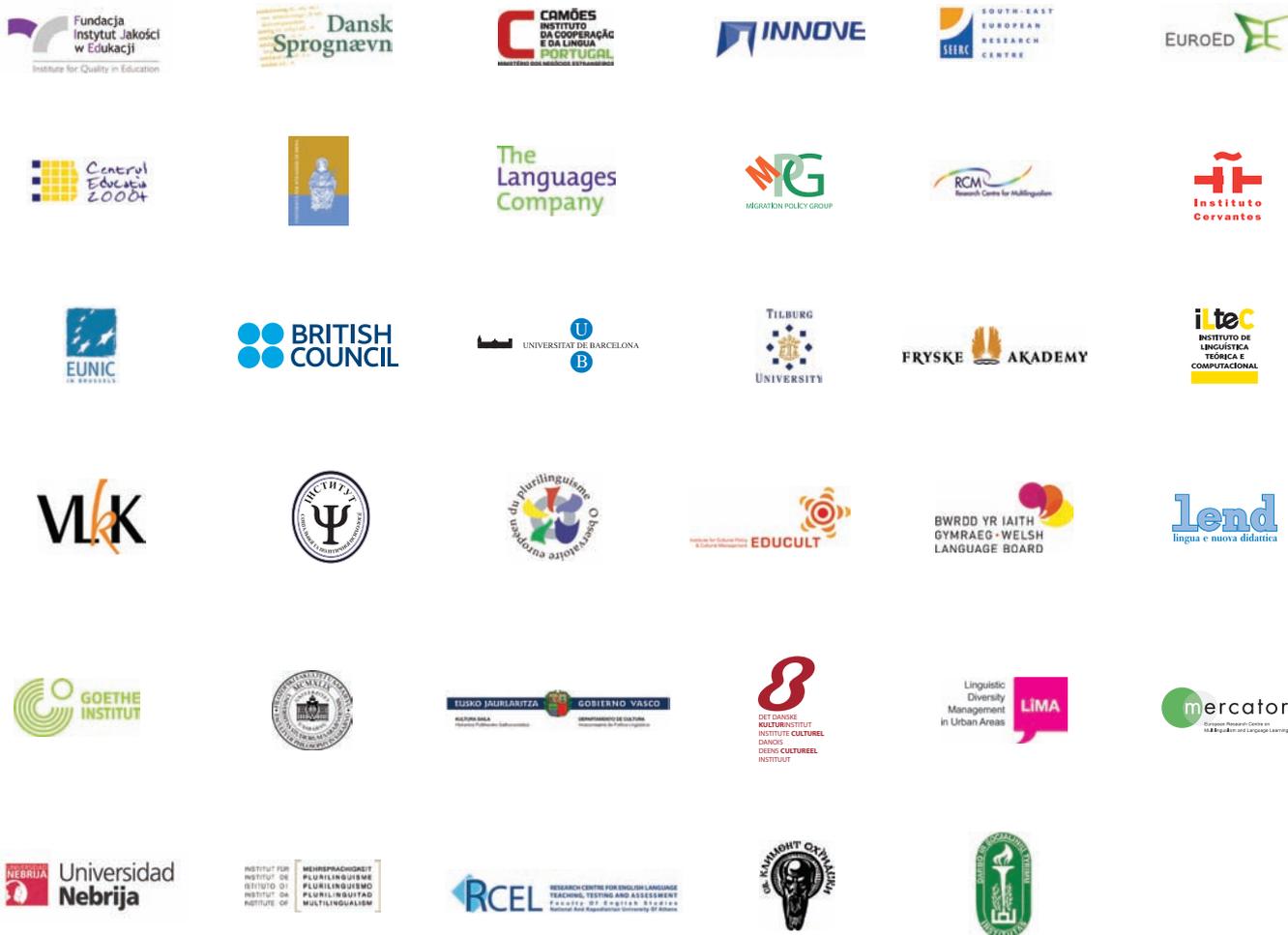
Iniciativas e projetos-piloto prometedores

A proposta de Estratégia da Irlanda do Norte para as Línguas, resultado de mais de cinco anos de consultas e discussões com os decisores políticos, tem como objetivo proporcionar uma avaliação das necessidades e um plano de ação para todo o espectro de línguas na educação, nas empresas e na vida pública e deverá proporcionar oportunidades para desenvolvimento específico.

Houve alguns exemplos encorajadores de desenvolvimento na Irlanda do Norte no que respeita à formação em língua dos professores. Um desenvolvimento bem-sucedido é relatado no Stranmillis University College, com a introdução de um módulo primário opcional de línguas que se tornou agora uma parte integrante do curso de Bacharel de Educação.¹ Em resposta à procura de professores de disciplinas específicas no crescente sector da instrução em irlandês depois da primeira etapa do ensino básico, a St. Mary's University College, Queen's University Belfast e a Universidade de Ulster formaram uma parceria para disponibilizar um curso de pós-graduação em educação de um ano a estudantes que pretendam tornar-se professores do ensino por meio de irlandês. Foram acrescentadas vagas adicionais às quotas de entrada dos cursos de pós-graduação em educação nas duas universidades, especificamente dirigidas aos candidatos que desejem ensinar no setor de instrução em irlandês depois da primeira etapa do ensino básico. Depois da conclusão do curso, estes estudantes receberão o Certificado de Educação Bilingue da St. Mary's University College além da sua qualificação de pós-graduação em educação.

¹ Report of the Review of Irish medium education, Department for Education for Northern Ireland, sem data.

O projeto Language Rich Europe (name of the project in italics please) é levado a cabo por um consórcio de mais de 30 parceiros



Com o patrocínio de



www.language-rich.eu

© British Council 2012 Brand and Design/C001

O British Council cria oportunidades internacionais para cidadãos do Reino Unido e de outros países estabelecendo relações de confiança entre os mesmos em todo o mundo.

A registered charity: 209131 (England and Wales) SC037733 (Scotland).

Publicado por



ISBN 978-1-107-61611-0



9 781107 616110 >